

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

ELIMAR RODRIGUES ALEXANDRE

**A TEMÁTICA AMBIENTAL NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS: UM ENFOQUE SOBRE A AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR**

SANTOS

2014

ELIMAR RODRIGUES ALEXANDRE

**A TEMÁTICA AMBIENTAL NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS: UM ENFOQUE SOBRE A AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Maria Amélia do Rosário Santoro Franco.

SANTOS

2014

Dados Internacionais de Catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
SibiU

A381t Alexandre, Elimar Rodrigues

A temática ambiental no curso de graduação de Ciências Contábeis: um enfoque sobre a Ambientalização Curricular. / Elimar Rodrigues Alexandre; Orientadora Profa. Dra. Maria Amélia do Rosário Santoro Franco – Santos: [s.n.], 2014.

245 f.; (Dissertação de Mestrado) – Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação.

1. Ambientalização Curricular. 2. Curso de Ciências Contábeis. 3. Temática Ambiental. I. Franco, Maria Amélia do Rosário Santoro. II. Universidade Católica de Santos. III. A temática ambiental no curso de graduação de Ciências Contábeis: um enfoque sobre a Ambientalização Curricular.

CDU MON 37(043.3)

COMISSÃO JULGADORA:

Profa. Dra. Maria Amélia do Rosário Santoro Franco
Membro Nato (UNISANTOS)

Prof. Dr. Marcel Mendes
Membro Titular (MACKENZIE)

Prof. Dr. Marcelo Lamy
Membro Titular (UNISANTOS)

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos fotocopiadores e eletrônicos.

Santos 23/outubro/2014

Assinatura: _____

À minha mãe, todo o meu amor, admiração e gratidão
por me ensinar a persistir, nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

A Deus, como eu O concebo, pela serenidade, coragem e sabedoria.

Aos meus pais, Osmar Lopes Alexandre (*in memoriam*), Elizabeth Rodrigues Alexandre e ao meu padrasto, Nilson Gonçalves Paes (*in memoriam*), por tudo que me proporcionaram, responsáveis de fato por esta vitória.

À minha esposa Iria e aos meus filhos Elimar e Alexandre, pela paciência e apoio incondicional em todos os momentos na realização da minha dissertação.

Ao meu irmão Renato, pelo apoio recebido.

Ao meu padrinho e companheiro Eloy, pela orientação e inspiração espiritual.

À Universidade Católica de Santos pela oportunidade e oferecimento do curso de Mestrado.

À Reitoria da Universidade Católica de Santos pelo apoio financeiro.

À Profa. Dra. Maria Amélia do Rosário Santoro Franco, pelas orientações e ensinamentos, por confiar em minha capacidade, incentivar-me e apoiar-me, sem restrições.

À Profa. Dra. Irene Janete Lemos Gilberto, coordenadora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos e a todos os professores do Programa pela ajuda e incentivo.

Aos professores Dr. Marcel Mendes e Dr. Marcelo Lamy, pelas sugestões valiosas no texto e incentivo à minha pesquisa.

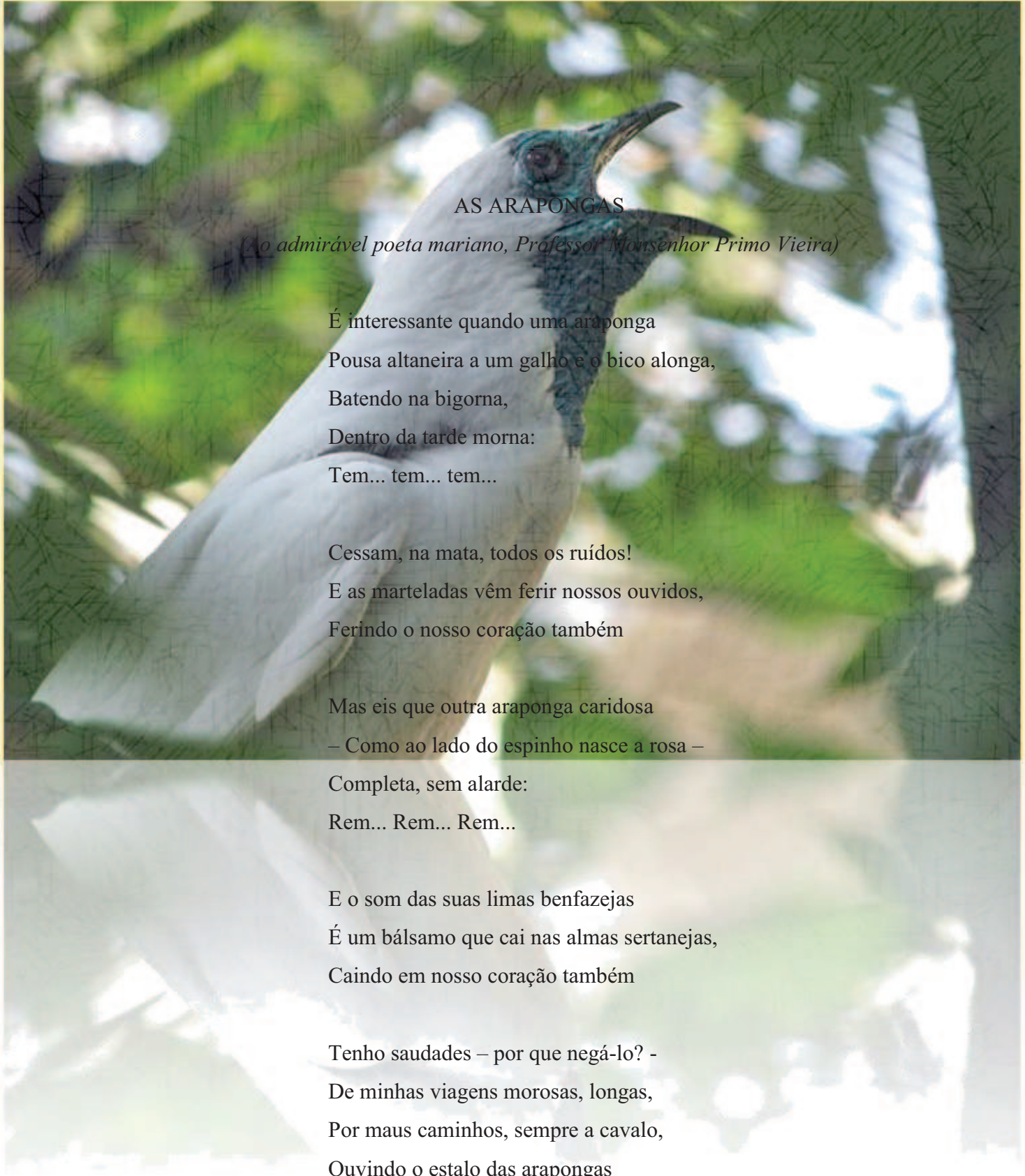
A todos os colegas do grupo de pesquisa que sempre contribuíram muito com seus saberes, experiências e disposição em colaborar.

Agradeço à Profa. Me. Rosana Pontes, pela ajuda nas correções e na preparação do texto final.

Ao pessoal da Secretaria Acadêmica da Universidade Católica de Santos, que nunca negou qualquer solicitação, sempre colaborando com sensibilidade e boa vontade.

E todos aqueles que me auxiliaram de alguma maneira, no período do mestrado, terão minha eterna gratidão.

A todos, muito obrigado.



AS ARAPONGAS

(Ao admirável poeta mariano, Professor Monsenhor Primo Vieira)

É interessante quando uma araponga
Pousa altaneira a um galho e o bico alonga,
Batendo na bigorna,
Dentro da tarde morna:
Tem... tem... tem...

Cessam, na mata, todos os ruídos!
E as marteladas vêm ferir nossos ouvidos,
Ferindo o nosso coração também

Mas eis que outra araponga caridosa
– Como ao lado do espinho nasce a rosa –
Completa, sem alarde:
Rem... Rem... Rem...

E o som das suas limas benfazejas
É um bálsamo que cai nas almas sertanejas,
Caindo em nosso coração também

Tenho saudades – por que negá-lo? -
De minhas viagens morosas, longas,
Por maus caminhos, sempre a cavalo,
Ouvindo o estalo das arapongas

Como ferreiros, no seu trabalho,
Sem recompensa, mas sem canseira,
Limando ferros, batendo o malho,
Ouve-as quem viaja pelo Ribeira

Quer rio abaixo, quer rio acima,
Quando mais quente o dia se torna,
Em cada encosta geme uma lima,
Ao som metálico da bigorna...

Em Sete Barras, ali por perto,
Existe o bairro do Arapongal
Justa homenagem de alguém, por certo,
Às arapongas do Litoral

A essa homenagem eu compareço,
Com a saudade, que deixo aqui,
De vários sítios que bem conheço
Em Xiririca... no Jaguarí...

E alhures, onde – noivas aladas –
Tornam os ermos menos tristonhos
Por isso mesmo que estão ligadas
Ao meu passado cheio de sonhos!

Peço ao Destino que nunca mate
As arapongas que ele me deu:
Uma é a Saudade – que bate, bate;
Outra é a Esperança – que já bateu!

Poema de Domingos Bauer Leite, publicado no livro *Oásis*.

Escritor, compositor, letrista e poeta, Domingos Bauer Leite nasceu em Xiririca (Eldorado/SP), em 23 de dezembro de 1900. Nessa cidade, trabalhou no Cartório do Registro Civil, onde se aposentou como escrivão. Escreveu e publicou dezenas de poemas nos jornais da região, muitos dos quais baseados em temas regionais. Por intermédio de amigos, publicou, na década de 1960, o livro de poemas *Oásis*. Faleceu em 20 de setembro de 1968.

ALEXANDRE, Elimar Rodrigues. **A temática ambiental no curso de graduação de Ciências Contábeis**: um enfoque sobre a Ambientalização Curricular. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, UNISANTOS, Santos.

RESUMO

Desde os anos 1970, distintos setores educativos desenvolveram propostas e pesquisas sobre a educação para a sustentabilidade, porém, no âmbito universitário, este é um tema que foi iniciado apenas na década de 1990. Em nível internacional, em 2001, foi criado um grupo de onze universidades de sete países, constituindo uma rede denominada *Rede ACES* – Ambientalização Curricular do Ensino Superior, apresentando como resultado a elaboração de proposições e pesquisas que trabalhavam a questão da *Ambientalização Curricular*. A *Rede ACES* propôs dez características que um currículo deve apresentar para ser *ambientalizado* e, a partir desse marco referencial, vários projetos foram desenvolvidos nas universidades participantes com o intuito de produção de conhecimento sobre esses processos. Considerando tais premissas, o objetivo principal desta pesquisa é compreender como o curso de graduação de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES), na Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo, incorpora a temática ambiental no seu currículo. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio da análise documental da evolução do currículo do curso de Ciências Contábeis; do projeto pedagógico de curso; do plano de ensino das disciplinas e das respostas dos questionários enviados aos professores e alunos da IES pesquisada. Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo proposta por Lefevre e Lefevre. Os resultados encontrados revelam que o grau de *Ambientalização Curricular* do curso de Ciências Contábeis estudado ainda está distante das atuais propostas, embora existam, por parte de alguns professores, breves iniciativas nesse sentido. Os temas ambientais encontrados foram definições sobre a contabilização e importância das contas do passivo ambiental, recuperação de solo, questões judiciais sobre poluição ambiental e seus reflexos na Contabilidade. Com relação às dez características para um currículo ambientalizado, foram observadas, em apenas uma disciplina, as seguintes características: compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza; complexidade; contextualização local-global-local; ter em conta o sujeito na construção do conhecimento; considerar os aspectos cognitivos e afetivos dos alunos; adequação metodológica; espaços de reflexão e participação democrática. Para a maioria dos alunos, a temática ambiental é importante na formação do Contador para atender o mercado de trabalho. Foram apresentadas, ao longo do trabalho, algumas propostas para a incorporação da dimensão ambiental no projeto pedagógico do curso e reflexões para que o processo de *Ambientalização Curricular* esteja presente, a saber: tratar o Balanço Social, uma das ferramentas que a Contabilidade possui para identificar o grau de responsabilidade socioambiental das organizações, como uma disciplina específica ou como parte do conteúdo de alguma outra disciplina; inserir o componente curricular denominado Contabilidade Ambiental e a disciplina Responsabilidade Social na matriz curricular do curso; e, desenvolvimento e aplicação de um modelo conceitual para evidênciação dos aspectos econômico-financeiros dos eventos e transações de natureza ambiental, passível de ser utilizado no curso de Ciências Contábeis, tendo como objetivo principal demonstrar as iniciativas e atividades executadas no âmbito da proteção do meio ambiente.

Palavras-chave: *Ambientalização Curricular*, Curso de Ciências Contábeis, Temática Ambiental.

ALEXANDRE, Elimar Rodrigues. **The environmental issue at the Accounting Sciences degree course: a focus on Greening Curriculum.** 2014. Santos. Dissertation (Master degree in Education), Universidade Católica de Santos, UNISANTOS, Santos.

ABSTRACT

Since the 1970s, different education sectors have developed proposals and researches about education for sustainability, but in the field of universities, this is an issue that only started to be discussed in the 1990s. On a global scale, in 2001, a group of eleven universities from seven different countries formed a group called ACES Network – Curriculum Greening in Higher Education, presenting the creation of proposals and researches that treated about the Greening Curriculum issue. The ACES Network proposed ten features that a curriculum must present in order to be green or environmentalized and since that referential milestone several projects have been developed at the participant universities aiming to produce knowledge about the process. Considering those premises, the main objective of this research is understanding how the Accounting Sciences degree course of a Higher Education Institute in the Metropolitan Area of Baixada Santista, São Paulo State, embodies environmental issues on its curriculum. The data of the research were obtained through documental analysis of the curriculum evolution and project; from lesson plans of the subjects of the Accounting Sciences course and from the answers of the surveys sent to professors and students. Data were analyzed through the Discourse of the Collective Subject technique based on Lefevre and Lefevre. The results show that the level of Greening Curriculum of the researched Accounting Sciences course is still far from current proposals, even though there are some short initiatives on this path on the part of professors. The environmental issues found on the researched curriculum were definitions about accounting and the importance of the environmental liability accounts; soil recovery; legal questions about pollution and their reflexes on Accounting. About the ten features of an environmentalized curriculum, they were found in only one subject of the course, such as: commitment to the changes in the relations between society and nature; complexity; local-global-local context; consideration of human being in the construction of knowledge; attention to cognitive and affective values, ethical and aesthetic aspects; methodological adjustment and democratic reflection and participation spaces. To the majority of the students the environmental issues are important for the education of the Accountant to serve the labor market. Along this work, some paths to embodiment of environmental issues on the curriculum projects and reflections about the Greening Curriculum presence, were pointed: treating Social Balance, which is a tool that Accounting has to identify the level of socioenvironmental responsibility of organizations, as specific discipline or part of another discipline; inserting the curricular component named Environmental Accounting and the discipline Social Responsibility in the curricular matrix of the course; developing and applying a conceptual model for disclosure of economic financials aspects of events and transactions with environmental intent, viable for the Accounting Sciences course and aiming to demonstrate initiatives and activities which are implemented within the scope of environment protection.

Keywords: *Greening Curriculum*, Accounting Sciences Course, Environmental Issues.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da RMBS.....	37
-----------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Unidades de conservação ambiental na RMBS.....	39
Quadro 2 – Áreas naturais tombadas na RMBS.....	40
Quadro 3 – IES credenciadas na RMBS.....	41
Quadro 4 – Resumo das principais políticas públicas para a EA no Brasil desde os anos 1980.....	64
Quadro 5 – Características de um curso ambientalizado e a compreensão da equipe de pesquisadores da UFSCar de seus significados.....	76
Quadro 6 – Operadores do DSC.....	98
Quadro 7 – Análise de Conteúdo das Ementas das IES pesquisadas.....	105
Quadro 8 – Bibliografia adotada na disciplina Contabilidade Ambiental.....	106
Quadro 9 – Plano de contas: origem das contas de eventos de natureza ambiental.....	168
Quadro 10 – Modelo de balanço patrimonial segregando os itens ambientais.....	173
Quadro 11 – Exemplos de eco indicadores contábeis.....	174
Quadro 12 – Modelo Demonstração de Resultado do Exercício.....	175
Quadro 13 – Exemplos de eco indicadores contábeis – demonstração do resultado.....	176
Quadro 14 – Modelo Balanço Ambiental.....	177
Quadro 15 – Modelo Balanço Ambiental – Físico.....	178
Quadro 16 – Itens ambientais do ativo circulante na indústria siderúrgica.....	180
Quadro 17 – Itens ambientais do ativo permanente na indústria siderúrgica.....	181
Quadro 18 – Itens ambientais do passivo circulante na indústria siderúrgica.....	182
Quadro 19 – Itens ambientais do passivo não circulante na indústria siderúrgica.....	183
Quadro 20 – Itens de custos ambientais da demonstração do resultado na indústria siderúrgica.....	184
Quadro 21 – Itens de despesas ambientais da demonstração do resultado na indústria siderúrgica.....	185
Quadro 22 – Balanço Ambiental na indústria siderúrgica.....	186

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Titulação dos professores.....	95
Gráfico 2 – Tempo de professor na educação superior.....	96
Gráfico 3 – Tempo de trabalho na IES.....	96
Gráfico 4 – Distribuição dos alunos por gênero.....	97
Gráfico 5 – Distribuição dos alunos por idade.....	97
Gráfico 6 – Distribuição das respostas por categoria – questão (a).....	99
Gráfico 7 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de professor – questão (a).....	101
Gráfico 8 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de IES pesquisada – questão (a).....	101
Gráfico 9 – Distribuição das categorias pelo atributo formação – questão (a).....	102
Gráfico 10 – Distribuição das respostas por categoria – questão (b).....	103
Gráfico 11 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de professor – questão (b).....	109
Gráfico 12 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de IES pesquisada – questão (b).....	110
Gráfico 13 – Distribuição das categorias pelo atributo formação – questão (b).....	110
Gráfico 14 – Distribuição das respostas por categoria – questão (c).....	111
Gráfico 15 – Distribuição das respostas por categoria – questão (d).....	114
Gráfico 16 – Distribuição das respostas por categoria – questão (e).....	116
Gráfico 17 – Distribuição das respostas por categoria – questão (g).....	119
Gráfico 18 – Distribuição das respostas por categoria – questão (h).....	123
Gráfico 19 – Distribuição das respostas por categoria – questão (3).....	125
Gráfico 20 – Distribuição das respostas por categoria – questão (4).....	128
Gráfico 21 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de professor – questão (4).....	132
Gráfico 22 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de IES pesquisada – questão (4).....	132
Gráfico 23 – Distribuição das categorias pelo atributo formação – questão (4).....	133
Gráfico 24 – Distribuição das respostas por categoria – questão (2).....	134
Gráfico 25 – Distribuição das respostas por categoria – questão (3).....	136
Gráfico 26 – Distribuição das respostas por categoria – questão (4).....	140
Gráfico 27 – Distribuição das categorias pelo atributo faixa de idade dos alunos – questão (4).....	142
Gráfico 28 – Distribuição das categorias pelo atributo gênero dos alunos - questão (4).....	142

LISTA DE SIGLAS

AASHE	Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education
ABAMEC	Associação Brasileira de Analistas de Mercado
AC	Ancoragem
ACES	Ambientalização Curricular do Ensino Superior
ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
AGEM	Agência Metropolitana da Baixada Santista
AIDS	Acquired Immune Deficiency Syndrome
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CES	Câmara de Educação Superior
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CP	Conselho Pleno
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CUML	Centro Universitário Moura Lacerda
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EA	Educação Ambiental
EAD	Educação a Distância
ECH	Expressão-chave
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.
EPEAS	Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental
ESAGS	Escola Superior de Administração e Gestão da Baixada Santista
ESAMC	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação
EsM	Ensino sob Medida

FA	Faculdade Alfa
FABE	Faculdade de Bertiooga
FACSU	Faculdade de Ciências Aplicadas e Tecnológicas do Litoral Sul
FAGU	Faculdade do Guarujá
FAITA	Faculdade de Itanhaém
FALS	Faculdade do Litoral Sul Paulista
FAPS	Faculdade de Tecnologia Porto Sul
FASB	Financial Accounting Standards Board
FATEC-BS	Faculdade de Tecnologia Rubens Lara
FATECPG	Faculdade de Tecnologia de Praia Grande
FATEF	Faculdade de Tecnologia de São Vicente
FEA	Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade
FECLE	Faculdade de Educação, Ciências e Letras Don Domenico
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FPBE	Faculdade Peruíbe
FPG	Faculdade Praia Grande
FSA	Centro Universitário Fundação Santo André
FSV	Faculdade de São Vicente
GHESP	Global Higher Education for Sustainability Partnership
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GRI	Global Reporting Initiative
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IAS	International Accounting Standards
IASC	International Accounting Standards Committee
IASB	International Accounting Standards Board
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Ideia Central
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFRS	International Financial Reporting Standards
IES	Instituição de Ensino Superior
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IpC	Instrução pelos Colegas
ISAR	United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MaB	Man and Biosphere
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIUDSMA	Organização Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Projetos e Planos de Cursos
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PHC	Problemas do Homem Contemporâneo
PIB	Produto Interno Bruto
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PP	Projetos Pedagógicos
PPC	Projetos Pedagógicos de Curso
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RAEA	Rede Acreana de Educação Ambiental
REASUL	Rede de Educação Ambiental da Região Sul
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
REPEA	Rede Paulista de Educação Ambiental
RMBS	Região Metropolitana da Baixada Santista
RUPEA	Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental
SA	Sociedades Anônimas

SEC	Securities and Exchange Commission
SFAS	Statement Financial Accounting Standards
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TGA	Teoria Geral da Administração
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto
UN-BS	Unidade de Negócios de Exploração e Produção da Bacia de Santos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIAPAC	Union Internationale des Associations Patronales Catholiques
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	United Nations Children's Fund
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio
UNILUS	Centro Universitário Lusíada
UNIMES	Universidade Metropolitana
UNIMONTE	Centro Universitário Monte Serrat
UNIP	Universidade Paulista
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNISANTA	Universidade Santa Cecília
UNISANTOS	Universidade Católica de Santos
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USF	Universidade São Francisco
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Antecedentes da pesquisa	16
A questão ambiental nas conferências mundiais	18
Desenvolvimento sustentável	23
A instituição da Educação Ambiental	31
Caracterização da Região Metropolitana da Baixada Santista	37
Instituições de Educação Superior credenciadas na Região Metropolitana da Baixada Santista	41
Delineamento da pesquisa	42
Estrutura do trabalho	44
1. A CONTABILIDADE E O MEIO AMBIENTE	45
1.1. Contabilidade: conceito, finalidade e usuários	51
1.2. A ciência contábil e o meio ambiente.....	52
1.2.1. Contabilidade Ambiental.....	55
2. CURRÍCULO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	59
2.1. Concepções de currículo e currículo ambientalizado	67
2.2. Características de um currículo ambientalizado conforme a <i>Rede ACES</i>	74
3. DIAGNÓSTICO DA AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	81
3.1 Análise da evolução curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil na perspectiva da inserção da dimensão ambiental	81
3.2 Análise do Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis na perspectiva da <i>Ambientalização Curricular</i>	84
3.3 Percurso metodológico da pesquisa com os sujeitos	89
3.3.1 Discurso do Sujeito Coletivo.....	89
3.3.2 Campo social/campo estudado/sujeitos da pesquisa	91
3.3.3 Coleta de dados/abordagem dos sujeitos	91
3.3.4 Operadores do DSC	92
3.3.5 Tabulação dos dados.....	93
3.3.6 Operacionalização do DSC.....	94

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	95
4.1 Dados cadastrais dos sujeitos pesquisados	95
4.2 Análise e discussão das respostas dos sujeitos segundo os operadores do DSC	97
4.2.1 Análise e discussão das respostas dos professores	99
4.2.2 Análise e discussão das respostas dos alunos	133
CONSIDERAÇÕES	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
APÊNDICE A – Trabalhando a Interdisciplinaridade para a Inserção da Dimensão Ambiental no Curso de Graduação de Ciências Contábeis: Desenvolvimento de um Modelo Conceitual para Evidenciação dos Aspectos Econômico-financeiros dos Eventos de Natureza Ambiental	162
APÊNDICE B – Utilizando o Modelo Conceitual para Evidenciação dos Aspectos Econômico-financeiros dos Eventos de Natureza Ambiental	180
APÊNDICE C – Questionário utilizado com os professores	188
APÊNDICE D – Questionário utilizado com os alunos	189
APÊNDICE E – Elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo dos Professores	190
APÊNDICE F – Elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo dos Alunos	221
ANEXO A – Ementa, objetivo, conteúdo programático e bibliografia da disciplina Responsabilidade Social proposta de Carneiro et al. (2009)	239

INTRODUÇÃO

Antecedentes da pesquisa

O meu interesse pelo meio ambiente, que acredito partilhar com grande parte da humanidade, surgiu na mais tenra idade, por volta dos dez anos, quando meu avô materno, João Rodrigues Júnior, levava-me para a chácara de sua propriedade em Praia Grande, São Paulo, numa região praticamente inabitada com muitas árvores, era como me lembro. Não havia alegria maior na expressão de meu avô, mostrando-me as plantas germinando, a terra sendo adubada com adubo orgânico, que ele mesmo preparava, e o seu olhar para muitos pássaros que vinham buscar as frutas no seu quintal. Tudo passou, mas nada ficou perdido, incrustou-se em minha alma e, mesmo no turbilhão da adolescência e juventude, flagrava-me, muitas vezes, indignado com as agressões à natureza.

Tornei-me adulto, ingressei na faculdade, cursei Ciências Econômicas e, em seguida, pós-graduação *lato sensu*, especialização em Administração Contábil-Financeira, e fui trabalhar. Meu primeiro emprego foi na Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), no Vale da Morte, assim chamada a cidade de Cubatão, São Paulo. Corria então a década de 1970, o entorno estava mergulhado numa cortina de fumaça da poluição e do descaso. Algumas cidades próximas recebiam também pela ação dos ventos um pouco da morte. Nascimento de crianças anencéfalas, doenças respiratórias, leucopenia e muito mais que se possa contar proliferavam. Fui protagonista no cenário dessa época, fervilhava-me o espírito o inconformismo diante da constatação de que a ordem era a do crescimento econômico, não importando o custo.

Na COSIPA, ao longo dos trinta e cinco anos que lá trabalhei, empenhava-me, em cada área por onde passei, em conhecer como o processo siderúrgico, que é um dos setores industriais mais poluentes, usava as matérias-primas, a água e o solo. Saber como eram tratados os subprodutos gerados no processo e seu destino, se havia cuidados com a emissão de partículas no ar e com o despejo de resíduos no estuário. Com esse empenho, e sérias dificuldades, conseguimos, eu no cargo de gerente e minha equipe, desenvolver e implantar um modelo de apuração de custo de produção ambiental que segregava do custo de produção do aço os custos incorridos para proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.

Durante os anos de 1980, o mundo já sabia do Vale da Morte, e, nessa época, começou uma campanha para despoluição da região. Aos poucos, a cortina que afogava toda a região foi se dissipando, alguns montes tímidos de reflorestamento começaram a aparecer e não demorou muito para a vegetação se levantar exuberante, forte e linda. Que sensação de bem estar! O

espírito agradecido voava nas asas dos guarás vermelhos, símbolos da despoluição. Agora, o ar de Cubatão era um dos melhores, depois de muitas décadas de poluição desenfreada.

Nesse tempo, mais precisamente em 1988, além do trabalho na COSIPA, iniciei uma nova jornada, a de professor universitário. Poderia, então, levar aos alunos a questão ambiental. Era imprescindível, para mim, colocar naquelas aulas uma semente da natureza.

Como ingressei na carreira acadêmica? A minha família e amigos sempre me chamavam de professor, pois percebiam em mim esse espírito. Muitas vezes, aqueles que não me conheciam, em conversas, perguntavam-me se eu era professor. Percebi, assim, o quanto era agradável e gratificante poder repartir conhecimentos, instigar o intelecto, ver surgir e desabrochar a potencialidade de cada um. Era isto! Alegrei-me com o convite de um colega de trabalho para ingressar na universidade, como professor.

Durante estes vinte e seis anos de docência, nas inúmeras universidades, faculdades, centros universitários da região e da cidade de São Paulo, fui capaz de realizar os meus anseios, relacionando sempre a disciplina ministrada com a questão ambiental.

Ainda que a questão ambiental seja um tema amplamente discutido atualmente, aparentemente constato, com base na experiência adquirida durante o tempo que leciono, a baixa inserção dessa temática na maioria dos projetos pedagógicos dos cursos. Inquieto com o fato, decidi investigar sobre a inserção da questão ambiental no curso de graduação de Ciências Contábeis, seu impacto na formação dos profissionais e sua consideração no currículo do curso.

A questão ambiental nas conferências mundiais

Desde os primórdios, o Homem utiliza os recursos da natureza para atender suas necessidades. No entanto, os recentes estudos ambientais revelam que os impactos da ação humana sobre o meio ambiente¹ aumentaram com o surgimento da industrialização ocorrido na Inglaterra, no século XVIII.

A história da industrialização confirma que o crescimento populacional, as novas tecnologias de produção e o crescente desenvolvimento de novos produtos elevaram significativamente o número de indústrias. Diante das consequências que sofremos e dos dados alarmantes que têm sido denunciados por cientistas e pela mídia, é notório que não houve a preocupação com o meio ambiente durante muitos anos, ocasionando, assim, problemas ambientais de grandes proporções.

Em consequência da conscientização de que a utilização dos recursos naturais com o propósito de atender às exigências do crescimento do mercado globalizado, competitivo e não preocupado com o desenvolvimento humano, porém comprometido com a obtenção e manutenção de altos lucros, tem provocado a degradação do meio ambiente, parcela significativa da sociedade passou a se preocupar com a preservação das reservas naturais, bem como garantir a existência dessas reservas para as gerações futuras.

Acredita-se que, de modo geral, as empresas são as maiores fontes de poluição do ecossistema, pois a maioria delas não trata os dejetos oriundos dos processos industriais antes de despejá-los no ambiente e nem utiliza, de forma ideal, os recursos naturais disponíveis. Depreende-se que essa falta de compromisso tem causado vários impactos no meio ambiente, como a contaminação de mananciais e a devastação de florestas.

A necessidade de preservar os recursos naturais remanescentes despertou fortes movimentos pelo planeta em defesa do meio ambiente, no sentido de conscientizar a sociedade sobre a importância da manutenção do ecossistema, como forma de garantir a vida.

Atualmente, está amplamente consolidada a percepção de que o tema meio ambiente tornou-se um dos pontos relevantes da agenda internacional. Nesse sentido, a seguir, é apresentada uma breve cronologia histórica sobre a institucionalização da questão ambiental.

¹ A expressão meio ambiente, por ser redundante, não seria a mais adequada, pois meio e ambiente são sinônimos. Segundo Ferreira (2010), “Meio” significa lugar onde se vive, com suas características e condicionamentos geofísicos; ambiente, e “ambiente” é aquilo que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas. De qualquer maneira, o uso consagrou esta expressão de tal forma que os técnicos, os analistas e a legislação a assumiram. A Lei 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente definiu a terminologia: Art. 3.º I. Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Durante a década de 1960, conforme constatado pelo estudo realizado nesta dissertação, o meio ambiente começou a fazer parte de discussões internacionais e a tornar-se preocupação de alguns países que passaram a questionar o crescimento e o desenvolvimento industriais sem a preocupação com os problemas ambientais. Desse questionamento, resultou a necessidade de se criar uma estrutura institucional capaz de pensar a questão ambiental, oferecendo respostas, sem esquecer o desenvolvimento.

A forma encontrada para promover essa institucionalização foi a Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, conforme encontrado em Vigevani (1997, p. 33). Os principais resultados formais do encontro constituíram a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo que expressa a convicção de que tanto as gerações presentes, como as futuras reconheçam, como direito fundamental, a vida num ambiente sadio e não degradado.

Como resultado da Conferência de Estocolmo, segundo Vigevani (1997, p. 33), nesse mesmo ano, a ONU criou um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sediado em Nairóbi. Esse órgão intergovernamental vem, nos últimos anos, desenvolvendo um trabalho constante sobre o tema ambiental, estimulando e auxiliando pesquisas; como também enfatizando a necessidade de uma rede maior de acordos e convenções para tratar dessa problemática, incentivando as medidas que possam levar à formulação de um regime internacional nessa área.

Conforme relata o mesmo autor (ibid., p. 35), o *Clube de Roma* publicou, em 1974, o relatório *The Limits to Growth*, com a intenção de apontar algumas preocupações de seus integrantes sobre a questão ambiental. Esse relatório foi um reflexo das preocupações existentes nas décadas de 1960 e de 1970 com a industrialização acelerada, o crescimento populacional rápido, o aumento da desnutrição, o desgaste e desaparecimento dos recursos não renováveis e com a deterioração ambiental. Destaca o autor citado que o aspecto fundamental desse trabalho foi apontar a necessidade de se alterar os valores sociais, já que a limitação quantitativa do meio ambiente mundial e as trágicas consequências da degradação ambiental exigiam novas formas de pensamento que levariam a uma revisão nos fundamentos do comportamento humano.

Ainda segundo Vigevani (1997, p. 36), outro relatório do *Clube de Roma* nasceu de um encontro realizado em Salzburg, na Áustria, em fevereiro de 1974. O relatório culminou numa declaração e num programa de ação, visando à construção de um mundo melhor, onde a sociedade aceitaria a responsabilidade de assegurar a satisfação das necessidades individuais e coletivas das pessoas, e a criação de sistemas adequados, tanto nacionais como internacionais, a cada oportunidade.

Vigevani (1997) explica que as ações do *Cube de Roma* ressaltaram a preocupação de se repensar os estilos de desenvolvimento, o que foi chamado de *Ecodesenvolvimento*, constituindo-se na primeira formulação que tentou definir desenvolvimentos microrregionais ou regionais como estratégias de desenvolvimento. Certamente, de acordo com Vigevani (1997), o ponto mais importante de ambos os relatórios é o fato de terem apontado a questão da necessidade de alteração do modelo de desenvolvimento promovido até então. Pode-se afirmar que foi um ponto de partida para a ideia de desenvolvimento sustentável que seria retomado depois de mais de 10 anos pelo relatório *Nosso Futuro Comum*.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criada pela Assembleia Geral da ONU, em 1983. É um órgão independente, vinculado aos governos e ao sistema das Nações Unidas, mas não está sujeito ao seu controle.

Essa comissão desenvolveu um estudo sobre as relações entre meio ambiente, desenvolvimento e segurança, durante os anos de 1983 a 1987, cujo resultado foi expresso no relatório *Nosso Futuro Comum*. O desenvolvimento sustentável passa a ser visto como algo possível, pois é o que tornaria viável o atendimento às necessidades atuais sem comprometer a capacidade de atendimento das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1991).

Da reunião realizada em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, resultaram em três acordos principais: a Declaração do Rio, a Agenda 21 e a Convenção sobre a Biodiversidade.

Conforme análise realizada por este estudo, a Declaração do Rio se constitui em um conjunto de princípios que colocam o homem como o centro das preocupações vinculadas ao desenvolvimento sustentável, reafirmando a soberania nacional sobre os recursos naturais e relacionando-a com as políticas nacionais de desenvolvimento.

Ao realizar a análise do documento oficial da Agenda 21, este pesquisador sumarizou que esse acordo mundial em prol do meio ambiente está dividido em quatro seções e 40 capítulos. A seção I trata das dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento sustentável; seus principais temas são: cooperação internacional, políticas nacionais para acelerar o desenvolvimento sustentável nas nações em desenvolvimento, combate à pobreza, mudanças de padrões de consumo, dinâmica e sustentabilidade demográficas, proteção e promoção da saúde, desenvolvimento de estabelecimentos humanos, integração do meio ambiente e do desenvolvimento no processo decisório.

A seção II da Agenda 21 refere-se à conservação e à gestão dos recursos naturais, incluindo planejamento e gestão dos solos, à proteção dos ecossistemas montanhosos e à promoção de uma agricultura sustentável.

Na seção III, é tratada a questão do fortalecimento do papel dos grupos sociais na implementação do desenvolvimento sustentável.

A seção IV está voltada ao estabelecimento de mecanismos de implementação da Agenda 21. Os principais instrumentos para a realização da Agenda são os recursos financeiros e, certamente, a participação popular.

O texto da Convenção sobre Biodiversidade tratou da questão da tecnologia, do seu repasse e utilização. Ficou estabelecido que o uso dos recursos naturais e o acesso aos seus princípios ativos seriam por conta dos países onde eles se encontram.

No encontro realizado em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável discutiu alguns aspectos, e dentre os principais pontos da conferência, esta pesquisa destaca:

- Mudanças climáticas e energia: a declaração final reconhece que os gases de efeito estufa provocam o aquecimento global e mudanças climáticas e exprime a intenção de aumentar o uso de fontes de energia mais limpas e avançadas nos próximos anos.
- Comércio: uma cláusula no parágrafo do texto final reconhece "a consistência da Organização Mundial do Comércio (OMC)", ou seja, as principais negociações relacionadas ao comércio terão que ser feitas no âmbito da OMC. O texto reafirma os termos da Conferência da OMC em Doha, que reconhece que o comércio livre e multilateral deve ser aplicado no mundo e que os direitos humanos do cidadão precisam ser respeitados acima das regras comerciais.
- Protocolo de Kyoto: a maior parte dos países concordou em ratificar o protocolo de Kyoto e o texto da declaração pede para que Estados Unidos, Canadá e Austrália ratifiquem o documento imediatamente.
- Biodiversidade: foram confirmados compromissos para reduzir até o ano de 2010 o alarmante ritmo em que espécies vegetais e animais estão desaparecendo.
- Financiamento à pobreza: a União Europeia e os Estados Unidos prometeram aumentar para US\$ 7 bilhões e US\$ 5 bilhões, respectivamente, a sua ajuda aos países pobres.
- Fiscalização de empresas: o texto abre um precedente para a criação de um instrumento internacional que vai fiscalizar o papel de empresas na destruição ambiental. Espera-se que uma lei internacional seja criada, para punir e multar empresas que desmatam florestas ou poluem o ar e as águas com produtos tóxicos.

- Responsabilidades diferenciadas: o documento estabelece que todo país tem a responsabilidade de conter danos ambientais, mas que os mais ricos precisam investir mais do que os pobres, porque já se industrializaram.
- Água e saneamento básico: o número de pessoas que vivem sem acesso à água limpa e ao saneamento básico deve cair pela metade até o ano de 2015, de acordo com os chamados objetivos do milênio.
- Saúde, educação e discriminação feminina: o texto prevê transferências de tecnologias e recursos entre os países para melhorar a saúde e a educação, e fazer com que a mulher seja menos discriminada.
- Transgênicos: pela cláusula do princípio da precaução, os países podem impedir que produtos transgênicos entrem em seu território, até que sejam feitos estudos mais completos sobre os efeitos desses produtos no meio ambiente e na saúde humana.
- Estoques de peixes e oceanos: o texto pede a eliminação dos subsídios que contribuem para a pesca irregular e exploração excessiva dos recursos dos oceanos. Áreas de proteção marinha também serão criadas.
- Índios: o texto reconhece a importância da preservação das áreas indígenas como forma de desenvolvimento sustentável. O texto é basicamente o mesmo da Rio 92.
- Produtos químicos: foram estabelecidas algumas metas para a redução da fabricação de produtos químicos até o ano de 2020.

A despeito de sua importância, em conformidade com Pelicioni (2014), é possível reconhecer que a principal crítica que se pode fazer à Rio-92 diz respeito ao fato de as causas estruturais dos problemas ambientais – o capitalismo, o modelo de desenvolvimento econômico dos países, os valores sociais, as relações de poder entre os países – não terem sido discutidas em profundidade.

À guisa de reflexão, esta pesquisa defende que as questões ambientais são muito dinâmicas e deveriam ser revistas periodicamente, a cada dez anos, pelo menos, haja vista que quando se realizou a Conferência de Estocolmo, em 1972, as mudanças climáticas e a destruição da camada de ozônio ainda não eram bem conhecidas. A escassez da água e a intoxicação química do planeta pelos poluentes orgânicos persistentes não foram tratadas durante a Rio 92. Assim, um dos modos de revitalizar a Agenda 21 seria promover uma revisão desse tratado, no que tange aos seus aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Lembrando ainda que, em junho de 2012, o Rio de Janeiro sediou a conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), tendo como temas principais: a economia verde no contexto de desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável

Inicialmente, conforme os autores estudados nesta pesquisa, é possível relacionar diversos conceitos, focando três abordagens referentes ao Desenvolvimento Sustentável: *Clube de Roma*, *Ecodesenvolvimento* e o modelo *Desenvolvimento Sustentável Utópico*.

Clube de Roma: como explicado no tópico anterior, com base em Vigevani (1997), os princípios oriundos do *Clube de Roma* foram bastante criticados, porque alegavam que a insustentabilidade do planeta se originava do descontrole da população e da pobreza dos países do terceiro mundo, deixando em segundo plano a poluição provocada pelos países mais desenvolvidos. Esses princípios, a seguir relacionados, divergem fundamentalmente do *Ecodesenvolvimento*:

- Competição.
- Ênfase nos aspectos econômicos.
- Movimentos predominantemente exógenos às comunidades.
- Qualidade de vida atrelada ao trabalho e produção (modelo capitalista).

Nos dias atuais, observa-se a predominância destes princípios em relação aos recomendados pelo *Ecodesenvolvimento*.

Ecodesenvolvimento: conforme Sachs (2000), o desenvolvimento é o processo histórico de apropriação universal pelos povos da totalidade dos direitos humanos, individuais e coletivos, negativos (liberdade contra) e positivos (liberdade a favor).

Segundo as observações de Sachs (2000), pode-se fazer uma distinção clara entre “crescimento” e “desenvolvimento”. Enquanto o crescimento pode considerar o impacto econômico ou social ou ecológico; o desenvolvimento considera a associação dos impactos econômicos, sociais e ecológicos.

Para Sachs (2000), o *Desenvolvimento Sustentável* se baseia em três princípios interdependentes:

- Relevância social.
- Prudência ecológica.
- Viabilidade econômica.

Ainda segundo o autor citado, *Ecodesenvolvimento* exige um planejamento participativo que envolve as autoridades locais, comunidades e associações de indivíduos, tendo como características de sustentabilidade:

- Social: vem na frente – própria finalidade do desenvolvimento.
- Econômica: não é condição prévia para as anteriores.
- Ecológica: decorrência do respeito às outras sustentabilidades.
- Geográfica: distribuição territorial equilibrada.
- Cultural: vista pelo autor como um corolário de aspectos.
- Política: compatibilização do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade.

Conforme exposto acima, com base em Sachs (2000), é possível comparar que, em linha antagônica às recomendações do *Clube de Roma*, o *Ecodesenvolvimento* apresenta os seguintes princípios:

- Cooperação.
- Equilíbrio dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.
- Movimentos predominantemente endógenos às comunidades.
- Qualidade de vida vinculada a outras formas de realização pessoal, não somente por meio do trabalho/emprego.

Desenvolvimento Sustentável – Visão utópica: segundo artigo publicado por Veiga (2002), existem divergências sérias entre as políticas ambientais e econômicas. Nesse artigo, é mencionada a seguinte declaração de Kristina Georgieva²: “Nunca me deparei com uma situação em que todo o mundo ganhasse. Sempre há aqueles, geralmente um grupo de elite, que saem perdendo. E aprendi nos últimos dez anos, que esses perdedores fazem de tudo para que essas políticas tecnicamente elegantes não cheguem muito longe”. Segundo Veiga (2002), “desenvolvimento sustentável”, assim como “justiça social” não representam conceitos e sim uma forte expressão utópica que veio para ficar.

Conforme citado no tópico anterior, em 1987, foi publicado o relatório *Nosso Futuro Comum*, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também referida como Comissão Brundtland (BRUNDTLAND, 1991). Observa-se, nesse relatório, que o desenvolvimento sustentável não pode se basear exclusivamente na atividade econômica.

² Kristalina Georgieva Ivanova, economista e política búlgara, membro atual da Comissão Europeia para cooperação internacional, ajuda humanitária e resposta a situações de crise.

Devem ser considerados também os aspectos sociais e do meio ambiente relacionados ao crescimento econômico.

Nesse sentido, a estratégia do desenvolvimento sustentável preconiza a importância da harmonia que deve existir entre os seres humanos e a natureza. Ou seja, o desenvolvimento sustentável requer um sistema político e participativo no processo decisório, um sistema econômico gerando *know-how* técnico constante, um sistema social que possa amenizar os conflitos gerados pelo desenvolvimento não equilibrado, um sistema de produção obediente à ecologia, um sistema tecnológico voltado às inovações, um sistema internacional estimulador de práticas sustentáveis de comércio e financiamento e um sistema administrativo flexível e de autoavaliação.

Segundo esse relatório, conforme pesquisa realizada por este pesquisador, as seguintes medidas devem ser implementadas:

- Limitação do crescimento populacional.
- Garantia de alimentação a longo prazo.
- Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.
- Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de novas fontes energéticas renováveis.
- Criação de tecnologias ecologicamente adaptadas (países não industrializados).
- Controle da urbanização selvagem.
- Necessidades básicas satisfeitas.
- Adoção de estratégias para o desenvolvimento sustentável.
- Proteção dos ecossistemas supranacionais.
- Extinção das guerras.
- Implantação pela ONU de um sistema de desenvolvimento sustentável.

Com base no que foi apresentado acima, é possível depreender que o relatório *Nosso Futuro Comum* forneceu o caminho para o planeta estruturar o debate sobre desenvolvimento em novas instituições, princípios e programa de ações que promovessem a convergência dos três pilares do desenvolvimento sustentável: *desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental*.

Conforme a pesquisa bibliográfica realizada, foi possível identificar que a história moderna do desenvolvimento sustentável começou em 1990, com a publicação do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). No início desse relatório, consta que as pessoas são a riqueza das nações. O conceito de

desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para levar uma vida que elas valorizam.

Segundo análise realizada por esta pesquisa, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990 lançou também o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Criado para ir além da medição tradicional do Produto Interno Bruto (PIB) e avaliar o estado do bem-estar humano, o Índice de Desenvolvimento Humano incorporou indicadores para uma vida longa e saudável, conhecimento e um padrão de vida decente. Trata-se de uma medida composta de saúde, educação e renda.

Dez anos depois, em 2000, com base em uma década de importantes conferências e cúpulas das Nações Unidas, líderes mundiais adotaram a Declaração do Milênio das Nações Unidas, com o compromisso de que seus países firmassem uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema. A Declaração do Milênio permitiu o desenho e a implementação dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para 2015 (PNUD, 2012):

- Redução da pobreza.
- Atingir o ensino básico universal.
- Igualdade entre os gêneros e autonomia da mulher.
- Reduzir a mortalidade na infância.
- Melhorar a saúde materna.
- Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.
- Garantir a sustentabilidade ambiental.
- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Por meio da análise realizada por este pesquisador, pode-se afirmar que tomados em conjunto, os princípios de desenvolvimento sustentável da reunião da Cúpula da Terra, a definição e a medição de desenvolvimento humano; a Declaração do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio se constituem em progresso rumo a uma abordagem holística do desenvolvimento e à medição desse progresso.

É possível avaliar que, certamente, houve progresso em direção ao desenvolvimento sustentável nas duas últimas décadas. Apesar disso, programas e políticas centrados no desenvolvimento sustentável ainda não são práticas padrão, nem frequentam a esfera da formulação de políticas.

O relatório Estudos de Casos de Desenvolvimento Sustentável na Prática Ganhos Triplos para o Desenvolvimento Sustentável (PNUD, 2012) apresenta as seguintes informações a respeito do progresso obtido para a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:

- O mundo, como um todo, está no caminho para a conquista da meta de reduzir a pobreza extrema pela metade. Em 2015, a taxa de pobreza global deverá cair abaixo de 15% (bem inferior à meta de 23%).
- Alguns dos países mais pobres fizeram os maiores avanços em educação. Burundi, Ruanda, Samoa, São Tomé e Príncipe, Togo e Tanzânia, por exemplo, conquistaram ou estão próximos da conquista da educação básica para todos.
- O número de óbitos das crianças com menos de cinco anos declinou de 12,4 milhões, em 1990, para 8,1 milhões em 2009. Isto significa aproximadamente 12.000 mortes a menos de crianças a cada dia.
- Maior verba e esforços mais intensos de controle reduziram as mortes por malária em 20% no mundo inteiro, de quase 985.000 em 2000 para 781.000 em 2009.
- Novos casos de infecção por *Human Immunodeficiency Virus* HIV apresentaram declínio constante. Em 2009, 2,6 milhões de pessoas se infectaram – uma queda de 21% desde 1999, quando as novas infecções chegaram ao máximo.
- O número de pessoas que recebe terapia antirretroviral para HIV ou AIDS aumentou 13 vezes de 2004 a 2009, graças a maiores verbas e expansão de programas.
- Aproximadamente 1,1 bilhão de pessoas em áreas urbanas, e 723 milhões em áreas rurais, ganharam acesso a melhores fontes de água potável no período de 1990 a 2008.

Ainda segundo esse relatório do PNUD, o esgotamento da camada protetora de ozônio da atmosfera foi uma preocupação ambiental crucial, no mundo inteiro, no fim dos anos 1980, após a descoberta de um grande “buraco” na camada de ozônio sobre a Antártida. Supunha-se que, por volta de 2065, a Terra perderia dois terços de sua camada de ozônio, levando a aumentos drásticos dos casos de câncer de pele. Contudo, graças ao Protocolo de Montreal para a Convenção de Viena pela Proteção da Camada de Ozônio (que começou a vigorar em 1989), a produção global de clorofluorcarbono foi totalmente eliminada em 1996. Desde então, a camada de ozônio começou a se recuperar; o ozônio na Antártida deve retornar aos níveis anteriores a 1980 entre 2060 e 2075.

Acentua o relatório (PNUD, 2012) que o trabalho das instituições e tratados globais, cujas raízes datam de 20 anos atrás, no Rio de Janeiro – o Fundo Global para o Meio Ambiente, as convenções globais sobre alterações climáticas, biodiversidade e desertificação – trouxe melhorias concretas na qualidade ambiental para pessoas do mundo inteiro. Essas convenções possibilitaram a mobilização de bilhões de dólares para investimentos nos recursos ambientais

globais. O slogan “pense globalmente, aja localmente”, popularizado no Rio de Janeiro, ensinou-nos sobre a importância do empoderamento da sociedade civil e das comunidades. Como constatado neste estudo, cada vez mais, bancos e grandes empresas lançam relatórios anuais de sustentabilidade, mostrando como as preocupações ecológicas se tornaram parte dos negócios cotidianos.

O relatório do PNUD (2012) ainda afirma que, apesar desse importante progresso, os últimos vinte anos mostram que, em muitas áreas, o desenvolvimento não foi sustentável.

Nesse período, a produção global evoluiu US\$ 52 trilhões e a população passou de 4,6 para 7 bilhões de pessoas, causando impacto sobre os recursos globais: a capacidade da atmosfera de absorver gases de efeito estufa (sem aumentos significativos na temperatura), a capacidade do oceano de gerar bionutrientes, de recuperação das florestas mundiais e dos nutrientes do solo (PNUD, 2012).

Crescentes enchentes, secas e aumento na competição por recursos escassos estão ameaçando as comunidades em áreas costeiras e regiões áridas. Os preços dos alimentos, da energia e de muitos produtos primários aumentaram acentuadamente. (PNUD, 2012)

Ainda segundo o relatório do PNUD (2012), os ecossistemas mundiais estão sob grande estresse. Um quinto das barreiras de coral sofreu danos irreparáveis. A desertificação, em regiões como o Sahel, ameaça a subsistência nos desertos, que são o lar de um terço da população do planeta. Em 2003, quase um terço das áreas de pesca do mundo sofreram colapso.

Continua o relatório afirmando que as disparidades entre áreas urbanas e rurais ainda são grandes desafios. Em 2009, quase um quarto das crianças dos países em desenvolvimento estava abaixo do peso, sendo que os maiores efeitos foram sobre as crianças mais pobres. Essas crianças estão duas vezes mais propensas a morrer antes do quinto aniversário do que aquelas dos lares mais ricos.

Estudos recentes do *United Nations Children's Fund* (UNICEF) revelam que, aproximadamente, quatro milhões de crianças mais novas morrem a cada ano devido à fome, desnutrição e água potável contaminada (PNUD, 2012).

Aproximadamente 1,5 bilhão de pessoas não têm acesso a serviços confiáveis de eletricidade; quase 2,4 bilhões não têm acesso confiável às tecnologias modernas de aquecimento e preparação de alimentos.

Aproximadamente 900 milhões de pessoas sofrem com a falta de acesso à água potável, e quase três bilhões não têm acesso a sistemas sanitários modernos. As consequências socioeconômicas do acesso inadequado à água e a serviços sanitários de melhor qualidade são substanciais. Segundo estimativas realizadas, as perdas anuais no PIB, associadas ao acesso

inadequado à água são de 6,4%, 5,2% e 7,2% na Índia, Gana e Camboja, respectivamente (PNUD, 2012).

Os estudos apresentados pela UNICEF demonstram que grandes desigualdades, com base no gênero, persistem em muitas sociedades, apesar de evidências demonstrando uma correlação positiva entre diminuição das disparidades de gênero e resultados mais favoráveis de desenvolvimento. As mulheres não possuem direitos de acesso à terra, a propriedades e à herança em grande parte do mundo, a violência é uma realidade brutal para milhões de mulheres e meninas em muitos países, o acesso a serviços básicos de saúde reprodutiva é negado com frequência e, em muitos países em desenvolvimento, continuam pior que os meninos em termos de matrícula escolar e conclusão dos estudos. Apesar do grande progresso desde a Conferência Mundial sobre as Mulheres de 1995, em Pequim, elas continuam insuficientemente representadas no serviço público, principalmente em cargos de liderança e de tomada de decisão. Meninas pobres ou que vivem em zonas de conflito estão menos propensas a estar na escola (PNUD, 2012).

No mundo inteiro, entre as crianças em idade de frequentar a educação fundamental e não matriculadas na escola, 42%, ou seja, 28 milhões vivem em países pobres afetados por conflito. Nos últimos 20 anos, o conflito é um detentor absoluto para o desenvolvimento sustentável. A prevenção bem-sucedida do conflito e a construção da paz são pré-requisitos para o avanço do desenvolvimento (PNUD, 2012).

De acordo com os autores estudados, uma agenda de desenvolvimento sustentável equilibrada e holística é a abordagem mais eficiente para a prevenção de conflito e garantia da paz.

Pobreza, pressões demográficas e acesso a serviços básicos são vistos, tradicionalmente, como problemas predominantemente rurais. Isto pode estar mudando. Um estudo recente do Banco Mundial revelou que, em 2010, a maioria da população mundial vivia em cidades. De acordo com a iniciativa *Fazendo as Cidades Funcionarem*, a população mundial crescerá, por volta de 2050, em mais 2,2 bilhões de pessoas – das quais 2,1 bilhões nascerão nas cidades, sendo 2 bilhões delas nas cidades mais pobres do mundo (PNUD, 2012).

Os desafios do futuro para o desenvolvimento, portanto, terão uma face cada vez mais urbana. A urbanização rápida e não planejada já produz problemas sociais novos e exacerba os existentes. O crime violento em áreas urbanas é um deles, particularmente, entre jovens que vivem em assentamentos informais nas periferias urbanas e que enfrentam perspectiva incerta de emprego na economia formal (PNUD, 2012).

Pesquisas recentes do PNUD descrevem e analisam aumentos perturbadores no crime violento no Caribe: durante o período de 1990-2010, por exemplo, a taxa de homicídios (por população de 100.000) na Jamaica apresentou elevação de 21 para 51; em Trinidad e Tobago ela subiu de 5 para 35. A perspectiva de desenvolvimento rural continua desafiadora: muitas comunidades sofrem com o investimento escasso na agricultura, energia e infraestrutura de transporte, maior competição por terras, água e outros recursos, impactos das alterações climáticas e devastação pela *Acquired Immune Deficiency Syndrome* (AIDS), malária e outras doenças (PNUD, 2012).

Houve perda de pelo menos trinta milhões de empregos no mundo inteiro durante 2007-2009, e os mercados de trabalho ainda não se recuperaram do impacto da crise financeira global. A estimativa de desemprego global está, atualmente, em 200 milhões. Outros 400 milhões de empregos serão necessários para acompanhar o ingresso daqueles que estão entrando no mercado de trabalho. Além disso, 900 milhões de trabalhadores – cerca de 30% da força de trabalho do mundo – vivem na pobreza mesmo com trabalho, ganhando menos de dois dólares por dia. Em muitos países, as perspectivas de emprego para os jovens são as piores em muitos anos (PNUD, 2012).

A pobreza em termos de rendimentos, as disparidades entre gêneros, o acesso desigual a recursos, serviços básicos e trabalho decente aumentaram a exposição a desastres e riscos ambientais. Esta confluência não é mera coincidência: os custos humanos da degradação ambiental e do subdesenvolvimento social são suportados principalmente pelos pobres, cujo sustento e bem-estar estão mais estreitamente ligados aos recursos naturais e proteção social e que, portanto, estão mais propensos a arcar com os custos sociais de práticas ambientais insustentáveis (PNUD, 2012).

A “Primavera Árabe”³ mostra que essas ligações não são acadêmicas. Desigualdades sociais reais e percebidas nessa região acompanharam altas nos preços de alimentos e preocupações ligadas à governança, criando uma enraizada instabilidade sociopolítica, conflito e crise – mesmo em países com renda alta e média (PNUD, 2012).

Leff (2008, p. 106) afirma que “o discurso do desenvolvimento sustentável não é homogêneo”, expressa estratégias que se conflitam, pois respondem a visões e interesses

³ Trata-se de um período de transformações históricas nos rumos da política mundial. Entende-se por Primavera Árabe a onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte do continente africano em que a população foi às ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições sociais de vida. O início foi em dezembro de 2010 na Tunísia, com a derrubada do ditador Zine El Abidini Ben Ali. Em seguida, a onda de protestos se arrastou para outros países. No total, entre países que passaram e que ainda estão passando por suas revoluções, somam-se à Tunísia, Líbia, Egito, Argélia, Iêmen, Marrocos, Bahrein, Síria, Jordânia e Omã.

distintos. A perspectiva economicista distingue o mercado como mecanismo para “internalizar as externalidades ambientais e para valorizar a natureza, recodificando a ordem da vida e da cultura em termos de um capital natural e humano” (LEFF, 1996, p. 106). Já as propostas tecnicistas destacam a desmaterialização da produção, a reciclagem dos dejetos e as tecnologias limpas (HINTERBERGER; SEIFERT, 1995). Por outro lado, destacam os autores citados, a partir da perspectiva ética, as alterações nos valores e nos comportamentos dos indivíduos surgem como o princípio principal para alcançar a sustentabilidade.

A instituição da Educação Ambiental

Neste cenário de crise ambiental, a Educação Ambiental (EA) é identificada e reconhecida como um caminho possível para o alcance da sustentabilidade. A Lei nº 9.795, de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, traz a seguinte definição para EA:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A definição destacada acima permite afirmar que a EA pode ser considerada como um processo de educação política, que pode fazer com que a cidadania seja exercida e possibilite gerar uma ação transformadora para melhorar a qualidade de vida da coletividade.

Para Reigota (2000, p. 34), o compromisso político e a competência técnica são inerentes à práxis da EA. O compromisso político com a sustentabilidade tem

Como princípio a utopia de uma sociedade baseada na justiça e no direito à vida digna, não só da espécie humana, mas, de todas as formas de vida. As opções cotidianas são opções políticas [...] O compromisso político de toda pessoa interessada em praticar a educação ambiental deve estar relacionado com a possibilidade (utópica) de construção de uma sociedade sustentável baseada na justiça, dignidade, solidariedade, civilidade, ética e cidadania. E na desconstrução revolucionária, radical, persistente e pacífica do poder político, institucionalizado e simbólico, daqueles que primam pela estupidez, brutalidade, vulgaridade, cinismo e arrogância. A competência técnica é condição básica para a conservação do compromisso político.

Conforme o autor citado, é possível confirmar que a Educação Ambiental tem um grande papel no processo necessário de mudança na mentalidade, na forma e perspectiva que a sociedade compreende o ambiente ao redor, de modo que ela seja vista como parte integrante e não como algo separado. É ela que abrirá as mentes para uma nova mentalidade e conscientização.

Na Conferência Intergovernamental de Tbilisi, ocorrida em 1977, na Geórgia-URSS, a Educação Ambiental foi definida como:

[...] um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as interrelações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE).

À Educação Ambiental cabe, então, contribuir para transformar a sociedade atual de modo a torná-la cada vez mais sustentável. Para isto, a Educação Ambiental deve ser efetivada no nível fundamental, médio e superior de ensino. Pode também ser desenvolvida na educação informal pelas empresas, pessoas físicas, organizações não governamentais, entre outros.

A EA foi institucionalizada com a Declaração de Estocolmo, naquela primeira conferência mundial sobre o meio ambiente. No que concerne ao ensino superior, durante os primeiros vinte anos, após essa conferência, as ações da Organização das Nações Unidas, segundo Pavesi (2007), contribuíram para criar um clima de consenso referente à necessidade da inserção da EA nas instituições de ensino superior e, nos anos subsequentes, criam-se, de fato, diversos grupos, encontros e programas de pesquisa e de trabalho sobre a Ambientalização Curricular como o programa Copernicus de cooperação interuniversitária sobre o ambiente da Associação de Universidades Europeias (CRE COPERNICUS); o *Global Higher Education for Sustainability Partnership* (GHESP); a Organização Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente (OIUDSMA); e a *Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education* (AASHE); além de publicações como *International Journal of Sustainability in Higher Education*.

Com efeito, é possível reconhecer que as universidades seguiram com o máximo interesse as numerosas reuniões internacionais que ressaltaram a importância de uma educação para a sustentabilidade em todos os âmbitos educativos e especialmente no universitário: Programa *Man and Biosphere* (MaB) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 1962; Informe do Clube de Roma, 1971; Carta de Belgrado, 1975; Conferência Intergovernamental de Tbilisi, 1977; Reunião Internacional de especialistas em EA de Paris, 1982; Congresso de Moscou, 1987; Conferência do Rio, 1992; Congresso Mundial sobre EA e Comunicação em Ambiente e Desenvolvimento de Toronto, 1992; Conferência de Tessalônica, 1997. (CIURANA, 2002)

A UNESCO pôs em marcha, em 1994, um projeto internacional transdisciplinar, dirigido a provocar transformações radicais na forma de criar o conhecimento ordenado e veicular até chegar às aulas ou a outros espaços educativos. Embora em distintos setores

educativos sejam numerosas as propostas e as investigações que vêm sendo desenvolvidas, desde os anos 1970, no âmbito universitário, a educação para a sustentabilidade, conforme este estudo identificou, é um tema que foi iniciado apenas na década de 1990 (CIURANA, 2002).

No Brasil, em 2001, foi constituída a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental (RUPEA), tendo como origem a parceria entre três Instituições de Educação Superior: a Universidade de São Paulo (USP); a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Depois, outras universidades se juntaram à Rede: Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP; Centro Universitário Moura Lacerda – CUMIL; Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; Centro Universitário Fundação Santo André – FSA; Universidade Luterana do Brasil – ULBRA; Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Universidade São Francisco – USF. (FERRARO JUNIOR, 2004)

Dentre os principais objetivos da RUPEA, podem-se destacar: a elaboração de propostas em EA que contribuam para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis; formação de agentes de sustentabilidade socioambiental e a criação de fórum e intercâmbios para debater políticas públicas de EA (FERRARO JUNIOR, 2004).

No plano internacional, em 2001 (GONZALEZ, 2008), foi criado um grupo de onze universidades de sete países – Alemanha, Argentina, Brasil, Cuba, Espanha, Itália e Portugal – constituindo uma rede denominada *Rede ACES* – Ambientalização Curricular do Ensino Superior, que teve a duração de dois anos, apresentando como resultado a elaboração de proposições e pesquisas que trabalhavam a questão da *Ambientalização Curricular*.

O termo *ambientalização* se refere às tendências e predisposições aparentes nos currículos para abordagens que possam garantir, entre outras, a perspectiva de aspectos relacionados à dimensão ambiental nas instituições escolares. (OLIVEIRA, 2011)

A Rede foi formada a partir da apresentação ao Programa Alfa da União Europeia, no final de 2001, do Programa de Ambientalização Curricular dos Estudos Superiores: desenho de intervenções e análises do processo, o qual teve seu ponto de partida fundamental no primeiro encontro presencial de trabalho da Rede, o Primeiro Seminário Internacional sobre Sustentabilidade na Educação Superior, celebrado na Universidade Técnica de Hamburgo, na Alemanha, em 2002. Esse programa se comprometeu com um estudo piloto sobre o grau de ambientalização dos currículos de formação de estudantes universitários das instituições integrantes da *Rede ACES*, segundo metodologias qualitativas e quantitativas, bem como com o planejamento e a realização de intervenções nas práticas curriculares inovadoras, visando

transferir e adaptar os mecanismos de ambientalização utilizados no estudo para todas as unidades acadêmicas de cada instituição participante. (FARIAS, 2008)

De acordo com Farias (2008), a *Rede ACES* propôs dez características que um currículo deve apresentar para ser “ambientalizado”, e, a partir desse marco referencial, vários projetos foram desenvolvidos nas universidades participantes com o intuito de produção de conhecimento sobre esses processos.

Segundo Gonzalez (2008), a *Rede ACES* finalizou seus trabalhos no ano de 2004, no entanto, as propostas e discussões de *Ambientalização Curricular* continuam ocorrendo nas universidades que participaram desse projeto e também em outros espaços de produção de conhecimento, respondendo à necessidade de inserção da temática ambiental no ensino superior.

Gonzalez (2008) afirma que pesquisas que procuram compreender os caminhos, possibilidades e limites da inserção da temática ambiental, nos diferentes cursos de formação profissional superior no Brasil, constituem-se como experiências significativas de investigação.

As pesquisas sobre a *Ambientalização Curricular* vêm se constituindo em um campo profícuo de investigação, seja por meio da elaboração de teses e dissertações, ou na apresentação de trabalhos em eventos científicos, como os apresentados por Zuin (2008); Zuin; Farias, Freitas (2009) e Pereira, Campos, Abreu (2009).

Assim sendo, apresenta-se a seguir uma revisão de alguns trabalhos acadêmicos a respeito da *Ambientalização Curricular*, que foram realizados no Brasil nos últimos cinco anos: a tese de doutorado, defendida por Barba (2011); as dissertações de mestrado elaboradas por Oliveira (2011) e Gonzalez (2008).

Barba (2011), na tese em Educação, intitulada *Ambientalização Curricular no ensino superior: o caso da Universidade Federal de Rondônia campus de Porto Velho*, apresenta em seu estudo os seguintes objetivos:

- a) Analisar se os cursos da Universidade Federal de Rondônia campus de Porto Velho incorporam a temática ambiental nos seus projetos pedagógicos;
- b) Identificar quais temas ambientais são priorizados pelos cursos da Universidade Federal de Rondônia - campus de Porto Velho (p. 37).

A coleta de dados realizou-se por meio de análise documental dos projetos pedagógicos, planos das disciplinas dos cursos de graduação e a realização de entrevistas com os coordenadores e professores dos cursos de graduação do campus UNIR de Porto Velho.

A metodologia utilizada por Barba (2011) para a análise dos dados foi a “Análise de Conteúdo” (p. 39), compreendendo quatro etapas fundamentais: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação com a organização e

classificação dos temas ambientais para encontrar os núcleos de sentido, e, d) redação das análises e sínteses interpretativas das temáticas ambientais identificadas na coleta de dados.

O autor realiza uma análise a respeito do estudo da natureza no contexto histórico do pensamento ocidental face ao conhecimento ambiental, investiga a inserção da temática ambiental no Ensino Superior por meio das Conferências Mundiais, discorre sobre a inserção da temática ambiental no Ensino Superior no Brasil e sobre a concepção de currículo e de currículo ambiental. E apresenta também as características de um currículo ambientalizado, segundo a *Rede ACES*.

As conclusões apresentadas por Barba (2011) indicam que há elementos significativos que tratam da temática ambiental nos cursos da UNIR. No que se refere às características da *Rede ACES* que foram adotadas na tese, como referência para a análise dos diferentes cursos, observou-se que algumas delas estão presentes nos cursos analisados:

A partir da análise documental, tanto dos Projetos Pedagógicos quanto dos planos de ensino, bem como da análise das entrevistas, pode-se observar as seguintes características de Ambientalização Curricular nos cursos objeto de estudo dessa pesquisa: “compromisso com as transformações nas relações sociedade natureza”; “complexidade”; “contextualização local-global-local, global-local-global”; “levar em conta o sujeito na construção do conhecimento” e “considerar os aspectos cognitivos e afetivo, éticos e estéticos”. (p. 279)

Oliveira (2011), ao estudar os *Cursos de Pedagogia em Universidades Federais Brasileiras: políticas públicas e processos de Ambientalização Curricular*, teve os seguintes objetivos:

- Identificar tendências e propostas presentes nos documentos publicados pelo MEC/Secad e INEP que contemplam a inserção da temática ambiental na formação inicial de professores da educação básica.
- Identificar características de Ambientalização Curricular presentes nos projetos político-pedagógicos dos cursos de Pedagogia de universidades federais do Brasil.
- Explorar possíveis aproximações e distanciamentos entre os projetos de cursos de Pedagogia de universidades federais do Brasil e as propostas apresentadas pelo governo federal de incorporação da temática ambiental na formação inicial de professores da escola básica. (p.27)

A metodologia empregada na pesquisa foi a qualitativa, tendo como instrumentos para a coleta de dados a análise de documentos do tipo oficial buscados nos bancos de dados das instituições e documentos elaborados pelas universidades federais que se referem a projetos político-pedagógicos de cursos específicos. Com os documentos oficiais e uma amostra de 79 projetos coletados, a autora iniciou o processo de análise dos dados na tentativa de identificar as dimensões relativas à temática ambiental nos documentos.

O procedimento escolhido para produção e análise dos dados foi uma “adaptação da técnica de análise de conteúdo, modalidade temática, descrita por Bardin (2009)”.

A autora concluiu que há um processo de inserção da temática se desenvolvendo nos cursos, principalmente através do oferecimento de disciplinas voltadas para a questão ambiental. Foi percebida uma possível falta de articulação mais profunda entre as políticas de formação de professores e de EA e a construção de projetos pedagógicos de cursos superiores. Mesmo observando possíveis fragilidades na abordagem da temática nesses cursos e, ainda, a pouca articulação com as propostas e políticas envolvidas, considera-se como um grande passo o fato dessas questões, de alguma maneira, estarem sendo tratadas, pelo menos no nível do plano, na formação desses professores, que devem atuar na educação infantil e nos primeiros anos da educação fundamental.

Gonzalez (2008), ao pesquisar *A Temática Ambiental e os cursos superiores de Turismo do Estado de São Paulo*, apresenta os seguintes objetivos:

- a) Analisar se a temática ambiental tem sido considerada nos cursos superiores de Turismo e identificar quais abordagens desta temática estão sendo consideradas;
- b) Identificar quais conhecimentos relativos à temática ambiental têm sido priorizados pelos cursos;
- c) Analisar se os cursos de turismo que oferecem ênfase/enfoque em meio ambiente e ecoturismo incorporam processos de “Ambientalização Curricular” nos seus projetos pedagógicos. (p. 13)

A metodologia utilizada na investigação foi de cunho qualitativo e os instrumentos para a coleta de dados foram a análise de documentos e entrevistas semiestruturadas.

Após pesquisar um grande número de cursos, a autora selecionou dois cursos superiores de Turismo no Estado de São Paulo, da UNESP e da UFSCar, analisando seus projetos pedagógicos (PP), com o objetivo de “identificar os conhecimentos relativos à temática ambiental e às práticas pedagógicas” (p. 15). O método da “análise de conteúdo” foi escolhido pela autora para a análise dos dados da pesquisa.

A autora fez também uma apresentação teórica sobre o currículo e sobre a *Ambientalização Curricular*, destacando as características da *Rede ACES* com a temática ambiental nos cursos superiores de Turismo do Estado de São Paulo.

A autora apresentou as seguintes conclusões:

[...] os dados indicam que a relação turismo e temática ambiental é a mais presente nos projetos pedagógicos, sendo as relações Turismo e meio ambiente e turismo sustentável as mais trabalhadas. As questões ligadas à gestão e manejo de espaços naturais e à sustentabilidade também foram identificadas como muito presentes nesses documentos. (p. 115)

Esses três trabalhos são importantes para esta dissertação, uma vez que abordam a temática ambiental nos currículos de cursos superiores, a partir de uma análise sobre o processo de *Ambientalização Curricular*.

O objetivo de avaliar esses trabalhos de pesquisa foi verificar metodologicamente como os pesquisadores realizaram sua pesquisa, no que tange à *Ambientalização Curricular*, permitindo estabelecer algumas rotas teórico-metodológicas para esta dissertação. Dessa forma, este trabalho de pesquisa se justifica por investigar uma Instituição de Educação Superior (IES), situada na Região Metropolitana da Baixada Santista, cuja importância é fundamental no contexto nacional do cenário econômico, social e ambiental.

Caracterização da Região Metropolitana da Baixada Santista

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) está localizada no litoral central do Estado de São Paulo, sendo a primeira região metropolitana criada no âmbito das constituições Federal e Estadual, respectivamente de 1988 e 1989, foi regulamentada por meio da Lei Complementar n.º 815, de 30 de julho de 1996. É formada pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente, abrange uma área de 2.373 km², representando menos de 1% do território paulista (AGEM, 2004/2005). No Mapa 1 é apresentada a localização da RMBS.

Mapa 1 - Localização da RMBS



Fonte: Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM, 2004/2005)

Terceira maior região do Estado de São Paulo em termos populacionais, esta área é habitada por cerca de 1,8 milhão habitantes, conforme dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, sendo que, no período de temporada de férias, este número praticamente dobra. A RMBS é responsável por um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 18,5 bilhões de reais, contribuindo com 3,7% da riqueza estadual. (AGEM, 2004/2005)

A região caracteriza-se pela diversidade de funções de seus municípios. Além do parque industrial de Cubatão e do Complexo Portuário de Santos, desempenha funções de destaque em nível estadual, como as atividades industrial e de turismo, e outras de abrangência regional, como as relativas aos comércios atacadista e varejista, ao atendimento à saúde, educação, transporte e sistema financeiro. Têm presença marcante nas atividades de suporte ao comércio de exportação, originadas pela proximidade do complexo portuário. (EMPLASA, 2013)

Com aproximadamente 13 km de cais, quase 500 mil m² de armazéns, o Porto de Santos, maior e mais importante complexo portuário da América do Sul, movimenta anualmente 76 milhões de toneladas, entre carga geral, líquidos e sólidos a granel e mais de 40% do movimento nacional de *contêineres*. (EMPLASA, 2013)

Atualmente a RMBS evidencia um crescimento urbano volumoso devido aos investimentos da indústria petrolífera no Brasil com a descoberta de novos campos de exploração. Em 2007, foi divulgada a descoberta de petróleo na Bacia de Tupis na camada Pré-Sal, área que está localizada entre os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, o que trouxe novas inversões no campo imobiliário e na área de negócios na Região.

O crescimento exacerbado em Santos, Cubatão e Guarujá, aliado a atividades geradoras de emprego no comércio e serviços, provocou um movimento em direção aos municípios, com melhores condições de habitabilidade. São Vicente, Praia Grande e o distrito de Vicente de Carvalho, no Guarujá, adquiriram características de cidades-dormitório, com intensa conurbação entre si, só prejudicada pelas restrições de ordem física, que os impedem de apresentar uma mancha urbana contínua. (EMPLASA, 2013)

Apesar de sua função portuária, seu expressivo polo siderúrgico e da indústria de turismo, a RMBS apresenta problemas comuns aos grandes aglomerados urbanos, como a questão ambiental, carência de infraestrutura, saneamento, transporte e habitação. (EMPLASA, 2013)

Na RMBS, localizam-se as bacias dos rios Cubatão, Mogi, Jurubatuba, Quilombo, Diana, Itapanhaú, Piacabuçu, Aguapéu e Branco, que têm suas nascentes na Serra do Mar e

deságuam no estuário de Santos. A RMBS dispõe de três compartimentos geomorfológicos distintos: Planície Costeira, Serra do Mar e, em alguns municípios, Planalto Paulistano. Na RMBS encontram-se florestas, restingas e manguezais, sendo estes últimos dominantes na paisagem. A RMBS possui 83 praias, sendo a extensão da linha de praias de 161 km, a extensão da linha de costas 246 km e a extensão da linha de costões 83 km.

A RMBS abriga unidades de conservação ambiental que, segundo o Ministério do Meio Ambiente, são espaços de território com características naturais relevantes e limites definidos, instituído pelo Poder Público para garantir a proteção e conservação dessas características naturais. Existem unidades de conservação de proteção integral, garantindo a preservação total da natureza, e de uso sustentável, que permitem seu uso controlado. A criação de Unidades de Conservação pelo Poder Público, enquanto espaço especialmente protegido, tem respaldo na Constituição Federal (artigo 225, parágrafo 1º, inciso III), na lei 6.938 de 31/08/1981 (inciso VI) e ainda é objeto de uma lei específica: a Lei 9.985, de 18/07/2000, dita Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, regulamentada pelo Decreto 4.340 de 22/08/2002. Na RMBS, abrigam-se as seguintes unidades de conservação ambiental, descritas no Quadro 1:

Quadro 1 – Unidades de conservação ambiental na RMBS

Unidade de conservação ambiental	Territórios abrangidos
Parque Estadual da Serra do Mar	Territórios de 26 municípios do Estado de São Paulo, sendo 8 municípios da RMBS
Parque Estadual Xixová-Japui	Praia Grande e São Vicente
Parque Estadual Marinho da Laje de Santos	Santos
Estação Ecológica Juréia-Itatins	Peruíbe, Itariri, Miracatu e Iguape
Estação Ecológica Tupiniquins	Peruíbe e Cananéia
Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe e Zona de Vida Silvestre	Peruíbe, Itariri, Miracatu, Iguape, Cananéia e Ilha Comprida
Área de Relevante Interesse Ecológico da Ilha (fluvial) do Ameixal	Peruíbe
Área de Relevante Interesse Ecológico das Ilhas Queimada Pequena e Queimada Grande	Itanhaém e Peruíbe
Área de Relevante Interesse Ecológico das Ilhas Queimada Pequena e Queimada Grande	Territórios de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, abrangendo 113 municípios, inclusive os 9 municípios da RMBS

Fonte: AGEM (2004/2005).

Outro dispositivo legal utilizado pelo poder público para manter e proteger as áreas naturais ainda existentes é o tombamento, que segundo o Decreto-lei 25/1937, constitui-se em um recurso de proteção das áreas ou monumentos naturais de valor histórico, arqueológico,

turístico ou científico, cuja conservação é de interesse público. É uma intervenção do Estado, instituída em terras públicas ou privadas que, sob regime especial de cuidados, passam a sofrer restrições de uso que garantam a preservação de suas características originais. Nessas áreas, qualquer projeto que possa acarretar modificações no meio ambiente deverá ser submetido à aprovação prévia do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). Na Região, encontram-se as seguintes áreas naturais tombadas, descritas no Quadro 2:

Quadro 2 – Áreas naturais tombadas na RMBS

Área Natural Tombada	Município
Caminho do Mar	Cubatão
Morro do Botelho	Guarujá
Morros do Monduba, do Pinto e do Icanhema	Guarujá
Serra do Guararu	Guarujá
Vale do Quilombo	Santos
Serra do Mar e de Paranapiacaba	Diversos municípios do Estado

Fonte: AGEM (2004/2005).

A RMBS contempla também terras indígenas, que a Constituição Federal, no parágrafo 1º, do artigo 231, conceitua como terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e define-as como sendo aquelas:

Por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 1988)

Terras que, segundo o inciso XI do artigo 20 da Constituição Federal, "são bens da União" e que, pelo §4º do art. 231, são "inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis".

Na Região, são as seguintes as terras indígenas:

- Guarani do Aguapeú, em Mongaguá.
- Guarani do Ribeirão Silveira, em Bertioga e São Sebastião.
- Itaóca, em Mongaguá.
- Peruíbe, em Peruíbe.
- Rio Branco, em Itanhaém, São Paulo e São Vicente.

Instituições de Educação Superior credenciadas na Região Metropolitana da Baixada Santista

A Região conta com 27 Instituições de Educação Superior (IES), excluindo cursos de Educação a Distância (EAD), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), conforme o *site* <http://emec.mec.gov.br/>, sendo uma em Bertioga, Cubatão e Peruíbe, três em Guarujá e São Vicente, duas em Itanhaém, cinco em Praia Grande e onze em Santos. As instituições são apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 3 – IES credenciadas na RMBS

Município	Instituição de Educação Superior
Bertioga	Faculdade de Bertioga – FABE
Cubatão	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP
Guarujá	Faculdade de Educação, Ciências e Letras Don Domênico – FECLE Faculdade do Guarujá – FAGU Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP
Itanhaém	Faculdade de Ciências Aplicadas e Tecnológicas do Litoral Sul – FACSU Faculdade de Itanhaém – FAITA
Peruíbe	Faculdade Peruíbe – FPBE
Praia Grande	Faculdade Alfa – FA Faculdade de Tecnologia de Praia Grande – FATECPG Faculdade de Tecnologia Porto Sul – FAPS Faculdade do Litoral Sul Paulista – FALS Faculdade Praia Grande – FPG
Santos	Centro Universitário Lusíada – UNILUS Centro Universitário Monte Serrat – UNIMONTE Escola Superior de Administração e Gestão da Baixada Santista – ESAGS Faculdade de Tecnologia Rubens Lara – FATEC-BS Faculdade ESAMC Santos – ESAMC Faculdades Universitas Universidade Católica de Santos – UNISANTOS Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES Universidade Paulista – UNIP Universidade Santa Cecília – UNISANTA
São Vicente	Faculdade de São Vicente – FSV Faculdade de Tecnologia de São Vicente – FATEF Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP

Fonte: MEC *site* <http://emec.mec.gov.br/>

Dessas Instituições de Educação Superior da RMBS credenciadas pelo Ministério da Educação, dez apresentam curso de Ciências Contábeis cadastrados no *site* do MEC:

- Faculdade do Guarujá – FAGU

- Faculdade de Itanhaém – FAITA
- Faculdade Peruíbe – FPBE
- Faculdade do Litoral Sul Paulista – FALS
- Centro Universitário Monte Serrat – UNIMONTE
- Faculdade ESAMC Santos – ESAMC
- Universidade Católica de Santos – UNISANTOS
- Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES
- Universidade Paulista – UNIP
- Universidade Santa Cecília – UNISANTA

Como se observa, o curso de Ciências Contábeis é oferecido por dez (37%) instituições de Ensino Superior na RMBS. Pode-se, então, identificar a sua relevância no preparo de profissionais para o mercado de trabalho, assim como pesquisadores para o meio acadêmico.

Delineamento da pesquisa

Para este estudo, foi escolhido o curso de graduação de Ciências Contábeis de uma Instituição de Educação Superior da Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo, contribuindo para a escolha do curso a história de vida do pesquisador. Ademais, Zuin e Freitas (2007) afirmam que “o âmbito mais restrito pelo qual o processo de ambientalização pode ocorrer é a intervenção em uma disciplina, podendo se expandir para toda a grade curricular de um determinado curso”. (p. 1)

Esta justificativa está referendada pela inegável relação entre a IES, o meio ambiente da Região Metropolitana da Baixada Santista e a necessidade de se conhecer como essa relação está presente na formação superior do profissional da área de Contábeis. Dessa forma, **a questão-problema** norteadora deste trabalho é:

- Como a temática ambiental tem sido considerada no projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis em destaque nesta pesquisa?

Em decorrência:

- Essa consideração pode ser entendida como um processo de *Ambientalização Curricular*?
- Quais temas ambientais têm sido priorizados pelo curso de graduação de Ciências Contábeis?

- De que forma a temática ambiental tem sido trabalhada pelos professores do curso de Ciências Contábeis?
- Qual a percepção dos alunos sobre a temática ambiental no curso de Ciências Contábeis?

Considerando as questões desta pesquisa, foi elaborado como **objetivo principal**:

- Compreender como o curso de graduação de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES), na Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo, incorpora a temática ambiental no seu currículo.

E como **objetivos específicos**:

- Identificar quais conhecimentos da temática ambiental têm sido priorizados pelo curso de Ciências Contábeis em estudo.
- Identificar as características de *Ambientalização Curricular* que estão presentes no curso de Ciências Contábeis.
- Compreender a percepção dos alunos sobre a temática ambiental no curso de Ciências Contábeis.

A abordagem metodológica qualitativa foi utilizada na pesquisa devido ao caráter exploratório das questões e objetivos apresentados acima. Chizzotti (2001, p. 79) considera que nesse tipo de pesquisa:

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Os procedimentos para a obtenção de dados foram efetuados por meio de análise documental da evolução do currículo do curso de Ciências Contábeis, do projeto pedagógico de curso e questionários enviados aos professores e alunos da IES de interesse.

Foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo para análise dos dados, proposta por Lefevre e Lefevre (2012), que:

[...] consiste em uma série de operações sobre a matéria dos depoimentos individuais ou de outro tipo de material verbal (artigos de jornais, revistas, discussões em grupo etc.), operações que redundam, ao final do processo, em depoimentos coletivos, ou seja, constructos confeccionados com estratos literais do conteúdo mais significativo dos diferentes depoimentos que apresentam sentidos semelhantes. (p.17)

Estrutura do trabalho

O trabalho desenvolvido na presente pesquisa é apresentado por meio dos seguintes capítulos:

Introdução: apresenta, principalmente, a revisão bibliográfica das pesquisas sobre a Ambientalização Curricular, a fim de delinear o objeto de estudo; explica as questões de pesquisa, os aspectos metodológicos, considerando os objetivos propostos.

O primeiro capítulo tem como objetivo descrever a Contabilidade, os seus principais usuários, os seus conceitos e a sua finalidade, o surgimento da responsabilidade social e do Balanço Social como forma de evidenciar essa responsabilidade e a utilização da Contabilidade Ambiental, seus conceitos e objetivos.

O segundo capítulo é formado pela inserção da temática ambiental no Ensino Superior no Brasil, a concepção de currículo e as características de um currículo ambientalizado, conforme a *Rede ACES*.

O diagnóstico sobre a Ambientalização Curricular do curso de Ciências Contábeis é apresentado no terceiro capítulo, contemplando análise da evolução curricular do curso superior de Ciências Contábeis, no Brasil, análise do projeto pedagógico do curso e dos planos de ensino da IES escolhida. O terceiro capítulo apresenta também o percurso metodológico da pesquisa.

A discussão e a análise dos resultados obtidos com a pesquisa são efetuadas no quarto capítulo.

Nas considerações, são analisados os componentes mais significativos dos resultados da pesquisa.

1. A CONTABILIDADE E O MEIO AMBIENTE

O objetivo deste capítulo é discorrer, brevemente, sobre a Contabilidade, os seus principais usuários, os seus conceitos e a sua finalidade. Expor sobre o surgimento da responsabilidade social e o Balanço Social como forma de evidenciar essa responsabilidade. Descrever a utilização da Contabilidade Ambiental, seus conceitos e objetivos. Importante ressaltar que a Contabilidade Pública não foi contemplada neste trabalho de pesquisa.

A história da Contabilidade é tão antiga quanto a história da civilização. Na verdade, pode-se afirmar que a noção de conta já estava presente antes da civilização. O homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e de pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, e na necessidade de proteger e perpetuar seus bens, já praticava uma forma rudimentar de Contabilidade. (SÁ, 1997)

Para Sá (1997, p. 12), “a escrituração contábil nasceu antes mesmo que a escrita comum aparecesse, ou seja, o registro da riqueza antecedeu aos demais, como comprovam os estudos realizados sobre a questão, na antiga Suméria”.

Em função de toda a história e evolução da Mesopotâmia e todos os seus legados, como o sistema decimal, o calendário, os pesos e medidas, e até o impulso para o surgimento do atual alfabeto, é provável que a Contabilidade tenha dado seus primeiros passos nessa região, conforme corrobora Sá (1997, p. 25), “apurações de custos, revisões de contas, controles gerenciais de produtividade, orçamentos, tudo isso já era praticado em registros feitos em pranchas de argila, nas civilizações da Suméria e da Babilônia (Mesopotâmia)”.

A utilização do papiro e do cálamo, no Egito, influenciou o desenvolvimento e aperfeiçoamento da escrita contábil. Os egípcios, ao escriturarem as contas com base no valor de sua moeda, o *shat*, deram um grande passo no desenvolvimento da Contabilidade, uma vez que, com o surgimento da moeda e das medidas de valor, o sistema de contas ficou completo, possibilitando determinar as contas Contábeis representantes do patrimônio e seus respectivos valores. (SCHMIDT, 2000).

Melis apud Sá (1997) considera que o nascimento das partidas dobradas⁴ ocorreu na região de Toscana, na Itália, entre os anos 1250 e 1280 da era cristã. Schmidt (2000) assinala o

⁴ O método das partidas dobradas consiste no fato de que para qualquer operação há um débito e um crédito de igual valor ou um débito (ou mais débitos) de valor idêntico a um crédito (ou mais créditos). Portanto, não há débitos sem créditos correspondentes. Toda operação no mundo dos negócios é uma “estrada de mão dupla”. Por exemplo, quando se compra uma mercadoria, recebe-se um bem (a mercadoria). Como contrapartida, dá-se outro bem (dinheiro) ou uma promessa de pagamento no futuro. Todas as operações, assim, envolvem aspectos duplos (IUDÍCIBUS & MARION, 2000)

desenvolvimento econômico de alguns centros comerciais da Itália, como Veneza, Gênova e Florença e o início da tecnologia de impressão de livros na Alemanha, assim como sua rápida dispersão pelos grandes centros comerciais da Europa, principalmente o norte da Itália, como os grandes propulsores das partidas dobradas.

A Contabilidade, como sistema de escrituração, surgiu nessa época, conforme assevera Iudícibus e Marion (2008):

O método das partidas dobradas, base do sistema, encontra seus registros iniciais já em 1299-1300 em uma empresa de mercadores de Florença e uma forma mais completa, em 1340, na cidade de Gênova. Está-se a falar, ainda, de sistema de escrituração e de método das partidas dobradas. (p. 9)

Em 1494, o frei franciscano Luca Pacioli, a partir da invenção da imprensa, publicou, em Veneza, na Itália, o primeiro livro sobre o sistema contábil. Era um livro sobre aritmética que contemplava apenas um tratado, com 36 capítulos, sobre a parte contábil, sendo a distinção IX, tratado XI, denominado *Tractatus de computis et scripturis*, que apresentava o processo das partidas dobradas. Desse tratado, assim descrito por Schmidt (2000), surgiram alguns legados de suma importância para a Contabilidade, a saber:

- A definição de inventário e explicações sobre como realizar os registros.
- A organização dos lançamentos Contábeis no *memoriale*, livro que registrava as operações à medida que iam ocorrendo, no *giornale*, livro diário e no *quaderno*, livro razão.
- A autenticação desses livros como meio para evitar fraudes nos registros.
- O registro de despesas e receitas e proposta de apuração de resultado financeiro no final do ano.
- O confronto entre os lançamentos do livro razão e do diário.
- O sistema de partidas dobradas.
- Entre outros, além de evidenciar que primeiro deveria vir o devedor e depois o credor.

Tendo como objetivo estabelecer teorias, a Contabilidade passou por várias etapas, da observação à organização dos raciocínios, desta aos conceitos que, por sua vez, produziram enunciados ou teoremas que geraram, finalmente, as teorias. Para isto, surgiram escolas do pensamento contábil, cada uma sucedendo à outra, fornecendo conhecimentos que influenciaram no estabelecimento definitivo da Contabilidade como ciência. (SCHMIDT, 2000)

A escola Administrativa ou Lombarda é considerada a primeira, é denominada assim por sua localização, a Lombardia, no norte da Itália. Para essa escola, a Contabilidade é um

conjunto de noções econômicas e administrativas aplicadas à arte de escriturar os livros e registrar as contas. É necessário que o contador detenha um perfeito conhecimento da gestão da entidade e não domine apenas técnicas de registro contábil. (SCHMIDT, 2000)

A segunda escola, nominada Personalista ou Toscana, foi fundada na segunda metade do século XIX. Para essa escola, “as contas deveriam ser abertas em nome de pessoas verdadeiras, físicas ou jurídicas, e o dever e o haver representavam débitos e créditos das pessoas titulares dessas contas”. (SCHMIDT, 2000, p. 61)

O principal mentor da Escola Controlista foi Fabio Besta, cuja obra fundamental é *La ragioneria*. Realizou uma diferença entre a administração econômica e a administração geral. Para Fabio Besta, a Contabilidade pode ser compreendida como a ciência do controle econômico. (SCHMIDT, 2000)

Leo Gomberg é considerado o precursor da Escola Alemã ou Reditualista. Os reditualistas consideravam o lucro como objeto de estudo da Contabilidade. Eugen Schmalenbach foi o mentor intelectual dessa doutrina. Priorizava mais o crédito do que a estrutura patrimonial, compreendendo que o êxito de uma empresa dependia dos lucros que auferia. (SÁ, 1997)

Alberto Ceccherelli é considerado um dos precursores da Moderna Escola Italiana ou de Economia Aziendal, editando seus trabalhos de 1910 a 1957. Para ele, o capital que uma pessoa coloca em uma empresa é uma coisa e outra coisa é o capital da própria empresa, que engloba todos os recursos que consegue captar para atingir seus objetivos ou suprir suas necessidades. (SÁ, 1997)

Ainda nessa escola, surge Gino Zappa que afirma que os sistemas Contábeis devem representar a formação do resultado, que está relacionado com todos os fatos administrativos e com toda dinâmica da empresa, isto é, o resultado é o mais importante fenômeno econômico da entidade. (SCHMIDT, 2000)

Conforme Sá (1997), o principal mentor da Escola Patrimonialista foi o italiano Vincenzo Mais, difundindo suas ideias em 1926 com a publicação de um artigo intitulado *La Ragioneria come scienza del patrimonio*. Ele apresentou o fenômeno patrimonial como objeto da Contabilidade.

Finalizando a pesquisa sobre as escolas do pensamento contábil, tem-se a Escola Norte-Americana que elaborou diversas construções teóricas importantes, contribuindo para o progresso das doutrinas da Contabilidade e dos relatórios Contábeis, bem como o desenvolvimento da Contabilidade Gerencial (SÁ, 1997).

Nesta investigação sobre a Contabilidade pode-se também constatar o surgimento de órgãos reguladores, como a criação da *Securities and Exchange Commission (SEC)* pelo governo americano, em 1934, responsável pela regulamentação do formato e conteúdo das demonstrações financeiras das companhias abertas (SCHMIDT, SANTOS e FERNANDES 2007).

Outro órgão regulador criado foi o *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, em 1973, tendo como objetivo determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contábeis (HERNANDEZ, 2005).

Na Europa, em 1973, foi criado o *International Accounting Standards Committee (IASC)* que, a partir de abril de 2001 foi substituído pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Trata-se de uma organização privada, criada por um acordo realizado entre os representantes das entidades profissionais da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, Reino Unido, Estados Unidos e diversas nações. Com sede em Londres, órgão emissor de normas dominante da Contabilidade Internacional, de grande importância no processo de harmonização das práticas e procedimentos internacionais da contabilidade (OLIVEIRA et al., 2008).

Por meio da pesquisa realizada é possível depreender que com o aumento da complexidade dos processos produtivos, o crescimento das empresas e com as exigências do mercado foram necessários novos controles e novos registros para se apurar o valor patrimonial. O acompanhamento da evolução do patrimônio líquido das entidades de qualquer natureza constitui-se no fator mais importante da evolução da ciência contábil.

Com relação ao desenvolvimento da Contabilidade no Brasil, no ano de 1808, ocorreu uma das mais importantes manifestações Contábeis, quando da chegada da corte portuguesa ao país, que foi a publicação de um alvará obrigando os Contadores Gerais da Real Fazenda a utilizar o método das partidas dobradas na escrituração mercantil (SCHMIDT, 2000).

Outro fato a se considerar, no mesmo ano, foi a criação de uma cadeira de Aula Pública de Ciências Econômicas no Rio de Janeiro, atribuída a José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. Em 1809, foram criadas as Aulas de Comércio por meio de Alvará de 15 de julho desse ano, iniciando-se o ensino comercial no Brasil. Visconde de Cairu tornou-se o primeiro a apresentar um sistema de direito comercial e a realizar os primeiros estudos de economia política no Brasil (SCHMIDT, 2000).

Em 1850, segundo Schmidt (2000), foi criada a legislação do Código Comercial, estabelecendo a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração da demonstração do

balanço geral, anualmente. Estabelecia também que o Balanço deveria conter os bens, direitos e obrigações das empresas comerciais.

Prosseguindo na pesquisa sobre o desenvolvimento de Contabilidade no Brasil, Schmidt (2000) observa que a Escola de Comércio Álvares Penteado foi criada em 1902, especializando-se em Contabilidade, contando com o apoio de inúmeras personalidades e instituições sob influência da escola italiana. Em 1905, foram oficialmente reconhecidos os cursos de Guarda-Livros e de Perito-Contador dessa escola. O Diário Oficial da União publicou, em 1931, o Decreto n.º 20.158 que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de Contador.

Em 1940, foi criada a primeira Lei das Sociedades Anônimas (S/A), estabelecendo procedimentos para a Contabilidade como regras para avaliação dos ativos e apuração e distribuição dos lucros, criação de reservas e padrões para a publicação do balanço e demonstração de lucros e perdas (BRASIL, 1940).

Em 1946, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, instalando também o curso de Ciências Contábeis e Atuárias. Nesse mesmo ano, com a intenção de regulamentar as normas Contábeis, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (SCHMIDT, 2000).

No que diz respeito à influência dos autores italianos e das escolas de pensamento italianas, esta foi sendo substituída pelos autores norte-americanos a partir da introdução de um novo método de ensino da Contabilidade, em 1964, pelo professor José da Costa Boucinhas, adotando o método didático norte-americano, com base no livro *Introductory Accounting*, de Finney & Miller. Ademais, as firmas de auditoria que acompanhavam as multinacionais norte-americanas também influenciaram a mudança de enfoque da Escola Italiana para a Escola Americana. Essas firmas utilizaram manuais de procedimentos e treinamento para formar profissionais que elaborariam as normas Contábeis no plano governamental, influenciando, dessa maneira, empresas menores, legisladores e outros (SCHMIDT, 2000).

A partir da adoção do método didático norte-americano pela USP, em 1964, e da apresentação da tese de doutorado de Iudícibus, em 1966, que tinha muita semelhança com a linha de pesquisa da escola de pensamento contábil norte-americana, o direcionamento doutrinário contábil, particularmente no maior centro de pesquisa contábil nacional, o Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade (FEA) da USP, muda definitivamente, abandonando as escolas de pensamento contábil italianas e assumindo os princípios da escola norte-americana. (SCHMIDT, 2000)

O ano de 1976 foi muito importante para o desenvolvimento da Contabilidade Brasileira com a publicação, em 15 de dezembro, da nova Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976). Silva apud Schmidt (2000, p. 213) afirma “[...] mantendo a tradição, esta Lei incorpora normas e práticas Contábeis das mais sadias, representando um dos maiores avanços para a área da Contabilidade, incorporando definitivamente as tendências da Escola Americana”.

Ainda, em 1976, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da lei nº 6.385, de 7 de dezembro, com o objetivo de disciplinar e fiscalizar as atividades do mercado de valores mobiliários. (SCHMIDT, 2000)

No ano de 1981, o Conselho Federal de Contabilidade criou a Resolução CFC nº 529 com as Normas Brasileiras de Contabilidade. Em 17 de setembro de 2010, o CFC emitiu a Resolução CFC nº 1.298, dispondo sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, que vigora atualmente.

A atualização monetária dos itens do ativo permanente e do patrimônio líquido ficou proibida por meio do artigo 4º da Lei nº 9.249/1995, publicada em 1º de janeiro de 1996, no Diário Oficial da União, devido à queda da inflação, como consequência de um plano econômico adotado pelo governo federal. (SCHMIDT, 2000)

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a lei n.º 11.638 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Um grande passo com a aprovação da referida lei foi o alinhamento com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, utilizado em mais de 100 países.

Por meio da análise deste pesquisador, destacam-se as seguintes novidades introduzidas pela lei n.º 11.638:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- A Demonstração de Valor Adicionado torna-se obrigatória, no conjunto das demonstrações financeiras, no que concerne a sua elaboração e divulgação.
- As Companhias abertas e as Sociedades de grande porte, com ativo total maior do que 240 milhões de reais ou receita bruta superior a 300 milhões de reais por ano, são obrigadas a apresentar demonstrações Contábeis segundo os mesmos padrões estabelecidos na Lei das Sociedades Anônimas e auditadas por auditores independentes.

Conforme apresentado neste tópico, atualmente, em um mundo globalizado, é necessário um padrão único de Contabilidade para atender um elevado número de usuários ao redor do mundo. Para isso, esforços têm sido realizados por vários países e um exemplo é a adoção de um padrão único pelos países da Comunidade Europeia desde 2005.

1.1. Contabilidade: conceito, finalidade e usuários

A Contabilidade dispõe de mecanismos para identificar, mensurar e divulgar eventos e transações de natureza econômica e financeira que afetam a situação patrimonial das empresas. Assim, “afirma-se que a Contabilidade tem por finalidade prover informações úteis ao processo decisório daqueles que têm interesse, direto e indireto, na continuidade e desempenho de uma organização específica”. (RIBEIRO, 2014, p. 631)

Por meio das pesquisas realizadas pode-se afirmar que a Contabilidade é um sistema bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários e informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeira em uma determinada data. Sua principal finalidade é possibilitar a consolidação de informações econômico-financeiras e a elaboração de relatórios.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 43) conceituam usuários como “toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar”. Os usuários internos são aqueles que trabalham diretamente com as informações Contábeis ou têm acesso a elas dentro da empresa. Os usuários externos não têm acesso direto às informações e podem ser funcionários, clientes, fornecedores, a sociedade, o governo, além de todos aqueles interessados na situação econômica, social e financeira da empresa. Para alcançar e atender os anseios do usuário externo, a Contabilidade deverá pesquisar e preparar a melhor forma de evidenciação dos seus demonstrativos.

Conforme análise realizada por este estudo, as informações destinadas ao público em geral (banqueiros, credores, governo e outros) são apuradas de conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade que refletem em grau considerável as exigências desses interessados e constituem o que se convencionou denominar Contabilidade Financeira.

As pessoas responsáveis pela gestão empresarial também precisam de informações econômico-financeiras para executar seus trabalhos eficientemente. Embora grande parte dessas informações esteja contida nos relatórios preparados para uso externo, frequentemente elas necessitam ser tratadas com enfoque diferenciado para orientar as tomadas de decisões,

bem como as informações adicionais necessárias. Essa abordagem no tratamento das informações para uso interno constitui o que se denomina Contabilidade Gerencial.

Em inúmeros países, não somente no Brasil, acabou por haver uma preponderância no atendimento aos interesses de um dos usuários externos da Contabilidade: o fisco, representado principalmente pelo imposto de renda.

Como o peso e a influência do fisco são muito grandes e suas necessidades e imposições têm de ser seguidas, as empresas se viram forçadas a direcionar sua Contabilidade também para atender a este usuário, conseguindo, então, que o fisco fosse atendido de forma especial. Dessa maneira, nasceu a Contabilidade Fiscal, cuja preocupação maior é a apuração de um resultado dentro dos cânones da legislação do imposto de renda.

Portanto, com base no exposto acima, é possível definir que a Contabilidade Fiscal nada mais é que aproveitar a Contabilidade Financeira e efetuar os ajustes dos lançamentos que não são aceitos pelo fisco. Esses ajustes, que são classificados como adições e exclusões, são registrados num livro que se chama de Livro de Apuração do Lucro Real que, na verdade, não é o lucro real e sim o lucro fiscal. São exemplos de ajustes as despesas sem comprovantes, depreciação acelerada, despesas com multas, resultado de equivalência patrimonial, recebimento de dividendos e doações que não estiverem enquadradas nos limites da lei.

1.2. A ciência contábil e o meio ambiente

A Contabilidade, enquanto ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades, possui os instrumentos necessários para contribuir para a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. O conceito de responsabilidade social, conforme Ribeiro (1992):

[...] Envolve o conhecimento das preferências e prioridades sociais. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico, tendo em vista as variáveis que influem sobre estas preferências e prioridades alterarem-se de uma região para outra, como também, de geração para geração. A partir deste conhecimento, entendendo-se que o lucro é um meio e não um fim em si mesmo, a empresa deveria coadunar os interesses do seu diversificado público, a fim de atender às suas expectativas, seja em termos de preservação do meio ambiente, de recursos humanos, ou abastecimento do mercado. Sobre os aspectos ambientais, a responsabilidade social da empresa deveria voltar-se para a eliminação e/ou redução dos efeitos negativos do processo de produção e preservação dos recursos naturais, principalmente os não-renováveis, através da adoção de tecnologias eficientes, concomitantemente ao atendimento dos aspectos econômicos. (p. 61)

Portanto, a responsabilidade social da empresa consiste na sua decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce, prevenindo o impacto de seus processos, produtos e serviços.

Os instrumentos que a Contabilidade possui para a contribuição na identificação do nível de responsabilidade social das entidades se traduzem no Balanço Social.

Conforme a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI (2003), o Balanço Social apresenta o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida, assim dividido:

- (a) *Balanço Ambiental* refere-se aos gastos e investimentos feitos para preservação, proteção e recuperação dos recursos naturais.
- (b) *Balanço de Recursos Humanos* evidencia a força de trabalho, remuneração e benefícios concedidos e gastos junto à sociedade em que está inserida.
- (c) *Demonstração do Valor Adicionado* evidencia o que a empresa agrega de valor à economia local, e a distribuição dessa riqueza ou valor.
- (d) *Benefícios Sociais*, em geral, evidenciam as contribuições da empresa para o desenvolvimento da sociedade.

Dessa forma, o Balanço Social se apresenta como um demonstrativo da responsabilidade da organização, no qual ela presta contas à sociedade sobre o uso dos recursos naturais, humanos, bem como do direito de conviver e usufruir o que a sociedade lhe oferece.

Na França, o Balanço Social foi instituído em 1977, conforme Tinoco (1980), todavia com uma visão mais restrita aos aspectos de recursos humanos. Evoluiu com o tempo para uma abordagem mais ampla, abrangendo, além das informações relativas a recursos humanos, a questão ambiental e o valor adicionado à economia do País.

De acordo com o material distribuído no Seminário Balanço Social – Participação X Responsabilidade Empresarial, promovido pela Associação Brasileira de Analistas de Mercado (ABAMEC apud RIBEIRO, 1998), o Balanço Social teve origem na década de 1960, a partir de dois movimentos:

- *Movimento de Empresários Cristãos*: partindo da encíclica papal *Mater et Magister*, publicada em 1961, que propunha que as empresas apresentassem um relatório social, grupos de dirigentes empresariais cristãos de vários países, membros da *Union Internationale des Associations Patronales Catholiques* (UNIAPAC), sediada em Bruxelas, na Bélgica, organizaram-se no sentido de evidenciar a dimensão social da empresa, em particular da responsabilidade social

de seus dirigentes, especialmente no que diz respeito aos fatores humanos. Foi por meio desses grupos que a ideia do Balanço Social chegou ao Brasil.

- *Movimento Pacifista*: esse movimento originou-se na organização da sociedade americana contra a Guerra do Vietnã, contemplando o boicote aos produtos e às ações das empresas que contribuíam para a guerra. As companhias atingidas reagiram por meio da divulgação sistematizada e pública de todas suas atividades sociais, em particular, suas interações com a sociedade.

Conforme análise realizada por este estudo foi possível apurar que no Brasil, até então, a publicação do Balanço Social tinha caráter voluntário, exceto no Rio Grande do Sul, pois não existia lei que obrigasse sua elaboração e publicação. Entretanto, a Lei Federal nº. 11.638, de 28 de dezembro, de 2007, que tornou obrigatória a elaboração e a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado para companhias abertas, alcança o Balanço Social, uma vez que essa demonstração é parte integrante deste.

Convém acrescentar que algumas entidades apresentam modelos para as empresas divulgarem o Balanço Social. Os modelos mais conhecidos são do *Global Reporting Initiative* – GRI; roteiro do Instituto Ethos e modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, estes dois desenvolvidos no Brasil.

No campo acadêmico, algumas teses de doutorado e dissertações de mestrado foram elaboradas nos últimos cinco anos, como as dissertações de mestrado desenvolvidas por Nogueira (2012) e Cabral (2012), as teses de doutorado defendidas por Penedo (2011) e Fregonesi (2009), além de vários artigos e alguns livros. Esses trabalhos abordam, de forma individual, as distintas vertentes do Balanço Social, isto é, recursos humanos, meio ambiente e demonstração do valor adicionado.

De acordo com a ABAMEC NACIONAL (apud RIBEIRO, 1998), em 1984, foi publicado o Balanço Social da empresa Nitrofértil, reconhecido como primeiro divulgado no Brasil, resultado da atuação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE).

No que se refere ao currículo do curso superior de Ciências Contábeis, o Balanço Social, ora apresentado como uma das ferramentas que a Contabilidade possui para identificar o grau de responsabilidade socioambiental das organizações, pode ser tratado como uma disciplina específica ou fazer parte do conteúdo de alguma outra disciplina.

1.2.1. Contabilidade Ambiental

Como foi possível constatar neste estudo, o uso da Contabilidade avançou através dos tempos, passando de um sistema de informações que atendia, inicialmente, aos interesses dos acionistas para, atualmente, atender aos interesses dos administradores, dos credores, dos governos, dos clientes, dos investidores, dos trabalhadores e da comunidade.

Desse modo, a Contabilidade é o principal veículo de comunicação da firma com a comunidade. A Contabilidade, enquanto ciência social, que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das empresas, possui os instrumentos necessários para contribuir para a gestão econômica do meio ambiente e identificação do nível de responsabilidade ambiental dos agentes econômicos.

Ribeiro (2014) ressalta essa contribuição:

A contribuição da Contabilidade para a sustentabilidade do planeta se dá por meio do fornecimento de informações para avaliação de medidas tomadas em prol do meio ambiente e, também, daquelas que foram contra ele, ainda que involuntariamente. E, para isso, surgiu uma segmentação especial – a Contabilidade Ambiental (p. 629).

Assim, para atender aos diferentes interesses dos usuários da Contabilidade, foi constituído, dentro de suas especializações, o setor da Contabilidade Ambiental.

Segundo Bergamini Junior (2000, p. 10) “[...] a Contabilidade Financeira Ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os seus efeitos na posição econômica e financeira da empresa que reporta tais transações”.

De forma análoga o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução 759/1993 (apud ANTUNES, 2000, p. 6), afirma:

A Contabilidade Ambiental [...] tem por objetivo registrar e controlar toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas Contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Então, pode-se afirmar que a Contabilidade Ambiental tem como objetivo mensurar e evidenciar aos usuários da informação contábil o impacto das atividades de natureza ambiental no patrimônio das empresas e ainda contribuir para a tomada de decisão.

O interesse pela consciência ecológica nas empresas deve fazer com que a Contabilidade evidencie as medidas adotadas e os resultados alcançados no processo de proteção e preservação do meio ambiente.

Paiva (2003, p. 17) expõe que a “Contabilidade Ambiental pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões”.

Paiva (2003) diferencia que a Contabilidade Ambiental Nacional tem como foco a nação e seu público alvo é o externo. Deve ter indicadores que possam ser usados para a gestão das atividades econômicas que têm impacto no meio ambiente, tais como a exploração de jazidas de minérios. Por seu turno, a Contabilidade Ambiental Financeira tem como foco a empresa. Seu objetivo é auxiliar na avaliação do desempenho e na tomada de decisões dos usuários da Contabilidade em relação à empresa como um todo, considerando os eventos ambientais.

Na prática, a aplicação dos Princípios, Normas e Procedimentos Contábeis na Contabilidade Ambiental não é tão simples quanto possa parecer, existe muita dificuldade de acesso às informações tangíveis de natureza ambiental, em relação às outras informações Contábeis em geral. Algumas dessas dificuldades são enumeradas por Bergamini Júnior (1999, p. 4):

Ausência de definições claras de custos ambientais; dificuldade em calcular o passivo ambiental efetivo; problema em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados; falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de longa vida”, como o caso de uma usina nuclear; reduzida à transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios, dentre outros.

Em 19 de agosto de 2004, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental (Resolução nº 1.003/04). Norma que estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da firma. O item 15.1.2 dessa norma esclarece: “entende-se por informações de natureza social e ambiental: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente”.

A NBC T 15, no item 15.2, relaciona as informações a serem divulgadas no tocante à Geração e Distribuição de Riqueza (a riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3); Recursos Humanos (devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade); interação da Entidade com o Ambiente Externo; e interação com o Meio Ambiente.

No âmbito internacional, em fevereiro de 1998, com a conclusão do Relatório Financeiro e Contábil sobre Passivo e Custos Ambientais pelo Grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR – *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*), a Contabilidade Ambiental passou a ter uma posição de novo ramo da Ciência Contábil.

O *Financial Accounting Standards Board (FASB)* é um órgão independente que tem por objetivo a criação e desenvolvimento de procedimentos e normas Contábeis padronizadas válidas para todas as empresas americanas e para suas subsidiárias ao redor do mundo. O FASB emite uma série de procedimentos, *Statement Financial Accounting Standards (SFAS)*, sempre relacionados com conceitos de Contabilidade Financeira, além de suas respectivas interpretações, boletins técnicos e resumos de opiniões do comitê sobre novos assuntos que necessitem de direcionamento técnico.

Por meio do SFAS5, emitido em março de 1975, com validade a partir de julho do mesmo ano, o FASB direcionou e padronizou a identificação, mensuração e evidenciação do conceito de contingência e de perdas contingenciais, que é amplamente relacionado com as contingências ambientais que desencadeiam os passivos ambientais.

Por outro lado, informações de natureza social apresentadas no Balanço Social, tais como níveis de emprego, relações e formações profissionais, condições de higiene e segurança no trabalho, proteção ao meio ambiente e distribuição da riqueza criada pela empresa, complementam as tradicionais demonstrações contábeis.

Como se percebe, as informações econômico-financeiras de natureza ambiental, que podem ser expressas por meio dos demonstrativos contábeis, auxiliariam sobremaneira os gestores ambientais.

Deste modo, conclui-se que a contabilidade do meio ambiente é um tema que deve ser introduzido no currículo da formação dos bacharéis em Ciências Contábeis para uma melhor compreensão das práticas de Contabilidade e sua aplicação na tomada de decisão organizacional. (GOMES et al., 2012)

Souza (2006) pesquisou nas Instituições de Ensino Superior a inserção da disciplina Contabilidade Ambiental no currículo do curso de Ciências Contábeis e identificou que somente 26 cursos (2,8%) das 916 instituições adotam-na.

A produção acadêmica sobre Contabilidade Ambiental apresenta várias dissertações de mestrado e teses de doutorado nos últimos cinco anos, como as dissertações de mestrado

elaboradas por Godói (2011), Bouças (2010), Mendes (2010), as teses de doutorado defendidas por Yamaguchi (2011) e Zanchet (2014), além de diversos livros e artigos.

2. CURRÍCULO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Este capítulo contempla a introdução da temática ambiental na Educação Superior, no Brasil. Após, são apresentadas as concepções de currículo para expor as características da *Ambientalização Curricular*, conforme a *Rede ACES*.

Antes de discorrer sobre a evolução da Educação Ambiental no Ensino Superior, no Brasil, é apresentada de forma breve a evolução da Educação Ambiental, por meio das Conferências Mundiais. Pavesi (2007), Gonzalez (2008) e Barba (2011) apresentam detalhadamente a trajetória histórica da Educação Ambiental

O contexto histórico da Ambientalização no Ensino Superior ocorreu inicialmente em Paris, no ano de 1971, por meio do Conselho Internacional de Coordenação do Programa sobre o Homem e a Biosfera. Entre os principais objetivos configuram a preparação de material básico com a inclusão de livros e meios auxiliares para todos os programas de ensino em todos os níveis, bem como a formação de especialistas para atuar em disciplinas referentes à temática ambiental com caráter interdisciplinar. (NOVO, 1995, p. 10)

Em 1972, houve a Conferência Mundial sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Um de seus objetivos foi promover o aperfeiçoamento e a atualização de pessoas-chave para o desenvolvimento da Educação Ambiental, como professores, planejadores pesquisadores e administradores da educação. (NOVO, 1995, p. 15)

Em 1975, aconteceu o Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado. Contou com a participação de 65 países e terminou com a formulação da Carta de Belgrado, caracterizada como uma plataforma de lançamento do Programa Internacional de Educação Ambiental. Nesse seminário, foram definidos os objetivos da Educação Ambiental: conscientização, conhecimentos, atitudes, habilidades, capacidade de avaliação e participação. (NOVO, 1995, p. 16)

De acordo com Novo (1995), na “Carta de Belgrado”, uma estrutura global para a educação ambiental, foram definidas as seguintes diretrizes básicas dos programas de Educação Ambiental:

1. A Educação Ambiental deve considerar o ambiente em sua totalidade – natural e criado pelo homem, ecológico, econômico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético.
2. A Educação Ambiental deve ser um processo contínuo, permanente, tanto dentro como fora da escola.

3. A Educação Ambiental deve adotar um método interdisciplinar.
4. A Educação Ambiental deve enfatizar a participação ativa na prevenção e solução dos problemas ambientais.
5. A Educação Ambiental deve examinar as principais questões ambientais em uma perspectiva mundial, considerando, ao mesmo tempo, as diferenças regionais.
6. A Educação Ambiental deve se basear nas condições ambientais atuais e futuras.
7. A Educação Ambiental deve examinar todo o desenvolvimento e crescimento a partir do ponto de vista ambiental.
8. A Educação Ambiental deve promover o valor e a necessidade da cooperação em nível local, nacional e internacional, na solução dos problemas ambientais.

No período de 14 a 26 de outubro de 1977, ocorreu a Conferência de Tbilisi, Geórgia (Rússia), organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A conferência teve como objetivo criar estratégias para o fomento da Educação Ambiental de modo compartilhado em todos os níveis da educação. É considerada como marco conceitual da Educação Ambiental.

Considerando que todas as pessoas deveriam gozar do direito à Educação Ambiental, a Conferência de Tbilisi decidiu serem as seguintes as finalidades, os objetivos e os princípios básicos da Educação Ambiental, segundo o IBAMA apud Toledo e Pelicioni (2006, p. 57-64):

- *Finalidades:*
 - a. ajudar a fazer compreender, claramente, a existência e a importância da interdependência econômica, social, política e ecológica, nas zonas urbanas e rurais;
 - b. proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente;
 - c. induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, a respeito do meio ambiente.
- *Categorias de objetivos:*
 - a. *consciência:* ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizarem-se por essas questões;

- b. *conhecimento*: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas anexos;
 - c. *comportamento*: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a comprometerem-se com uma série de valores, e a sentirem interesse e preocupação pelo meio ambiente, motivando-os de tal modo que possam participar ativamente da melhoria e da proteção do meio ambiente;
 - d. *habilidades*: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem as habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais; e. *participação*: proporcionar aos grupos sociais e aos indivíduos a possibilidade de participarem ativamente nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais.
- *Princípios básicos*:
 - a. considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem (tecnológico e social, econômico, político, histórico cultural, moral e estético);
 - b. constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuando através de todas as fases do ensino formal e não formal;
 - c. aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada;
 - d. examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas;
 - e. concentrar-se nas situações ambientais atuais, tendo em conta também a perspectiva histórica;
 - f. insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver os problemas ambientais;
 - g. considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento;
 - h. ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;
 - i. destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas;

- j. utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais.

Com relação às universidades, a conferência apresentou a recomendação nº 13 que trata das atividades profissionais visando à melhoria do meio ambiente pelos seguintes aspectos:

- a) Que se considerem o potencial das universidades para desenvolver pesquisas sobre Educação Ambiental e se estabeleça uma colaboração entre as instituições universitárias (faculdades, departamentos, etc.), com o objetivo de preparar especialistas em Educação Ambiental;
- b) A criação de programas de pós-graduação para universitários, promover projetos de pesquisa sobre Educação Ambiental e a incorporar seus resultados ao processo geral de ensino;
- c) Deverão tornar flexíveis os sistemas de educação formal para que possam integrar a Educação Ambiental e assumir o enfoque interdisciplinar ao problema fundamental da correlação entre o homem e a natureza, em qualquer que seja a disciplina;
- d) Que se incorpore a Educação Ambiental aos programas de estudo das escolas de formação de professores e aos cursos de aperfeiçoamento de docentes. (NOVO, 1995, p. 27)

Após 10 anos da realização da Conferência de Tbilisi, em Moscou, no período de 17 a 21 de agosto de 1987, foi realizado o Congresso Internacional da UNESCO – PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental, Moscou. O congresso avaliou os avanços desde Tbilisi, reafirmou os princípios de Educação Ambiental e assinalou a importância e necessidade da pesquisa e da formação em Educação Ambiental.

Em 1985, foi organizado o 1º Seminário sobre Universidade e Meio ambiente na América Latina e Caribe, organizado pela Rede de Formação Ambiental para América Latina e Caribe e pelo Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), realizado na cidade de Bogotá, do qual participaram 559 universidades e instituições ambientais de 22 países. Nesse seminário, obtiveram-se conclusões importantes a respeito da temática ambiental no contexto universitário, constituindo-se na Carta de Bogotá sobre Universidade e Meio Ambiente com 12 itens a respeito do papel da Universidade para com o meio ambiente. (BARBA, 2011, p. 69)

A Conferência Mundial sobre o Ensino Superior foi realizada pela UNESCO em 1988, na cidade de Paris. A proposta desse documento é que as universidades desenvolvam a temática ambiental por meio do ensino, da pesquisa e da extensão com debates e diálogos frente às novas bases epistemológicas que o saber ambiental exige nos dias atuais. (BARBA, 2011. p. 71)

Em 1990, a Declaração de Tailloires, na França, teve como propósito inserir o debate sobre o desenvolvimento ambientalmente sustentável na universidade, formular políticas ambientais, trocar informações sobre a população e ambiente, bem como educar para a

cidadania ambientalmente responsável e a prática interdisciplinar nos cursos universitários. (GAUDIANO, 2003, p. 13)

Em 1992, houve a Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro, que criou a Agenda 21. Segundo Leff apud Barba (2011), a Conferência da Agenda 21 propõe que a temática ambiental seja tratada nos seguintes eixos: a) conscientização na tomada de decisões; b) desenvolvimento da estratégia de cooperação interuniversitária; c) utilização dos métodos interdisciplinares da investigação e docência e desenvolvimento curricular na temática ambiental; d) formação de professores na temática ambiental; e) incorporação da dimensão ambiental nos currículos universitários; f) desenvolvimento de curso de pós-graduação em meio ambiente; g) relação das universidades com a sociedade civil na política ambiental nacional em nível comunitário e com os projetos de gestão ambiental.

Em 1993, ocorreu a IX Mesa Redonda da Associação Internacional das Universidades, em Kyoto (Japão). As recomendações foram no sentido de utilizar os recursos que as universidades dispõem para compreender os perigos relacionados com a ameaça ao planeta Terra; o de formar professores com conhecimentos básicos a respeito do meio ambiente; desenvolver publicações a respeito da literatura ambiental; proporcionar uma melhor compreensão da ética ambiental; apoiar e fomentar pesquisas direcionadas às questões ambientais; formar redes de especialistas na área ambiental no desenvolvimento das pesquisas; além da formação de parcerias com a sociedade para a transferência de tecnologias inovadoras e apropriadas para a continuidade do desenvolvimento sustentável. (BARBA, 2011, p. 73)

Em 1994, aconteceu a Conferência *Campus Earth Summit*, em Yales (EUA). A conferência recomenda incorporar a dimensão ambiental em todas as disciplinas relevantes, transformando os *campi* em exemplo de comportamento ambiental quanto à redução de lixo, ao manejo eficiente da energia a ao modelo sustentável. (SATO; CARVALHO et al., 2005, p. 131)

A Oficina sobre os Princípios da Sustentabilidade na Educação Superior foi realizada em 1995, em Massachusetts (EUA). Reuniu vários educadores e profissionais com a experiência ambiental para discutir o papel da Educação Superior na mudança para uma sociedade sustentável, conforme propunha a Declaração de Taillores. As conclusões enfatizam a importância de novos enfoques pedagógicos, incluindo os sistemas de pensamento, expõem os temas de equidade e justiça e melhoram as estratégias para a aprendizagem interdisciplinar. (SATO; CARVALHO et al., 2005, p. 131)

Em 1997, ocorreu a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, em Thessaloniki, na Grécia. Essa conferência teve como tema “20 anos de Tbilisi”, reafirmando os princípios da conferência de Tbilisi. Nessa conferência, foi reconhecido que o desenvolvimento da Educação Ambiental se mostrou insuficiente nesse período. (BRASIL, 2008)

Pavesi (2007) afirma que é possível apontar duas direções, nas quais as relações entre a educação superior e a questão ambiental progrediram, desde a Conferência Mundial sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo.

Se até a década de 70 prevalecia a visão de que a universidade disporia dos meios para suprir as lacunas de conhecimentos e informação supostamente responsáveis pela degradação ambiental e o esgotamento dos recursos naturais, gradualmente se incorporou ao debate internacional a ideia de que, para realizar sua função social, deveria antes empreender um processo de construção de uma cultura institucional da sustentabilidade. A partir da década de 90, as declarações e os acordos internacionais começam, de fato, a clamar por intervenções na gestão do espaço físico e na organização acadêmica das instituições de educação superior, propondo metas concretas para a sua ambientalização que vão desde a adoção de práticas voltadas à conservação de recursos e redução de resíduos em suas operações, até a capacitação do corpo docente e a criação de oportunidades para a prática da interdisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (p. 21)

Com relação à evolução da Educação Ambiental no Brasil, é apresentado o Quadro 4, com as principais políticas públicas para a Educação Ambiental desde os anos 1980.

Quadro 4 – Resumo das principais políticas públicas para a EA no Brasil desde os anos 1980

Ano	Discriminação
1981	Promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que incluiu, entre os seus instrumentos, as primeiras ações normativas, notadamente o desenvolvimento da Educação Ambiental no Ensino Superior.
1984	Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).
1988	Promulgação da Constituição Federal de 1988 no seu art. 225, § 1º, inc. VI determinou “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2008, p. 143).
1989	Criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) com o objetivo de estimular a Educação Ambiental nas suas diferentes formas.
1992	Criação dos Núcleos de Educação Ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC).
1994	Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) pelo MEC e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o objetivo de discutir uma Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil. Definiram-se sete linhas de ações que tinham como objetivo desenvolver a Educação Ambiental na escola, sociedade e universidades (DIAS, 2004; CAVALARI, 2007).

1997	Elaboração dos Parâmetros Curriculares definidos pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, em que “meio ambiente” é incluído como um dos temas transversais.
1999	Aprovação da Lei 9.795/99, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) promovendo a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, desde a educação básica até a educação superior, com cursos sequenciais de graduação em todos os níveis (BRASIL,1999).
2002	Regulamentação da Política Nacional de EA (lei 9.795) pelo Decreto 4.281.
2003	Criação do Órgão Gestor da Política Nacional de EA reunindo MEC e MMA.
2012	Homologação pelo MEC das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental por meio da Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, ocorrida no mês de junho de 2012, no Rio de Janeiro.

Fonte: adaptado de Carvalho (2008, p. 54).

Na educação superior, segundo Pavesi (2007), houve a criação de alguns cursos, em 1972, como os cursos de especialização em Ecologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Universidade do Amazonas, na Universidade de Brasília, na Universidade de Campinas e na Universidade Federal de São Carlos e, em 1976, no Instituto de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos. Barba (2011) cita a criação, em 1976, do curso de Ecologia na UNESP – Rio Claro.

Ainda de acordo com Pavesi (2007), a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo promoveram quatro seminários nacionais com a temática A Universidade e o Meio Ambiente, em Brasília (1986), Belém (1987), Cuiabá (1989) e Florianópolis (1990) e três simpósios estaduais sobre Universidade e Meio Ambiente, em 1989, 1990 e 1991, nos quais se procurou conceber um primeiro quadro das experiências e perspectivas de ambientalização das atividades acadêmicas e dos currículos das diversas carreiras.

Pavesi (2007) avalia, diante das intervenções dos participantes, tanto nos seminários como nos simpósios, que:

Ao mesmo tempo em que permitem diagnosticar que a universidade brasileira encontrava-se, no limiar da década de 90, desaparelhada para dar conta da complexidade da questão ambiental, mostra que existia, mesmo então, uma pluralidade de perspectivas para a ambientalização dos programas de pesquisa e dos currículos dos cursos de graduação. (p. 29)

Durante os anos de 1990, segundo Pavesi (2007), as políticas de EA receberiam um novo estímulo com o surgimento e crescimento das redes de educadores ambientais, tendo como objetivo implantar um fórum de discussões e de participar das políticas públicas em EA. São as seguintes redes:

- Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA).

- Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA).
- Rede de Educação Ambiental da Região Sul (REASul).
- Rede Pantanal de Educação Ambiental (Rede Aguapé).
- Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA).

No que tange à educação superior, em 2001, foi criada a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental (RUPEA), citada na introdução desta dissertação, possibilitando a participação de várias instituições de Ensino Superior, formando um conjunto de ações pertinentes às atividades desenvolvidas pelo grupo. (BARBA, 2011)

Barba (2011) enuncia outro fator importante para o desenvolvimento da pesquisa em Educação Ambiental: a criação dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEAS) em 2001, sob a organização da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Rio Claro, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto. Foram realizados seis EPEAS, em 2001 (UNESP de Rio Claro); 2003 (UFSCar); 2005 (USP de Ribeirão Preto); 2007 (UNESP de Rio Claro); 2009 (UFSCar) e 2011 (USP de Ribeirão Preto).

Com Barba (2011) pode-se finalizar:

Os debates presentes nas conferências, seminários, encontros possibilitaram pensar o significado e o papel da universidade na incorporação de temas ambientais nos currículos com o propósito de nortear a prática pedagógica, de modo interdisciplinar, de professores e coordenadores nas Instituições de Ensino Superior.

Ao pensar na organização da temática ambiental nas universidades, é preciso pensar na ideia do currículo e da organização curricular diante das políticas curriculares, bem como na formação dos professores formadores dos educadores ambientais. Desse modo, os professores e coordenadores devem pensar em currículos que contemplem a temática ambiental nos diversos cursos. (p. 80)

Outra associação constituída por universidades nacionais e internacionais foi a Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior (ACES), mencionada na introdução, apoiada pela Comissão Europeia de 2002 a 2004, que integrou onze universidades de sete países, sendo três IES públicas brasileiras, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Universidade Estadual Paulista – Rio Claro e Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. (JUNYENT; ARBAT; GELI, 2003)

Como já descrito na introdução, a *Rede ACES* propôs dez características que um currículo deve apresentar para ser ambientalizado, e, a partir desse marco referencial, vários projetos foram desenvolvidos nas universidades participantes, com o intuito de produção de conhecimento sobre esses processos.

Antes da discussão sobre a concepção de currículo ambiental e sobre as características de um currículo ambientalizado esta dissertação apresenta um subitem com o resultado da pesquisa sobre concepções de currículo.

2.1. Concepções de currículo e currículo ambientalizado

O currículo se faz um instrumento significativo entre as diversas sociedades, sendo utilizado para conservação, transformação e renovação dos conhecimentos que se inseriram em sua história, também para a socialização das crianças e jovens de acordo com valores considerados desejáveis. Tem sido foco da atenção de autoridades, políticos, professores e especialistas. Sua importância na educação brasileira é refletida nas constantes reformulações dos diversos currículos do ensino, assim como na crescente produção teórica do campo. (MOREIRA, 2002)

De origem latina, a palavra currículo deriva da raiz *scurrere*, correr, referente a curso ou carro de corrida, relacionando o termo com o surgimento de uma sequência, um percurso na escolarização. A fonte mais antiga para definição de currículo data de 1633. *Curriculum* – inserido no *Oxford English Dictionary*, referenciado por Glasgow e citado por Hamilton. (GOODSON, 2001)

A utilização de um currículo prescrito tem suas primeiras referências no século XVI, porém a institucionalização do currículo como um campo de estudos teve sua origem nos Estados Unidos no início do século XX. (APPLE, 2006; SILVA, 2001; MOREIRA E SILVA, 1994)

Não existe concepção única para currículo, seu campo de estudo é vasto e impreciso, são diferentes as perspectivas que o envolvem, está repleto de divergências e conflitos. (SACRISTÁN; GÓMEZ, 2000)

Existe uma multiplicidade de significados que se estendem da compreensão de currículo, tantas que, para Sacristán (2000), não faz sentido uma única definição de currículo, pois para cada contexto, conhecimento, cada realidade e cultura haverá um conceito diferente.

Entre a profusão de definições existentes sobre currículo, Moreira (2002, p.12) destaca que “conhecimento escolar e experiência de aprendizagem” são os sentidos mais usuais da palavra dentro do vocabulário pedagógico.

O currículo, nesse primeiro sentido, visto como o mais utilizado ao longo dos tempos, apresenta-se como “o conhecimento tratado pedagógica e didaticamente pela escola” e deve ser aprendido e aplicado pelo aluno. Àqueles que adotam essa linha de concepção perguntas como

as que seguem são suscitadas: O que deve um currículo conter? Como organizar esses conteúdos? (MOREIRA, 2002).

A segunda concepção de currículo busca seus sentidos nos vislumbres da educação e pedagogia que começam a se delinear em relação às mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que ocorriam no século XVIII. Há, então, uma valorização maior da forma em relação ao conteúdo, que fica diminuído. O currículo passa a significar as experiências vividas pelo estudante sob a orientação da escola. Nesse sentido, perguntas do tipo: como selecionar as experiências de aprendizagem a serem oferecidas? Como organizá-las, relacionando-as aos interesses e ao desenvolvimento do estudante? tornam-se centrais para os adeptos dessa concepção. (MOREIRA, 2002)

Essas concepções diferem essencialmente nas diferentes ênfases, nos elementos constitutivos do currículo, porém nelas permanece constante a ideia de que o currículo envolve apresentação de conhecimento e inclui um conjunto de experiências de aprendizagem que visam favorecer a assimilação e a reconstrução desses conhecimentos (MOREIRA, 2002).

A partir da primeira década do século XX, os pensamentos pedagógicos influenciados pela psicologia comportamental contribuem para o desenvolvimento de uma outra perspectiva de currículo, cujo foco dos estudiosos rumo para:

O plano no qual se detalham seus elementos, sua organização e suas inter-relações. Surgem definições que restringem o currículo a ideia de plano para oferecer conjunto de oportunidades de aprendizagem para a população atendida por uma unidade escolar. (MOREIRA, 2002, p. 13)

Nessa perspectiva, há lugar para as perguntas: o que deve um plano curricular conter? Como formulá-lo?

A influência da psicologia comportamental é responsável também pelo exagero da preocupação com os objetivos curriculares. Destarte, aqueles que adotam essa definição têm o foco da atenção voltada para as regras de formulação dos objetivos, para o exame das relações entre os objetivos que constituem o currículo e os objetivos educacionais mais amplos, bem como para questões de seleção, ordenação e hierarquização dos itens do currículo. (MOREIRA, 2002)

É possível, então, observar o surgimento de novas ênfases que se destacam, em um momento para o documento escrito, e, em um outro momento, para a prática escolar efetiva, chegando-se assim à definição entre o que se chama currículo formal e currículo real ou currículo em ação. Já o currículo oculto é constituído pelas normas, regras e valores que não estão explícitos, porém são transmitidos pelas escolas e governam as relações nas salas de aula. (MOREIRA, 2002, p. 13)

Logo, para Moreira (2002), tem-se: *currículo formal* – planos e propostas –; *currículo em ação ou real* – aquilo que de fato acontece nas salas de aula –; *currículo oculto* – regras e normas, não mencionadas, implícitas, porém efetivamente transmitidas pela escola.

Em Doll Junior (2002, p 178) encontra-se, em sua visão pós-moderna de currículo, um conceito que ele chamou de “construindo uma matriz de currículo”. Dessa forma, o autor quer enfatizar a natureza construtiva e não-linear de um currículo pós-moderno.

Doll Junior (2002) afirma ser um currículo construtivo aquele que surge da ação e interação dos participantes, ele não se estabelece antecipadamente (a não ser em termos amplos e gerais). Uma matriz não tem um início, tampouco um fim, porém tem fronteiras e pontos de intersecção ou focos. Portanto, um currículo que se modela em uma matriz se apresenta não linear e não sequencial, mas limitado e com muitos focos que se interseccionam e, ainda, possibilita uma rede relacionada de significados. Doll Junior (2002, p. 178) também afirma “quanto mais rico o currículo, mais haverá pontos de intersecção, conexões construídas e mais profundo será seu significado”.

Observa-se o currículo pós-moderno que Doll Junior (2002, p. 32) aborda, em termos de uma perspectiva, não de um modelo, pois inexistente modelo pós-moderno universal, uma vez que tal conceito violaria a abertura da ênfase do pós-modernismo, que “cada praticante é como um criador e desenvolvedor do currículo, não simplesmente um implementador”.

Observa-se em Sacristán (2000) que o currículo modela-se dentro de um sistema escolar concreto, dirige-se a determinados professores e alunos, serve-se de determinados meios, cristaliza, enfim num contexto, que é o que acaba por lhe dar o significado real.

Em Sacristán e Gómez (2000), encontra-se a afirmação de que uma definição de currículo que seja válida e aceita universalmente é muito difícil, ainda que exista uma infinidade delas e, por isso mesmo, a dificuldade de torná-la única e universal. Para Sacristán e Gómez (2000, p. 147), “todo conceito define-se dentro de um esquema de conhecimento, e a compreensão de currículo depende de marcos muito variáveis para concretizar seu significado”.

Sacristán e Gómez (2000, p. 147) mostram que, de acordo com a perspectiva na qual são formuladas as definições de currículo, seu conteúdo torna-se muito distinto e vai além da concepção mais restrita e “certamente mais difundida de que o currículo é o *programa-resumo* de conteúdos de ensino”.

Assim, de acordo com a perspectiva condutual, (JOHNSON apud SACRISTÁN; GÓMEZ, 2000, p. 147), o currículo é:

[...] uma série estruturada de objetivos pretendidos de aprendizagem. O currículo é o que prescreve de forma antecipada os resultados da instrução.

Não trata de prescrever os meios, isto é, as atividades, os materiais ou inclusive o conteúdo que se deve lecionar para obtê-los. Ao tratar dos resultados a serem alcançados, refere-se aos *fins*, mas em termos de produtos de aprendizagem e, não em nível mais geral e amplo. Em suma, o currículo indica *o que é* que se deve aprender e, não *o porquê* deve ser aprendido.

Sacristán e Gómez (2000, p. 147) dizem desse conceito que ele “se limita aos resultados escolares observáveis, como plano que articula as aspirações da escola, prévio e separado da realização prática do ensino. É uma definição instrumental que elaborada dentro de um marco no qual não se consideram o sentido, a origem e a prática a que dá lugar o currículo”.

Sacristán e Gómez (2000) afirmam ainda que concepções dessa forma levam a se compreender, por isso, apenas as necessidades administrativas expressadas no currículo prescrito.

Como é possível confrontar neste tópico, muitas concepções têm como referência central a experiência do aluno e englobam no conceito de currículo tudo quanto o aluno possa ter aprendido na escola, inclusive as aquisições que são ocultas dos alunos. Tais concepções obrigam a uma reflexão sobre as dimensões ocultas dos planos das escolas.

A perspectiva prática entende os currículos como um veículo de comunicação de teorias e ideias para a realidade. Nessa perspectiva, os professores participam desse processo, “são elementos ativos em sua concretização”. Essa concepção se opõe à ideia de que o currículo “deva ser uma relação precisa de objetivos e conteúdos”. (SACRISTÁN; GÓMEZ, 2000, p. 147)

“O currículo é um conceito que se refere a uma realidade que expressa, por um lado, o problema das relações entre a teoria e a prática, e, por outro, o das relações entre a educação e a sociedade”. Essa concepção de Kemmis apud Sacristán e Gómez (2000, p. 148), assim como outras de orientação social, “acrescentam a consideração de que o currículo, como representação de uma cultura, é um meio dentro do qual jogam em dupla direção as relações entre escola e sociedade”.

Para Sacristán e Gómez (2000, p. 148), em qualquer conceitualização de currículo, é importante que se considere quatro itens:

Primeiro: o estudo do currículo deve servir para oferecer uma visão da cultura que se dá nas escolas, em sua dimensão oculta e manifesta, levando em conta as condições em que se desenvolve.

Segundo: trata-se de um projeto que só pode ser entendido como um processo historicamente condicionado, pertencente a uma sociedade, selecionado de acordo com as forças dominantes nela, mas não apenas com a capacidade de reproduzir, mas também de incidir nessa mesma sociedade.

Terceiro: o currículo é um campo no qual interagem ideias e práticas reciprocamente.

Quarto: como projeto cultural elaborado, condiciona a profissionalização do docente e é preciso vê-lo como uma pauta com diferente grau de flexibilidade para que os professores/as intervenham nele.

Sacristán e Gómez (2000, p. 131) não consideram que o ensino seja apenas aquilo que os programas oficiais ou os professores dizem que querem transmitir. Para eles, aquilo que se diz aos professores que devem ensinar é uma coisa, outra é aquilo que eles acreditam que ensinam ou dizem que ensinam e uma outra coisa ainda é o que os alunos aprendem. Como resultado das duas primeiras afirmações – o que se diz que se ensina – forma o currículo manifesto. Porém, a experiência de aprendizagem do aluno não se reduz ou se ajusta à reunião de ambas as versões. “Ao lado do currículo que se diz estar desenvolvendo, expressando ideias e intenções, existe outro que funciona subterraneamente, que se denomina oculto”. O currículo real se encontra na interação ou mistura de ambos e se faz na experiência prática dos alunos.

Para Sacristán (2000, p. 17), “os currículos são a expressão do equilíbrio de interesse e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado”.

Com relação ao currículo nas universidades, Leff apud Barba (2011), ao estudar especificamente o currículo ambiental na universidade, cita três características que devem ser observadas. A fim de que se renovem as estruturas e conteúdos diante dos currículos atuais, a primeira característica refere-se à institucionalização dos saberes que necessitam incorporar teorias e práticas de pesquisa:

As universidades devem realizar esforços para ir configurando os eixos temáticos que orientem o desenvolvimento do conhecimento para gerar um novo saber ambiental, capaz de ser transformado aos paradigmas e disciplinas tradicionais. (LEFF apud BARBA, 2011, p. 85)

A segunda característica é a participação direta das universidades com as comunidades, a fim de diagnosticar os problemas reais na escolha de temas pertinentes para serem discutidos e analisados nos currículos. Deste modo, ao se agregarem esses temas, passarão a fazer parte de conhecimentos teóricos, metodológicos e práticos que podem ser sistematizados em novos conteúdos curriculares para a formação ambiental. (LEFF apud BARBA, 2011, p. 86)

A última característica está relacionada à formação ambiental que exige questionar os métodos tradicionais de ensino para a prática “em uma estreita relação entre a investigação, a docência, difusão e extensão do saber”. (LEFF apud BARBA, 2011, p. 86)

Barba (2011) ainda afirma que:

Esta relação implica em estabelecer novos papéis aos professores e aos alunos, as novas relações sociais para a produção e transformação do saber ambiental em práticas pedagógicas significativas, observando que o currículo deverá atender ao saber e a formação ambiental. (p. 86)

O conceito de saber ambiental é introduzido por Leff (2005), implica a integração interdisciplinar e transdisciplinar do conhecimento, com o objetivo de elucidar o comportamento de sistemas socioambientais complexos e problematizar o conhecimento fragmentado em disciplinas. Este saber ambiental, crítico e propositivo, constituído de um conjunto de práticas discursivas, mobiliza uma série de mudanças institucionais na ordem econômica mundial: “[...] A internalização da ‘dimensão ambiental’ nos paradigmas do conhecimento, nos conteúdos curriculares e nas práticas pedagógicas; a emergência de novas disciplinas ambientais”. (LEFF, 2002, p. 138)

Por conseguinte, o currículo apresenta-se como o instrumento para viabilizar a internalização da “dimensão ambiental” (ou expresso de outra forma) nas universidades. Para que aconteça a ambientalização do currículo, a partir da interdisciplinaridade, torna-se necessária a escolha de temas que possam ser abordados pelo corpo docente.

É essencial citar a recente Resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012, do Ministério da Educação que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Após leitura minuciosa, pode-se observar que essa resolução levou em conta:

- A Constituição Federal (CF), de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;
- A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, já estabelecia que a educação ambiental deve ser ministrada a todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente;
- A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a **Educação Superior** deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania;
- A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. (BRASIL, 2012)

Fica claro desta maneira que, para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental, o corpo docente deve ter o conhecimento prévio dos preceitos estabelecidos pela Lei 9.795/1999.

É possível ressaltar alguns pontos da resolução que vão ao encontro das proposições dos autores citados anteriormente sobre o objeto deste estudo:

- Art. 1.º inciso II – Estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;
- Art. 5º – A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visão de mundo e desse modo deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica. (BRASIL, 2012)

Nesse sentido, Reigota (1994) reforça essa ideia, esclarecendo que a EA deve ser definitivamente compreendida como uma educação política, preparando cidadãos capacitados a entender o porquê fazer algo, não se detendo apenas no como fazer; ou seja, enfatizando o componente reflexivo, tão importante quanto o ativo.

Esses objetivos evidenciam a importância da *resolução* como instrumento de reflexão crítica para avaliar como a EA está relacionada nas propostas pedagógicas e sua integração no currículo.

A esses objetivos pode-se acrescentar o pensamento de Carvalho (2008) sobre uma Educação Ambiental crítica:

O projeto político-pedagógico de uma EA crítica poderia ser sintetizado na intenção de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, formando um sujeito ecológico capaz de identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas. (p. 56-57)

Sobre o marco legal:

- Art. 7º – Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da **Educação Superior**, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.
- Art. 8º – A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.
- Art. 9º – Nos cursos de formação inicial e de especialização técnica e profissional, em todos os níveis e modalidades, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética socioambiental das atividades profissionais.

– Art. 10º – As instituições de **Educação Superior** devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental. (BRASIL, 2012)

Sobre os objetivos da Educação Ambiental: “Inciso II – abordagem curricular integrada e transversal⁵, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas”. (BRASIL, 2012)

Sobre a organização curricular:

– Art. 15 § 1º – A proposta curricular é constitutiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos Projetos e Planos de Cursos (PC) das instituições de Educação Básica, e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e do Projeto Pedagógico (PP) constante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições de Educação Superior.

– Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

I – pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II – como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III – pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos. (BRASIL, 2012)

Deste modo, pode-se compreender que o currículo nas universidades deverá adotar a temática ambiental, de tal forma que esteja definitivamente ligada às atividades dos sistemas de educação, a fim de propiciar ao corpo discente o desenvolvimento crítico e reflexivo sobre as relações sociedade-natureza.

Portanto, de acordo com a resolução citada, ao inserir a EA no currículo nas universidades, deve-se incentivar a pesquisa e a mudança nos espaços universitários transformando-os em espaços sustentáveis.

2.2. Características de um currículo ambientalizado conforme a *Rede ACES*

A rede de Ambientalização Curricular no Ensino Superior (ACES) foi constituída em 2000 com o objetivo de apresentar um projeto comum ao programa ALFA da União Europeia sob o título Programa de Ambientalização Curricular do Ensino Superior: proposta de intervenções e análises do processo, por meio de um contrato com a Comissão Europeia,

⁵ A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). E a uma forma de sistematizar esse trabalho e incluí-lo explícita e estruturalmente na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade. (BRASIL, PCN: Temas Transversais, 1998, p. 30)

formalizado em 17 de Dezembro de 2001. Desde então, a *Rede ACES*, formada por onze universidades⁶, sendo cinco europeias e seis latino-americanas, iniciou uma série de encontros com o objetivo de trocar experiências, encontrar pontos comuns no trabalho que cada universidade vem realizando e elaborar metodologias de análises para avaliar o grau de Ambientalização Curricular dos Estudos Superiores na América Latina e Europa. (CIURANA, 2002, p. 17; BAU, 2002, p. 10)

Em sua primeira reunião, realizada na *Technical University Hambureg-Harburg Technology*, em Hamburg (Alemanha), no período de 27 de fevereiro a 03 de março de 2002, os pesquisadores das instituições da rede ACES discutiram sobre o termo Ambientalização Curricular e definiram que:

La ambientalización curricular es un proceso continuo de producción cultural tendiente a la formación de profesionales comprometidos con la búsqueda plenamente de las mejores relaciones posibles entre la sociedad y la naturaleza, atendiendo a los valores de la justicia, la solidaridad y la equidad, aplicando los principios éticos universalmente reconocidos y el respeto a las diversidades. (CIURANA; JUNYENT; BAU, 2003, p. 21)

Segundo Bau (2002), as onze instituições juntas definiram mecanismos e estratégias para:

- Diagnosticar o grau de ambientalização nos diferentes aspectos da vida universitária que intervêm na formação dos/das estudantes, através de um projeto piloto, que será escolhido por cada uma das instituições participantes, com o objetivo de elaborar e/ou definir metodologias quantitativas e qualitativas que possam ser extrapoladas a outros cursos de graduação;
- Realizar intervenções nas práticas profissionais dos/as estudantes envolvidos no projeto piloto, com a finalidade de introduzir mudanças e formar agentes de mudanças em relação a aspectos ambientais, avaliando esse processo;
- Transferir e adaptar os mecanismos de ambientalização utilizados na unidade piloto a todas as unidades acadêmicas de cada instituição parceira;
- Todos os resultados e conclusões derivadas deste trabalho, irão conformando outras publicações desta coleção, esperando-se que as informações nelas contidas possam ser de utilidade para os processos de Ambientalização Curricular que realizem ou desejem realizar outras instituições de ensino superior. (p. 10)

Destarte, com esses objetivos os pesquisadores das universidades da rede ACES envolveram esforços para democratizar o conhecimento obtido, culminando na organização e disseminação dos conhecimentos sobre a Ambientalização Curricular.

⁶ Technical University Hamburg-Harburg Technology (Alemanha); Universidad Nacional de Cuyo (Argentina); Universidad Nacional de San Luis (Argentina); Universidade Estadual de Campinas (Brasil); Universidade Estadual Paulista-Rio Claro (Brasil); Universidade Federal de São Carlos (Brasil); Universidad de Pinar del Río "Hermanos Saíz Montes de Oca" (Cuba); Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha); Universitat de Girona (Espanha); Università degli Studi del Sannio (Italia); Universidade de Aveiro (Portugal).

Na esfera desse projeto, ocorrido entre 2000 e 2004, resultado do trabalho participativo e interdisciplinar que envolveu os docentes das universidades, a *Rede ACES* elaborou dez características para identificar e avaliar o grau de “ambientalização” de um currículo. (OLIVEIRA, 2011)

Na proposta desenvolvida pela *Rede ACES*, as características tiveram um significado capital no sentido de “outorgar as atribuições que deveria ter um currículo para que seja considerado ambientalizado” (OLIVEIRA JÚNIOR et al. 2003, p. 42). Desse modo, as entidades compreenderam como essas características devem nortear a prática da organização curricular na temática ambiental, e identificaram os aspectos culturais das práticas curriculares presentes nos conteúdos, nas metodologias e nas práticas sociais trabalhadas nas diferentes universidades participantes do projeto. (BARBA, 2011)

Assim, cada uma das universidades envolvidas nas reuniões de trabalho que elaborou as dez características, adaptou-as à sua realidade local e à especificidade do estudo realizado, levando em conta as peculiaridades dos *campi*, as características da instituição quanto à incorporação da temática ambiental em seus estudos e práticas.

Levando em conta as três universidades brasileiras que participaram da Rede ACES, o grupo de pesquisadores da UFSCar, tendo como base as reestruturações em sua maneira de pensar e agir e a influência da dinâmica política-pedagógica, apresentou as dez características acrescidas da explicitação de seu significado no contexto de ação e investigação da UFSCar, conforme demonstrado no Quadro 5.

Quadro 5 – Características de um curso ambientalizado e a compreensão da equipe de pesquisadores da UFSCar de seus significados

Característica	Compreensão de seu significado
Compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza	Construção/reconstrução de uma visão de mundo (concepções, valores, atitudes e práticas individuais e coletivas) que gere uma ação transformadora do meio sociocultural e natural.
Complexidade (visão de mundo)	Presença do pensamento complexo e dos princípios do paradigma da complexidade na forma de “ver, sentir e estar” no mundo.
Ordem disciplinar: flexibilidade e permeabilidade	Aceitar/ possibilitar mudanças e aberturas para dialogar com as diferenças de ideias e posições filosóficas/ metafísicas/ epistemológicas numa permanente postura de reflexão crítica sobre os processos de formação.
Contextualização: local-global-local global-local-global	Integrar os conhecimentos/concepções ao cotidiano social.

Levar em conta o sujeito na construção do conhecimento	Construir um ambiente de trabalho diversificado para possibilitar a emergência das diferenças e idiossincrasias e garantir a participação efetiva dos alunos tanto no campo intelectual quanto emocional.
Considerar os aspectos cognitivos e afetivos dos envolvidos	Fornecer suporte integral (material, estrutural, pedagógico, psicológico) para a formação de habilidades, construção de conhecimentos e produção de diferentes formas de expressão (arte, religião, filosofia, política).
Coerência e reconstrução entre teoria e prática	Exercício permanente de reflexão e crítica na produção do conhecimento de forma a articular de maneira mais coerente os movimentos da teoria e da prática.
Orientação prospectiva de cenários alternativos	Reflexão e compromisso com a construção de novas visões de ciência/sociedade/tecnologia/ambiente na perspectiva de uma participação responsável com as gerações atuais e futuras.
Adequação metodológica	Vinculação coerente entre as práticas educacionais e os pressupostos teóricos que as fundamentam a partir de modelos metodológicos e processos reflexivo-avaliativos que favoreçam essa articulação.
Espaços de reflexão e participação democrática	Criação e manutenção de estratégias e espaços que possibilitem a participação democrática e reflexiva de todos os agentes, com autonomia para a tomada de decisões e capacidade para implementá-las (suporte político, administrativo, material, econômico, etc.).

Fonte: adaptado de Ciurana, Junyent e Bau (2003).

Com base em Oliveira Junior e colaboradores (2003), a equipe de pesquisadores da UNICAMP assim definiu as dez características segundo seu contexto particular:

1. Complexidade: buscar um “rigor imaginativo” capaz de contemplar constantemente o número de “aproximações” feitas com o intuito de estudar/entender qualquer obra ou ação existente no mundo.
2. Ordem disciplinar: flexibilidade e permeabilidade: ampliação dos “espaços de escuta”, no interior de nossas práticas sociais (notadamente as curriculares), às demais formas de produzir e organizar conhecimentos, de modo a permitir a reconfiguração do maior número de falas/discursos no processo de entendimento do mundo.
3. Contextualização local-global-local; global-local-global: realizar raciocínios e “voos imaginativos” que levem em conta as diversas escalas e condições de produção, além das marcas de estruturação, em que se manifestam os fenômenos e processos estudados.
4. Levar em conta o sujeito na construção do conhecimento: promover “espaços de escuta”, em nossas práticas sociais (notadamente nas pedagógicas), de modo a

permitir os encontros das falas do maior número de pessoas (indivíduos) na produção dos conhecimentos.

5. Considerar os aspectos cognitivos, afetivos, éticos e estéticos: entender que as pessoas existem de maneira “inteira”, de modo a promover sua participação com a mesma “inteireza”, com suas singularidades e subjetividades.
6. Coerência e reconstrução entre teoria e prática: reconhecimento de que teorias e práticas sociais se fazem mutuamente mergulhadas em dinâmicas culturais específicas, guardando em si as marcas desta origem.
7. Orientação prospectiva de cenários alternativos (que se respeitem as gerações futuras): produzir outras práticas sociais e discursivas que explicitem e reduzam as relações discriminatórias e predatórias das práticas sociais existentes, de modo a imaginar e produzir maior tranquilidade e liberdade nas pessoas e garantir a continuidade do mundo.
8. Adequação metodológica: optar por metodologias que se pautem no estabelecimento de fortes interações entre teorias e ações/observações, de modo a fazer com que os aspectos políticos (ricos em suas manifestações de produção racional e sensível) sejam norteadores das escolhas dos estudos e práticas sociais desenvolvidas.
9. Espaços de reflexão e participação democrática: tornar o diálogo entre diferentes a maneira preferencial de realizar “aproximações” às obras e ações existentes ou propostas, de modo a permitir os encontros com a diversidade como um aspecto importante na produção de conhecimentos.
10. Compromisso para a transformação das relações entre sociedade-natureza: produzir outras práticas sociais e discursivas que explicitem e reduzam as relações discriminatórias e predatórias das práticas sociais existentes, de modo a reduzir os sofrimentos e as perdas dos homens e seus meios ambientes naturais e construídos.

Para a equipe de pesquisadores da UNESP, *campus* de Rio Claro, a característica por “Compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza”, refere-se à “considerar as possibilidades de transformações entre sociedade e natureza tendo como referência as relações dialéticas que se estabelecem entre estas transformações e as ocorridas nas relações sociais”. (REDE ACES; UNESP, 2003, p. 45)

A “Complexidade” é definida pela equipe como “assumir o paradigma da complexidade como concepção de mundo e princípio norteador da ação” (REDE ACES; UNESP, 2003, p. 46), nesse sentido, representa a busca para compreender melhor o mundo,

com vistas à superação do pensamento reducionista e linear a ser substituído pelo pensamento complexo e integrador dos conhecimentos.

No que diz respeito à “Ordem disciplinar: flexibilidade e permeabilidade”, os pesquisadores compreendem a “abertura do currículo para interações entre cursos, disciplinas e profissionais de diversas áreas do conhecimento incorporando temáticas e procedimentos diversificados relativos ao meio ambiente” (REDE ACES; UNESP, 2003, p. 47). Ela representa a abertura da incorporação de conteúdos relativos à temática ambiental no currículo.

Por “Contextualização (local-global-local/global-local-global)”, os pesquisadores entendem a “incorporação de problemáticas locais e globais no tratamento dos problemas referentes à relação sociedade-natureza” (REDE ACES; UNESP, 2003, p. 48), evidenciada pela valorização dos entornos espaciais, locais e temporais.

A característica “Considerar o sujeito na construção do conhecimento” significa para a equipe “levar em conta o sujeito – como indivíduo e como grupo – na definição e no desenvolvimento de conteúdos, nas metodologias adotadas e nos projetos desenvolvidos”. (REDE ACES; UNESP, 2003, p. 49)

A característica “Considerar os aspectos cognitivos e de ação das pessoas afetivos, éticos e estéticos” diz respeito à intencionalidade de trabalhar as ações nas suas dimensões éticas e estéticas (REDE ACES; UNESP, 2003, p. 50) e corresponde ao desenvolvimento integral dos alunos, levando em conta os valores no contexto histórico, social e cultural que visem compartilhar os diversos saberes e as práticas educativas.

A “Coerência e reconstrução entre teoria e prática” é a construção do conhecimento envolvendo os paradigmas nos contextos reflexivos da temática ambiental manifestada “no âmbito institucional, no das organizações estudantis e no da prática docente”. (REDE ACES; UNESP, 2003, p. 50)

A característica “Orientação prospectiva de cenários alternativos (que se respeitem as gerações futuras)” é compreendida pelos pesquisadores de Rio Claro como a possibilidade de promover a formação de profissionais críticos, abertos para novas experiências e para propostas alternativas de gestão das relações sociedade-natureza, comprometidos com a construção de um “novo mundo” e com as futuras gerações. (REDE ACES; UNESP, 2003, p. 50)

Por “Adequação metodológica” compreende-se a “Coerência e articulação entre conteúdos e metodologias, valorizando propostas metodológicas participativas” (REDE ACES; UNESP, 2003, p. 52) que ocorre pela articulação entre as práticas educacionais e os pressupostos teóricos que passam a ser o fundamento teórico-reflexivo que o curso adota,

observando as metodologias adequadas para a organização dos conteúdos curriculares que possibilitam o desenvolvimento dos saberes ambientais.

E, finalmente, a característica “Gerar espaços de reflexão e participação democrática” leva em conta os espaços da reflexão e da participação democrática na questão da autonomia e no desenvolvimento do conhecimento mais democrático e mais participativo na formação das contradições sociais presentes na relação sociedade-natureza. (REDE ACES; UNESP, 2003, p. 52)

A respeito dessas dez características, Zuin (2011) sustenta que:

Apesar das características se encontrarem listadas em uma determinada ordem, não compreendemos que uma seja mais relevante do que outra. Estas podem tanto caracterizar quanto apontar possíveis caminhos para a construção e revisão de um curso superior cujo desenho curricular se pretenda ser ambientalizado. (p. 63)

Compreende-se, portanto, que, para interpretação e análise dos dados gerados a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Contábeis aqui em estudo, considera-se apropriado, como referência teórica, utilizar as dez características sobre Ambientalização Curricular apresentadas acima, sendo que este pesquisador optou utilizar as definições das dez características apresentadas pela equipe de pesquisadores da UNESP.

3. DIAGNÓSTICO DA AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O capítulo trata do diagnóstico da Ambientalização Curricular do curso de Ciências Contábeis na IES escolhida. Para isto, foi analisada a evolução curricular dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, o Projeto Pedagógico do Curso estudado, e as respostas dos questionários respondidos pelos professores e alunos.

3.1 Análise da evolução curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil na perspectiva da inserção da dimensão ambiental

O objetivo deste subitem é analisar os conteúdos que fizeram parte dos currículos do curso superior de Ciências Contábeis no Brasil a partir de sua instituição em 1945. Esta análise limitou-se ao conteúdo normativo.

Vários pesquisadores estudaram a composição curricular dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, dentre os quais Soares et al. (2011); Czesnat, Cunha e Domingues (2009); Ott e Pires (2010); Erfurth e Domingues (2008). No entanto, nenhum desses trabalhos abordou o aspecto da inserção da temática ambiental.

O curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais foi criado pelo Decreto-lei nº 7.988 de 22 de setembro de 1945, com duração de quatro anos e concedia o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus formandos. O currículo do curso apresentava as seguintes disciplinas específicas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil.

Contemplava também as demais disciplinas: Análise Matemática, Estatística Geral e Aplicada, Ciências da Administração, Economia Política, Matemática Financeira, Ciências da Finanças, Estatística Matemática e Demográfica, Instituição de Direito Público, Matemática Atuarial, Finanças das Empresas, Técnica Comercial, Instituições de Direito Civil e Comercial, Instituições de Direito Social, Legislação Tributária e Fiscal, Prática e Processo Civil e Comercial.

Nota-se que não havia nenhuma disciplina específica nesse currículo relacionada à temática ambiental.

Em 31 de julho de 1951, foi promulgada a Lei nº 1.401 que dividiu o curso de Ciências Contábeis e Atuariais em dois cursos: Ciências Contábeis e Ciências Atuariais. A disciplina

Organização e Contabilidade de Seguros foi excluída do curso de Ciências Contábeis e mantidas as demais disciplinas conforme o Decreto-lei nº 7.988 de 22 de setembro de 1945.

A Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, dispôs sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criou o Conselho Federal de Educação (CFE), estabeleceu os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores para a formação de profissões regulamentadas.

O curso superior de Ciências Contábeis foi dividido nos ciclos de formação básica e profissional por meio do Parecer do CFE nº 397/1962. A Resolução sem número do CFE de 8 de fevereiro de 1963 ratificou o Parecer, apresentando as seguintes disciplinas para o curso:

- Ciclo de formação básica: Direito; Economia; Estatística; Matemática.
- Ciclo de formação profissional: Auditoria e Análise de Balanços; Contabilidade Geral; Contabilidade Comercial; Contabilidade de Custos.

Nesse Parecer, também não há uma disciplina específica sobre a dimensão ambiental no currículo.

Araújo (2009) discorre em sua dissertação de mestrado sobre o grupo de estudos – formado por chefes de departamentos de Ciências Contábeis de diferentes Instituições de Ensino Superior, professores, egressos, contadores e empresários – que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituiu em 1985 para subsidiar uma proposta de reforma do currículo do curso de Ciências Contábeis. O grupo constatou que havia um nível elevado de insatisfação com a formação dos contadores, que os cursos eram excessivamente teóricos e, em alguns casos, estavam longe da realidade da profissão, que havia uma inadequada e desatualizada formação dos professores e um grande despreparo para a implantação da aplicação de computação no ensino das disciplinas técnicas.

Tendo como referência essa pesquisa, o CFC, continua Araújo (2009), fez uma proposta de alteração curricular contemplando: a parte prática poderia ser ensinada em escritórios-modelo; estágio supervisionado por professores; exigência de trabalho de conclusão de curso; realização de jogos de empresas e simulações. Para a formação do professor, sugeria a reciclagem, com a criação de novos cursos de pós-graduação nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu* e o uso de computadores no ensino das disciplinas técnicas.

Até esse período, 1985, a humanidade já havia passado por vários acidentes ambientais, como destaca Barba (2011, p. 18):

Em 1948, ocorreu uma inversão térmica sobre a cidade de Donora, no estado da Pensilvânia nos EUA provocando doenças respiratórias em 6.000 pessoas o que levou à morte de 20. As grandes acumulações de poluição sobre a cidade de Londres também levaram à morte de 3.500 a 4.000 pessoas em 1952, e outras 700 em 1962.

Em 1956, na cidade de Minamata no sul do Japão, 107 pescadores morreram devido ao consumo de peixes e crustáceos contaminados com altas doses de metil-mercúrio liberadas pela Chisso, uma indústria de fertilizantes, plásticos e fibras sintéticas. (HOGAN, 2007)

Em 1984, houve o vazamento do gás venenoso isocianato de metila da fábrica da Union Carbide, gerando uma explosão de mais de 25 mil toneladas de gás letal, espalhando-se na cidade de Bhopal, na Índia, e provocando a morte de cerca de 2.500 pessoas, além de 50 mil terem ficado seriamente contaminadas e impedidas de desempenharem suas funções. (HOGAN, 2007)

Na cidade do México, no ano de 1985, ocorreram explosões sucessivas de tanques esféricos e botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) causadas pelo vazamento de um dos tanques, em que cerca de 4.000 mil pessoas foram feridas e 500 morreram. (BARBA, 2011)

Outros acidentes, divulgados pela imprensa, como o ocorrido em 23 de março de 1989, no Alasca, quando o petroleiro Exxon Valdez colidiu com um recife e vazaram 11 milhões de galões de petróleo, contaminando uma área de 1.200 km². Milhares de animais foram mortos pelo derramamento: cerca de 250.000 aves marinhas e 2.800 lontras, entre outros. O custo de limpeza ficou em torno de US\$ 2,1 bilhões

Apesar desse quadro já preocupante, não houve, como foi descrito nos parágrafos anteriores, a preocupação com temas ligados ao meio ambiente no grupo formado pelo CFE para subsidiar a elaboração da proposta para alterar o currículo do curso de Ciências Contábeis. Ressalte-se que, como exposto no subitem Contabilidade Ambiental, em 1975, o FASB já houvera emitido o SFAS5, direcionando e padronizando a identificação, mensuração e evidenciação do conceito de contingência e de perdas contingenciais, que é amplamente relacionado com as contingências ambientais que desencadeiam os passivos ambientais. Ademais, como relatado no capítulo Contabilidade e o Meio Ambiente, em 1984, já houvera sido publicado o primeiro Balanço Social no Brasil, da empresa Nitrofértil.

Dessa forma, não se esperava que, em 1992, com a aprovação da Resolução CFE nº 03, de 5 de outubro, houvesse qualquer disciplina que inserisse a questão ambiental. De fato, essa Resolução fixou os conteúdos mínimos e estabeleceu normas para que as IES elaborassem os currículos para o curso de Ciências Contábeis, definindo o perfil do egresso.

A Resolução apresentou exemplo dos conteúdos que deveriam compor os currículos:

- Formação geral: Língua Portuguesa; Noções de Direito; Noções de Ciências Sociais; Ética Geral e Profissional (obrigatórias). Psicologia; Filosofia da Ciência; Cultura Brasileira; Demais (eletivas).

- Formação profissional: Administração Geral; Economia; Direito Aplicado; Matemática; Estatística (básicas). Contabilidade Geral; Teoria da Contabilidade; Análise das Demonstrações Contábeis; Auditoria; Perícia; Administração financeira e orçamento empresarial; Contabilidade Pública; Contabilidade e Análise de Custos (específicas). Contabilidade Gerencial; Sistemas Contábeis; Contabilidade aplicada; Demais (eletivas).
- Formação complementar: Computação; Jogos de empresas; Laboratório contábil; Estudos de casos; Trabalho de fim de curso; Estágio supervisionado; Demais.

A Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis, interligando os seguintes conteúdos:

- Formação básica: Administração; Economia; Direito; Métodos quantitativos; Matemática; Estatística.
- Formação profissional: Teorias da Contabilidade; Noções de atividades atuariais; Noções de quantificações financeiras e patrimoniais, governamentais e não governamentais; Auditoria; Perícia e Arbitragem; Controladoria.
- Formação teórico-prática: Estágio curricular supervisionado; Atividades complementares; Estudos independentes; Conteúdos Optativos; Prática em Laboratório de Informática.

Observa-se que houve várias alterações no currículo do curso superior de Ciências Contábeis, desde sua instituição em 1945. Diversas disciplinas foram incluídas e outras foram excluídas. No entanto, em referência à inserção da dimensão ambiental, não se identificou nenhuma disciplina característica ou menção ao trabalho com projetos interdisciplinares para inclusão da temática ambiental.

3.2 Análise do Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis na perspectiva da *Ambientalização Curricular*

Antes de adentrar os dados coletados, são apresentados o significado de Projeto Pedagógico e o curso de Ciências Contábeis em estudo.

Barba (2011, p. 95) registra que “a capacidade de projetar identifica a própria condição humana de organizar a sua vida, social, política e educacional, e em um sentido etimológico, o

projeto vem do latim *projectu* que significa lançar para diante”. Dessa forma, refere-se à ideia de se executar ou realizar algo no futuro: plano, intento, desígnio.

O projeto pedagógico é também um projeto político, uma vez que se articula com o compromisso sociopolítico dos interesses reais e coletivos da população majoritária (VEIGA, 2008). Na dimensão pedagógica, o projeto visa ao ensino e à aprendizagem, objetivando a construção do conhecimento. (BARBA, 2011)

Nos projetos pedagógicos, procura-se a superação dos conflitos, das relações competitivas, corporativas e autoritárias na escolha dos conteúdos curriculares, a fim de direcionar a prática pedagógica. (VEIGA, 2008)

Barba (2011, p. 96) pondera que, “pelo seu potencial transformador do ensino, o projeto pedagógico possibilita o envolvimento da organização didático-pedagógica no ensino universitário que contemple a inserção da temática ambiental na universidade”. Destarte, deste ângulo é que o projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis foi analisado na dimensão das questões ambientais.

Esta pesquisa se realizou na IES escolhida, no decorrer do ano de 2013, no curso de Ciências Contábeis. O curso de Ciência Contábeis em estudo é ministrado em oito semestres, para a formação de Bacharel. Funciona no período matutino – somente no primeiro e segundo semestre – e no período noturno (todos os semestres), oferece trinta vagas matutinas e cinquenta noturnas, contando com um quadro de profissionais de vinte professores mestres, doutores e especialistas.

A leitura detalhada do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) teve como objetivo identificar os conteúdos de análise das questões ambientais, como uma unidade de significação. Conforme Bardin (2009, p. 131), “A análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

Como referência para interpretação dos dados foi utilizado o material sobre *Ambientalização Curricular* elaborado pela Rede ACES, conforme mencionado anteriormente.

Inicialmente, foram analisados os objetivos e as diretrizes de formação introduzidas na ementa de cada disciplina, para verificar a existência de alguma preocupação com a característica compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza. No caso de haver disciplinas escolhidas por esse critério, dever-se-ia identificar os elementos constituintes das outras nove características adotadas na descrição dos objetivos, na relação dos conteúdos trabalhados, na explicitação da metodologia e na avaliação.

O (PPC) de Ciências Contábeis foi elaborado, tendo por base e fundamento legal os seguintes instrumentos:

- Lei 9.795/1999 e Decreto 4.281/2002 – que dispõe sobre as políticas de educação ambiental.
- Lei 9694/96 – Lei das Diretrizes Básicas do Ensino Nacional – define e regulariza o Sistema de Educação Brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal.
- Resolução CNE/CP 01/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico Raciais e para o Estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CES/CNE 10 de 16 de dezembro de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Ciências Contábeis.
- Decreto nº 5626/2005 – que regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 – dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007 – dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula.
- Lei nº 11788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre o estágio de estudantes. (Para cursos que têm a previsão de estágios). (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2012, p. 4-5)

Como se nota, um dos instrumentos formais utilizados para elaboração do PPC foi a Lei 9.795/1999 que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Consta no artigo 9º que “entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: [...] II – educação superior”. Dessa forma, seria esperado que fosse contemplada no PPC prática educativa integrando a Educação Ambiental. No entanto, na análise documental, não foi identificado o registro de tal prática.

De acordo com o PPC, o curso tem como finalidade:

Preparar profissionais com sólida formação contábil habilitados ao eficiente desempenho de suas funções e senso de responsabilidade social.

O curso buscará atingir os seguintes objetivos:

- a) conseguir a excelência no ensino de graduação em Ciências Contábeis, através de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão;
- b) formar empreendedores também com visão generalista, conscientes, críticos, solidários, com valores éticos com capacidade de atuar em um mercado de âmbito regional, nacional e internacional globalizado com competência técnico-profissional para contribuir nos diversos modelos de organização;
- c) capacitar o futuro contador a apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais; (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2012, p. 8-9)

Com relação ao perfil do egresso do curso:

Os alunos serão preparados como profissionais com pensamento crítico-analítico, com capacidade de desenvolver raciocínio lógico, na solução de problemas empresariais. Atuando de forma ética na elaboração dos relatórios empresariais para que reflitam a situação econômico-financeira das entidades, contribuindo para a tomada de decisões com eficiência e eficácia pelos usuários internos e externos, atuando com motivação e liderança em equipes multidisciplinares na coleta de eventos patrimoniais e na geração e divulgação das informações Contábeis em nível local e ambientes internacionais. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2012, p. 9)

Na análise dessas propostas, percebe-se que os professores procuram formar um profissional que preencha as necessidades do mercado com eficiência, eficácia, aptidão e que se adapte às diferentes particularidades do Contador.

Com relação à contextualização do curso e da profissão, é descrito no PPC que a instituição está inserida na Região Metropolitana da Baixada Santista, na qual há instalado o Porto de Santos, maior complexo portuário da América Latina; que o mercado de trabalho regional ainda é fortalecido pelo Polo Industrial de Cubatão, formado, em sua grande maioria, por empresas da área de siderurgia, fertilizantes, químico e petroquímico. Cita como outro ponto relevante a instalação da Unidade de Negócios de Exploração e Produção da Bacia de Santos (UN-BS). E complementa “este cenário exige profissionais qualificados em Contabilidade, com forte embasamento conceitual, prático e técnico”. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2012, p. 8)

Nesse aspecto, o curso está apoiado em dimensões básica, profissional e teórico-prática, divididas entre os oito semestres, com carga-horária total de 3.028,32 horas de 60 minutos, equivalentes a 3.634 horas de 50 minutos. As disciplinas da dimensão básica proporcionam uma formação humanística, contemplando as disciplinas de Problemas do Homem Contemporâneo; Sociologia; Ética Geral e Profissional. Completam a dimensão básica as disciplinas de Introdução à Economia; Teoria Geral da Administração; Introdução à Contabilidade; Instituições de Direito Público e Privado; Direito Empresarial; Matemática; Estatística; Matemática Financeira; Gestão de Pessoas.

As disciplinas da dimensão profissional são mais específicas, voltadas à teoria e prática da Contabilidade, envolvendo as disciplinas de Introdução à Contabilidade; Contabilidade Comercial; Contabilidade Avançada; Contabilidade Aplicada; Teoria da Contabilidade; Contabilidade de Custos; Contabilidade Análise de Custos; Análise das Demonstrações Contábeis; Auditoria; Perícia contábil; Contabilidade Gerencial; Controladoria; Sistemas de Informações Contábeis; Contabilidade Governamental e Administração Pública; Planejamento Orçamentário e Finanças Públicas; Contabilidade Atuarial; Contabilidade Internacional.

Integrando o conhecimento acadêmico do aluno com o mercado de trabalho, a dimensão teórico-prática aplica os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, por meio das disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico; Trabalho de Conclusão de Curso; Atividades Complementares e Estágio.

Mediante análise dos objetivos e diretrizes de formação da ementa de cada disciplina, constatou-se apenas na disciplina de Problemas do Homem Contemporâneo a preocupação com a característica “compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza”. A disciplina é de caráter geral, está inserida no projeto pedagógico de todos os cursos da IES pesquisada.

Assim, analisando o plano de ensino da disciplina Problemas do Homem Contemporâneo, a fim de identificar os elementos constituintes das outras nove características, observa-se que seis estão presentes:

- “Complexidade”: a disciplina trabalha com vários conceitos integrados como ecologia, política, economia, cultura, sociologia.
- “Ter em conta o sujeito na construção do conhecimento”: a disciplina atua com discussões, exposições participativas, planejamento participativo de atividades e atividades em grupo.
- “Considerar os aspectos cognitivos e afetivos dos alunos”: a disciplina opera com diversos tipos de avaliação considerando diferentes formas de manifestação do pensamento do aluno.
- “Adequação metodológica”: a disciplina trabalha com debates, leitura de textos e exame de materiais didáticos.
- “Espaços de reflexão e participação democrática”: participação em pesquisas, trabalhos em grupo e trabalho de campo.

No Marco Referencial da IES pesquisada consta que uma de suas finalidades é preparar profissionais com sólida formação cristã, notáveis no saber, habilitados ao eficiente desempenho de suas funções, com senso de responsabilidade social. Conforme constatado por meio da análise do projeto pedagógico do curso, apenas a ementa da disciplina Problemas do Homem Contemporâneo, de caráter geral, está alinhada a essa finalidade. Em vista disso, é sugerido que o corpo docente e o coordenador do curso reflitam sobre o porquê do projeto pedagógico não contemplar em nenhuma outra disciplina a presença da característica “compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza”.

3.3 Percurso metodológico da pesquisa com os sujeitos

O presente subitem tem por objetivo apresentar o caminho metodológico do trabalho de pesquisa. Inicialmente, convém salientar que por meio do trajeto percorrido durante esta pesquisa, este pesquisador concluiu que para desenvolver uma investigação científica, é sempre necessário fazer opções, a pesquisa é o reflexo de escolhas, trilhas e riscos percorridos.

Com a finalidade de acessar as experiências na inserção da dimensão ambiental dos docentes e discentes do curso de Ciências Contábeis da IES de interesse desta pesquisa, procurou-se por um recurso metodológico que possibilitasse a compreensão da prática docente. Dessa forma, compreendeu-se que seria necessário dar oportunidade de expressão aos sujeitos, a fim de que pudessem discorrer sobre suas concepções e representações acerca das questões da temática ambiental. Assim sendo, a metodologia que mais se adaptou aos objetivos deste trabalho foi a de abordagem qualitativa, uma vez que possibilitou interpretar e analisar de uma forma explicativa o caráter humano e subjetivo. Ademais, pode-se observar que depois de alguns anos de prática da pesquisa qualitativa, alguns estudos demonstraram que novas compreensões foram incorporadas ao conhecimento educacional, podendo-se destacar entre elas:

O professor vem à cena. Sua pessoa, sua fala, sua interpretação do vivido, suas representações, seu olhar, a dimensão de suas necessidades e expectativas trazem novo panorama: o professor como pessoa, como profissional, como construtor de inteligibilidade, como ser reflexivo, como alguém que pensa, decide, se angustia. (GHEDIN; FRANCO, 2008, p.60)

3.3.1 Discurso do Sujeito Coletivo

Como destacado na introdução desta dissertação, o método do Discurso do Sujeito Coletivo foi escolhido para analisar os dados da pesquisa. A fim de se apropriar adequadamente do método, este pesquisador participou do 20º Curso Teórico Prático de Introdução ao Discurso do Sujeito Coletivo e ao *software* Qualiquantisoft, nos dias 1 e 2 de novembro de 2013, promovido pelo Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo, no município de São Paulo, com carga horária de 16 horas. Curso ministrado pelos professores Ana Maria Cavalcanti Lefevre e Fernando Lefevre.

O método do DSC foi desenvolvido a partir da década de 1990, na Universidade de São Paulo (USP), e pode ser utilizado em conjunto com os softwares QLQT On-line e Qualiquantisoft. O DSC está alicerçado nos pressupostos da Teoria das Representações Sociais.

A Teoria das Representações Sociais foi desenvolvida durante os anos de 1960 como uma linha da Psicologia Social. Serge Moscovici em 1961, por meio da obra *La Psychanalyse, son image, son public*, elaborou as concepções iniciais que originaram a teoria. É utilizada para descrever os fenômenos humanos, partindo de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista as individualidades. Representa o conhecimento de senso comum e do contexto sociocultural no qual os indivíduos estão incluídos (FRANCO, 2004). Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais operacionaliza o pensamento social em sua dinâmica e sua diversidade. (ARRUDA, 2002)

As representações se baseiam nas expectativas que os sujeitos desenvolvem a respeito de um objeto ou situação. Assim, pode-se afirmar que, no âmbito de análise deste trabalho, os discursos expressos pelos professores e alunos foram orientados pelas expectativas que eles têm sobre os assuntos relacionados à inserção da temática ambiental no curso de Contábeis.

Com o intuito de compreender as representações, enquanto pensamentos sociais, deve-se buscar “apreender seu conteúdo e sentido através de seus elementos constitutivos: informações, crenças, imagens, valores, expressos pelos sujeitos e obtidos por meio de questionários, entrevistas, observações, análise de documentos”. (ALVES-MAZZOTTI, 1994, p. 70)

Nesse sentido, o DSC constitui um novo método para as pesquisas de opinião, de representação social ou, mais genericamente, de atribuição social de sentido, que tenham como material de base depoimentos ou outros suportes de material verbal como matérias de revistas, jornais etc. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012)

A metodologia do DSC possibilita trabalhar as questões abertas de forma quantificada, sem descaracterizar a sua qualidade atinente de discurso e depoimento, permitindo transitar por diferentes opiniões ou matrizes de opiniões, ampliando a oportunidade de repercussão de todo um determinado grupo social, no caso desta pesquisa, professores e alunos do curso de Ciências Contábeis da IES escolhida. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012)

O DSC como método consiste em uma série de operações sobre a matéria dos depoimentos individuais ou de outro tipo de material verbal, operações que redundam, ao final do processo, em depoimentos coletivos, ou seja, constructos confeccionados com estratos literais do conteúdo mais significativo dos diferentes depoimentos que apresentam sentidos semelhantes. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012)

Portanto, cada um desses depoimentos coletivos ou Discursos de Sujeito Coletivo permite veicular uma determinada e distinta opinião ou posicionamento, assim o resultado final

de uma dada pesquisa de opinião será composto por quantas diferentes opiniões sob a forma de DSC existirem entre determinada população pesquisada. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012)

Na técnica do DSC, os depoimentos são redigidos na primeira pessoa do singular, com vistas a produzir no receptor o efeito de uma opinião coletiva expressando-se diretamente, como fato empírico, pela “boca” de um único sujeito de discurso. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012)

Obviamente, esse sujeito não é real, porém é um sujeito como se encontra em qualquer outro depoimento que apresenta em seu discurso uma opinião particular, individual, natural, neste caso, de sujeitos que compartilham a mesma opinião.

3.3.2 Campo social/campo estudado/sujeitos da pesquisa

O presente trabalho de pesquisa foi desenvolvido com professores e alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES escolhida na cidade de Santos, Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo.

Participaram da pesquisa 15 professores dentre os 20 professores do curso e 11 alunos dentre os 30 alunos do último semestre do curso, atingindo um total de 26 participantes de um universo de 50 sujeitos.

Para traçar o perfil profissional dos professores, segundo a formação, o tempo de exercício profissional, vínculo com a IES e disciplinas ministradas, os dados foram solicitados no questionário. (APÊNDICE C)

Para identificar algumas características nos alunos como gênero e idade, foi solicitado que fornecessem esses dados no questionário. (APÊNDICE D)

3.3.3 Coleta de dados/abordagem dos sujeitos

Na metodologia do DSC (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012), é necessário utilizar um instrumento adequado para obter depoimentos autênticos, espontâneos e verdadeiros para que seja possível descrever comportamentos e determinar variáveis. Então, os sujeitos da pesquisa devem ser abordados por meio de questões abertas, que geram opiniões, que são consideradas como qualidades. Depois de descritas as qualidades, pode-se quantificá-las, possibilitando a visualização da maior ou menor adesão a uma opinião.

Para isto, foi elaborado questionário com questões abertas, cuidadosamente selecionadas, contendo os principais temas pesquisados.

Foi realizado um pré-teste do instrumento com duas professoras do curso, no mês de setembro de 2013 e, como resultado dessa operação, foram efetuados ajustes nas questões.

Os questionários foram enviados, via Internet, para os 20 professores do curso, em 11 de setembro, e foram devolvidos 15 questionários respondidos até o final de novembro, representando um percentual de 75% do total. Com relação aos discentes, foram enviados questionários também via Internet para os 30 alunos, no dia 29 de novembro, e foram devolvidos 11 questionários respondidos, representando um percentual de 37% do total.

3.3.4 Operadores do DSC

A metodologia adotada, nesta pesquisa, conforme citado anteriormente, utiliza o método do DSC, de acordo com proposta de Lefevre e Lefevre (2012). Nessa perspectiva, como fazer com que, empiricamente, um conjunto de questões abertas possa gerar opiniões coletivas? Para tanto, o DSC lança mão de alguns operadores ou figuras metodológicas que são apresentadas na sequência.

Expressões-chave

As expressões-chave (ECH) são pedaços, ou trechos, ou segmentos contínuos ou descontínuos do discurso, que devem ser selecionados pelo pesquisador e que revelam a essência do conteúdo do depoimento ou discurso, ou da teoria subjacente.

As ECH são as fontes para a elaboração do DSC. Portanto, deve-se levar em conta, nos discursos dos sujeitos, apenas o que é essencial para elaborar, em uma fase posterior, o DSC.

Ideias Centrais

A Ideia Central (IC) é um nome ou expressão linguística que revela e descreve da maneira mais sintética e precisa possível o sentido ou os sentidos das ECH de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECHs que darão nascimento, posteriormente, ao DSC. Neste último caso, a IC recebe o título de Categoria.

Ancoragem

Algumas ECH remetem não apenas a uma IC, mas também e explicitamente a uma afirmação denominada Ancoragem (AC) – que é a expressão de uma dada teoria ou ideologia que o autor do discurso professa e que está embutida no seu discurso como se fosse uma afirmação qualquer. Nem sempre as Ancoragens estão presentes nos discursos analisados.

Atributos quantitativos do DSC

São considerados como atributos quantitativos do DSC:

- *Intensidade/força*

Refere-se ao número ou percentual de indivíduos que contribuíram com suas expressões-chave relativas às Ideias Centrais semelhantes ou complementares, para a confecção de um dado do Discurso do Sujeito Coletivo. Esses dados permitem conhecer o campo pesquisado e o grau de compartilhamento das Representações Sociais entre a população investigada.

A dimensão quantitativa do DSC é fundamental já que é insuficiente como resposta de uma pesquisa que o pesquisador conheça somente o quê e como pensa uma dada população pesquisada. É importante também que ele saiba se uma dada ideia está mais ou menos compartilhada por aquele grupo. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012)

- *Amplitude*

Refere-se à medida da presença de uma ideia ou representação social, considerando o campo ou universo pesquisado. Revela ao pesquisador o grau de espalhamento ou difusão de uma ideia no campo pesquisado.

3.3.5 Tabulação dos dados

As fases da tabulação dos dados da pesquisa foram as seguintes:

- 1.^a As respostas de cada questão, de cada sujeito foram lidas cuidadosamente.
- 2.^a Numa segunda leitura, foram identificadas as Expressões Chave (ECH) em cada resposta, de cada sujeito.

3.^a Nesta fase, as Ideias Centrais (ICs) foram identificadas a cada resposta dos sujeitos.

4.^a Uma vez identificadas, as ICs foram agrupadas por semelhança em Categorias a cada questão.

5.^a Nesta fase, as Categorias de cada questão foram nomeadas.

6.^a Finalmente, foi construído o DSC por Categoria, de cada questão. Foram utilizados conectivos para a ligação entre as partes do DSC.

O desenvolvimento dessas fases da tabulação de dados é apresentado no Apêndice E – Elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo dos professores; e Apêndice F – Elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo dos alunos.

3.3.6 Operacionalização do DSC

As ICs semelhantes foram reunidas em uma única Ideia Central, denominada de Categoria, de tal forma que cada categoria criada respondesse à respectiva pergunta. O Discurso do Sujeito Coletivo foi elaborado com as Expressões-chave das Ideias Centrais enquadradas na mesma Categoria.

Assim sendo, foi elaborado o DSC para cada uma das Categorias identificadas e, para cada questão, foram demonstrados os respectivos Discursos de Sujeito Coletivo que evidenciam as opiniões coletivas sobre a questão.

Prosseguindo, Lefevre e Lefevre (2010) propõem efetuar a análise sob o ponto de vista teórico e prático.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

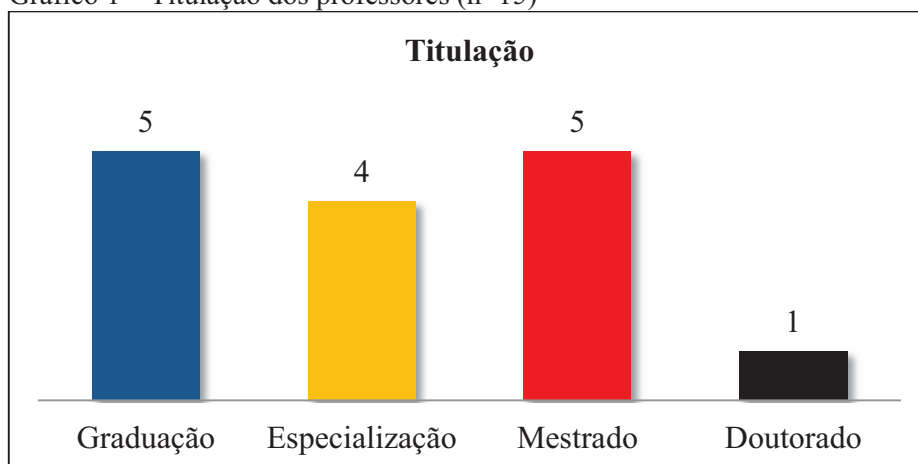
Para identificar de que forma a temática ambiental tem sido trabalhada pelos professores do curso de Ciências Contábeis em estudo e qual a percepção dos alunos sobre a temática ambiental no curso, não foi suficiente conhecer a opinião dos sujeitos, foi necessário também medir o grau de compartilhamento de cada uma das opiniões circulantes sobre os assuntos discorridos. Assim, o método utilizado do DSC possibilitou analisar os discursos de professores e alunos levando em conta os aspectos qualitativos e quantitativos.

4.1 Dados cadastrais dos sujeitos pesquisados

Inicialmente, para se identificar as características dos sujeitos, foram analisados alguns atributos presentes nos dados cadastrais como, no caso dos professores, titulação, tempo de educação superior e tempo de trabalho na IES. Com relação aos alunos, gênero e idade, conforme consta nos gráficos a seguir.

Dados cadastrais dos professores

Gráfico 1 – Titulação dos professores (n=15)



Fonte: Questionário dos professores – Dados sobre o respondente

Gráfico 2 – Tempo de professor educação superior (n=15)



Fonte: Questionário dos professores – Dados sobre o respondente

Gráfico 3 – Tempo de trabalho na IES (n=15)

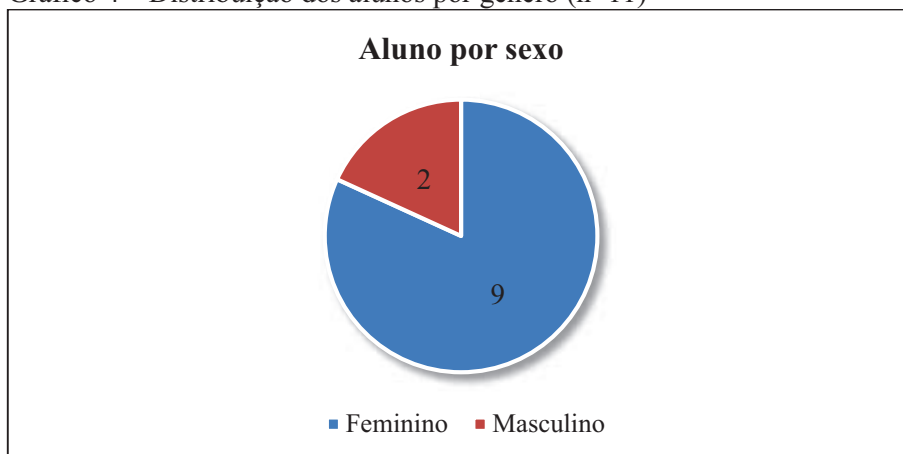


Fonte: Questionário dos professores – Dados sobre o respondente

De acordo com os gráficos 1, 2, e 3 observa-se que, no grupo pesquisado de quinze professores, a graduação (33%) e especialização (27%) foram as modalidades de formação mais frequentes; mestrado (33%) e doutorado (7%) foram as menos frequentes. Já o tempo de exercício profissional de 6 a 10 anos foi o período mais frequente (33%); seguido de 16 a 20 anos (27%). Relativo ao tempo de trabalho na IES, de 1 a 5 anos (27%) e de 6 a 10 anos (27%) foram os períodos mais frequentes; de 11 a 15 anos (20%) e de 16 a 20 anos (20%) os menos frequentes.

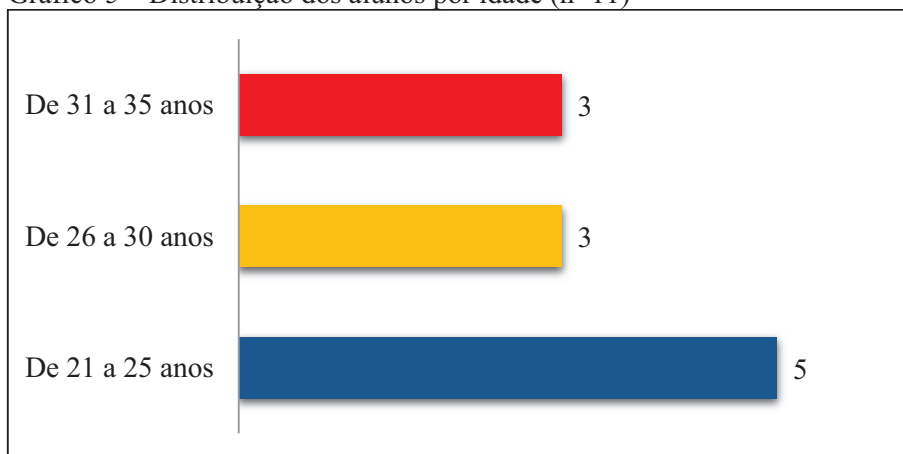
Dados cadastrais dos alunos

Gráfico 4 – Distribuição dos alunos por gênero (n=11)



Fonte: Questionário dos alunos – Dados sobre o respondente

Gráfico 5 – Distribuição dos alunos por idade (n=11)



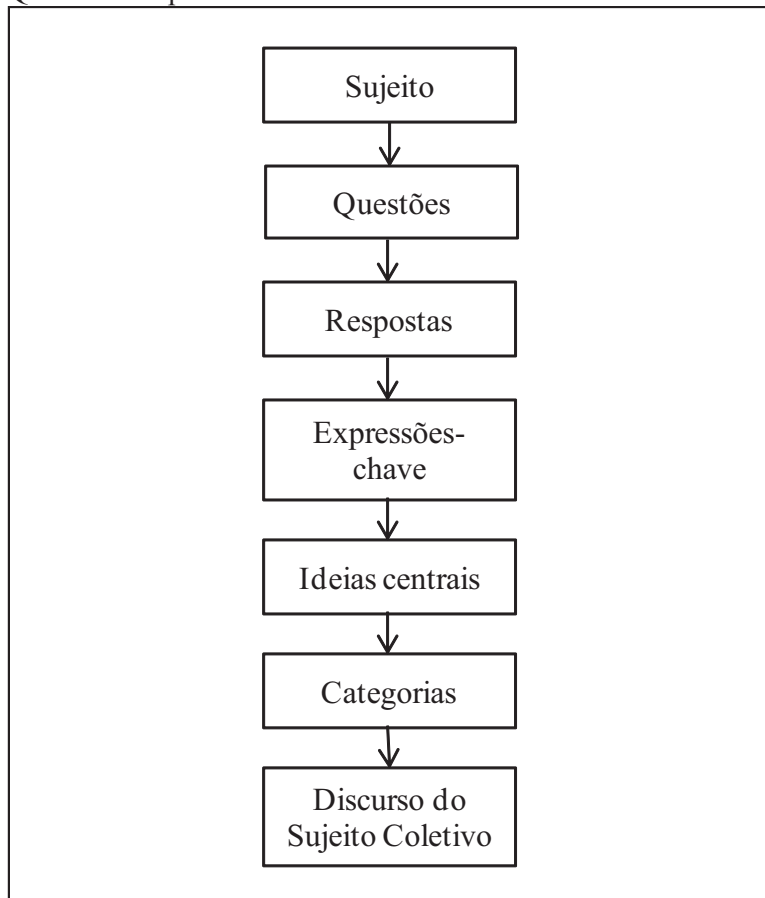
Fonte: Questionário dos alunos – Dados sobre o respondente

De acordo com os gráficos 5 e 6 observa-se que o grupo de discentes foi constituído por onze alunos, sendo na sua maioria por pessoas do gênero feminino (82%), com idade entre 21 a 25 anos (46%).

4.2 Análise e discussão das respostas dos sujeitos segundo os operadores do DSC

A análise e discussão das respostas foram efetuadas conforme os operadores do DSC apresentados no Quadro 6:

Quadro 6 – Operadores do DSC



Fonte: Lefevre e Lefevre (2012)

A apresentação, análise e discussão das respostas do questionário dos professores e dos alunos seguiram o seguinte roteiro:

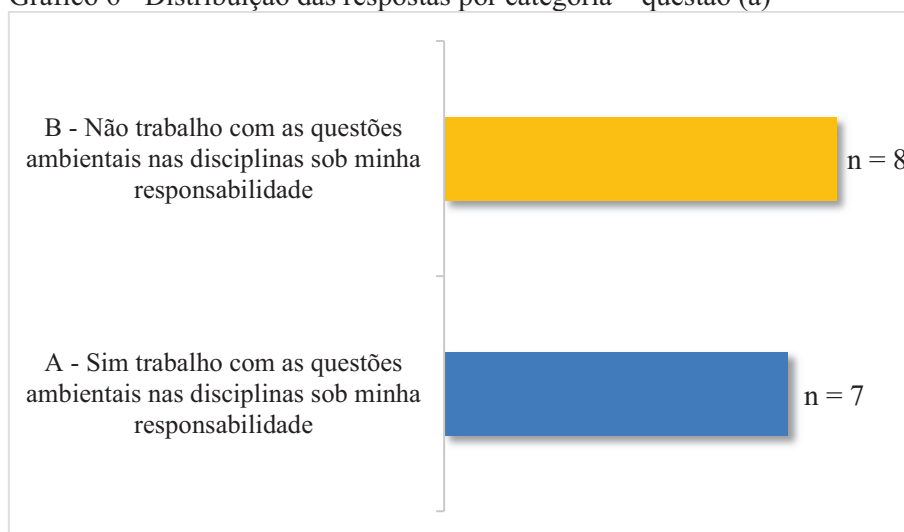
- Descrição da pergunta.
- Distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, apresentada por meio de representação gráfica, permitindo medir o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.
- DSC referente às questões apresentado por categoria, seguido de análise e discussão do pesquisador, quando assim couber, pois alguns Discursos de Sujeito Coletivo falam por si só e dispensam mais explicações, a simples leitura é suficiente para se obter conhecimento claro e objetivo acerca das representações dos sujeitos.
- Representação gráfica da amplitude, quando se julgar relevante, para medir a presença das ideias, considerando os atributos dos sujeitos, revelando o grau de espalhamento ou difusão das ideias no campo pesquisado.

4.2.1 Análise e discussão das respostas dos professores

Questão (a) - Você trabalha com questões ambientais, (com a chamada “temática ambiental”) nas disciplinas sob sua responsabilidade? Desde quando?

No Gráfico 6, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, a fim de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 6 - Distribuição das respostas por categoria – questão (a)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Uma vez que, por meio da análise das ementas das disciplinas do curso de Ciências Contábeis da IES pesquisada, identificou-se apenas uma disciplina que apresenta a preocupação com a característica *compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza*, seria de se esperar que apenas um professor trabalhasse com a chamada temática ambiental. No entanto, sete professores, representando 47% do total, responderam que trabalham com as questões ambientais nas disciplinas que ministram, expressando uma preocupação em relação a questões ambientais. Este fato evidencia a presença do currículo real ou currículo em ação, denotando a prática escolar efetiva em contraposição ao currículo formal ou documento escrito (MOREIRA, 2002, p.13). Urge, assim, revisar o Projeto Pedagógico do curso da IES escolhida a fim de não só adequá-lo à prática dos docentes, como também provocar debate entre os docentes para inserir a dimensão ambiental no curso.

Discurso do Sujeito Coletivo – Questão (a)

Categoria A: Sim trabalho com as questões ambientais nas disciplinas sob minha responsabilidade:

Sim, desde que ingressei no curso com a disciplina PHC, em 1992. A temática ambiental entra na disciplina de Contabilidade Internacional e Auditoria I. Também entra apresentando definições e conceitos das contas. Trabalho ainda o conceito de Teoria de Sistemas que aborda o ambiente externo e suas interferências na empresa, o enfoque não é o ecológico mas aborda como fatores ambientais agem e no conceito de adaptação da empresa a esses fatores. Trabalho também em alguns exercícios do conteúdo.

Cabe listar as disciplinas dos professores que compartilham a ideia central da Categoria:

- Análise das Demonstrações contábeis
- Auditoria I
- Contabilidade Atuarial I e II
- Contabilidade Internacional
- Estatística
- Perícia Contábil
- Problemas do Homem Contemporâneo
- Teorias da Administração
- Teoria Geral de Administração I e II

Categoria B: Não trabalho com as questões ambientais nas disciplinas sob minha responsabilidade:

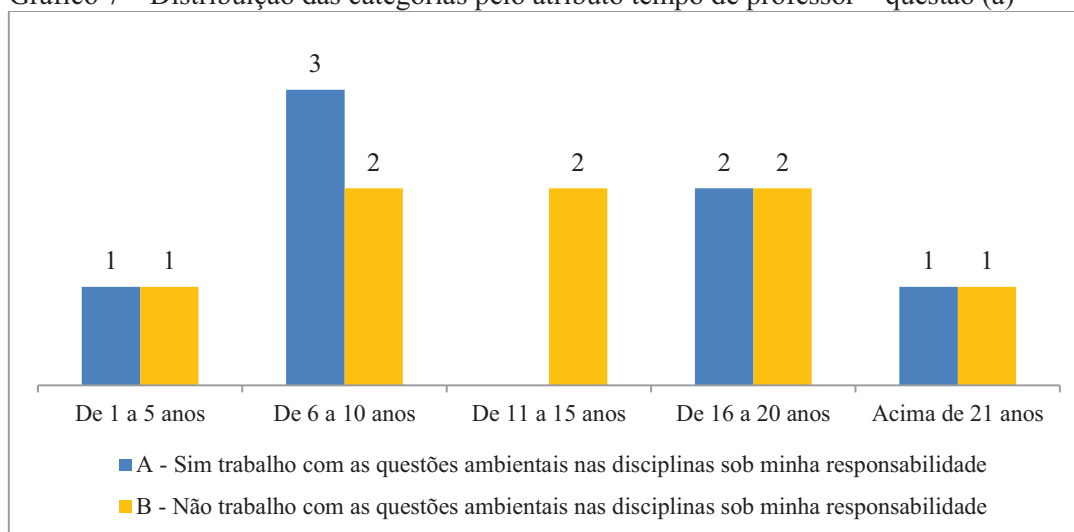
Não trabalho com questões ambientais.

A maioria, 53%, dos professores do curso, afirma não trabalhar com as questões ambientais nas disciplinas que leciona.

Amplitude - Questão (a)

Nos gráficos 7, 8 e 9 é apresentada a amplitude para medir a presença das ideias, considerando os atributos dos sujeitos, revelando o grau de espalhamento ou difusão das ideias no campo pesquisado.

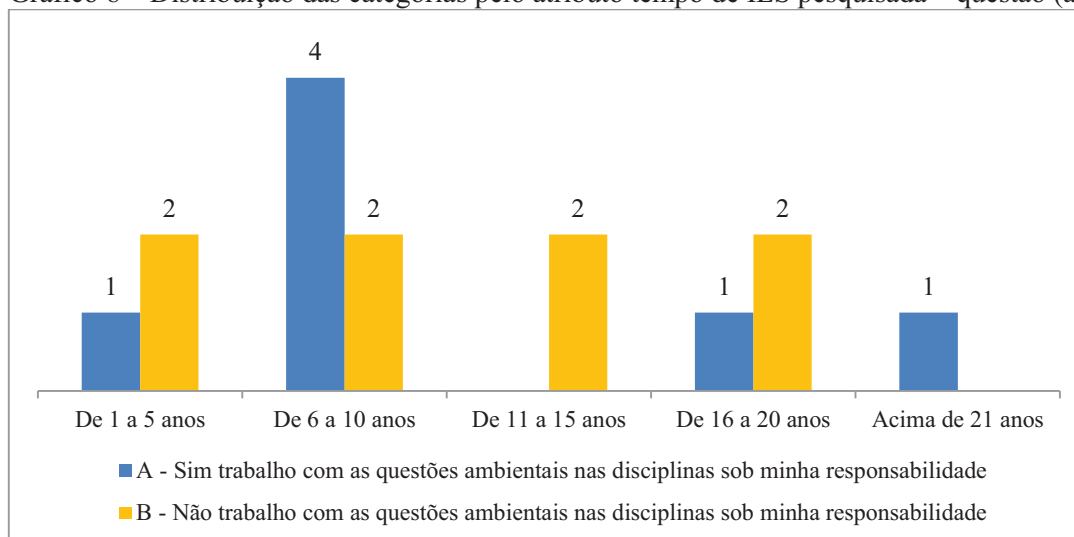
Gráfico 7 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de professor – questão (a)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Pode-se observar que a Categoria A é compartilhada por 4 segmentos dos 5 existentes na pesquisa. Chama a atenção que a Categoria B é fortemente compartilhada por todo o campo analisado, isto é, apresenta uma alta amplitude.

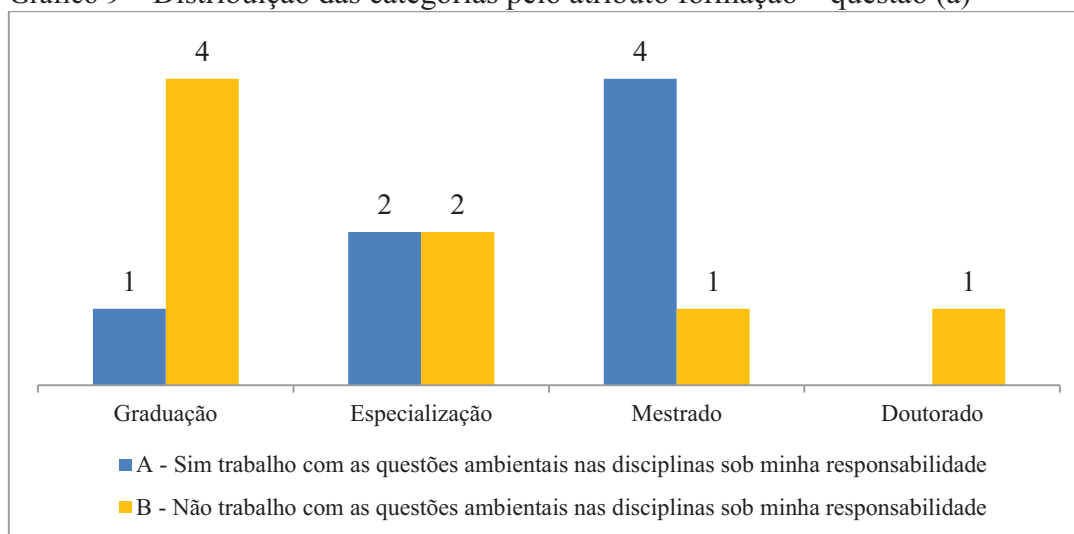
Gráfico 8 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de IES pesquisada – questão (a)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Observa-se que a Categoria A mantém seu espalhamento no campo pesquisado, já a Categoria B, por sua vez, é compartilhada por 4 segmentos dos 5 existentes na pesquisa.

Gráfico 9 – Distribuição das categorias pelo atributo formação – questão (a)



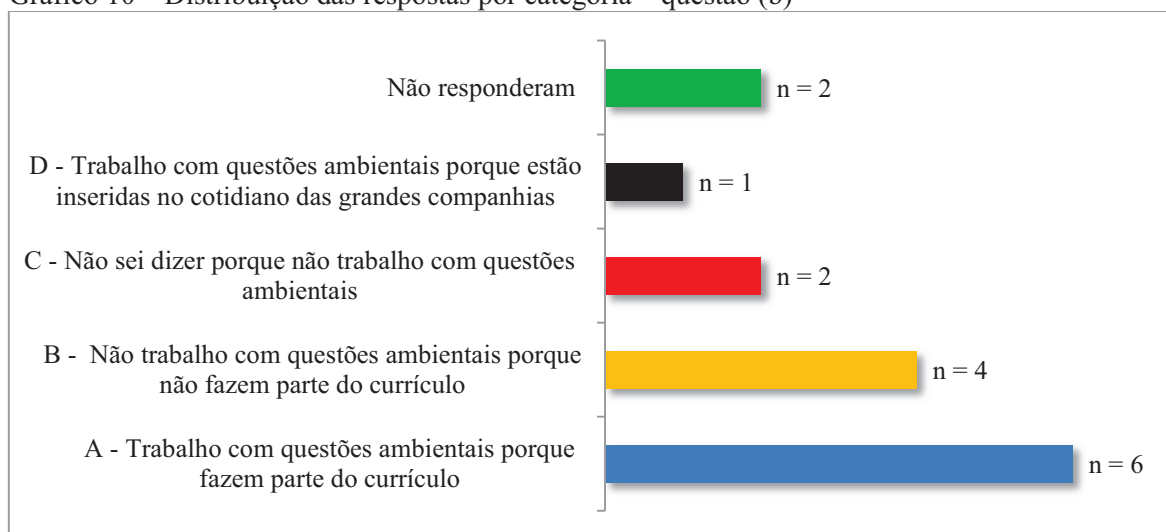
Fontes: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Em linha com a amplitude que mediu a presença das Categorias A e B, considerando o atributo tempo de professor, no atributo formação, os resultados indicam que a Categoria A “*Sim trabalho com as questões ambientais nas disciplinas sob minha responsabilidade*” é compartilhada por 3 segmentos dos 4 existentes, encontrando-se concentrada nos professores com mestrado e especialização, denotando que os estudos de pós-graduação podem ter influenciado na orientação desses professores em relação à temática ambiental. A Categoria B “*Não trabalho com as questões ambientais nas disciplinas sob minha responsabilidade*” é compartilhada por todos os segmentos do campo analisado, preponderando o segmento dos professores com graduação.

Questão (b) – Por que você trabalha com questões ambientais nessas disciplinas? / Por que não trabalha com essas temáticas?

No Gráfico 10, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, a fim de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 10 – Distribuição das respostas por categoria – questão (b)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Discurso do Sujeito Coletivo - Questão (b)

Categoria A: Trabalho com questões ambientais porque fazem parte do currículo.

Porque é um dos eixos da Universidade. As questões ambientais são comentadas como explicação da natureza das contas de passivos ambientais. Porque também abrange Contabilidade de Seguros e evitar sinistros é preservar o meio ambiente. As questões ambientais nesta disciplina (Teoria Geral de Administração) fazem parte do programa do curso e do contexto da explicação da Teoria de Sistemas e da Teoria Contingencial, que a base do entendimento destes dois referenciais teóricos depende do conhecimento do ambiente externo, mas não trato de questões exclusivamente ecológicas que acredito seja o enfoque desta pesquisa. Já a Teoria Sistêmica da Administração introduz a natureza na cena das organizações, a empresa passa a ser vista como um organismo vivo, participante de um macro sistema cuja relação é de total interdependência. As questões ambientais são tratadas no conjunto da reflexão sobre a situação do homem contemporâneo, que é o objeto principal da disciplina PHC.

Os seis sujeitos que dão voz a este DSC compartilham a ideia de que trabalham com as questões ambientais porque fazem parte do conteúdo das disciplinas, embora, como já comentado, na análise documental do conteúdo dos planos de ensino, não se identificaram assuntos voltados para a temática ambiental, a não ser na disciplina de PHC.

No DSC é mencionado que as “*questões ambientais são comentadas como explicação da natureza das contas de passivos ambientais*”. Como este assunto é de interesse desta pesquisa, cabe uma análise mais detalhada.

Passivos ambientais, segundo Martins e De Luca (1994), referem-se a benefícios econômicos que serão sacrificados devido à obrigação contraída perante terceiros para preservação e proteção do meio ambiente.

De acordo com Ferreira (2003), os passivos ambientais decorrem de contingências constituídas durante longo período, sem que a administração da empresa perceba. Seu reconhecimento pode incluir julgamento e conhecimento específico, necessitando, assim, envolver a alta administração, classe contábil, engenheiros, advogados, juristas etc.

O tema, passivo ambiental, aparenta ser tratado de forma superficial no curso de Contábeis da IES pesquisada, uma vez que o conceito de *passivos ambientais* faz parte de um conteúdo mais amplo de um componente curricular denominado Contabilidade Ambiental que poderia ser inserido na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da IES pesquisada.

Conforme já descrito no subitem 1.2.1, Souza (2006) pesquisou nas Instituições de Ensino Superior no Brasil a inserção da disciplina Contabilidade Ambiental no currículo do curso de Ciências Contábeis e identificou que somente 26 cursos (2,8%) das 916 instituições adotam-na.

Outro estudo, desenvolvido por Calixto (2006), teve como objetivos verificar o grau de inserção da disciplina Contabilidade Ambiental na matriz curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis oferecidos por universidades brasileiras; qual a importância desta disciplina na visão dos coordenadores e identificar possíveis dificuldades para a sua inclusão nos respectivos cursos. A análise dos dados da pesquisa identificou que apenas 9,8% das universidades brasileiras, que responderam ao questionário, oferecem a disciplina.

Calixto (2006) conclui:

Embora seja considerado um tema importante para a formação dos acadêmicos na opinião de 80% dos coordenadores do curso de Ciências Contábeis, foram destacados motivos variados para a não inclusão da disciplina na grade curricular do curso. Destaque para a necessidade de inclusão de várias temáticas emergentes e habilidades que o contador precisa ter para atuar no mercado de trabalho. Acredita-se que este é um problema cultural e social, pois, outras temáticas são priorizadas, consideradas mais relevantes que questões ambientais (p. 74).

Na presença deste cenário, é imprescindível que os contadores conheçam os conceitos da Contabilidade Ambiental e de outros temas relevantes da dimensão ambiental, pois a falta de conhecimento sobre temas tão contemporâneos pode indicar deficiências na formação do profissional de Contabilidade.

Nesse sentido, Varelo, Peter e Machado (2012) realizaram estudo tendo como objetivo central investigar o conteúdo abordado na disciplina Contabilidade Ambiental nos cursos de Graduação em Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior brasileiras. Para isso, definiram uma amostra, mediante critérios estatísticos, delimitada em 270 IES, selecionadas de forma aleatória. Dentre as 270 IES, os autores buscaram identificar quais as que oferecem a

disciplina Contabilidade Ambiental, para assim analisarem o conteúdo nas ementas ou planos de ensino da referida disciplina, disponibilizados nos endereços eletrônicos das IES, no momento da pesquisa.

Da amostra de 270 IES, que ofertam o curso de graduação em Ciências Contábeis, observaram 72 instituições que contemplam a disciplina Contabilidade Ambiental em suas estruturas curriculares, e, dentre estas, apenas 20 disponibilizavam as ementas da disciplina em análise no momento da pesquisa (Janeiro de 2012).

Os resultados encontrados pelos pesquisadores estão apresentados no Quadro 7, apontando os elementos descritos na metodologia como preponderantes no conteúdo a ser ministrado na disciplina Contabilidade Ambiental e quantas instituições apresentaram esses elementos nas ementas analisadas.

Quadro 7 – Análise de Conteúdo das Ementas das IES pesquisadas

Categorias	Elemento de análise das ementas	Presença dos elementos nas ementas analisadas
Fundamentação Teórica	Educação Ambiental	10
	Responsabilidade Socioambiental do Contador	7
	Ativo e Passivo Ambientais	20
	Gestão Ambiental	11
Abordagem Normativa	Legislação Ambiental	5
	Normas Brasileiras de Contabilidade Ambiental	7
	Normas Internacionais de Contabilidade Ambiental	6
Abordagem Gerencial	Indicadores de Desempenho Ambiental	4
	Mensuração dos Custos Ambientais	11
	Sistemas de Informações Contábeis e Ambientais	4
Evidenciação da Informação	Relatórios Ambientais	5
	Balanço Social	7
	Outros Demonstrativos Contábeis Ambientais	7

Fonte: adaptado de Varelo, Peter e Machado (2012)

Pode-se constatar que a disciplina Contabilidade Ambiental aborda, nos cursos de Graduação em Ciências Contábeis das IES pesquisadas pelos autores acima, de forma predominante, conteúdos relacionados ao Ativo e Passivo Ambientais, pertinente à fundamentação teórica da Contabilidade Ambiental, único elemento contemplado em todas as ementas analisadas, observando-se, ainda, leve destaque para a abordagem gerencial, centrada na apuração dos custos ambientais.

Assim sendo, o estudo realizado pelos pesquisadores concluiu que o conteúdo que está sendo ministrado na disciplina Contabilidade Ambiental, nos cursos de Graduação em Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior por eles pesquisadas, trata essencialmente da fundamentação teórica do tema, com inserção tangencial da abordagem gerencial, com baixo destaque para a evidenciação das informações ambientais.

Tendo por base esse estudo e outros realizados por Vasconcelos Segundo (2011); Varelo, Peter, Machado e Gomes (2011); Gomes, Sampaio, Slomski e Azevedo (2010); Vanzo e Souza (2008), é possível, no curso de Contábeis da IES aqui pesquisada, elaborar um Plano de Ensino da disciplina Contabilidade Ambiental, distribuindo as categorias na ementa conforme seus interesses.

O estudo de Varelo, Peter e Machado (2012) também apresentou o apoio teórico utilizado na aplicação da disciplina, conforme apresenta-se no Quadro 8.

Quadro 8 – Bibliografia adotada na disciplina Contabilidade Ambiental

Autores	Frequência de Citações	Título da Obra
TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P.	13	Contabilidade e Gestão Ambiental; Balanço Social: uma abordagem da transparência e responsabilidade pública das organizações.
RIBEIRO, M. S. R.	9	Contabilidade Ambiental.
BRASIL	8	Resolução CFC nº 563, de 28 de outubro de 1983, que aprova a NBC T 2.1 – Das formalidades da escrituração contábil; Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, que aprova os princípios fundamentais de Contabilidade; e Resolução CFC nº 1.003, de 19 de agosto de 2004, que aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece as diretrizes gerais para uso e implementação da avaliação de impacto ambiental como um dos instrumentos da política nacional do meio ambiente; Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987, que estabelece as diretrizes gerais relacionadas com a audiência pública; e Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a revisão dos procedimentos de licenciamento ambiental.
FERREIRA, A. C. S. F.	8	Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável
CARVALHO, G. M. B.	6	Contabilidade Ambiental: Teoria e Prática

MOTTA, R.S. da. A	5	Análise de custo-benefício do meio-ambiente
PAIVA, P. R.	4	Contabilidade Ambiental: evidencição dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção
SILVA, B. A.	4	Contabilidade e meio ambiente: considerações teóricas e práticas sobre o controle dos gastos ambientais
FERREIRA, A. C. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z.	3	Contabilidade Ambiental e relatórios sociais

Fonte: adaptado de Varelo, Peter e Machado (2012)

Pode-se constatar que, conforme a abordagem dos autores citados nas bibliografias das ementas analisadas, os conteúdos a serem trabalhados na disciplina Contabilidade Ambiental são bem amplos, englobando conteúdo contábil, gerencial e normativo. Dessa maneira, o ensino da Contabilidade Ambiental tem os objetivos de demonstrar a responsabilidade social e econômica; adequar a empresa ao meio ambiente e às normas nacionais; discutir sobre o assunto tão colocado em pauta pela sociedade; como também desenvolver habilidades específicas do Contador em busca do diferencial profissional. (VARELO; PETER; MACHADO, 2012)

Categoria B: Não trabalho com questões ambientais, porque não fazem parte do currículo.

Não consta esta temática dentro da ementa programada para disciplinas que têm um alto grau de conhecimento técnico, base para formação e preparação para as demais disciplinas, além das disciplinas técnicas ligadas diretamente a questão contábil/planejamento. Tendo em vista o conteúdo programático, a carga horária das disciplinas e respectivas especificidades, não foi pensada a inclusão da temática ambiental.

Ao contrário do DSC dos professores que trabalham com as questões ambientais porque fazem parte do conteúdo das disciplinas que ministram, neste DSC, os quatro docentes alegam não trabalharem com a temática ambiental porque esta não faz parte das ementas de suas disciplinas.

Pela leitura do DSC, percebe-se que alguns professores que compartilham a categoria B tratam a Contabilidade como uma técnica, pois justificam porque não trabalham com as questões ambientais devido a questões técnicas: “disciplinas que têm um alto grau de conhecimento técnico, base para formação e preparação para as demais disciplinas, além das disciplinas técnicas ligadas diretamente à questão contábil/planejamento”, logo se pode deduzir que compreendem a Contabilidade como uma técnica e não como, de fato é, uma ciência social.

Categoria C: Não sei dizer por que não trabalho com questões ambientais.

Não tenho um motivo específico para não trabalhar com o tema, talvez as matérias que ministro não guardam muita relação com o assunto. Não trabalho por falta de elementos para quantificar tais assuntos.

Pode-se inferir que este DSC evidencia a dificuldade dos dois professores que contribuíram para sua confecção em compreender a Contabilidade como uma ciência social, tratando-a apenas como uma técnica.

Ademais, os cursos de Contábeis têm o papel de formar perfis potencialmente aptos a lidar com as novas demandas relacionadas às questões ambientais.

Assim, convém alertar que o desconhecimento da temática ambiental, tão atual, pode apontar limitações na formação do Contador.

Categoria D: Trabalho com questões ambientais porque estão inseridas no cotidiano das grandes companhias.

Pois está inserida no cotidiano das grandes companhias.

Este DSC, confeccionado a partir da resposta de um só professor, parece estar alinhado ao discurso do neoliberalismo ambiental, pois se pode depreender que o sujeito alega trabalhar com a temática ambiental para atender aos interesses das “grandes companhias”. E quais são os interesses das grandes companhias? Apropriarem-se da natureza como meio de produção e fonte de riqueza.

Em contraposição aos interesses das grandes companhias, representados pela globalização, surge o princípio da sustentabilidade como uma resposta e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano:

Trata-se da reapropriação da natureza e da reinvenção do mundo; não só de “um mundo no qual caibam muitos mundos”, mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômico-ecológica globalizada. (LEFF, 2005, p.31)

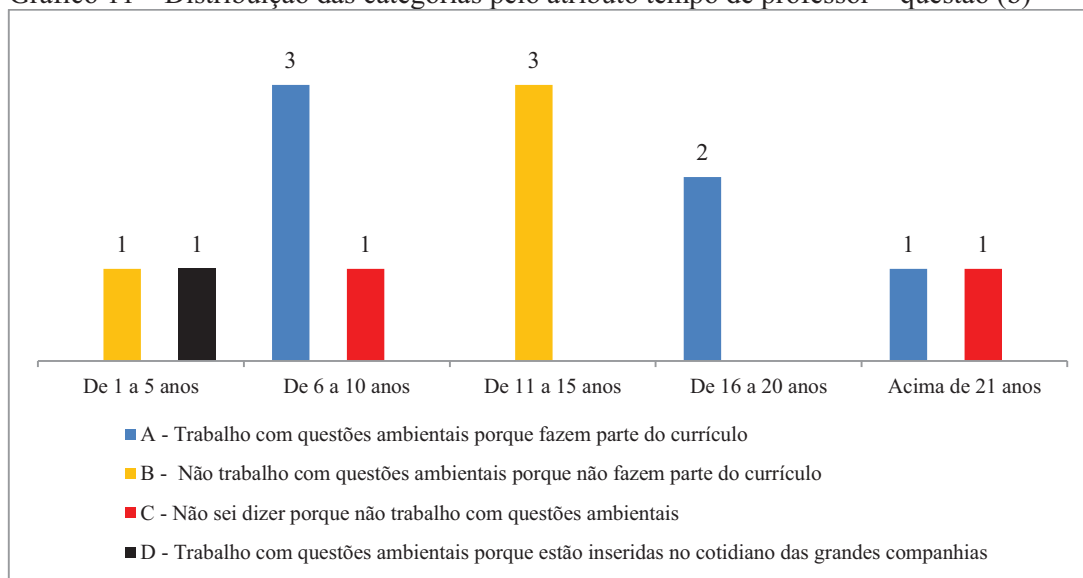
Assim sendo, é muito importante que o corpo docente discuta, reflita com os alunos sobre as estratégias fatais da globalização e o princípio da sustentabilidade como resposta. Ghedin e Franco (2008) alertam:

O processo econômico mundial contemporâneo representa basicamente uma hegemonia da possibilidade de construção generalizada da proposta de consumo para aqueles que não podem consumir. Tal é a miopia do sistema político-econômico: pretende o consumo, mas ignora não ser possível consumir nessa proporção, pois isso significaria consumir-se no esgotamento ecológico do planeta. (p. 169)

Amplitude – Questão (b)

Nos gráficos 11, 12 e 13 é apresentada a amplitude para medir a presença das ideias, considerando os atributos dos sujeitos, revelando o grau de espalhamento ou difusão das ideias no campo pesquisado.

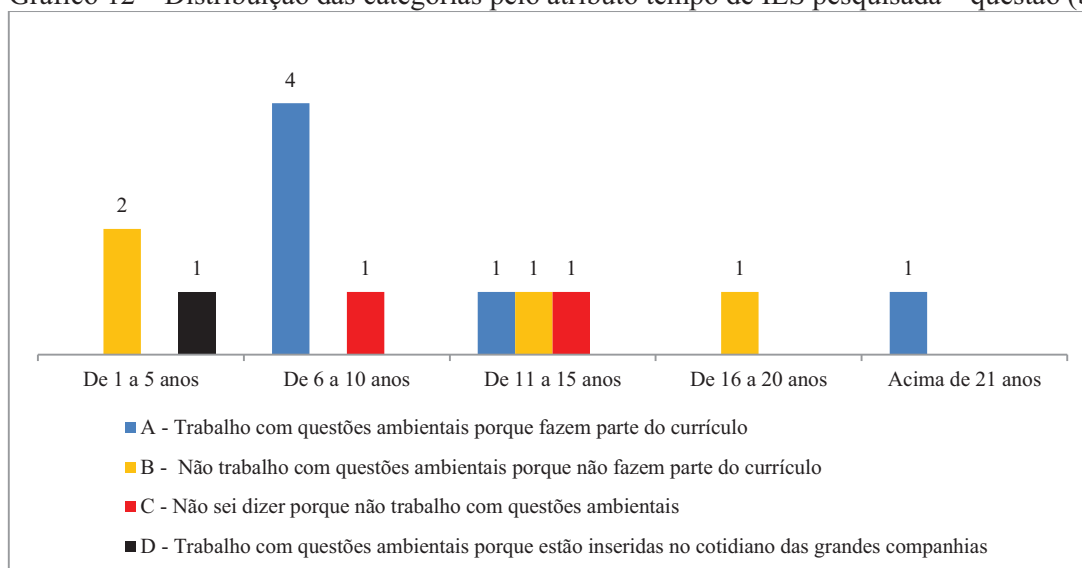
Gráfico 11 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de professor – questão (b)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Observa-se que a Categoria A “*Trabalho com questões ambientais porque fazem parte do currículo*” é compartilhada por 3 segmentos dos 5 existentes na pesquisa, sendo mais presente entre os professores que têm de 6 a 10 anos de experiência, em linha com a difusão da categoria “*trabalho com as questões ambientais*”.

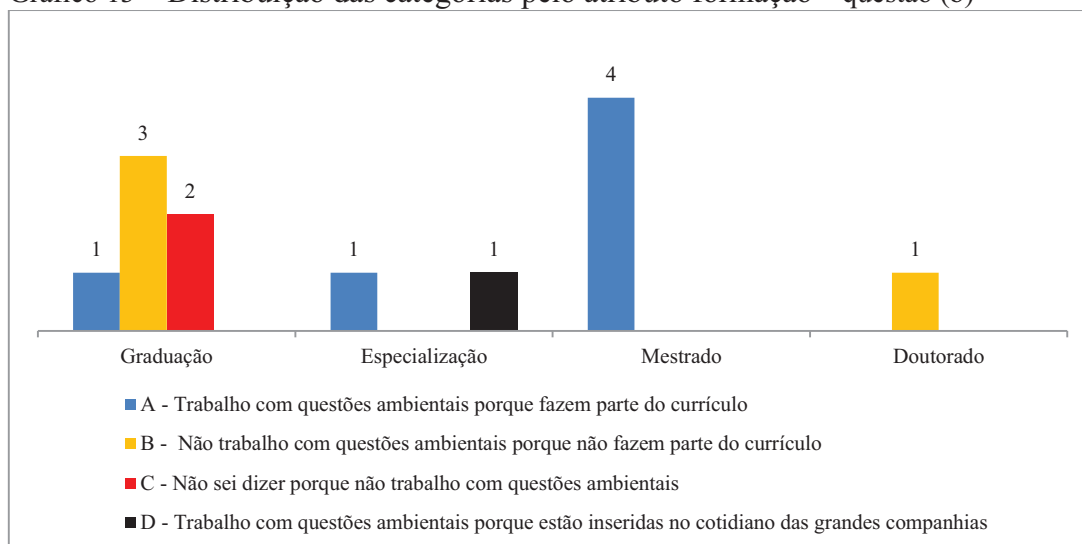
Gráfico 12 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de IES pesquisada – questão (b)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Observa-se que a Categoria A se mantém compartilhada por 3 segmentos dos 5 existentes na pesquisa, mas a Categoria B agora também se mostra compartilhada por 3 segmentos.

Gráfico 13 – Distribuição das categorias pelo atributo formação – questão (b)



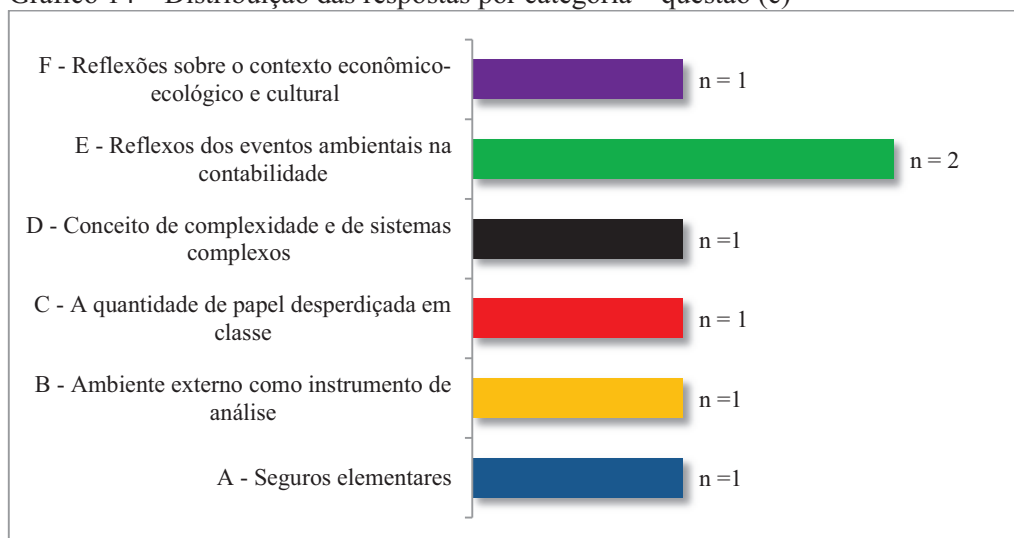
Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

A Categoria A apresenta uma alta amplitude, preponderando os professores com mestrado, alinhada também com a difusão da categoria “*trabalho com as questões ambientais*”. Nas Categorias B e C predominam os professores com graduação.

Questão (c) - Quais temas/assuntos são abordados quando você trabalha com essa temática?

No Gráfico 14, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, a fim de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 14 – Distribuição das respostas por categoria – questão (c)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Discurso do Sujeito Coletivo – Questão (c)

Categoria A: Seguros elementares

Seguro rural, Seguro de animais, Seguro de riscos de petróleo, Riscos de engenharia, Seguros de lucros cessantes, Seguros de Fiança Locatícia, Seguros de riscos aeronáuticos, etc.

A partir da resposta deste professor, pode-se deduzir que o seguro de riscos de petróleo seria o assunto abordado pelo professor ao trabalhar com a temática ambiental. No entanto, compreende-se que riscos de petróleo é componente do seguro ambiental, este sim, assunto que poderia ser abordado pelo professor ao trabalhar com a temática ambiental.

Durante o curso, o corpo docente poderia discutir e incitar os alunos a pesquisarem a respeito das condições para viabilizar o seguro ambiental como garantia de recursos para a reparação de danos causados por atividades e empreendimentos potencialmente degradadores do meio ambiente, tendo em vista a necessidade de restabelecimento da função ambiental

danificada para manutenção do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida do homem. (COSTA, 2011)

Categoria B: Ambiente externo como instrumento de análise.

A temática ambiental em TGA aborda os conceitos da Teoria de Sistemas e da Teoria Contingencial, nestas escolas o assunto ambiente externo passa a ser abordado como instrumento de análise em assuntos como planejamento estratégico, análise ambiental etc.

A disciplina Teoria Geral da Administração (TGA) estuda a administração das organizações e empresas do ponto de vista da interação e da interdependência entre as seis variáveis fundantes: tarefa, estrutura, pessoas, tecnologia, ambiente e competitividade. Elas constituem os principais componentes no estudo da administração das organizações de empresas. O comportamento desses componentes é sistêmico e complexo: cada um influencia e é influenciado pelos outros. A adequação e a integração entre essas seis variáveis constituem o desafio fundamental da administração. (CHIAVENATO, 2003)

Por intermédio da análise deste DSC e da análise realizada no plano de ensino da disciplina, nota-se que não há menção a três tópicos relacionados com o meio ambiente que todo Contador deve conhecer: desenvolvimento sustentável, legislação ambiental e auditoria ambiental. Assim, é possível sugerir que estes tópicos sejam inseridos na ementa da disciplina TGA no curso de Contábeis da IES pesquisada.

Categoria C: A quantidade de papel desperdiçada em classe.

A quantidade de papel desperdiçada em classe.

O docente responsável por este DSC aborda uma questão ambiental muito importante. Atualmente a maior parte dos papéis (95%) é fabricada a partir do tronco de árvores cultivadas; as partes menores, como ramos e folhas, não são aproveitadas, embora as folhas e galhos possam também ser utilizados no processo. No Brasil, o eucalipto é a espécie mais utilizada, por seu rápido crescimento, atingindo em torno de 30 m de altura em 7 anos.

O papel é largamente utilizado no mundo inteiro e corresponde a aproximadamente 20% dos resíduos produzidos pelo brasileiro. Mesmo na era da informática, sua produção e consumo para impressão e escrita praticamente dobraram nos últimos dez anos.

Diariamente, milhares de toneladas de lixo são recolhidas e cerca de 40 a 50% correspondem a papel, atingindo 80 milhões de toneladas por ano.

O professor que emitiu esse discurso, além de trabalhar com a quantidade de papel desperdiçada na classe, poderia discutir com os alunos sobre a utilização e desperdício de papel

nas empresas da Região Metropolitana da Baixada Santista, instigando-os a investigar o tema por meio de projetos de iniciação científica.

Categoria D: Conceito de complexidade e de sistemas complexos.

Conceito de complexidade e de sistemas complexos. Sistemas complexos apresentam multiplicidade de elementos, com alto grau de dependência e diversidade. A complexidade do ambiente em que vivemos.

Categoria E: Reflexos dos eventos ambientais na Contabilidade.

Recuperação de solo, questões judiciais sobre poluição ambiental e seus reflexos na Contabilidade. Questões quanto à valoração dos passivos ambientais, no caso de multas e recursos. Contabilização de Provisão para passivos e Revisão de Créditos.

Neste discurso, levando em conta que a Contabilidade é o veículo adequado para divulgar informações sobre a relação da empresa com o meio ambiente, pode-se considerar passivo ambiental como toda agressão que se pratica contra o meio ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como em multas e indenizações em potencial. (TINOCO; KRAEMER, 2011)

É necessário registrar novamente que o assunto passivo ambiental parece ser tratado superficialmente no curso de Contábeis da IES pesquisada, pois o conceito de *passivos ambientais* é parte de um conteúdo mais amplo de um componente curricular denominado Contabilidade Ambiental que poderia, como já indicado, ser incluído na matriz curricular do curso.

Categoria F: Reflexões sobre o contexto econômico-ecológico e cultural.

Reflexões sobre a contradição dialética e analética entre os processos da “Globalização Neoliberal” e do “Desenvolvimento Sustentável”; entre a “Crise Civilizacional Pós-moderna” e as iniciativas de “Valorização da Ética, da Ecologia e da Espiritualidade”.

O discurso emitido provém de professor responsável por componente de caráter geral, isto é, disciplina contemplada nas matrizes curriculares de todos os cursos da IES investigada.

De acordo com a ementa, a disciplina

Estuda o ser humano em sua essência e existência, proporcionando-lhe autoconhecimento, análise da sua condição humana e possibilidades de realizar-se como pessoa, tendo em vista a dignidade fundamental do ser humano e sua abertura transcendental. Dessa forma, salienta as situações e os desafios contemporâneos, que o interpelam na sua condição de pessoa, cidadão e futuro profissional, inclusive relacionada à problemática contemporânea da cultura indígena, afro-brasileira e da sustentabilidade

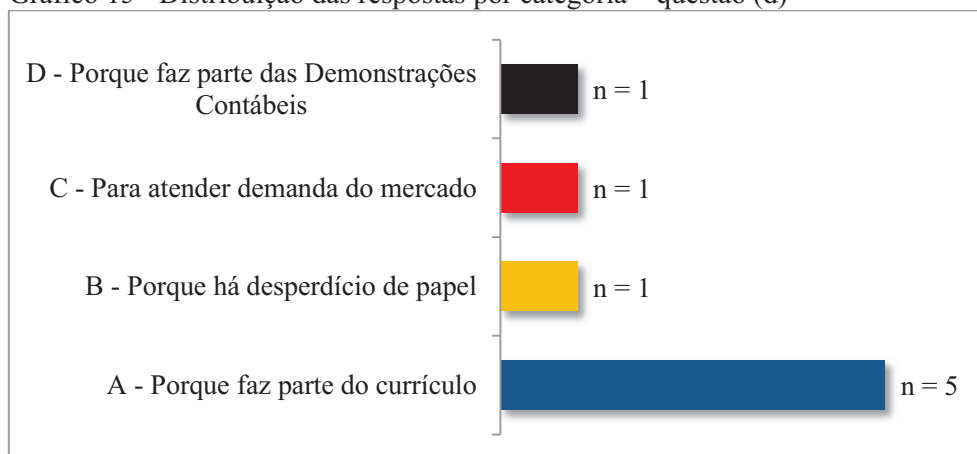
ambiental. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2012, p. 27)

O foco didático da disciplina está centrado nas noções de ética e cidadania, busca responder aos urgentes desafios que a situação do ser humano na contemporaneidade apresenta para a qualificação do discente enquanto pessoa, cidadão e futuro profissional, de modo que consiga inserir-se no mercado de trabalho com sólidas referências éticas, consciência crítica e capacidade de transformação social. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2012)

Questão (d) – Por que você escolheu esses temas/assuntos para serem trabalhados?

No Gráfico 15, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, a fim de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 15 - Distribuição das respostas por categoria – questão (d)



Observação: n refere-se ao número de Ideias Centrais (IC)

Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Discurso do Sujeito Coletivo – Questão (d)

Categoria A: Porque faz parte do currículo.

Na verdade, não escolhi, trata-se de exigência da disciplina, faz parte da área que abordo. Decorrem da Ementa da disciplina e do Plano de Ensino. Esses assuntos são necessários para a progressão do conhecimento teórico na formação do Contador, além do fato de estarem sendo discutidos no ambiente acadêmico, uma vez que não podem ser ignorados na reflexão acadêmica sobre a situação da sociedade contemporânea.

Apesar de se constatar por meio da análise das ementas do curso que apenas uma disciplina apresenta a preocupação com a característica *compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza*, os cinco docentes que deram origem a esse DSC justificam a abordagem dos temas por meio do currículo formal.

Categoria B: Porque há desperdício de papel

Por ser visível o desperdício de papel.

Categoria C: Para atender demanda do mercado

Por fazer parte das estratégias empresariais.

Novamente aparecem os interesses empresariais, aqui vinculados às suas estratégias que são orientadas pelo neoliberalismo ambiental, estratégias de apropriação econômica e simbólica da natureza e da cultura.

Neste cenário, a educação submete-se à lógica do capital, do mercado, como afirmam Almeida e Oliveira (2009, p. 162):

A formação dos trabalhadores numa perspectiva de desenvolver a liderança, polivalência, tornando-os flexíveis e criativos, fica subordinada à lógica do mercado, do capital, portanto, da degradação, da segmentação e da exclusão. Reduz a educação ao atendimento, às necessidades do mercado de trabalho e à lógica empresarial.

Portanto, não basta preparar o aluno do curso de Contábeis para o mercado de trabalho, o corpo docente pode discutir a humanização, emancipação e autonomia do profissional Contador.

Categoria D: Porque faz parte das Demonstrações Contábeis.

Porque é amplamente apresentada nas Demonstrações Contábeis de empresas nacionais.

Parece existir uma contradição entre esta afirmação do professor em questão e a realidade, uma vez que estudos demonstram que as empresas brasileiras não evidenciam os passivos ambientais em suas demonstrações contábeis, como mostra o estudo realizado por Borba, Alves e Rover (2006), que investigaram oito empresas que atuam no Brasil, submetidas à Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Os pesquisadores concluíram que “os resultados alcançados indicam que apesar de as empresas estarem conscientes de que suas atividades geram consequências ao meio ambiente, elas não estão quantificando seus passivos ambientais”. (p.53)

Em outro estudo realizado por Marion e Costa (2007), com o objetivo de verificar a uniformidade das informações ambientais entre os relatórios disponibilizados pelas empresas do setor de papel e celulose através do site da BOVESPA e de seus sites oficiais, foi verificado que existe grande dificuldade em se analisarem as informações ambientais e, conseqüentemente, serem identificadas as empresas mais comprometidas com a preservação, recuperação e manutenção do meio ambiente, devido à falta de uniformidade na estrutura dos relatórios utilizados pelas empresas e pelo uso, na maioria das vezes, de textos sem qualquer tipo de preocupação com os dados que possam vir a ser retirados deles.

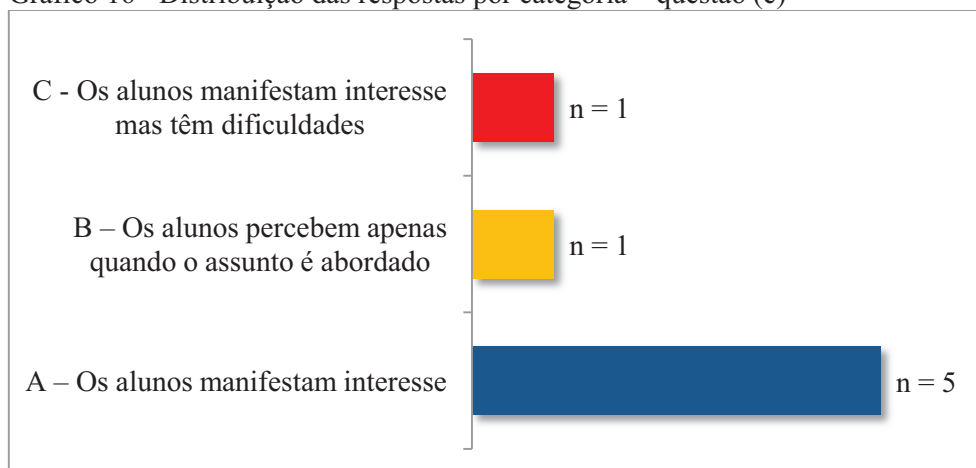
Outros relatos de pesquisas realizados sobre evidência ambiental constataram que há escassez de informações dessa natureza nos relatórios contábeis, como demonstram os trabalhos desenvolvidos por Rodrigues, Santos e Mello (2009); Braga, Oliveira e Salotti (2009); Leite, Ribeiro e Pacheco (2008) e Calixto, Barbosa e Lima (2007).

Portanto, como já aludido, é importante que seja incluída a disciplina de Contabilidade Ambiental no currículo do curso da IES pesquisada, a fim de que os profissionais formados, a partir dessa perspectiva, possam contribuir para a alteração do quadro negativo descrito pelos pesquisadores citados ao longo desta pesquisa.

Questão (e) - Como os alunos têm se manifestado (interesse/desinteresse) quando as questões relativas à temática ambiental são trabalhadas nesses cursos?

No Gráfico 16, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, no intuito de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 16 - Distribuição das respostas por categoria – questão (e)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Discurso do Sujeito Coletivo – Questão (e)

Categoria A: Os alunos manifestam interesse

Os alunos demonstram grande interesse por assuntos da temática ambiental, especialmente quando consigo evidenciar os nexos delas com os desafios que devem enfrentar simultaneamente nas suas condições de pessoas, cidadãos e profissionais. Demonstram muito interesse em assuntos ligados ao meio ambiente e as suas interações com a organização e com a preocupação atual da gestão com a sustentabilidade, inclusive com o despertar de tema para TCC.

Categoria B: Os alunos percebem apenas quando o assunto é abordado

Não percebem de imediato, apenas quando o assunto é abordado

Categoria C: Os alunos manifestam interesse, mas têm dificuldades

Os estudantes mostram interesse pelo tema, mas, pelo fato de estarem no início do curso, demonstram alguma dificuldade de alcançar a grandeza do mesmo.

Os Discursos do Sujeito Coletivo construídos com as respostas dos professores indicam o interesse dos alunos nas questões relativas à temática ambiental, quando trabalhadas pelos professores. Esta percepção dos docentes da IES pesquisada também foi constada no resultado da pesquisa realizada por Sampaio (2011) com o corpo discente do curso de graduação de Contábeis nas IES de Salvador – Bahia, tendo como um dos objetivos específicos investigar a percepção dos discentes acerca dos conceitos de natureza socioambiental relacionados com o ensino da Contabilidade. Em suas considerações finais, Sampaio (2011, p. 120) relata que

Pode também ser verificado por meio dos resultados obtidos que de forma geral os discentes dos cursos de Contabilidade apresentam interesse no que diz respeito à inserção destes conteúdos (socioambientais) relacionados com o ensino da Contabilidade.

Questão (f) Quais autores/correntes são utilizados?

Nesta questão, como cada professor ministra disciplinas distintas, consequentemente, o DSC é a própria resposta de cada sujeito.

Dentre os autores citados pelos professores somente os da categoria G “*Autores que abordam a sustentabilidade e a ecologia*” trabalham com a temática ambiental.

Discurso do Sujeito Coletivo – Questão (f)

Categoria A: Autores da bibliografia básica e complementar

Autores relativos à disciplina constantes de nossa bibliografia básica e complementar: SOUZA, Silney de; CHAN, Lilian, SILVA, Fabiana Lopes da, MARTINS, Gilberto de Andrade; PARASKEVOPOULOS, Alexandre, MOURAD, NA-BIL Ahmad; SÁ, Marina C.R. de; SILVA, Affonso. FIGUEIREDO, Sandra Maria Aguiar de; CONDE, N.C.

Categoria B: Utilizo autores e correntes da área de administração

Utilizo autores e correntes da área de administração tais como: Bentarlaffy, Burns e Stalker, Fernando Motta, Maximiano etc.

Categoria C: Exercícios de cálculo apenas

Exercícios de cálculo apenas.

Categoria D: Garret Morgan.

Garret Morgan.

Categoria E: Normatização contábil

Utilizo apenas a normatização contábil, pois é o contexto das disciplinas que ministro.

Categoria F: Autores que abordam os temas de Análise das Demonstrações contábeis

Utilizo os autores que abordam os temas de Análise das Demonstrações contábeis, como: José Carlos Marion, Alexandre Assaf Neto, José Pereira da Silva.

Categoria G: Autores que abordam a sustentabilidade e a ecologia

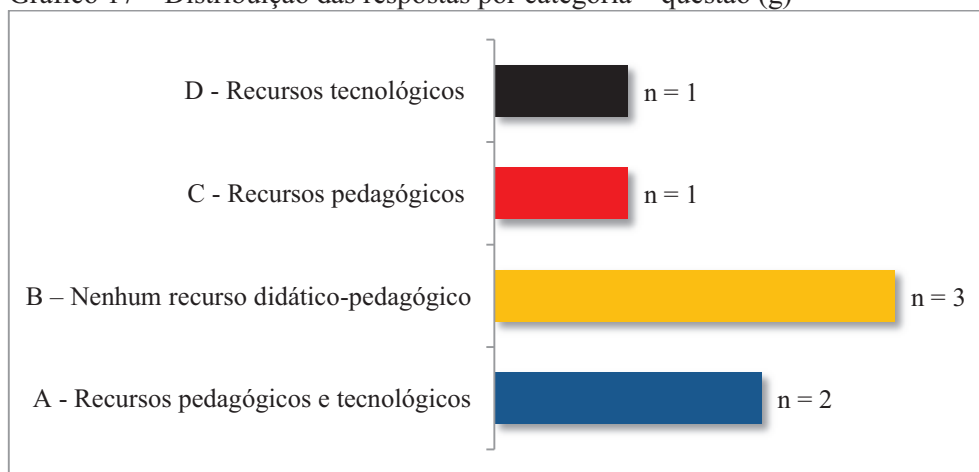
No 1º semestre utilizo especialmente a distinção entre “sustentabilidade liberal”, “sustentabilidade autossuficiente” e “sustentabilidade democrática” (ver artigo: TRABALHO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: IMPLICAÇÕES PARA UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CRÍTICA de Neise Deluiz e Victor Novicki.

No 2º semestre utilizo especialmente os princípios da Carta da Terra e a distinção entre “ecologia ambiental”, “ecologia social”, “ecologia mental” e “ecologia integral” (ver livros: “Ethos mundial: um consenso entre os humanos” e “Grito da Terra, grito dos Pobres” ambos da editora Sextante e “Saber cuidar” da editora Vozes, os três livros de Leonardo Boff).

Questão (g) - Quais recursos didático-pedagógicos você utiliza para trabalhar as questões relativas à temática ambiental?

No Gráfico 17, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, a fim de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 17 – Distribuição das respostas por categoria – questão (g)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Discurso do Sujeito Coletivo - Questão (g)

Categoria A: Recursos pedagógicos e tecnológicos

Lousa, apresentações em PowerPoint, laboratório visando pesquisas na internet, textos e filmes.

Categoria B: Nenhum recurso didático-pedagógico

Nenhum recurso em específico. Após os principais conceitos teóricos, são desenvolvidos exercícios de análise de relatórios contábeis, em especial de Balanços patrimoniais e Demonstrativos de Resultados. Basicamente, aulas expositivas, debates sobre textos e estudos dirigidos sobre textos.

Categoria C: Recursos pedagógicos

Slides e retroprojektor, bibliografia.

Categoria D: Recursos tecnológicos

No meu caso a calculadora.

Pelas respostas dos docentes, pode-se deduzir que a principal metodologia de ensino adotada é a aula expositiva. Nessa metodologia, os alunos se mostram passivos frente à aprendizagem, devendo tão somente aprender os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Com relação aos recursos didáticos, nessa metodologia de ensino, eles são descontextualizados, predominando a utilização de livro-texto, apostilas, giz, quadro, projetores multimídia etc. Percebe-se assim que, mediante tal perspectiva, o recurso didático não é importante, pois muitas vezes é pouco ou nem é utilizado, não tendo função didática de aprendizagem. Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem perde seu valor, uma vez que o aluno apenas repete o conhecimento obtido. Assim sendo, o material didático é concebido como um suporte, pois já está pronto, e concerne ao aluno absorver o que o material antecipadamente propicia, inserido na perspectiva de que é o objeto que estabelece o que deve ser aprendido e o aluno deve aprender dele.

O chamado ensino tradicional, no qual inserem-se as aulas expositivas, está fortemente associado com a evasão escolar, a aprendizagem mecânica e a desmotivação para aprender por parte dos estudantes. Diversas são as recomendações abstratas e gerais, de cunho pedagógico, feitas aos professores para reverter esse quadro. Contudo, poucas são as alternativas concretas apresentadas. (ARAÚJO; MAZUR, 2013)

No cenário internacional, algumas iniciativas para o enfrentamento desse desafio merecem destaque por terem conseguido modificar, com sucesso, a dinâmica de sala de aula e alcançado, sistematicamente, resultados positivos tanto na aprendizagem conceitual de conteúdos científicos quanto no desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais. Araujo e Mazur (2013) citam os trabalhos de Crouch e Mazur; Crouch et al.; James, Turpen e Finkelstein. Mais especificamente, referem-se aos métodos ativos de ensino *Peer Instruction* e *Just-in-Time Teaching*, em uma tradução livre Instrução pelos Colegas (IpC) e Ensino sob Medida (EsM). O primeiro vem sendo desenvolvido desde a década de 1990 pelo professor Eric Mazur da Universidade de Harvard (EUA). O método vem sendo amplamente aplicado em diversas escolas e universidades em todo o mundo.

Segundo Araujo e Mazur (2013), de modo geral, o IpC pode ser descrito como um método de ensino baseado no estudo prévio de materiais disponibilizados pelo professor e apresentação de questões conceituais, em sala de aula, para os alunos discutirem entre si. Sua meta principal é promover a aprendizagem dos conceitos fundamentais dos conteúdos em estudo, por meio da interação entre os alunos. Em vez de usar o tempo em classe para transmitir

em detalhe as informações presentes nos livros-texto, nesse método, as aulas são divididas em pequenas séries de apresentações orais por parte do professor, focadas nos conceitos principais a serem trabalhados, seguidas pela apresentação de questões conceituais para os alunos responderem primeiro individualmente e, então, discutirem com os colegas. Mais especificamente, após uma breve exposição oral, aproximadamente 15 minutos, o professor apresenta aos estudantes uma questão conceitual, usualmente de múltipla escolha, que tem como objetivos promover e avaliar a compreensão dos alunos sobre os conceitos mais importantes apresentados. Cada aluno é então solicitado a pensar sobre qual a alternativa que considera correta e em uma justificativa para a sua escolha, aproximadamente 2 minutos. Em seguida, é aberta a votação para mapeamento das respostas dos alunos à referida questão.

Usualmente a votação é realizada por meio de algum sistema de resposta como *flashcards* (cartões de resposta) ou *clickers*, espécie de controles remotos individuais que se comunicam por radiofrequência com o computador do professor. Mais recentemente, sistemas de resposta envolvendo quaisquer dispositivos com acesso à internet, tais como *notebooks*, *smartphones* e *tablets* vêm se mostrando uma alternativa promissora, tanto por se valerem de aparelhos que os próprios estudantes já possuam, quanto por viabilizar o envio de respostas para questões abertas.

Com base nas respostas informadas, mas ainda sem indicar a resposta correta aos alunos, o professor decide entre:

- Explicar a questão, reiniciar o processo de exposição dialogada e apresentar uma nova questão conceitual sobre um novo tópico. Essa opção é aconselhada se mais de 70% dos estudantes votarem na resposta correta.
- Agrupar alunos em pequenos grupos (2-5 pessoas), preferencialmente que tenham escolhido respostas diferentes, pedindo que eles tentem convencer uns aos outros usando as justificativas pensadas ao responderem individualmente. Após alguns minutos, o professor abre novamente o processo de votação e explica a questão. Se julgar necessário, o professor pode apresentar novas questões sobre o mesmo tópico, ou passar diretamente para a exposição do próximo tópico, reiniciando o processo. Essa opção é aconselhada se o percentual de acertos obtidos na primeira votação estiver entre 30% e 70%. O tempo despendido nessa etapa costuma ser de três a cinco minutos, dependendo do nível de discussão alcançada.
- Revisitar o conceito explicado, através de nova exposição dialogada, buscando aclará-lo, apresentando outra questão conceitual ao final da explanação e

recomeçando o processo. Essa é a opção indicada se menos de 30% das respostas estiverem corretas.

Araujo e Mazur (2013) afirmam que esse método de ensino tem sido pouco utilizado no Brasil e mostra-se desconhecido da grande maioria dos professores com os quais entram em contato em palestras e cursos de formação.

Os professores do curso de Contábeis da IES pesquisada poderiam se apropriar do método ativo de ensino *Peer Instruction* e utilizá-lo em suas aulas e para isso sugere-se o acesso ao blog oficial: <<http://blog.peerinstruction.net>> e também à página do *Mazur Group Education*: <<http://mazur.harvard.edu/education/educationmenu.php>>.

Por outro lado, como a IES investigada utiliza o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle)* como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), era de se esperar encontrá-lo nas respostas dos professores como um dos recursos didático-pedagógicos utilizados, o que efetivamente não ocorreu.

O *Moodle* é um dos AVA mais encontrados no Brasil. Adotado comumente pelas IES que fazem parte do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), é distribuído sob licença de *software* livre, muito utilizado na criação de cursos à distância, páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem. Além de recursos para a construção de materiais didáticos *online* tais como páginas *web* e outras formas de organização de conteúdo, ele disponibiliza também recursos para a elaboração de atividades, tais como *Chat*, Escolha, Partitura, Fórum, Tarefa e suas diversas modalidades, *Wiki*, Glossário, Questionário e Diário.

As tecnologias amplificam as oportunidades do professor ensinar e do aluno aprender. Aprende-se com Libâneo (2007, p. 309) que “o grande objetivo das escolas é a aprendizagem dos alunos, e a organização escolar necessária é a que leva a melhorar a qualidade dessa aprendizagem”.

Para as instituições de ensino e professores, a necessidade criada pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é saber como aplicar todo o potencial existente no sistema educacional, especialmente nos seus componentes pedagógicos e processos educacionais.

Moran assevera que:

Ensinar com as novas mídias será uma revolução se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Caso contrário, conseguiremos dar um verniz de modernidade, sem mexer no essencial. (MORAN, 2000, p. 63)

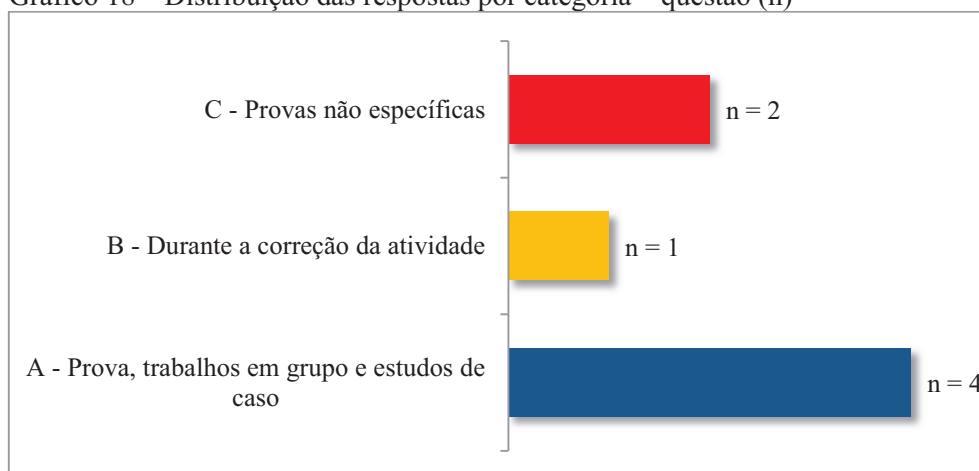
Assim, faz-se necessário o professor conhecer e estar consciente de que a adoção de TIC tem reflexos na sua prática docente e nos processos de aprendizagem, conduzindo para a apropriação de conhecimentos.

Para um uso significativo das tecnologias, que traga resultados no processo de ensino e de aprendizagem, sugere-se a formação e o aperfeiçoamento dos docentes da IES investigada quanto ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Questão (h) - Você costuma fazer avaliação da aprendizagem junto aos alunos quando você trabalha com questões ambientais nas disciplinas? Que instrumento de avaliação você utiliza?

No Gráfico 18, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, a fim de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 18 – Distribuição das respostas por categoria – questão (h)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Discurso do Sujeito Coletivo - Questão (h)

Categoria A: Prova, trabalhos em grupo e estudos de caso

Sim, através de provas compostas por questões fechadas e questões dissertativas, trabalhos em grupo, estudos de caso, avaliação pessoal, apresentação de seminários.

Categoria B: Durante a correção da atividade

Durante a correção da atividade

Categoria C: Provas não específicas

A avaliação não é específica sobre o tema ambiental. São realizadas provas com questões objetivas e questões abertas sobre a temática Teorias da Administração. As avaliações fazem parte do processo das disciplinas Análise das Demonstrações contábeis e Perícia Contábil.

Ao se discutir avaliação, vários são os instrumentos e métodos mencionados na academia, porém mais importante do que a escolha que se realiza é o objetivo da opção. A finalidade do instrumento utilizado não deve ser memorizar, repetir e sim para que o aluno compreenda, resolva problemas, apresente capacidade de julgamento.

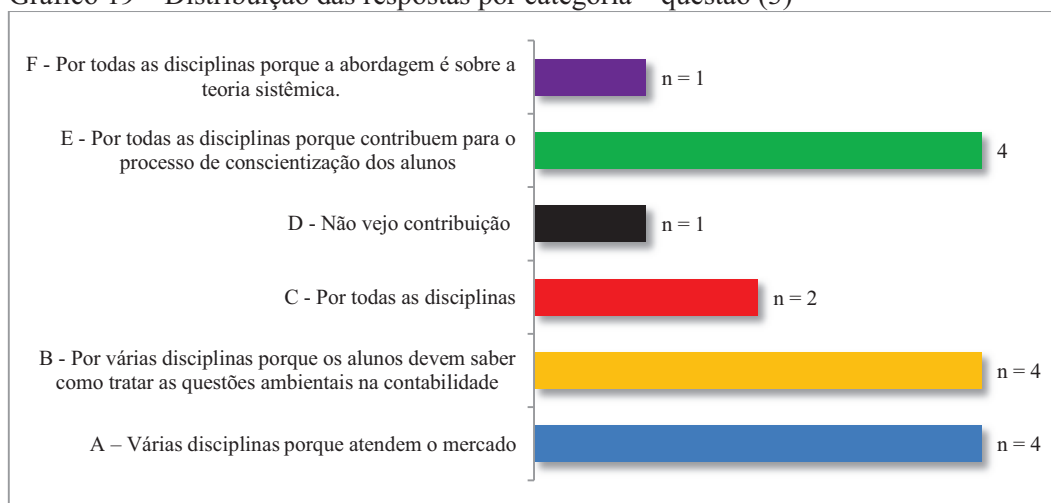
Os instrumentos utilizados para avaliação devem ser compreendidos como recursos para coletar e analisar informações no processo ensino-aprendizagem, com o intuito primordial de gerar a aprendizagem dos alunos.

Méndez (2002) destaca que mais importante do que o instrumento é o tipo de conhecimento que se põe à prova, o tipo de perguntas que se formula, o tipo de qualidade mental ou prática que se exige e as respostas que se espera obter, conforme o conteúdo das questões ou problemas que são formulados.

Questão (3) - Em sua opinião, as questões relativas à temática ambiental podem contribuir para quais disciplinas? Por quê?

No Gráfico 19, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, a fim de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 19 – Distribuição das respostas por categoria – questão (3)



Observação: n refere-se ao número de Ideias Centrais (IC)

Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Discurso do Sujeito Coletivo – Questão (3)

Categoria A: Várias disciplinas porque atendem o mercado de trabalho

A temática pode e deve ser inserida em todo o contexto das disciplinas para atender a demanda do mercado, pode contribuir com várias disciplinas que se envolvem diretamente ou indiretamente com decisões ambientais, por exemplo, PHC 1 e 2, controladoria, Contabilidade gerencial e até mesmo criando uma disciplina específica que trate das problemáticas relacionadas ao meio ambiente fazendo um link com a profissão e os aspectos econômicos que trazem ao mundo dos negócios. Já para as disciplinas de custos para mostrar às empresas a redução de custos que podem conseguir ao adotar políticas internas nas questões ambientais. Enfim, num meio ambiente preservado vivemos e trabalhamos melhor podendo ter mais sucesso em nossos negócios o que renderá mais lucro.

Neste DSC, pode-se compreender que atender a demanda do mercado signifique alinhar os conteúdos das disciplinas ministradas no curso de Contábeis às exigências de mercado percebidas na área ambiental.

O DSC sugere criar “uma disciplina específica que trate das problemáticas relacionadas ao meio ambiente fazendo um link com a profissão e os aspectos econômicos que trazem ao mundo dos negócios”. A este respeito, neste estudo, já foi proposto que se insira a disciplina de Contabilidade Ambiental no curso de Contábeis da IES pesquisada.

Ademais, Carneiro et al. (2009) apresentaram proposta de componentes curriculares por eixo temático para o curso de Ciências Contábeis. Proposta devidamente encampada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os autores elencaram as disciplinas obrigatórias e optativas referentes ao conteúdo de formação profissional que deveriam necessariamente ser abordadas, dentre elas consta a disciplina de Responsabilidade Social, que poderia também ser

inserida no PPC da IES pesquisada. Para isto, Carneiro et al. (2009) sugerem ementa, objetivo, conteúdo programático e bibliografia, conforme Anexo A.

Categoria B: Por várias disciplinas porque os alunos devem saber como tratar as questões ambientais na Contabilidade

Na disciplina de Contabilidade Gerencial, Contabilidade e Análise de Custos, Auditoria, Controladoria, pois são disciplinas ligadas à gestão e mensuração de resultados que pode sofrer relevantes impactos em decorrência das questões ambientais bem como em Contabilidade Avançada, Análise das Demonstrações Contábeis, Perícia Contábil, pois os alunos devem adquirir conhecimentos sobre a contabilização das questões ambientais, permitindo sua identificação e análise nas Demonstrações Contábeis, assim como sua reavaliação nos exercícios práticos de Perícia Contábil, dessa forma a temática ambiental está presente em várias disciplinas que se envolvem diretamente ou indiretamente com decisões ambientais.

Este DSC indica que alguns professores percebem a importância da inserção da dimensão ambiental no currículo do curso de Contábeis para a formação dos futuros contadores.

Categoria C: Por todas as disciplinas

Acredito que, além daquelas disciplinas nas quais há um tratamento direto das questões ambientais como PHC e Ética, a problemática ambiental deveria ser “Transversal”, sendo problematizada, de uma forma ou de outra, num momento ou noutro, em todas as disciplinas do curso de Ciências Contábeis.

Este DSC aponta o enfoque transdisciplinar para o tratamento da problemática ambiental no curso. Zabala (2002) apresenta a transdisciplinaridade como o grau máximo de relações entre disciplinas, de modo que chega a ser uma interação global dentro de um sistema totalizador.

Jantsch e Bianchetti (2002) também apontam que, na transdisciplinaridade, os limites entre as diversas disciplinas desaparecem. O nível de cooperação e integração é tão alto que já se pode falar do aparecimento de uma nova *macro disciplina*.

É importante destacar que para se atingir tal objetivo é necessário que o relacionamento entre as disciplinas aumente, que os professores desenvolvam uma atitude transdisciplinar na prática de suas ações no ensino e na pesquisa contábil.

Categoria D: Não vejo contribuição

Não vejo contribuição.

Solitário e triste este discurso em que o sujeito pesquisado não vê contribuição da temática ambiental em nenhuma disciplina do curso. Apesar da crise ambiental, ou melhor da

crise civilizacional, que ora a sociedade industrializada de consumo vivencia, a afirmação pode indicar falta de informações. Se for o caso, os docentes, na sala dos professores ou nas reuniões de colegiado, poderiam discutir sobre os problemas ambientais e a contribuição da Contabilidade para a sustentabilidade do Planeta, que se dá por meio do fornecimento de informações para avaliação de medidas tomadas em prol do meio ambiente e também daquelas que foram tomadas contra o meio ambiente, ainda que involuntariamente. (RIBEIRO, 2014)

Categoria E: Por todas as disciplinas porque contribuem para o processo de conscientização dos alunos

Todas, principalmente para um processo de conscientização, por entender que existimos num planeta que precisa ser reeducado com questões ambientais. Por exemplo, na disciplina Direito Público e Privado, é possível pensar em temática ambiental, pois se trata de tema transversal assim como em PHC, visto que queremos formar o contador, com bom conhecimento da área profissional, humanista, conectado com o espaço a sua volta.

Este DSC traz à tona a questão da conscientização ambiental, tão importante que o Capítulo 36, da Agenda 21 (BRASIL, 1996), propõe um esforço global para fortalecer atitudes, valores e ações, que sejam ambientalmente saudáveis e que apoiem o desenvolvimento sustentável por meio da promoção, entre outros, da conscientização.

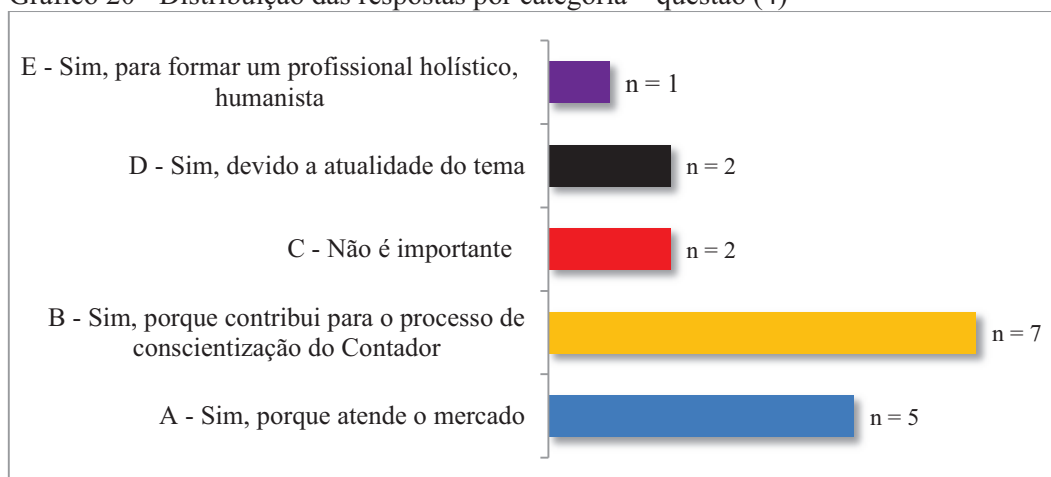
Categoria F: Por todas as disciplinas porque a abordagem é sobre a teoria sistêmica.

O tema impacta todas as disciplinas, uma vez que a abordagem é sobre a teoria sistêmica.

Questão (4) - Em sua opinião, a temática ambiental é importante na formação do profissional de Ciências Contábeis? Por quê?

No Gráfico 20, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, a fim de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 20 - Distribuição das respostas por categoria – questão (4)



Observação: n refere-se ao número de Ideias Centrais (IC)

Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Discurso do Sujeito Coletivo referente - Questão (4)

Categoria A: Sim, porque atende o mercado de trabalho

Sim, é importante para atender a demanda do mercado, precisa urgentemente de pessoas que possam fazer a gestão correta dos recursos naturais, uma vez que a temática ambiental já se encontra há algum tempo integrado às atividades empresariais, afinal a temática ambiental guarda uma relação estreita com aspectos econômicos e financeiros, além do que num meio ambiente preservado vivemos e trabalhamos melhor podendo ter mais sucesso em nossos negócios o que renderá mais lucro

Ao justificar que a temática ambiental é importante na formação do Contador para atender o mercado, pois este precisa de profissionais para realizarem a gestão correta dos recursos naturais, pode-se inferir a gestão ambiental no DSC acima, que segundo Robles e Bonelli (2006), é “um conjunto de medidas e procedimentos definidos e adequadamente aplicados que visam a reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente”.

Dessa maneira, as organizações podem utilizar um sistema de gestão ambiental para gerenciar os aspectos ambientais de suas operações. E, como todo sistema de gestão necessita de controle para avaliação de resultados, a Contabilidade contribui apropriando e divulgando as informações para avaliação de resultados obtidos com o gerenciamento ambiental.

Categoria B: – Sim, porque contribui para o processo de conscientização do Contador

Principalmente para um processo de conscientização, porque formamos um cidadão e não dá para não pensar na temática ambiental. Entende-se que a

temática ambiental faz parte da formação para a cidadania, antes de ser um profissional, advoga-se que temos que buscar a formação para a cidadania, a fim de que o profissional possa influir no meio social no qual está inserido, ou seja, é importante uma vez que tenha conhecimentos e competências para participar do debate em torno das questões ambientais, contribuindo de forma decisiva e significativa para que tenhamos um mundo melhor, além do que saber enxergar a amplitude e o impacto das suas ações para além do seu micro ambiente de trabalho, é fundamental para o seu futuro e para o futuro das próximas gerações. Assim, a temática ambiental é muito importante para o profissional de Ciências Contábeis, pois a preocupação ambiental está ligada com as implicações das decisões sobre questões éticas nas relações com os stakeholders, na criação da consciência ambiental, nos compromissos de responsabilidade social e ambiental, nas questões atuais de custos ambientais, créditos de carbono, o passivo ambiental das empresas, o novo balanço ambiental e etc.

A partir deste DSC, compartilhado por 41% das ideias centrais apresentadas, pode-se deduzir que a educação, no caso por meio do curso de Contábeis, pode contribuir para a tomada de consciência ambiental.

Para elaboração do construto *consciência ambiental*, é necessário compreender o significado da palavra consciência. De acordo com Ferreira (2010), consciência significa faculdade de estabelecer julgamentos morais dos atos realizados; cuidado com que se executa um trabalho, cumpre-se um dever; senso de responsabilidade; atributo pelo qual o homem pode conhecer e julgar sua própria realidade; conhecimento; percepção imediata dos acontecimentos e da própria atividade psíquica.

Assim, pode-se depreender que são diversos os enfoques para a utilização do termo consciência, na área da educação, da cidadania, do meio ambiente, da ética.

Ferreira (1993) afirma que cidadania deve ser compreendida além da relação homem-homem, além de direitos e deveres. Em uma postura de cidadania plena e global, deve-se considerar o direito à vida não somente do ser humano, mas do Planeta Terra e dos seres nele existentes. Assim, na cidadania global, deve ser incluída a vertente ambiental

O DSC aborda ainda que “*a temática ambiental é muito importante para o profissional de Ciências Contábeis, pois a preocupação ambiental está ligada [...] nos compromissos de responsabilidade social e ambiental, nas questões atuais de custos ambientais, créditos de carbono, o passivo ambiental das empresas, o novo balanço ambiental e etc.*”. Nesta parte do DSC, os professores que o proferiram demonstram a importância da inserção da temática ambiental no curso, divergindo assim do currículo atual que pouco contempla a dimensão ambiental.

Categoria C: Não é importante

Não. Poucos aspectos em relação à temática ambiental podem e devem ser abordados pelo profissional de Ciências Contábeis

Novamente surge o discurso isolado dos professores que aparentam desconhecer a crise ambiental que vivencia o Planeta e de como o homem pode contribuir para transformar a realidade atual, garantindo assim a vida futura.

Desconhecem que a imagem que deve balizar o raciocínio da humanidade, daqui em diante, é a do *Efeito Dominó*. Isto é, quando se colocam as peças do jogo em pé e enfileiradas formando uma longa sequência, para em seguida derrubar a peça inicial, somente para ver a reação em cadeia das peças sendo velozmente derrubadas umas após as outras até que a última peça em pé, por fim, caia. O que chama a atenção é o processo em si, a dinâmica da queda das peças empurrando a subsequente. É essa imagem que talvez seja a mais apropriada para compreender o fenômeno da complexidade ambiental. (LAYRARGUES, 2008)

Dorst apud Layrargues (2008), ao analisar o declínio de florescentes civilizações antigas, como a Indu, a Khmerian e a Maia, diverge da conclusão de que foram motivos políticos que determinaram a queda desses impérios, demonstrando a imbricação de fenômenos da natureza potencializados pela interferência antropogênica, além de certos limites ecossistêmicos, em uma longa e complexa reação em cadeia, como mostra a imagem do *Efeito Dominó*. No caso Maia, como explica o autor, o plantio de milho, em terras agricultáveis cada vez mais inclinadas, acarretou o desmatamento que, por um lado, provocou processos erosivos e, por outro lado, diminuiu a quantidade e qualidade das águas. A erosão do solo, por sua vez, provocou o assoreamento dos rios, mas também a perda de nutrientes nas lavouras. O assoreamento dos rios, prosseguindo a sequência da reação em cadeia, resultou em inundação nas cidades nas planícies, e na perda da capacidade de transporte fluvial, a melhor alternativa de locomoção dos Maias. O quadro de instabilidade no sistema causou tantos desequilíbrios ecológicos como sociais, e o resultado foi a instabilidade política, a desestabilização econômica e a desarticulação da organização social incapaz de responder à altura do desafio, fragilizando todo o império.

Não somente os professores da área de Contábeis, mas os professores em geral devem se utilizar de orientações pedagógicas voltadas majoritariamente à busca de um alcance maior da educação, em que a proposta central resida na transformação da realidade.

Categoria D: Sim, devido à atualidade do tema

Sim. Com o conhecimento das limitações dos nossos recursos naturais, esse assunto é cada dia mais importante, assim considero importante em função da atualidade do tema

De fato, nunca se abordou tanto sobre meio ambiente e problemas ambientais como no momento atual. Conforme os autores estudados nesta pesquisa, os maiores problemas ambientais citados na atualidade são:

- Crescimento demográfico acelerado
- Urbanização acelerada
- Desmatamento
- Poluição marinha
- Poluição do ar e do solo
- Poluição e eutrofização de águas interiores
- Perda de biodiversidade
- Grandes obras
- Aquecimento global
- Aumento da necessidade energética

É importante discutir com o corpo discente, no curso de Contábeis, sobre a origem desses problemas e sobre o encaminhamento para suas soluções, contribuindo para formar um profissional capaz de interferir na realidade.

Categoria E: Sim, para formar um profissional holístico, humanista

Trata-se de formar um profissional holístico, humanista, que saiba integrar a experiência cristã com a responsabilidade ambiental.

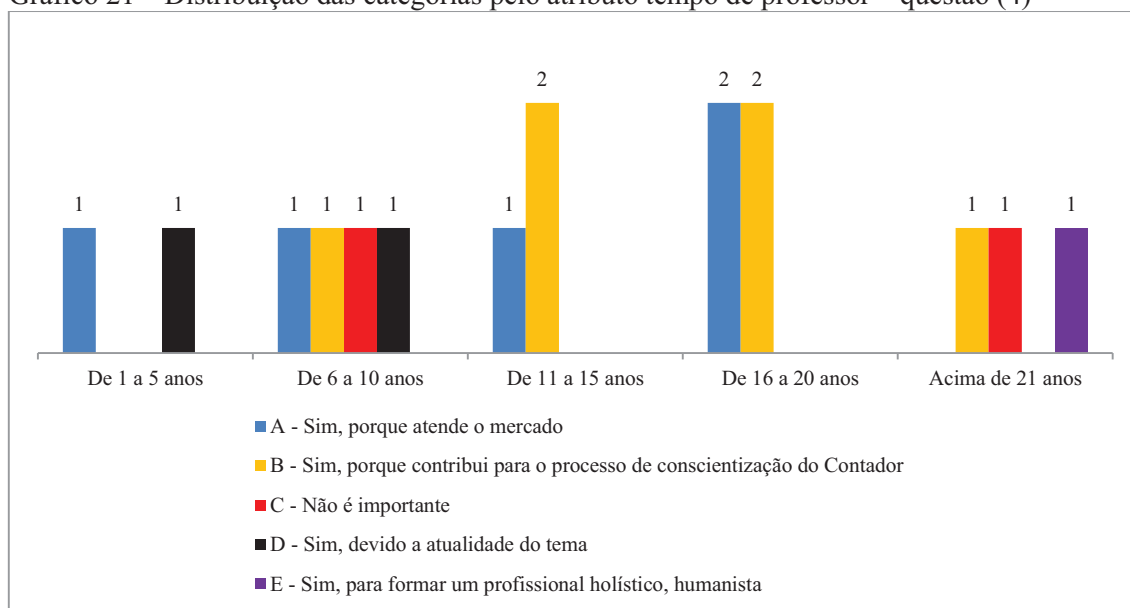
Em linha com este DSC, pode-se afirmar que o Contador da atualidade necessita ampliar a sua formação cultural humanista, fortemente social e voltada para saber pensar. O holístico exige maior cultura geral e a ampliação da cultura especializada.

O perfil do Contador contemporâneo exige que o ensino prepare um profissional que tenha condições de orientar as empresas para a o uso sustentável dos recursos da natureza.

Amplitude – Questão (4)

Nos gráficos 21, 22 e 23, é apresentada a amplitude para medir a presença das ideias, considerando os atributos dos sujeitos, revelando o grau de espalhamento ou difusão das ideias no campo pesquisado.

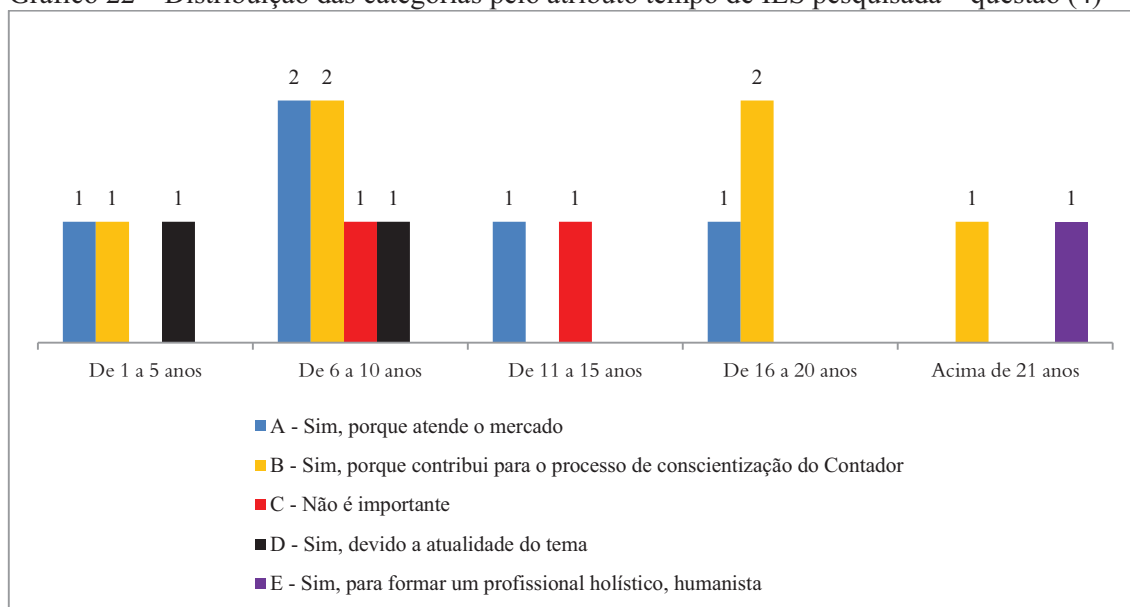
Gráfico 21 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de professor – questão (4)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Com relação à amplitude da questão (4) “Em sua opinião, a temática ambiental é importante na formação do profissional de Ciências Contábeis? Por quê?”, observa-se que as categorias A e B são compartilhadas por 4 segmentos dos 5 existentes na pesquisa. Por outro lado, a categoria C aparece no segmento de 6 a 10 anos e acima de 21 anos.

Gráfico 22 – Distribuição das categorias pelo atributo tempo de IES pesquisada – questão (4)

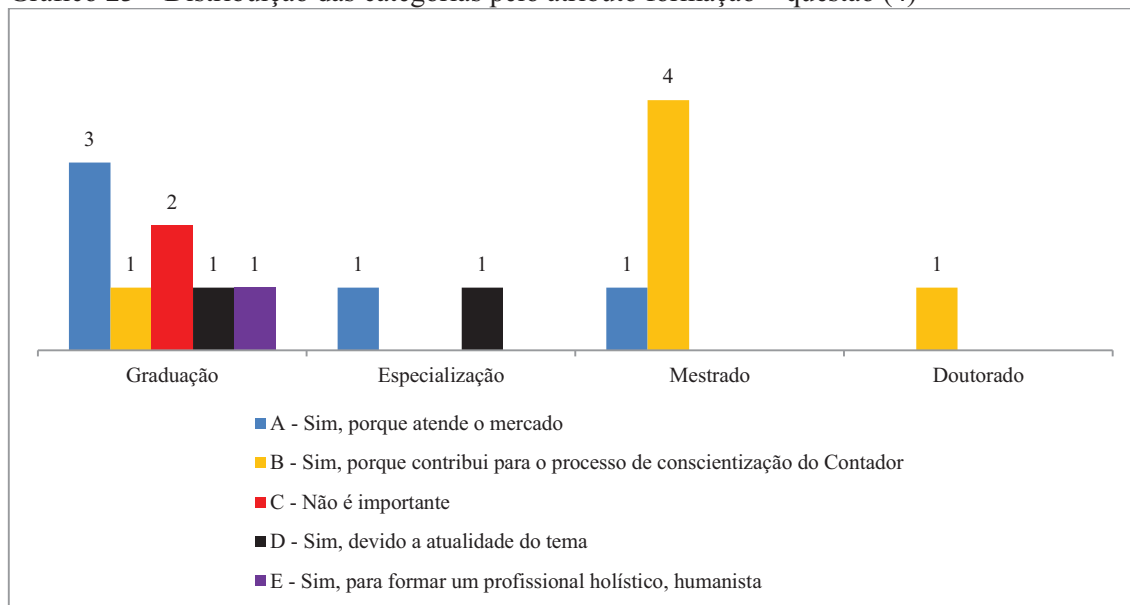


Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Alinhado com o espalhamento no atributo tempo de professor, em relação à amplitude da questão (4) “Em sua opinião, a temática ambiental é importante na formação do profissional

de Ciências Contábeis? Por quê?”, observa-se que as categorias A e B são compartilhadas por 4 segmentos dos 5 existentes na pesquisa.

Gráfico 23 – Distribuição das categorias pelo atributo formação – questão (4)



Fonte: Apêndice E – Elaboração do DSC dos professores

Chama a atenção que o segmento de professores com graduação compartilha todas as categorias, incluindo os dois sujeitos que formaram a ideia central da categoria C, de que a temática ambiental não é importante na formação do profissional de Ciências Contábeis. Já a maioria dos sujeitos que compartilha a ideia central de que a temática ambiental é importante na formação do profissional de Ciências Contábeis porque contribui para o processo de conscientização do Contador está no segmento dos professores com mestrado e doutorado.

4.2.2 Análise e discussão das respostas dos alunos

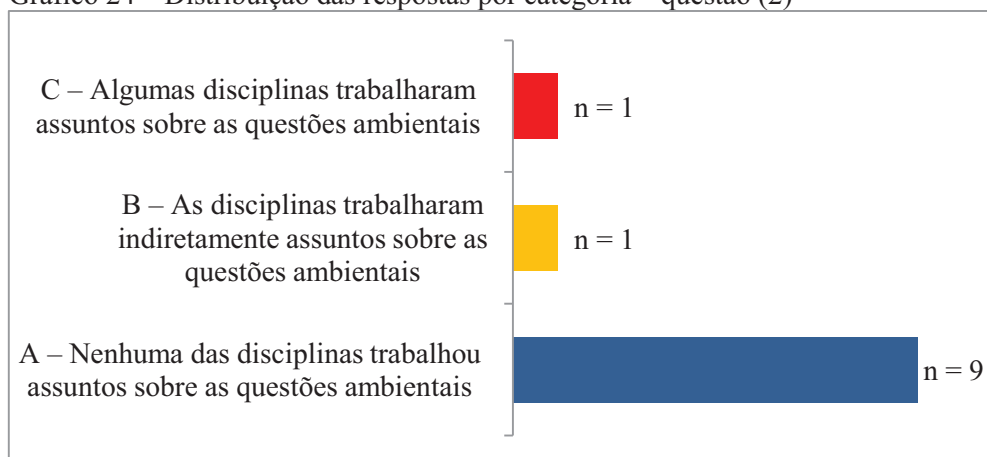
Questão (2) - Descreva os assuntos que foram trabalhados sobre as questões ambientais, (com a chamada “temática ambiental”) nas disciplinas relacionadas abaixo:

- **Análise das Demonstrações contábeis**
- **Auditoria I**
- **Contabilidade Atuarial I e II**
- **Contabilidade Internacional**
- **Estatística**
- **Perícia Contábil**
- **Problemas do Homem Contemporâneo**

- **Teorias da Administração**
- **Teoria Geral de Administração I e II**

No Gráfico 24, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, a fim de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 24 – Distribuição das respostas por categoria – questão (2)



Fonte: Apêndice F – Elaboração do DSC dos alunos

Discurso do Sujeito Coletivo – Questão (2)

Categoria A: Nenhuma das disciplinas trabalhou assuntos sobre as questões ambientais

Nenhuma das disciplinas apresentou alguma temática relacionada às questões ambientais, assim não trabalhamos esse assunto nessas disciplinas, não que me recorde.

Este DSC constituído pelo depoimento de nove dos onze alunos pesquisados é uma opinião contraditória ao DSC dos professores que ministram tais disciplinas. Importante deixar claro que o presente trabalho de pesquisa não teve o propósito de compreender e explicar essa contradição, mas somente de revelar.

Categoria B: As disciplinas trabalharam indiretamente assuntos sobre as questões ambientais

– *Contabilidade Atuarial I e II.* Indiretamente, mas é considerável que muitos riscos que envolve o seguro em si, tem a ver com impactos ambientais.
 – *Análise das Demonstrações contábeis:* Indiretamente, pois ao analisar as demonstrações contábeis de empresas, há algumas que constam em suas demonstrações.
 – *Perícia Contábil:* Indiretamente, pois diante das informações, a documentação é do todo, não só tipos e escolhas de amostragens.

- *Teoria Geral de Administração I e II, Teorias da Administração: Indiretamente, não deixando de ter presente que as decisões a serem tomadas na gestão, envolvem também essas questões. Pois no geral as empresas tendem a crescer nessa consciência, responsabilidade e valores.*
- *Contabilidade Internacional: Indiretamente. Possivelmente em outros países os estudantes têm contato com essa temática. E a tendência futuramente, quem sabe é ter uma grade curricular única de Ciências Contábeis em nível de mundo?*
- *Auditoria I: Indiretamente, se houver nas demonstrações das empresas essas informações, vão ler levadas em conta na auditoria, principalmente se tiver certa relevância.*

Pela resposta desse sujeito pesquisado, supõe-se que ele conseguiu perceber a relação das disciplinas elencadas acima com as questões ambientais. Resposta contraditória em relação às respostas dos demais discentes.

Categoria C: Algumas disciplinas trabalharam assuntos sobre as questões ambientais

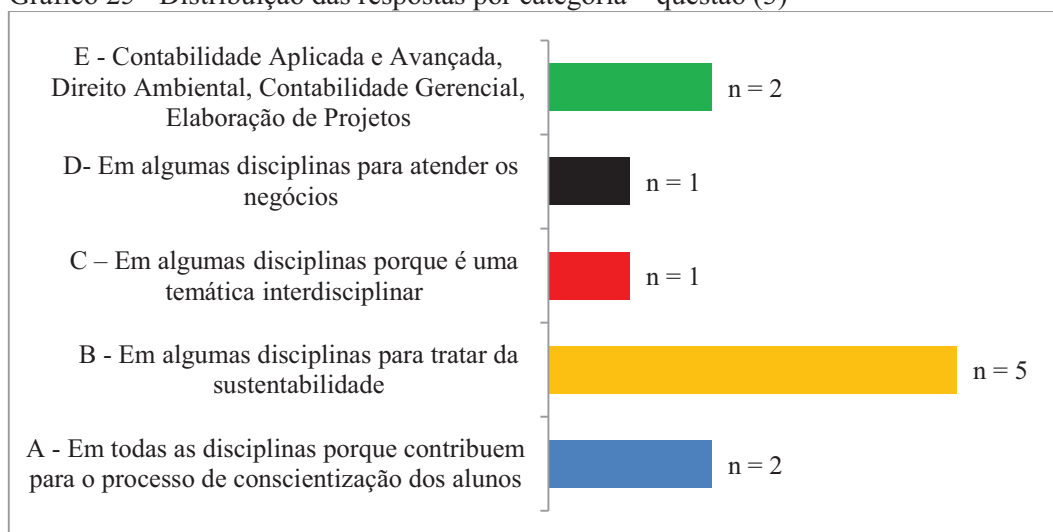
- *Análise das Demonstrações contábeis: Demonstrações sociais.*
- *Teoria Geral de Administração I e II: Marketing, apoio das empresas para uma maior preservação ambiental.*
- *Perícia Contábil: houve uma aula a qual foi elencada a falta de profissionais especializados em analisar os impactos ambientais e elaboração de laudo específico apontando tais impactos. Mencionou-se também que atualmente para processos de impactos ambientais, são utilizados dados da tabela da CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) para aplicação de multa, mas não há as especificações de como chegar em tal valor.*

A resposta deste aluno demonstra que a temática ambiental foi superficialmente tratada, apenas citações, nessas disciplinas. Resposta também contraditória em relação às respostas dos demais alunos.

Questão (3) – Em sua opinião, as questões relativas à temática ambiental podem contribuir para quais disciplinas? Por quê?

No Gráfico 25, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, a fim de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 25 - Distribuição das respostas por categoria – questão (3)



Fonte: Apêndice F – Elaboração do DSC dos alunos

Discurso do Sujeito Coletivo – Questão (3)

Categoria A: Em todas as disciplinas porque contribuem para o processo de conscientização dos alunos

Acredito que em todas as disciplinas do curso. Minha justificativa baseia-se nas condições do mundo em que vivemos de extrema globalização e pouco cuidado com os recursos naturais. Trabalhar essa consciência. É muito importante que as questões ambientais façam parte das disciplinas para que o aluno esteja cada vez mais consciente sobre os problemas atuais, e que possa em sua área de atuação contribuir a favor do meio ambiente.

Este DSC insere *as condições do mundo em que vivemos de extrema globalização* na justificativa. Utilizando a conceituação de Chesnais (1996), sob o ponto de vista da análise socioeconômica, a globalização é a expressão contemporânea da internacionalização do capital com interconexões de mercados e de fluxos financeiros. Nessa direção, a globalização apresenta duas dimensões permanentes, uma associada à valorização do capital; e outra exprime a internacionalização do capital por meio de novas formas: da ampliação dos grandes monopólios, modernas redes informatizadas, rápida internacionalização da produção, do crescimento do comércio mais rápido do que a produção e da atuação das diferentes políticas econômicas sobressaindo à abordagem sistêmica.

De forma geral, pode-se associar a origem e o processo de globalização à transnacionalização de empresas; ao enfraquecimento dos Estados Nacionais, em relação à universalização das políticas públicas; a mudanças no centro do capitalismo mundial; à regionalização da produção e dos mercados; à formação de diferentes estruturas de comércio

com supressão de barreiras alfandegárias e ao financiamento e integração capitalista das burguesias internacionais.

Consta ainda no DSC confeccionado pelos dois alunos que é “ *muito importante que as questões ambientais façam parte das disciplinas para que o aluno esteja cada vez mais consciente sobre os problemas atuais, e que possa em sua área de atuação contribuir a favor do meio ambiente*”. O Contador pode contribuir convencendo as organizações a divulgarem informações sobre investimentos em meio ambiente, como reflorestamentos, despoluição, gastos com implantação de métodos de produção não poluentes e outros gastos visando à conservação ou melhoria do meio ambiente.

Categoria B: Em algumas disciplinas para tratar da sustentabilidade

Nas disciplinas de Contabilidade e Análise de Custos, Contabilidade Gerencial para calcular o custo benefício de alguma empresa que é sustentável, seria de suma importância para reduzir custos futuros da Companhia, além de contribuir com a sociedade. Análise das Demonstrações contábeis, para levantar os demonstrativos de uma empresa que lida com a sustentabilidade e fazer os índices horizontais e verticais, para saber qual o impacto que essa temática ambiental causa nos demonstrativos da empresa. Administração, porque a empresa deve ser sempre administrada visando à preservação ambiental, para expor ao aluno o quanto é importante, pois se não há preservação ambiental não há futuro para a empresa, pois não haverá matéria prima para o funcionamento da mesma. Planejamento Empresarial voltado ao processo sustentável, que tem como foco a análise do processo como um todo, não apenas do ponto de vista do impacto da atividade empresarial no ambiente, mas como o consumo de tal produto e sua eficiência energética proporciona no mesmo ambiente. Contabilidade de Instituições Financeiras, não sei se caberia, mas para sabermos como a Instituição lida com essa temática ambiental e Problemas do Homem Contemporâneo, que levantou questões da atualidade, porém faltou levantar essa questão da sustentabilidade que está em evidência atualmente.

DSC elaborado com as expressões-chave de cinco dos onze alunos pesquisados responde que as questões relativas à temática ambiental podem contribuir para algumas disciplinas para tratar da sustentabilidade no curso de Contábeis.

É conveniente apresentar uma definição do termo sustentabilidade, já que o termo pode ter vários sentidos e pode ser utilizado com as mais variadas intenções. Recorrendo a Ferreira (2005, p. 316):

[...] existe uma distinção a fazer entre sustentabilidade ecológica e a sustentabilidade ambiental: a primeira refere-se ao estágio clímax de um ecossistema natural, onde os fluxos de entrada e saída da matéria e energia se mantêm equivalentes a longo prazo, configurando a maturidade do sistema, espontaneamente por conta da própria natureza. Já a segunda, partindo do mesmo princípio, envolve a intervenção humana através do gerenciamento ambiental, produzindo balanços energéticos que equilibram artificialmente o

sistema, contrabalançando os estoques de energia e matéria que são utilizados como matéria-prima na esfera produtiva humana.

Deduz-se, então, que a sustentabilidade socioambiental, ao considerar a intervenção humana na gestão do ambiente, destaca que os reflexos dos fluxos ambientais são sentidos pelo próprio ser humano. Para Zuin (2011), compreende-se que a sustentabilidade socioambiental se efetiva na medida em que as várias sociedades, de maneiras justas, equitativas e solidárias, obtêm êxito em conservar o estoque de capital natural ou compensá-lo por meio da utilização do capital tecnológico, reduzindo assim a sua depleção, no presente e a longo prazo. Dessa maneira, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como desenvolvimento socioambiental sustentável.

Categoria C: Em algumas disciplinas porque é uma temática interdisciplinar

Contabilidade Gerencial, Ética, Contabilidade Atuarial I e II, Perícia Contábil, Teoria Geral de Administração I e II, Estatística, Teorias da Administração, Contabilidade Internacional, Auditoria I, porque é uma temática interdisciplinar. Ainda mais tendo presente que as informações Contábeis fazem parte do processo de decisão. Então, terá outro olhar os usuários das informações Contábeis, se nelas também estiverem inseridas essas questões. Pois não dá para ficar alheios à responsabilidade ética, social e ambiental, ainda mais na conjuntura atual.

A opinião do aluno de que as questões relativas à temática ambiental podem contribuir para algumas disciplinas “*porque é uma temática interdisciplinar*” induz a pesquisar sobre a interdisciplinaridade no curso de Contábeis.

Estudos demonstram que nos últimos anos houve um aumento na temática da interdisciplinaridade no ensino da Contabilidade, como pode ser observado em Mendonça (2007), Miranda e Miranda (2006), Araújo (2004) e Passos (2004).

Mendonça (2007) conclui que a interdisciplinaridade é mais discutida do que vivida. Afirma que a importância relacionada à formação integral do aluno e seu preparo adequado para a atuação profissional é fundamental para superar barreiras.

Miranda e Miranda (2006) registram que o curso de Contábeis, na sua totalidade, propicia a interdisciplinaridade de forma espontânea. Porém, sem o auxílio da instituição, de coordenadores e de professores, essa prática poderá ficar defasada ou apenas ser um ponto ilustrativo nas matrizes curriculares.

Araújo (2004) afirma que a atitude interdisciplinar é um estímulo para a discussão da realidade, porque enfatiza a reconstrução, o refazer, o repensar dos conhecimentos lineares da prática da pesquisa.

O trabalho de Passos (2004) revela o baixo nível de interdisciplinaridade nos cursos de Ciências Contábeis, mostrando a prevalência da integração cruzada.

Levando em conta que há várias formas de relacionamento entre as disciplinas que constituem interdisciplinaridade, pode ser adotada, no curso de Contábeis da IES pesquisada, a classificação apresentada por Zabala (2002, p.33):

- a) Multidisciplinaridade: é a organização de conteúdos por matérias independentes, não há relações entre elas.
- b) Pluridisciplinaridade: é a existência de relações complementares entre disciplinas mais ou menos afins.
- c) Interdisciplinaridade: é a interação de duas ou mais disciplinas. Essas interações podem implicar transferências de leis de uma disciplina a outra, originando, em alguns casos, um novo corpo disciplinar, como, por exemplo, a bioquímica ou a psicológica.
- d) Transdisciplinaridade é o grau máximo de relações entre disciplinas, de modo que chega a ser uma interação global dentro de um sistema totalizador.
- e) Metadisciplinaridade: refere ao ponto de vista ou à perspectiva sobre qualquer situação ou objeto, mas não é condicionada por apriorismos.

Com o propósito de contribuir para a prática da interdisciplinaridade no curso de Contábeis da IES investigada, este pesquisador desenvolveu um modelo conceitual para evidenciar os aspectos econômico-financeiros dos eventos de natureza ambiental apresentado no Apêndice A.

Categoria D: Em algumas disciplinas para atender os negócios

Teoria da Administração para entendimento do negócio e levantamento das necessidades. Contabilidade Internacional para atender as exigências do mercado internacional e consequências no negócio e Contabilidade Geral para saber os impactos no negócio

Para este aluno, as questões relativas à temática ambiental podem contribuir para as disciplinas de Teoria da Administração, Contabilidade Internacional e Contabilidade Geral. Com relação à disciplina Contabilidade Internacional, é possível o docente trabalhar com os alunos a evidenciar a ambiental das provisões, passivos e ativos contingentes por meio do estudo do pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que foi elaborado a partir do IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*, emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e cuja aplicação produz reflexos Contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo IASB.

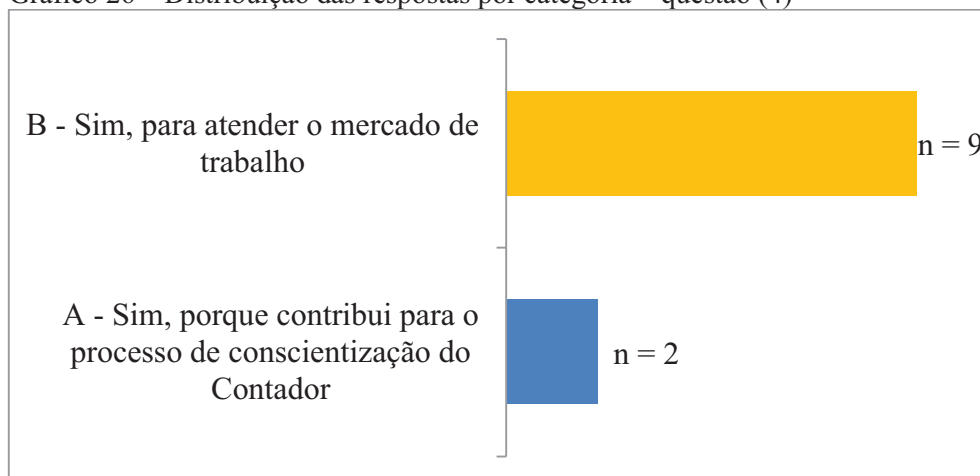
Categoria E: Contabilidade Aplicada e Avançada, Direito Ambiental, Contabilidade Gerencial, Elaboração de Projetos

Contabilidade Aplicada e Avançada, Direito Ambiental, Contabilidade Gerencial, Elaboração de Projetos

Questão (4) - Em sua opinião, a temática ambiental é importante na formação do profissional de Ciências Contábeis? Por quê?

No Gráfico 26, é apresentada a distribuição das respostas dos sujeitos agrupadas por categoria, a fim de conhecer o grau de compartilhamento de cada uma das ideias presentes na pesquisa.

Gráfico 26 – Distribuição das respostas por categoria – questão (4)



Fonte: Apêndice F – Elaboração do DSC dos alunos

Discurso do Sujeito Coletivo - Questão (4)

Categoria A: Sim, porque contribui para o processo de conscientização do Contador

Sim, pois com o tempo podemos ter a mudança de pensamentos e busca por novas fontes de cuidados com o meio ambiente, assim o profissional de Ciências Contábeis deve ter certeza que a preservação ambiental é fundamental para uma sociedade, que os dois devem conviver em harmonia, preservando sempre os outros seres vivos, como o meio ambiente, pois se o ambiente não estiver em equilíbrio, nenhuma outra atividade funcionará, seja economicamente ou civilmente.

Categoria B: Sim, para atender o mercado de trabalho

Sim, em minha opinião é uma área de grande importância em todos os ramos de negócio, seria importante a conscientização sobre a relevância do tema,

que é bem abrangente, engloba, por exemplo, desde o descarte correto de materiais até a redução de custos, ambos os fatos que impactam no resultado das empresas. Trata-se de um assunto muito abordado atualmente pelas grandes empresas e o profissional da área contábil também precisa ser inserido nesse cenário. Cada dia mais, o meio ambiente tornou-se um assunto comentado no ambiente empresarial e estar inteirado sobre o assunto dentro da Contabilidade seria muito importante para a nossa profissão. Então é importante que o contador entenda as normas ambientais e riscos que possam afetar o resultado da empresa, dessa forma o profissional de Ciências Contábeis poderia auxiliar através de relatórios contábeis a identificar os custos e fornecer melhores informações para a entidade, visto que a temática ambiental cria oportunidades de trazer valor à empresa e também é mais um ponto a ser levantado como vantagem competitiva no mercado, as empresas que aderem essa “gestão ambiental” analisam toda a economia de custos e qual a proporção que impactará nos demonstrativos da empresa e o impacto que isto causa na vida das pessoas, seja pela produção, pelo consumo ou pela extração de recursos para viabilizar tal projeto, deve servir de instrumento de planejamento para apurar ganhos em qualidade, gestão e projeção da marca no mercado e isto evidentemente, passa pela questão ambiental e sustentável. Enfim, entender o quanto as organizações influenciam e são influenciadas por essa temática e tendo presente a internacionalização da Contabilidade para o contador implantar a análise ambiental dos números da Companhia é trazer maior transparência para a informação.

Neste DSC produzido a partir das expressões-chave de nove dos onze alunos pesquisados, fica nítido que consideram importante a inserção da dimensão ambiental no curso de Contábeis. Por meio da leitura e interpretação do DSC, identifica-se que uma vez incluindo a disciplina Contabilidade Ambiental no currículo do curso atenderia plenamente os anseios dos estudantes aqui representados. Isto está claro quando o DSC apresenta:

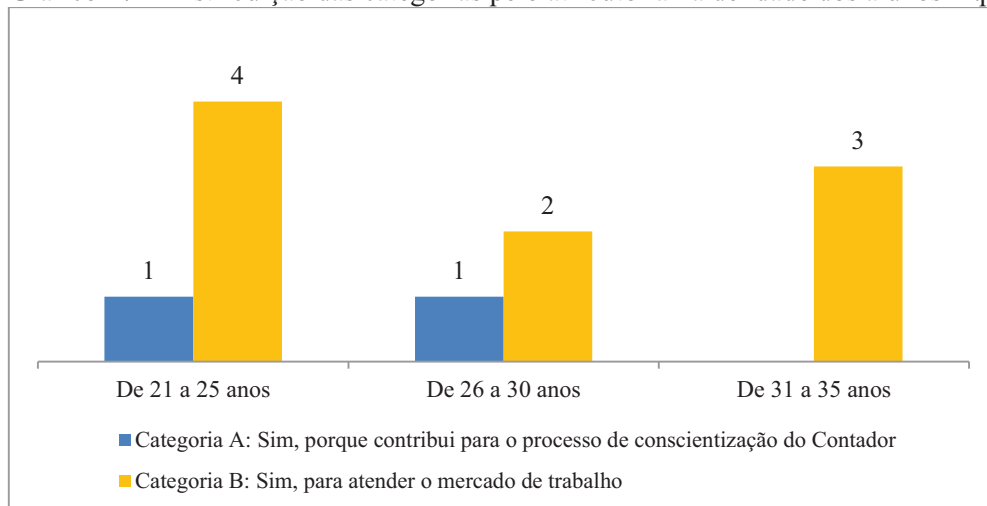
[...] então é importante que o contador entenda as normas ambientais e riscos que possam afetar o resultado da empresa, dessa forma o profissional de Ciências Contábeis poderia auxiliar através de relatórios contábeis a identificar os custos e fornecer melhores informações para a entidade, [...] as empresas que aderem essa “gestão ambiental” analisam toda a economia de custos e qual a proporção que impactará nos demonstrativos da empresa.

Foi constatado que, nas respostas dos professores com relação a esta questão, 5 professores, representando 33% do total pesquisado, formaram a categoria da ideia central de que a temática ambiental é importante na formação do profissional de Ciências Contábeis para atender o mercado, enquanto que 9 alunos, correspondendo a 80% do total investigado fizeram a mesma afirmação. As expressões-chave de 6 professores, 40%, compuseram a ideia central de que a temática ambiental é importante na formação do profissional de Contábeis porque contribui para o processo de conscientização do Contador, enquanto que 2 alunos, 18%, fizeram a mesma afirmação.

Amplitude – Questão (4)

Para finalizar, nos gráficos 27 e 28, é apresentada a amplitude para medir a presença das ideias, considerando os atributos dos sujeitos, revelando o grau de espalhamento ou difusão das ideias no campo pesquisado.

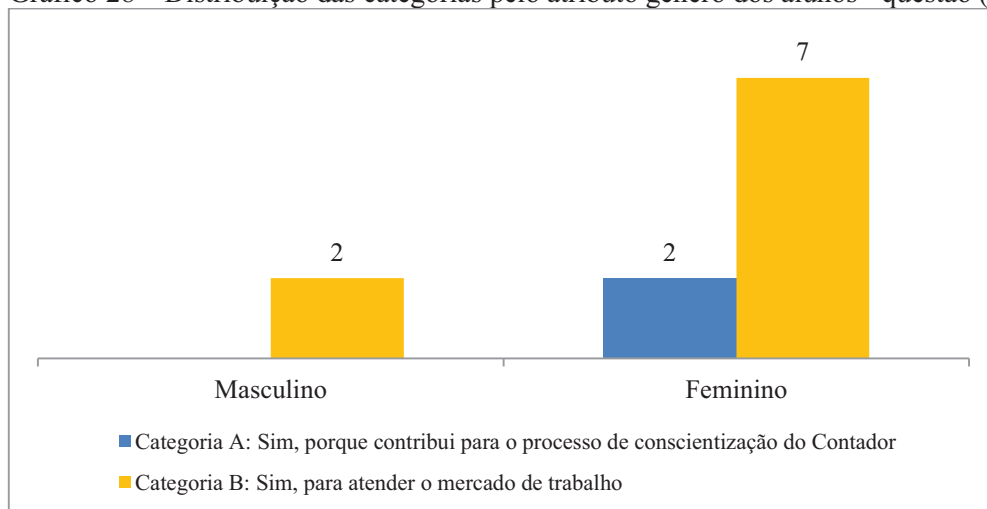
Gráfico 27 – Distribuição das categorias pelo atributo faixa de idade dos alunos – questão (4)



Fonte: Apêndice F – Elaboração do DSC dos alunos

Com relação à amplitude da questão (4) “Em sua opinião, a temática ambiental é importante na formação do profissional de Ciências Contábeis? Por quê?”, observa-se que a Categoria B “*Sim, para atender o mercado de trabalho*” é fortemente compartilhada por todo o campo analisado.

Gráfico 28 – Distribuição das categorias pelo atributo gênero dos alunos - questão (4)



Fonte: Apêndice F – Elaboração do DSC dos alunos

Em linha com a amplitude verificada no atributo idade dos alunos, a categoria B encontra-se espalhada por todo o campo.

CONSIDERAÇÕES

Após análise e discussão dos resultados da pesquisa de campo desenvolvidas no último capítulo, estas considerações apresentam uma síntese dos principais aspectos ressaltados por este estudo.

Estabelecida no campo da epistemologia do trabalho educativo, esta dissertação, na Introdução, mapeou e descreveu alguns estudos significativos (GONZALEZ, 2008; ZUIN, 2008; ZUIN, FARIAS, FREITAS, 2009; PEREIRA, CAMPOS, ABREU, 2009; BARBA, 2011; OLIVEIRA, 2011), realizados nos últimos cinco anos no Brasil, a respeito da Ambientalização Curricular no Ensino Superior.

Assim, a partir das inquietações do pesquisador frente sua experiência profissional e acadêmica e de uma compreensão inicial da área da Ambientalização Curricular, foi possível situar o problema e o objeto de estudo, bem como identificar resultados de pesquisas e percursos metodológicos apontados por pesquisadores que já enveredaram pela mesma área de estudo.

Após situar o problema de investigação em um contexto macro, buscou-se sua delimitação com o foco no curso de graduação de Ciências Contábeis. A problemática foi delimitada tendo em vista a temática ambiental no currículo e na composição do trabalho educativo, considerando a ação pedagógica dos docentes do curso de Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior na cidade de Santos, Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo.

Desse modo, como já apresentadas na Introdução desta dissertação, as questões que nortearam o trabalho foram:

Questão-problema:

- Como a temática ambiental tem sido considerada no projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis em destaque nesta pesquisa?

Questões decorrentes:

- Essa consideração pode ser entendida como um processo de *Ambientalização Curricular*?
- Quais temas ambientais têm sido priorizados pelo curso de graduação de Ciências Contábeis?
- De que forma a temática ambiental tem sido trabalhada pelos professores do curso de Ciências Contábeis?

A pesquisa documental desenvolvida sobre os currículos dos cursos superiores de Ciências Contábeis no Brasil, desde sua instituição em 1945, permitiu avaliar que não há disciplinas específicas ou menções ao trabalho com projetos interdisciplinares para inclusão da temática ambiental.

Nesse aspecto, a Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis, falhou ao não considerar a dimensão ambiental nos currículos. Daí a necessidade de uma reavaliação e/ou atualização dessas diretrizes.

Com relação às dez características da *Rede ACES*, que foram adotadas nesta dissertação como referência para a análise do curso pesquisado, constatou-se que algumas delas estão presentes no currículo do curso investigado.

A partir da análise, tanto do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), quanto dos planos de ensino das disciplinas, foi constatada a preocupação com a característica “compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza”, apenas na disciplina de caráter geral Problemas do Homem Contemporâneo (PHC). Na descrição dos objetivos, na relação dos conteúdos trabalhados, na explicitação da metodologia e da avaliação adotadas, foram identificados os elementos constituintes das seguintes características de Ambientalização Curricular na mesma disciplina: “compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza”; “complexidade”; “contextualização local-global-local”; “ter em conta o sujeito na construção do conhecimento”; “considerar os aspectos cognitivos e afetivos dos alunos”; “adequação metodológica”; e “espaços de reflexão e participação democrática”.

Ainda que apenas a disciplina de PHC tenha apresentado em seu plano de ensino a preocupação com a característica “compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza”, foi averiguado, por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012) aplicada sobre as respostas dos questionários da pesquisa de campo junto aos professores e alunos, que professores de outras disciplinas trabalham, de maneira superficial, com a temática ambiental e sem o registro formal nos respectivos planos de ensino.

Na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis são abordadas definições sobre a contabilização e importância das contas do passivo ambiental, que basicamente se resumem às questões quanto à valoração dos passivos ambientais, no caso de multas e recursos.

Na disciplina Contabilidade Internacional, são tratados temas sobre recuperação de solo, questões judiciais sobre poluição ambiental e seus reflexos na Contabilidade, quando os assuntos *provisões passivas* e *imobilizados* são trabalhados em aula.

A disciplina de Teoria Geral de Administração trata dos conceitos da Teoria de Sistemas e da Teoria Contingencial. O conceito *ambiente externo* passa a ser utilizado como instrumento de análise em assuntos como planejamento estratégico, análise ambiental etc.

A Teoria da Administração aborda a Teoria Sistêmica da Administração que introduz a natureza na cena das organizações. A empresa passa a ser vista como um organismo vivo, participante de um macro sistema, cuja relação é de total interdependência.

Em contradição a maioria dos alunos pesquisados do curso de Contábeis em destaque afirma que a temática ambiental não é trabalhada pelos docentes.

Os resultados encontrados permitem concluir que, no curso de Contábeis da IES pesquisada, a Ambientalização Curricular ainda está distante da realidade, mas existem, por parte de alguns professores, breves iniciativas que podem ser utilizadas em um futuro processo de Ambientalização do curso.

Dessa maneira, é sugerido aos professores e coordenador do curso de Contábeis que repensem o seu projeto pedagógico a fim de inserir conteúdos relativos à temática ambiental por meio de disciplinas ou ainda com a perspectiva interdisciplinar.

Para isto, neste trabalho, o pesquisador contribui com várias propostas, entre elas:

- Tratar o Balanço Social, uma das ferramentas que a Contabilidade possui para identificar o grau de responsabilidade socioambiental das organizações, como uma disciplina específica ou como parte do conteúdo de alguma outra disciplina.
- Inserir o componente curricular denominado Contabilidade Ambiental e a disciplina Responsabilidade Social na matriz curricular do curso.
- Desenvolvimento e aplicação de um modelo conceitual para evidencição dos aspectos econômico-financeiros dos eventos e transações de natureza ambiental, passível de ser utilizado no curso de Ciências Contábeis, tendo como objetivo principal demonstrar as iniciativas e atividades executadas no âmbito da proteção do meio ambiente.

Para a maioria dos alunos pesquisados do curso de Contábeis em destaque, a temática ambiental é importante na formação do Contador para atender o mercado de trabalho. Com relação aos professores, dos quinze pesquisados, treze consideram a temática ambiental importante na formação do Contador, sendo que cinco a consideram importante para atender o mercado.

Diante disso, é necessário estar atento ao processo de formação, capacitação e preparo dos profissionais que trabalham com a temática ambiental, para que haja equilíbrio entre a educação para o mercado de trabalho e a formação de cidadãos. A inserção da dimensão

ambiental nos cursos de graduação, além de propiciar benefícios para a formação dos profissionais, deve garantir benefícios à sociedade e ao meio ambiente, contribuindo para a transformação das relações sociedade-natureza.

Finalmente, é importante destacar que a realização desta pesquisa, a primeira sobre a Ambientalização Curricular de um curso da IES escolhida, é significativa na medida em que contribui com propostas para a inserção da dimensão ambiental no curso de graduação de Ciências Contábeis estudado; abre caminho para pesquisas futuras sobre a conveniência de Ambientalização dos currículos dos demais cursos da IES pesquisada; além de incentivar debates a respeito de um tema tão relevante.

Portanto, devido à localização da IES contexto da pesquisa – na Região Metropolitana da Baixada Santista –, pode-se afirmar que a universidade é um espaço importante para a discussão de temas ambientais na formação de profissionais de todas as áreas, a fim de que possam agir com responsabilidade e ética, contribuindo efetivamente para a evolução da consciência ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA – AGEM; EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO. **Indicadores Metropolitanos da Baixada Santista**. São Paulo: EMPLASA, 2004/2005.

ALMEIDA, M. L. P.; OLIVEIRA, S. A. Z. P. Educação para o mercado X educação para o mundo do trabalho: impasses e contradições. **REP – Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p. 155-167, jul./dez. 2009.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Em Aberto**, Brasília, v. 14, n. 61, p. 60-78, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/912/818>>. Acesso em: 28 Maio 2014.

ANTUNES, C. C. Sociedades sustentáveis: a responsabilidade da Contabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 11., 2000, Goiânia. **Anais...** Goiânia: CFC, 2000.

ARAÚJO, F. R. S. **A pesquisa interdisciplinar na graduação em administração**: um estudo sobre condições para sua prática nas IES de Pernambuco. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco/Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Recife.

ARAÚJO, I. S.; MAZUR, E. Instrução pelos colegas e ensino sob medida: uma proposta para o engajamento dos alunos no processo de ensino-aprendizagem de Física. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, UFSC, Santa Catarina, v. 30, n. 2, p. 362-384, ago. 2013.

ARAÚJO, D. C. **O professor de Ciências Contábeis e os saberes envolvidos na formação de futuros profissionais da área**: um estudo por meio da metodologia da problematização. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000153739>>. Acesso em: 27 Set. 2013.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 127-149, 2002.

APPLE, M. **Ideologia e currículo**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARBA, C. H. **“Ambientalização Curricular” no ensino superior**: o caso da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Porto Velho. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030079P2/2011/barba_ch_dr_ar_afcl.pdf>. Acesso em: 19 Jul. 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAU, E. A. Apresentação. In: BAU, E. A.; CIURANA, A. M. G. (eds.). **Ambientalización Curricular de los estudios Superiores**. vol. 1 – Aspectos ambientales de las Universidades.

Girona, Red Aces, 2002, p. 9-10. Disponível em: <http://insma.udg.es/ambientalitzacio/web_alfastinas/catala/publicacio.htm>. Acesso em: 17 Jan. 2014.

BERGAMINI JÚNIOR, S. Custos emergentes na Contabilidade Ambiental. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, n.º 9, p. 3-11, ago./out. 2000.

BERGAMINI JÚNIOR, S. Contabilidade e Riscos Ambientais. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 6, n.º 11, junho 1999.

BORBA, J. A.; ALVES, J. L.; ROVER, S. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, UFSC, Santa Catarina, ano 3. v.1, n. 5, p. 45-58, jan./jun. 2006.

BOUÇAS, A. S. **Achegas na Teoria da Contabilidade Ambiental**: uma Proposta Inovadora. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Administração e Finanças, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

BRASIL, **Agenda 21**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992. Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. (Edição administrativa).

BRASIL. **Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931**. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-publicacaooriginal-34450-pe.html>>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Decreto n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940.** Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2627.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945.** Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27880>>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Lei n.º 1.401, de 31 de julho de 1951.** Inclui, no curso de Ciências Econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995.** Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/Ant2001/lei924995.htm>>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 815, de 30 de julho de 1996.** Cria a Região Metropolitana da Baixada Santista e autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, a criar entidade autárquica e a instituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista. Disponível em: <<http://www.agem.sp.gov.br/pdf/Lei%20Complementar%20Estadual%20n%C2%BA%20815.pdf>>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Os diferentes matizes da Educação Ambiental no Brasil: 1997 – 2007.** Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao04062009105709.pdf>. Acesso em: 10 Jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3.º e 4.º ciclos:** apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CFE nº 397/1962.** Divide os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais nos ciclos básico e de formação profissional. Documenta Rio de Janeiro: Guanabara, nº 11, janeiro-fevereiro/1963.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CFE s/ nº, de 8 de fevereiro de 1963. Fixa os mínimos de conteúdo e duração dos cursos de Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. In: PASSARINHO, Y. I. (org). **Resoluções e Portarias do Conselho Federal de Educação – 1962/1978.** Brasília: DF – CFE – 1979.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CFE nº 3, de 5 de outubro de 1992.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis. Disponível em: <http://www.valdecicontabilidade.cnt.br/index.htm?http%3A//www.valdecicontabilidade.cnt.br/contabilistas/leg_prof_contab/Res3.htm>. Acesso em: 7 Ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRUNDTLAND, G.H. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CABRAL, N. **Balanco Social e a demonstração do valor adicionado:** “compromisso, sustentabilidade e transparência”. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15348>. Acesso em: 10 Maio 2014.

CALIXTO, L. O ensino da Contabilidade Ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 2, n. 3, p. 65-78, set./dez. 2006.

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disseminação de informações voluntárias: relatórios contábeis versus internet. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, p. 84-95, jun.2007.

CARNEIRO, J. C. (Coord.) et al. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis**. 2. ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAVALARI, R. M. F. Educação Ambiental, políticas públicas e contexto escolar. In: BARBOSA, R. L. L. **Formação de Educadores**. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 353- 366.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n.º 529**. Dispõe sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1981. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/g/28vx/resolucao-conselho-federal-de-contabilidade-cfc-n-529-de-23101981>>. Acesso em: 7 Ago. 2014.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n.º 1.003/04**. NBC-T-15 Informações de natureza social e ambiental. Brasília, 19 de agosto de 2004. Disponível em: <<http://nemas.ufsc.br/files/2012/12/2-nbct15.pdf>>. Acesso em: 4 Ago. 2014.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 1.298**, de 17 de setembro de 2010. Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1298_2010.htm>. Acesso em: 7 Ago. 2014.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. 7. ed. São Paulo: Elsevier, 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5.ed. São Paulo: Cortez 2001.

CIURANA, A. M. G. Introdução. Universidade, sustentabilidade e Ambientalização Curricular. In: CIURANA, A. M. G.; BAU, E. A. (eds.). **Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores: aspectos ambientales de las universidades**. Girona, Red Aces, 2002, v. 1, p. 15-18. Disponível em: <http://insma.udg.es/ambientalizacio/web_alfastinas/catala/publicacio.htm>. Acesso em: 17 Jul. 2013.

CIURANA, A. M. G.; JUNYENT, M.; BAU, E. A. Características de la ambientalización curricular: Modelo ACES. In: JUNYENT, M.; CIURANA, A. M. G., BAU, E. A. (eds.) **Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores: Proceso de caracterización de la Ambientalización curricular de los estudios universitarios**. Girona: Universidad de Girona, Red ACES, 2003. v. 2, p. 15-32. Disponível em: <<http://insma.udg.es/ambientalizacio/webalfastinas/catala/publicacio.htm>>. Acesso em: 17 Jan. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25:** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília, 26 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/infos/deli594%20Sum%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 4 Ago. 2014.

COSTA, S. S. **Seguro Ambiental:** garantia de recursos para reparação de danos causados ao meio ambiente. 2011. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental). Universidade de Brasília, UNB, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10101/1/2011_Silda%C3%A9iaSilvaCosta.pdf>. Acesso em: 31 maio 2014.

CZESNAT, A. O.; CUNHA, J. A. V.; DOMINGUES, M. J. C. S. Análise comparativa entre os currículos dos cursos de Ciências Contábeis das universidades do Estado de Santa Catarina listadas pelo MEC e o currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR. **Revista Gestão e Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 25, n. 75, p. 22-30, dez. 2009.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DOLL JÚNIOR, W. **Currículo:** uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Penso, 2002.

EMPLASA - EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S.A. **Indicadores Região Metropolitana da Baixada Santista.** Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/indicadores/baixada.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

ERFURTH, A. E.; DOMINGUES, M. J. C. de S. Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis na universidade de Buenos Aires versus a estrutura curricular proposta pelo ISAR/UNCTAD. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS FURB, 2008, Blumenau. **Anais...**v. IV. p. 1-15.

FARIAS, C. R. O. **A produção da política curricular nacional para a educação superior diante do acontecimento ambiental:** problematizações e desafios. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, UFScar, São Carlos. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp096311.pdf>>. Acesso em: 19 Jul. 2013.

FASB, *Financial Accounting Standards Board*. **Statement of financial accounting standards nº 5 – Accounting for Contingencies**, mar.1975. Disponível em: <<http://www.amac.org.mx/pags/pdf/fas5.pdf>>. Acesso em: 4 Ago. 2014.

FERRARO JUNIOR, L.A. Um olhar sobre a Rupea – uma rede também deve ser um guarda-chuva? **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, nº 0, p. 117-125, 2004.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade Ambiental:** uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio ilustrado.** Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, L.C. Sustentabilidade. In: FERRARO-JUNIOR, L.A (Org.). **Encontros e Caminhos:** formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, p. 313-322.

FERREIRA, N. T. **Cidadania: uma questão para a educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FRANCO, M. L. P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, jan. /abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a08n121.pdf>>. Acesso em: 28 Maio 2014.

FREGONESI, M. S. F. A. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado?** 2009. Tese (Doutorado em Contabilidade). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-18122009-093324/pt-br.php>>. Acesso em: 10 de Maio de 2014.

GAUDIANO, E. G. La Interdisciplina en el currículo de la educación ambiental desde Niza a la fecha: las aproximaciones de Tblisi y el enfoque de la complejidad. In: Foro Nacional sobre la incorporación de la perspectiva ambiental em la formación técnica y profesional, 1., 2003, San Luis Potosi, México. **Anais eletrônicos...** San Luis Potosi, México: Universidad Autónoma de México, 2003. Disponível em: <<http://ambiental.uaslp.mx/foroslp/activ.htm>>. Acesso em: 3 Jan. 2014.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GODÓI, A. F. **Contabilidade Ambiental: um estudo do disclosure de informações ambientais, das empresas dos setores de alto impacto ambiental, integrantes do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo. Disponível em <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13359>. Acesso em: 9 Maio 2014.

GOMES, S. M. S.; SAMPAIO, M. S.; SLOMSKI, V. G.; AZEVEDO, T. C. Proposta para o Ensino da Controladoria Ambiental nos cursos de Graduação de Ciências Contábeis nas IES brasileiras. XII ENGEMA – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2010. **Anais...** Feira de Santana: UEFS, 2010. Disponível em: <http://www.uefs.br/colcon/anexos/ARTIGO_ENGEMA_2010.pdf>. Acesso em: 25 Jun. 2014.

GOMES, S. M. S.; SAMPAIO, M. S.; AZEVEDO, T. C.; SLOMSKI, V. G. Proposta para o ensino da controladoria ambiental nos cursos de graduação de Ciências Contábeis nas IESs brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 177-189, jan./abr. 2012.

GONZALEZ, L. T. V. **A temática Ambiental e os Cursos superiores de Turismo do Estado de São Paulo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, UNESP, Instituto de Biociências, Rio Claro. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137064P2/2008/villagonzalez_lt_me_rcla.pdf>. Acesso em: 19 Jul. 2013.

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. 4. ed. Tradução de Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 2001.

HERNANDEZ, P. J. J. **Conversão de Demonstrações Contábeis**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HINTERBERGER, F.; SEIFERT, E. Reducing material throughput: a contribution to the measurement of dematerialization and human sustainable development. In: STRAATEN, J. V.; TYLECOTE, A. (eds.). **Environment, technology and economic growth** – the challenge to sustainable development. Aldershot: Edward Edgar Publishing, 1995.

HOGAN, D. J. População e Meio Ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: HOGAN, Daniel Joseph (org.). **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, Unicamp, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 Dez. 2013.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBECK, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – FIPECAFI**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade: Para não Contadores**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à teoria da Contabilidade: Para o nível de graduação**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNYENT, M.; ARBAT, E.; GELI, A.M. Características de la ambientalización curricular: modelo Aces. In: JUNYENT, M (Ed) et all. **Ambientalización curricular de los estudios superiores**. Girona: Universidade de Girona, 2003. Disponível em: <http://insma.udg.es/ambientalitzacio/web_alfastinas/catala/publicacio.htm>. Acesso em: 20 Jul. 2013.

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, Marcos (org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Petrópolis: DP et Alii, 2008, p. 113-127.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. Os três sujeitos do diálogo intradiscursivo nas pesquisas sociais de atribuição de sentido: consequências para a avaliação. **RECIIS. Revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde** (Edição em português. Online), 4(2), p.15-21, 2010. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewArticle/291>>. Acesso em: 28 Dez. 2013.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. **Pesquisa de Representação Social: Um enfoque Qualiquantitativo**. 2. ed. Brasília: Liber, 2012.

LEFF, E. La insoportable levedad de la globalización – la capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. **Revista Universidad de Guadalajara**, Guadalajara, n. 6, 1996.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, Marcos (org.). **Verde Cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Petrópolis: DP et Alii, 2008, p. 97-112.

LEITE, R. M.; RIBEIRO, R. R. M.; PACHECO V. Evidenciação do passivo ambiental e interação das empresas com o meio ambiente. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPCONT, 2008. CD-ROM.

LIBÂNEO, J. C. et al. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARION, J. C.; COSTA, R. S. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **R. Cont. Fin.**, USP, São Paulo, n. 43, p. 20 – 33, jan./abr. 2007.

MARTINS, E.; DE LUCA, M. M. Ecologia via Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano 23, n. 86, p. 20-29, mar. 1994.

MENDES, F. B. A **Contabilidade Ambiental**: Conceitos e concepções metodológicas. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2938>. Acesso em: 9 Maio 2014.

MÉNDEZ, J. M. A. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MENDONÇA, J. F. **Pesquisa sobre a percepção da interdisciplinaridade por professores de controladoria em cursos de Ciências Contábeis no município de São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo: 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 Dez. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conceitos de Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em: 4 Jul. 2014.

MIRANDA, C.; MIRANDA, R. A. M. Interdisciplinaridade e métodos de ensino no curso de Contabilidade: um estudo no Nordeste Paulista. In: **Congresso USP**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos62006/426.pdf>>. Acesso em: 4 Ago. 2014.

MORAN, J. M. et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, utopia e pós modernidade. In: MOREIRA, A. F. B. (org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papirus, 2002, p. 9-28.

MOREIRA, A.F.; SILVA, T.T. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

NOGUEIRA, L. A. **O relatório de sustentabilidade baseado nas diretrizes GRI como ferramenta de comunicação da responsabilidade socioambiental das empresas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/mestrado/desenvolvimento_regional_meio_ambiente/arquivos/dissertacao/Luis_Antonio_Nogueira.pdf>. Acesso em: 10 Maio 2014.

NOVO, M. La educación ambiental – um breve recorrido histórico. In: NOVO, M. **La educación ambiental: bases éticas, conceptuales y metodológicas**. Barcelona: Editorial Universitas, 1995. Disponível em: <[http://edusouned.wikispaces.com/file/view/Tema+\(1\).pdf](http://edusouned.wikispaces.com/file/view/Tema+(1).pdf)>. Acesso em: 03 Jan. 2014.

OLIVEIRA, A. M. S. et al. **Contabilidade Internacional: Gestão de riscos, governança corporativa e contabilização de derivativos**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA JÚNIOR, W. M.; AMORIM, A. C. R.; PRASO, G. V. T. Escrevendo as 10 características de um Estudo Ambientalizado: a Unicamp e a tessitura pelas diferenças. In: JUNYENT, M.; GELI, A. M.; ARBAT. E. (Ed). **Ambientalización curricular de los Estudios Superiores**. 2 – Proceso de Caracterización de la Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores. Universidad de Girona: Editora UdG, 2003, p. 99-116.

OLIVEIRA, M. G. **Cursos de Pedagogia em Universidades Federais Brasileiras: políticas públicas e processos de Ambientalização Curricular**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137064P2/2011/oliveira_mg_m_e_rcla.pdf>. Acesso em: 19 Jul. 2013.

OTT, E.; PIRES, C. B. Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil versus estruturas curriculares propostas por organismos internacionais: uma análise comparativa. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 6, n. 1, p. 28-45, mar. 2010.

PAIVA, P. R. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2003.

PASSOS, I. C. **A interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa contábil: um estudo do município de São Paulo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

PAVESI, A. **A Ambientalização da formação do arquiteto: o caso do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em:

<http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1571>. Acesso em: 19 Jul. 2013.

PELICIONI, A. F. Trajetória do movimento ambientalista. In: PHILIPPI Jr, A. (coord.). **Curso de Gestão Ambiental**. São Paulo: Manole, 2014, p. 421-449.

PENEDO, A. S. T. **Limites e possibilidades do Balanço Social**. 2011. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4118>. Acesso em: 10 Maio de 2014.

PEREIRA, J. B.; CAMPOS, M. L. A. M.; ABREU, D. G. Um panorama sobre a abordagem ambiental no currículo de cursos de formação inicial de professores de Química da região Sudeste. **Química Nova**, São Paulo, USP, v. 32, n. 2, p. 511-517, 2009.

PNUD. **Estudos de Casos de Desenvolvimento Sustentável na Prática**: “Ganhos Triplos” para o Desenvolvimento Sustentável do PNUD, 2012. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Cross-practice%20generic%20theme/ganhos_triplos_para_desenvolvimento_sustentavelissuu-portuguese.pdf>. Acesso em: 22 Jul. 2013.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2012.

REDE ACES. UNESP. Características de Ambientalização Curricular. In: JUYENT, M.; CIURANA, A. M. G.; ARBAT, E. (eds.). **Proceso de Caracterización de la ambientalización curricular de los estudios Universitarios**. Girona: Rede ACES, 2003. v. 2, p. 45-55.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIGOTA, M. Educação Ambiental: compromisso político e competência técnica. In: PHILIPPI Jr, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental**: desenvolvimento de cursos e projetos. São Paulo: Signus, 2000, p. 33-35.

RIBEIRO, M. S. Contabilidade Ambiental. In: PHILIPPI Jr, Arlindo (coord.). **Curso de Gestão Ambiental**. São Paulo: Manole, 2014, p. 629-650.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade e meio ambiente**. 1992. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, USP. São Paulo.

RIBEIRO, M. S. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. 1998. Tese (Doutorado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

ROBLES JR, A.; BONELLI, V.V. **Gestão da qualidade e do meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2006.

RODRIGUES, F. F.; SANTOS, R. B.; MELLO, M. C. B. Análise do disclosure ambiental da empresa Petrobrás no período 1997 a 2007. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2009. CD-ROM.

SÁ, A. L. **História geral e das doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAMPAIO, M. S. **Percepções dos discentes do curso de Ciências Contábeis diante das questões socioambientais**: um estudo nas IES de Salvador – Bahia. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<http://www.contabeis.ufba.br/Site/arquivos/Editor/file/Mestrado/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2011/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20M%C3%A1rcio%20Sampaio.pdf>>. Acesso em: 3 Jul. 2014.

SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental**: Pesquisa e Desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A. **Contabilidade internacional avançada**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, T.T. **Documentos de identidades**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOARES, S. V. et al. Pesquisa em Contabilidade no Brasil: Evolução da Academia e do Pesquisador entre 1970 e 2010. In: **XIII Accounting and Auditing Congress: A Change In Management** – ACIM 2011, 2011, Porto-Portugal. XIII Accounting and Auditing Congress. A Change In Management – ACIM 2011. Porto - Portugal, 2011.

SOUZA, V. P. **Análise da contribuição do ensino e dos meios de divulgação do conhecimento para a formação profissional em Contabilidade Ambiental**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo.

TINOCO, J. E. P. **Balanço Social** – uma abordagem socioeconômica da Contabilidade. 1980. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TOLEDO, R.F.; PELICIONI, M.C.F. A Educação Ambiental nos parques estaduais paulistas no âmbito das recomendações de Tbilisi. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 57 – 64, jul.-dez. 2006.

VANZO, G. F. S.; SOUZA, V. P. Um estudo sobre a influência da disciplina Contabilidade Social ou Ambiental na formação profissional e social dos futuros contadores, de acordo com a percepção dos graduandos dos cursos de Ciências Contábeis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., 2008, Gramado. **Anais...** Gramado, 2008. Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/544.pdf>. Acesso em: 25 Jun. 2014.

VARELO, E. M.; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. Ensino da Contabilidade Ambiental no curso de graduação de Ciências Contábeis nas instituições de ensino superior brasileiras. In: **XV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais – SIMPOI**, São Paulo-SP, 29 a 31 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://website.acep.org.br/2011/wp-content/uploads/2012/08/Ensino-da-Contabilidade-ambiental-no-curso-de-graduacao-de-ciencias-contabeis-nas-instituicoes-de-ensino-superior-brasileiras.pdf>>. Acesso em: 25 Jun. 2014.

VARELO, E. M.; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V.; GOMES, A. O. Ensino da Contabilidade Ambiental nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras. In: CSEAR Conference South America: A sustentabilidade em discussão, 2., 2011, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: CSEAR, 2011.

VASCONCELOS SEGUNDO, E. H. Contribuição Ao Estudo da Contabilidade Ambiental no Brasil: Recomendações para o Desenvolvimento de um Plano de Ensino. In: SIMPOSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8, Resende. **Anais...** Resende, 2011. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos11/24914335.pdf>> Acesso em: 25 Jun. 2014.

VEIGA, J. E. Caminho do Desenvolvimento Sustentável. **Jornal Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 de julho de 2002.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 24.ed. São Paulo: Papirus, 2008.

VIGEVANI, T. Meio ambiente e relações internacionais: a questão dos financiamentos. **Revista ambiente e sociedade**. Campinas: NEPAM/Unicamp, ano I, n. 1, p. 33-41, 2º sem/1997.

YAMAGUCHI, C. K. **Contabilidade Ambiental nas organizações como instrumento de criação do conhecimento**. 2011. Tese (Doutorado em Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

ZABALA, A. **Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZANCHET, A. **Ciência livre de valores?: uma abordagem epistemológica da pesquisa em contabilidade ambiental no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29042014-205441/pt-br.php>>. Acesso em: 2 Agosto 2014.

ZUIN, V. G. Trajetórias em formação docente: da química verde à Ambientalização Curricular. In: **31.ª reunião ANPED**, 2008. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT22-5012--Int.pdf>>. Acesso em: 9 Maio 2014.

ZUIN, V. G.; FARIAS, C. R.; FREITAS, D. A Ambientalização Curricular na formação inicial de professores de Química: considerações sobre uma experiência brasileira. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v.8, n. 2, 2009. Disponível em: <http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen8/ART10_Vol8_N2.pdf>. Acesso em: 9 Maio 2014.

ZUIN, V. G.; FREITAS, D. Considerações sobre a Ambientalização Curricular do Ensino Superior: o curso de licenciatura em Química. In: **Reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu, 30., 2007. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/30ra/posteres/GT22-2994--Int.pdf>. Acesso em: 27 Set. 2013.

ZUIN, V. G. **A inserção da dimensão ambiental na formação de professores de química**. Campinas: Átomo, 2011.

APÊNDICE A – Trabalhando a Interdisciplinaridade para a Inserção da Dimensão Ambiental no Curso de Graduação de Ciências Contábeis: Desenvolvimento de um Modelo Conceitual para Evidenciação dos Aspectos Econômico-financeiros dos Eventos de Natureza Ambiental

Neste apêndice é desenvolvido um modelo conceitual para evidenciação dos aspectos econômico-financeiros dos eventos e transações de natureza ambiental, passível de ser utilizado no curso de Ciências Contábeis, tendo como objetivo principal demonstrar as iniciativas e atividades executadas no âmbito da proteção do meio ambiente.

Most apud Paiva (2003, p.127) define um modelo em pesquisa científica como:

[...] uma apresentação correta de alguma coisa, onde ainda assim resume algumas propriedades da coisa sendo modelada. Um modelo de carro pode não possuir motor. [...] da mesma forma, um modelo em pesquisa é uma construção que permite a observação dos efeitos de certas variáveis identificadas pelas hipóteses, podendo, por essa razão, resumir aspectos da realidade modelada que não são afetados pelas variáveis selecionadas, ou efeitos em que o pesquisador não esteja interessado.

O modelo apresentado nesta dissertação contribui para propiciar maior transparência das informações referentes aos eventos ambientais que possam alterar o patrimônio das entidades. Nesse aspecto, o corpo discente do curso poderá observar que o modelo atende aos interesses dos acionistas e demais interessados nas empresas: investidores, credores, clientes, fornecedores, governos, empregados e comunidade em geral.

O modelo também fornece aos gestores das entidades informações para avaliação do desempenho da gestão ambiental.

Inicialmente é apresentado um formato para o plano de contas das empresas, contemplando as contas necessárias para o detalhamento das transações que envolvam o meio ambiente. A seguir, apresenta-se um modelo do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, segregando os itens ambientais. É proposto também um modelo de balanço ambiental. No Apêndice B, o modelo é utilizado nas demonstrações contábeis de empresas do setor siderúrgico.

Plano de contas

Um plano de contas é o elenco de todas as contas utilizadas pela Contabilidade das empresas para a escrituração contábil. Deve captar todas as operações da entidade de forma detalhada quanto possível.

Um plano de contas bem elaborado permite que os dados registrados se transformem em informações. Essas informações podem estar tanto nos Demonstrativos Contábeis, principalmente no balanço patrimonial e na demonstração de resultado do exercício, como também em relatórios específicos para a administração.

As contas contábeis são divididas em dois grupos:

- Contas patrimoniais – como o próprio nome diz são representações gráficas dos elementos patrimoniais, que permitem registrar e controlar suas mutações. Essas contas estão registradas no balanço patrimonial, exemplos: conta caixa, conta estoques, conta imóveis, conta fornecedores, contas a pagar etc.;
- Contas de resultado – são representações gráficas das contas que formam o resultado (lucro ou prejuízo) da empresa. Essas contas estão registradas no demonstrativo de resultado do exercício, exemplos: receita de vendas, receita de serviços, custo das mercadorias vendidas, despesas administrativas, equivalência patrimonial e outras.

A seguir, é apresentado um modelo simplificado de plano de contas, destacando-se as contas pertinentes aos eventos de natureza ambiental. O docente responsável deve salientar que cada empresa, em função da complexidade de suas operações, deverá adequar o plano de contas, de acordo com as suas necessidades, podendo abrir quantos subgrupos desejar. No entanto, deverá ser de simples utilização.

O plano de contas poderia ter a seguinte estrutura:

- PLANO DE CONTAS

(As contas referentes aos eventos de natureza ambiental estão destacadas em negrito)

CONTAS PATRIMONIAIS

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Disponível

Caixa

Bancos conta movimento

Aplicações financeiras

Clientes

Duplicatas a receber de clientes

Duplicatas a receber de clientes de resíduos ambientais

(-) Duplicatas descontadas

(-) Provisão para devedores duvidosos

Outras contas a receber

Empréstimos a receber

Adiantamento a funcionários

Impostos a recuperar

Estoques

Produtos acabados

Produtos em elaboração

Matérias-primas

Materiais de consumo

Insumos ambientais

(-) Provisão para perda no estoque

Despesas antecipadas

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Clientes

Contas a receber

Depósitos judiciais

Despesas antecipadas

Empréstimos a Diretores

Empréstimos a empresas controladas/coligadas

INVESTIMENTOS

Participações em controladas/coligadas

Participações em outras empresas

Outros investimentos

(-) Provisão para perda em investimento

IMOBILIZADO

Terrenos

Imóveis

Instalações

Máquinas e equipamentos

Móveis e utensílios

Veículos

Bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental

(-) Depreciações acumuladas

Imóveis

Instalações

Máquinas e equipamentos

Móveis e utensílios

Veículos

Bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental (incluindo o valor das perdas aceleradas em função da exposição à poluição)

INTANGÍVEL

Marcas e patentes

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Fornecedores de insumos ambientais

Contas a pagar

Contas ambientais a pagar

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental

Salários e encargos a pagar

Salários e encargos a pagar da mão-de-obra para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental

Taxas, contribuições e honorários de profissionais especializados relacionados com a área ambiental

Impostos a pagar

Multas a pagar por falhas operacionais e acidentes ambientais

Indenizações a pagar por falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição

Provisões

Provisão para férias

Provisão para 13º. salário

Provisões para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental

Provisão para férias da mão-de-obra para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental

Provisão para 13º. salário da mão-de-obra para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental

Outras provisões, conforme Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento das empresas

Dividendos a pagar

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Fornecedores

Fornecedores de insumos ambientais

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental

Empréstimos de empresas controladas/coligadas

Obrigações fiscais

Contas a pagar

Multas por falhas operacionais e acidentes ambientais

Indenizações por falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição

Provisões para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental

Provisões, conforme Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento das empresas

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Receitas antecipadas

Custos e despesas correspondentes

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Capital subscrito

(-) Capital a integralizar

Reservas

De capital

De reavaliação

Legal

Estatutária

Para contingências

Lucros (prejuízos) acumulados

Lucros (prejuízos) exercícios anteriores

Lucros (prejuízos) exercício corrente

CONTAS DE RESULTADO

Receita operacional bruta

Vendas canceladas/devoluções

Impostos sobre vendas e serviços

Receita operacional líquida

Custo dos produtos vendidos (exceto ambientais)

Custo das mercadorias vendidas (exceto ambientais)

Custo dos serviços prestados (exceto ambientais)

Custos ambientais

Custo dos insumos para controle, preservação e proteção ambiental

Custo das utilidades consumidas para controle, preservação e proteção ambiental

Custo da mão-de-obra para controle, preservação e proteção ambiental

Recuperação de custos – venda de resíduos ambientais

Despesas operacionais

Despesas com vendas

Despesas gerais e administrativas

Mão-de-obra para controle, preservação e proteção ambiental

Provisões para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental

Taxas, contribuições e honorários de profissionais especializados relacionados com a área ambiental

Receitas e despesas financeiras

Despesas financeiras para controle, preservação e proteção ambiental

Outras receitas e despesas operacionais

Resultado não operacional

Receitas de vendas de bens imobilizados

Baixa de bens imobilizados

Multas por falhas operacionais e acidentes ambientais

Indenizações por falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição

Provisão para imposto de renda e CSL

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONTAS REFERENTES AOS EVENTOS DE NATUREZA AMBIENTAL

A seguir, no Quadro 9, é comentada a origem de cada conta ambiental que consta no modelo sugerido para o plano de contas.

Quadro 9 – Plano de contas: origem das contas de eventos de natureza ambiental

Conta	Origem
Duplicatas a receber de clientes de resíduos ambientais.	Venda a prazo de subprodutos gerados no processo de produção.
Estoque de insumos ambientais.	Estoque de materiais e suprimentos utilizados na manutenção e operação dos equipamentos de combate à poluição.
Bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.	Custo de aquisição das máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados no processo de produção das empresas com a finalidade de proteger, controlar, preservar e recuperar o meio ambiente.
Depreciação acumulada dos bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental (incluindo o valor das perdas aceleradas em função da exposição à poluição).	Diminuição de valor devido a desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência das máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados no processo de produção das empresas com a finalidade de

	proteger, controlar, preservar e recuperar o meio ambiente.
Fornecedores de insumos ambientais.	Registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra a prazo de materiais e suprimentos utilizados na manutenção e operação dos equipamentos de combate à poluição.
Contas ambientais a pagar.	Outras obrigações da empresa com terceiros não incluídas no grupo de fornecedores, tais como: água, energia elétrica, telefone, aluguel, etc. utilizados na manutenção e operação dos equipamentos de combate à poluição.
Empréstimos e financiamentos para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.	Obrigações junto a instituições financeiras do país e do exterior, cujos recursos podem estar destinados tanto para financiar immobilizações como para capital de giro, com a finalidade de proteger, controlar, preservar e recuperar o meio ambiente.
Salários e encargos a pagar da mão-de-obra para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental. Taxas, contribuições e honorários de profissionais especializados relacionados com a área ambiental.	Gastos com a mão-de-obra própria e com honorários profissionais de terceiros para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.
Multas a pagar por falhas operacionais e acidentes ambientais.	Obrigações junto ao Governo relativas às infrações da legislação ambiental.
Indenizações a pagar por falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição.	Perda para a empresa em decorrência de infrações, reclamações, pedidos de reembolso etc. referentes a falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição.
Provisão para férias e 13.º da mão-de-obra para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.	Provisão dos gastos com a mão-de-obra própria para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.
Outras provisões, conforme Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento das empresas.	Provisão de gastos para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental de acordo com exigências legais.
Fornecedores de insumos ambientais.	Registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra a prazo de materiais e

	suprimentos utilizados na manutenção e operação dos equipamentos de combate à poluição.
Empréstimos e financiamentos para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.	Obrigações junto a instituições financeiras do país e do exterior, cujos recursos podem estar destinados tanto para financiar immobilizações como para capital de giro, com a finalidade de proteger, controlar, preservar e recuperar o meio ambiente.
Multas a pagar por falhas operacionais e acidentes ambientais.	Obrigações junto ao Governo relativas às infrações da legislação ambiental.
Indenizações a pagar por falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição.	Perda para a empresa em decorrência de infrações, reclamações, pedidos de reembolso etc. referentes a falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição.
Provisões, conforme Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento das empresas.	Provisão de gastos para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental de acordo com exigências legais.
Custo dos insumos para controle, preservação e proteção ambiental.	Valor dos gastos incorridos com materiais e suprimentos utilizados na manutenção e operação dos equipamentos de combate à poluição, correspondente às receitas de vendas operacionais reconhecidas no mesmo período.
Custo das utilidades consumidas para controle, preservação e proteção ambiental.	Valor dos gastos incorridos com água, energia elétrica, óleos, etc. utilizados na manutenção e operação dos equipamentos de combate à poluição, correspondente às receitas de vendas operacionais reconhecidas no mesmo período.
Custo da mão-de-obra para controle, preservação e proteção ambiental.	Valor dos gastos com salários, encargos e benefícios do pessoal próprio para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental, correspondente às receitas de vendas operacionais reconhecidas no mesmo período.
Recuperação de custos – venda de resíduos ambientais.	Conta credora referente ao valor da receita obtida com as vendas de sucatas e aparas ou de subprodutos oriundos do processo produtivo da empresa.

Mão-de-obra para controle, preservação e proteção ambiental.	Valor dos gastos incorridos com salários, encargos e benefícios do pessoal próprio para a gestão ambiental.
Provisões para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.	Valor a débito de despesas referente as provisões, conforme Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento das empresas.
Taxas, contribuições e honorários de profissionais especializados relacionados com a área ambiental.	Valor dos gastos incorridos com honorários profissionais de terceiros para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.
Despesas financeiras para controle, preservação e proteção ambiental.	Montante de juros, atualização monetária pré-fixada e outros tipos de despesas referentes aos empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras do país e do exterior, cujos recursos podem estar destinados tanto para financiar immobilizações como para capital de giro, com a finalidade de proteger, controlar, preservar e recuperar o meio ambiente.
Multas por falhas operacionais e acidentes ambientais.	Valor referente às obrigações junto ao Governo relativas às infrações da legislação ambiental.
Indenizações por falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição.	Montante da perda para a empresa em decorrência de infrações, reclamações, pedidos de reembolso etc. referentes a falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição.

Fonte: elaborado pelo pesquisador

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Anualmente, na data de encerramento do exercício social, as empresas de capital aberto preparam, para efeitos legais e para apresentação aos usuários interessados, um conjunto de demonstrativos chamado de demonstrações financeiras ou contábeis.

As demonstrações básicas englobam as seguintes peças contábeis:

- Balanço Patrimonial.
- Demonstração de Resultado do Exercício.
- Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- Demonstração do Valor Adicionado.
- Relatório da administração.
- Notas explicativas às demonstrações contábeis.
- Parecer de auditoria independente.

Neste modelo conceitual, serão enfocados o balanço patrimonial e a demonstração de resultado.

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial tem o objetivo de demonstrar, de forma padronizada e ordenada, a posição dos bens e direitos (ativo), das dívidas e obrigações (passivo) e do patrimônio líquido de uma entidade, num determinado momento. Em Iudicibus e Marion (2000, p.189) encontra-se:

O Conselho Federal de Contabilidade dedicou a NBC-T-3 ao tratamento e estruturação das demonstrações contábeis, em geral. A NBC-T-3-1 trata de disposições gerais sobre demonstrações contábeis e NBC-T-3-2 trata, especificamente do balanço patrimonial, [...] os conceitos e definições expedidos estão em linha, de maneira geral, com a lei das sociedades por ações. Entretanto, adicionalmente a esta, a NBC conceitua balanço patrimonial, como a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade.

Na verdade, pode-se afirmar que o balanço patrimonial representa uma “fotografia” da empresa em determinada data, “revelada” em valores monetários.

Conforme o art. 178 da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.) “as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da companhia”.

Com o objetivo de permitir aos analistas de balanço uma adequada análise e interpretação da situação patrimonial e financeira de uma empresa, a referida lei, através dos seus artigos 178 e 179, definiu que a ordem das contas do ativo deve obedecer a um critério decrescente de liquidez e que as contas do passivo seguirão ordem decrescente de exigibilidade.

Portanto, no ativo serão apresentadas em primeiro lugar as contas mais rapidamente conversíveis em dinheiro: caixa, bancos, duplicatas a receber, estoques etc. E no passivo, serão classificadas primeiramente as contas com exigibilidade mais imediata: fornecedores, empréstimos bancários, impostos a pagar, salários a pagar etc.

A partir do balanço patrimonial, conforme as alterações promovidas pela Lei nº 11.638 de 2007, no Quadro 10, é apresentado um modelo com a segregação dos itens ambientais.

Quadro 10 – Modelo de balanço patrimonial segregando os itens ambientais

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
Caixa	Fornecedores
Banco conta movimento	Empréstimos e financiamentos
Aplicação financeira	Contas a pagar
Clientes	Salários a pagar
Clientes de resíduos ambientais	Impostos a pagar
Outras contas a receber	PASSIVOS AMBIENTAIS
Estoques	Fornecedores
Estoques de insumos ambientais	Empréstimos e financiamentos
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Contas a pagar
Clientes	Salários a pagar
Empréstimos a empresas do grupo	Taxas, contribuições e honorários
	Multas a pagar
	Indenizações a pagar
	Provisões
INVESTIMENTO	
Participação em outras empresas	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
IMOBILIZADO	Fornecedores
Máquinas e equipamentos	Financiamentos
Móveis e utensílios	PASSIVOS AMBIENTAIS
Veículos	Fornecedores
Imóveis	Empréstimos e financiamentos
Computadores	Multas a pagar
Bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental	Indenizações a pagar
Terrenos	Provisões
(-) Depreciação acumulada	
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Capital
	Reservas
	Lucros/(prejuízos) acumulados
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Fonte: elaborado pelo pesquisador

A análise das demonstrações contábeis, de acordo com Martins e Assaf Neto (1993, p. 234). “constitui-se num dos estudos mais importantes da administração financeira e desperta

enorme interesse tanto para os administradores internos da empresa, como para os diversos segmentos de analistas externos”.

Os autores (ibid., p. 234), descrevendo os interesses dos analistas nas demonstrações contábeis, afirmam que:

Para o administrador interno da empresa, a análise visa basicamente a uma avaliação de seu desempenho geral, notadamente como forma de identificar os resultados retrospectivos e prospectivos das diversas decisões financeiras tomadas. O analista externo, por sua vez, apresenta objetivos mais específicos com relação à avaliação do desempenho da empresa, os quais variam seja sua posição de credor ou investidor.

Além dos interessados relatados pelos autores, acrescentam-se os interesses dos empregados, ditos colaboradores da empresa, dos níveis de governo, da comunidade em geral.

As empresas que se utilizarem do modelo proposto de balanço patrimonial fornecerão aos interessados informações detalhadas sobre o tratamento dado às questões ambientais. Desse modo, propiciarão aos analistas as condições para que esses possam formular julgamentos sobre as ações ambientais praticadas.

O modelo proposto propicia a construção de alguns indicadores voltados ao meio ambiente. Segnestam apud Paiva (2003, p. 133) define os indicadores como quantificadores e simplificadores de informações, de modo que facilitem o entendimento dos problemas ambientais, tanto pelos tomadores de decisão, como pelo público externo.

A seguir, no Quadro 11, são apresentados exemplos de indicadores que podem ser elaborados a partir do modelo ora apresentado. Foram adaptados dos índices descritos por Paiva (2003, p. 136):

Quadro 11 - Exemplos de eco indicadores contábeis

Indicador	Formulação	Relação causal	Reflexo
Investimentos ambientais	Investimentos Ambientais dividido pelo Ativo total	Indica a proporção entre ativos ambientais adquiridos e os ativos totais da empresa.	Reflete o posicionamento da empresa frente à questão ambiental, de forma ampla
Investimentos ambientais operacionais	Investimentos Ambientais dividido pelo Ativo imobilizado	Indica a proporção entre ativos ambientais adquiridos e seu parque industrial.	Reflete o posicionamento da empresa frente à questão ambiental, de forma restrita.

Fonte: adaptado de Paiva (2003, p. 136)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A demonstração do resultado do exercício tem o objetivo de demonstrar de forma ordenada e padronizada as receitas realizadas e as despesas incorridas durante o exercício, que resultam em lucro ou prejuízo líquido. Em Iudicibus e Marion (2000, p. 201), encontra-se o conceito emanado da NBC-T-3-3 da demonstração do resultado:

A demonstração do resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade. A demonstração do resultado, observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.

Dentre muitas finalidades do demonstrativo de resultado, podem-se citar como as mais importantes:

- Os acionistas e quotistas são informados sobre os resultados das operações.
- Os bancos podem apurar, através dele, a rentabilidade das empresas para atender aos financiamentos solicitados pelas mesmas.
- Interessa aos investidores de ações e debêntures.
- Aos próprios administradores para medirem suas eficiências e, quando necessário, alterarem a política dos negócios da empresa, como, por exemplo, alteração de preços, aumento da produção, expansão da propaganda etc.

Tomando por base a demonstração do resultado do exercício determinada na Lei nº 11.638 de 2007, segue um modelo, conforme Quadro 12, com a segregação dos itens ambientais.

Quadro 12 - Modelo Demonstração de Resultado do Exercício

Receita bruta de vendas e serviços operacionais
(-) Vendas canceladas/devoluções
(-) Impostos sobre vendas e serviços
Receita líquida operacional
(-) Custo dos produtos e serviços operacionais
(-) Custos ambientais
Custo dos insumos para controle, preservação e proteção ambiental
Custo das utilidades consumidas para controle, preservação e proteção ambiental
Custo da mão-de-obra para controle, preservação e proteção ambiental
(+) Recuperação de custos – venda de resíduos ambientais
Lucro bruto
(-) Despesas/receitas operacionais
Despesas com vendas
Despesas gerais e administrativas

Mão-de-obra para controle, preservação e proteção ambiental
Provisões para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental
Taxas, contribuições e honorários de profissionais especializados relacionados com a área ambiental
(-) Despesas/receitas financeiras
Despesas financeiras para controle, preservação e proteção ambiental
(-) Outras despesas e receitas operacionais
Lucro operacional
(+) Receitas de vendas de bens imobilizados
(-) Baixa de bens imobilizados
(-) Multas por falhas operacionais e acidentes ambientais
(-) Indenizações por falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição
Lucro antes do Imposto de renda e CSL
(-) Provisão para imposto de renda e CSL
Lucro líquido do exercício

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Em relação à demonstração do resultado proposta, também podem-se elaborar alguns indicadores, conforme Paiva (2003, p. 136) apresenta:

Quadro 13 - Exemplos de eco indicadores contábeis – demonstração do resultado

Indicador	Formulação	Relação causal	Reflexo
Custos ambientais operacionais	Custos Ambientais dividido pelas Receitas operacionais	Indica o quanto os custos ambientais apropriados no período representam das receitas operacionais.	Demonstra os investimentos da empresa na qualidade ambiental de seus produtos e como essa relação pode afetar seu resultado.
Despesas ambientais e as operações	Despesas Ambientais dividido pelas Receitas operacionais	Demonstra o quanto foi consumido de despesas, favorecendo o meio ambiente na geração de receitas operacionais.	Revela a relação entre a conscientização ambiental da empresa e suas atividades de comercialização.

Fonte: adaptado de Paiva (2003, p. 136)

BALANÇO AMBIENTAL

Ao longo do curso é importante ressaltar aos alunos que a evidenciação dos eventos econômico-financeiro-ambientais não necessita se restringir aos padrões das demonstrações

contábeis. Algumas empresas elaboram relatórios à parte para divulgar os resultados obtidos pelos esforços da companhia na contenção de danos ao meio ambiente.

A seguir, no Quadro 14, é desenvolvido um relatório a partir de modelos já utilizados por algumas empresas:

Quadro 14 - Modelo Balanço Ambiental

BALANÇO AMBIENTAL	VALOR
1. INVESTIMENTOS	
Aquisição de insumos ambientais ainda não consumidos	
Aquisição de imobilizado	
TOTAL DOS ATIVOS	
2. CUSTOS OPERACIONAIS	
Despesas com pessoal	
Insumos consumidos para redução dos impactos ambientais	
Termos de ajustamento de conduta (TAC)	
.....	
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	
3. ECONOMIA DE CUSTOS	
Economia de energia elétrica	
Economia em transportes	
Economia em matérias-primas	
.....	
.....	
ECONOMIA TOTAL	

Fonte: elaborado pelo pesquisador

O balanço ambiental não necessita se ater apenas aos dados financeiros, podendo também apresentar dados de natureza física, como apresentado no Quadro 15:

Quadro 15 – Modelo Balanço Ambiental – Físico

BALANÇO AMBIENTAL FÍSICO	
Quantidade produzida do resíduo X no mês	
Quantidade produzida do resíduo X – meta para o mês	
Quantidade produzida do resíduo X – permissão pela legislação ambiental	
Quantidade produzida do resíduo Y no mês	
Quantidade produzida do resíduo Y – meta para o mês	
Quantidade produzida do resíduo Y – permissão pela legislação ambiental	
..... e assim para os demais resíduos	

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Os professores podem destacar aos alunos do curso que a empresa pode utilizar este balanço para auxiliar na gestão ambiental. Nesse sentido, sugere-se a nomeação de um coordenador junto a uma equipe formada por elementos das várias unidades da empresa. Essa equipe identificará os resíduos que são gerados e elaborará um plano para o destino desses resíduos.

O corpo docente pode trabalhar com os alunos outros indicadores de desempenho ambiental que são encontrados no *site* <http://www.globalreporting.org>, da *Global Reporting Initiative* (GRI). Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios é um acordo internacional, criado com uma visão de longo prazo, cuja missão é elaborar e difundir as diretrizes para organização de relatórios de sustentabilidade aplicáveis global e voluntariamente pelas organizações.

No apêndice B “Utilizando o modelo conceitual”, o modelo é aplicado em uma indústria do setor siderúrgico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – APÊNDICE A

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 2 Ago. 2014.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade.** Para o nível de graduação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, E.; ASSAF NETO, A. **Administração financeira.** As finanças das empresas sob condições inflacionárias. São Paulo: Atlas, 1993.

PAIVA, P. R. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICE B – Utilizando o Modelo Conceitual para Evidenciação dos Aspectos Econômico-financeiros dos Eventos de Natureza Ambiental

Para a aplicação prática do modelo aqui apresentado, seria necessário obter as informações exigidas pelo modelo, junto às empresas siderúrgicas do país, porém estas não fornecem informações de natureza econômico-financeira, a não ser aquelas divulgadas por meio Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e das Informações Anuais (IAN).

Então, o pesquisador utilizou seu conhecimento sobre siderurgia para aplicação prática do modelo. Foram elaborados os quadros que se seguem, apresentando informações que permitem visualizar a aplicação prática do modelo na indústria siderúrgica, de modo a evidenciar os eventos ambientais nas demonstrações contábeis.

Nos Quadros 16, 17, 18 e 19, são apresentadas as origens das contas ambientais referentes ao balanço patrimonial. Os Quadros 20 e 21 mostram as informações da demonstração do resultado do exercício.

O Quadro 22, por sua vez, apresenta informações demonstrando a aplicação prática do modelo de balanço ambiental na indústria siderúrgica.

Quadro 16 – Itens ambientais do ativo circulante na indústria siderúrgica

Contas do ativo circulante	Origem
Duplicatas a receber de clientes de resíduos ambientais.	Valor do saldo de duplicatas a receber das vendas de escórias, pós, lamas, carepas e outros resíduos gerados no processo de produção.
Estoques de insumos ambientais.	Valor do estoque de materiais e suprimentos aplicados nos equipamentos de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental, tais como: • Mangas, gaiolas, rolamentos, mancais utilizados no despoeiramento da casa de silos de carregamento de sinter e coque no alto-forno. • Mangas, gaiolas, rolamentos, mancais aplicados nas casas de corrida do alto forno.

	• Raspadores, lâminas, telhas e mesas de impacto usados nas correias transportadoras de minérios. • Selo lateral de porta, corpo de porta LD, corpo de porta LC e tampa portinhola utilizados nas baterias de coque.
--	---

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro 17 – Itens ambientais do ativo permanente na indústria siderúrgica

Contas do ativo permanente	Origem
Bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.	Custo de aquisição e instalação dos equipamentos de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental, tais como: • Altoforno: despoeiramento das casas de corridas e do topo, despoeiramento da casa de silos, estação de tratamento de lama. • Coqueria: despoeiramento do desenformamento da bateria de coque, máquina enformadora selada. • Carboquímicos: sistema de destruição de amônia, sistema de tratamento biológico; • Aciaria: despoeiramento secundário dos conversores, despoeiramento primário dos conversores, despoeiramento do basculamento de gusa. • Lingotamento contínuo: precipitador eletrostático para escarfagem, sistema de tratamento de água para poço de carepa. • Laminação: precipitador eletrostático para escarfagem, sistema de tratamento de água para poços de carepa, sistema de tratamento de águas oleosas, sistema de tratamento de águas ácidas.
Depreciação acumulada dos bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental (incluindo o valor das perdas aceleradas em função da exposição à poluição).	Diminuição de valor devido a desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência dos equipamentos utilizados no alto forno, na coqueria, na aciaria e nas laminações para proteger, controlar, preservar e recuperar o meio ambiente.

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro 18 - Itens ambientais do passivo circulante na indústria siderúrgica

Contas do passivo circulante	Origem
Fornecedores ambientais a pagar.	Saldo de duplicatas a pagar das compras de materiais, tais como os itens citados anteriormente: • Mangas, gaiolas, rolamentos, mancais aplicados no despoeiramento da casa de silos de carregamento de sinter e coque no altoforno. • Mangas, gaiolas, rolamentos, mancais aplicados nas casas de corrida do altoforno. • Raspadores, lâminas, telhas e mesas de impacto aplicados nas correias transportadoras de minérios.
Contas ambientais a pagar.	Saldo de outras obrigações das empresas siderúrgicas com terceiros não incluídas no grupo de fornecedores, tais como: água, energia elétrica, telefone, aluguel, etc. utilizados na manutenção e operação dos equipamentos de combate à poluição.
Empréstimos e financiamentos para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.	Saldo das obrigações a pagar junto a instituições financeiras do país e do exterior, referentes ao financiamento de imobilizações e de capital de giro, com a finalidade de proteger, controlar, preservar e recuperar o meio ambiente. Um exemplo típico é a captação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
Salários e encargos a pagar da mão-de-obra para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.	Saldo a pagar com mão-de-obra própria aplicada na proteção, controle, preservação e recuperação ambiental. Nesse item, por exemplo, estão os gastos com pessoal encarregado da operação e manutenção do despoeiramento da casa de silos e nas casas de corrida do altoforno.
Taxas, contribuições e honorários de profissionais especializados relacionados com a área ambiental.	Saldo a pagar dos gastos com mão-de-obra de terceiros aplicados, por exemplo, na umectação de vias e pátios de estocagem de minérios e carvões; plantio e manutenção dos cinturões verdes no entorno das áreas de produção da redução, da aciaria, das laminações.
Multas a pagar por falhas operacionais e acidentes ambientais.	Saldo a pagar das obrigações junto ao Governo relativas às infrações da legislação ambiental, como por exemplo, o valor referente a multa aplicada pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), baseada na infração de lançamento de efluentes líquidos industriais pelo Sistema de Tratamento de Águas Ácidas das Unidades de Laminação no corpo receptor, em desacordo com a legislação.
Indenizações a pagar por falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição.	Valor a pagar referente a perda para a empresa em decorrência de infrações, reclamações, pedidos de reembolso etc. referentes a falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição. Um bom exemplo nesse caso é o pagamento de indenização aos empregados contaminados por vazamento de gases.
Provisão para férias e 13.º da mão-de-obra para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.	Provisão dos gastos com a mão-de-obra própria para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental. Nesse item, por exemplo, estão os gastos com pessoal encarregado da operação e manutenção do

	despoeiramento da casa de silos e nas casas de corrida do alto forno.
Outras provisões, conforme Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento das empresas.	Provisão de gastos para tratamento dos efluentes líquidos a fim de remover os poluentes, através de processos físicos, químicos e biológicos.

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro 19 - Itens ambientais do passivo não circulante na indústria siderúrgica

Contas do passivo não circulante	Origem
Fornecedores ambientais a pagar.	Valor do saldo de duplicatas a pagar das compras dos materiais e suprimentos aplicados nos equipamentos de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental, dos quais se podem enumerar os itens citados anteriormente: • Mangas, gaiolas, rolamentos, mancais aplicados no despoeiramento da casa de silos de carregamento de sinter e coque no alto-forno. • Mangas, gaiolas, rolamentos, mancais aplicados nas casas de corrida do alto-forno. • Raspadores, lâminas, telhas e mesas de impacto aplicados nas correias transportadoras de minérios.
Empréstimos e financiamentos para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.	Saldo das obrigações a pagar junto a instituições financeiras do país e do exterior, referentes ao financiamento de imobilizações e de capital de giro, com a finalidade de proteger, controlar, preservar e recuperar o meio ambiente. Um exemplo típico é, como citado anteriormente, a captação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
Multas a pagar por falhas operacionais e acidentes ambientais.	Saldo a pagar das obrigações junto ao Governo relativas às infrações da legislação ambiental, como por exemplo, o valor referente a multa aplicada pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), baseada na infração de lançamento de efluentes líquidos industriais pelo Sistema de Tratamento de Águas Ácidas das Unidades de Laminação no corpo receptor, em desacordo com a legislação.
Indenizações a pagar por falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição.	Valor a pagar referente a perda para a empresa em decorrência de infrações, reclamações, pedidos de reembolso etc. referentes a falhas operacionais; acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição. Um bom exemplo nesse caso é o pagamento de indenização aos empregados contaminados por vazamento de gases.
Provisões, conforme Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela	Provisão de gastos para instalação de filtros de manga, precipitadores eletrostáticos e lavadores a fim de controlar as emissões atmosféricas.

autorização de instalação e funcionamento das empresas.

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro 20 - Itens de custos ambientais da demonstração do resultado na indústria siderúrgica

Contas de custo do resultado	Origem
Custo dos insumos para controle, preservação e proteção ambiental.	Gastos incorridos com materiais e suprimentos utilizados no combate à poluição, correspondente às receitas de vendas operacionais reconhecidas no mesmo período, tais como: • Mangas, gaiolas, rolamentos, mancais aplicados no despoeiramento da casa de silos de carregamento de sinter e coque no alto-forno. • Mangas, gaiolas, rolamentos, mancais aplicados nas casas de corrida do alto-forno. • Raspadores, lâminas, telhas e mesas de impacto aplicados nas correias transportadoras de minérios.
Custo das utilidades consumidas para controle, preservação e proteção ambiental.	Gastos incorridos com água, energia elétrica, óleos, etc. utilizados na manutenção e operação dos equipamentos de combate à poluição.
Custo da mão-de-obra para controle, preservação e proteção ambiental.	Gastos com salários, encargos e benefícios do pessoal próprio para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental, tais como pessoal encarregado da operação e manutenção do despoeiramento da casa de silos e nas casas de corrida do altoforno.
Recuperação de custos – venda de resíduos ambientais.	Valor da receita obtida com as vendas de escórias, pós, lamas, carepas e outros resíduos gerados no processo de produção.

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro 21 - Itens de despesas ambientais da demonstração do resultado na indústria siderúrgica

Contas de despesa do resultado	Origem
Mão-de-obra para controle, preservação e proteção ambiental.	Valor dos gastos com salários, encargos e benefícios do pessoal próprio para gerenciamento da proteção, controle, preservação e recuperação ambiental, tais como os gastos com pessoal envolvido na gestão do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).
Provisões para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.	Valor a débito de despesas referente as provisões, conforme Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento das empresas.
Taxas, contribuições e honorários de profissionais especializados relacionados com a área ambiental.	Valor dos gastos incorridos com honorários profissionais de terceiros para proteção, controle, preservação e recuperação ambiental, tais como, os gastos incorridos para a umectação de vias e pátios de estocagem de minérios e carvões; o plantio e manutenção dos cinturões verdes no entorno das áreas de produção da redução, da aciaria, das laminações.
Despesas financeiras para controle, preservação e proteção ambiental.	Montante de juros, atualização monetária pré-fixada e outros tipos de despesas referentes aos empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras do país e do exterior, para financiar as imobilizações e o capital de giro, com a finalidade de proteger, controlar, preservar e recuperar o meio ambiente, tais como a captação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
Multas por falhas operacionais e acidentes ambientais.	Valor referente às obrigações junto ao Governo relativas às infrações da legislação ambiental, como multa aplicada pela (CETESB), baseada na infração de lançamento de efluentes líquidos industriais oriunda da unidade Carboquímica no corpo de água receptor, em desacordo com a legislação.

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro 22 - Balanço Ambiental na indústria siderúrgica

BALANÇO AMBIENTAL FÍSICO	
Quantidade produzida de borras oleosas no mês	
Quantidade produzida de borras oleosas – meta para o mês	
Quantidade produzida de borras oleosas – permissão pela legislação ambiental	
Quantidade produzida de borras ácidas no mês	
Quantidade produzida de borras ácidas – meta para o mês	
Quantidade produzida de borras ácidas – permissão pela legislação ambiental	
Quantidade produzida de escórias no mês	
Quantidade produzida de escórias – meta para o mês	
Quantidade produzida de escórias – permissão pela legislação ambiental	
Quantidade produzida de pós e lamas no mês	
Quantidade produzida de pós e lamas – meta para o mês	
Quantidade produzida de pós e lamas – permissão pela legislação ambiental	
Quantidade produzida de carepas no mês	
Quantidade produzida de carepas – meta para o mês	
Quantidade produzida de carepas – permissão pela legislação ambiental	

Fonte: elaborado pelo pesquisador

A partir da aplicação desse modelo, consegue-se visualizar o posicionamento da empresa do setor siderúrgico em suas ações com o meio ambiente, permitindo o acompanhamento de sua política ambiental. Podem-se, ainda, gerar indicadores específicos que detalhem as formas pelas quais as siderúrgicas efetuam seus gastos ambientais.

Mediante à análise dos dados desse modelo em uma série histórica, torna-se possível antever seu comportamento e ações futuras, caracterizando o valor preditivo do modelo proposto.

Assim, as informações do modelo proposto poderão ser divulgadas nas demonstrações contábeis, fazendo parte do relatório da administração, em notas explicativas ou ainda como parte dos quadros e tabelas complementares.

APÊNDICE C – Questionário utilizado com os professores

1. Dados sobre o respondente

- a) Qual a sua formação; quando e onde se formou? (Graduação, pós-graduação).
- b) Há quanto tempo é professor de ensino superior?
- c) Trabalha na IES desde quando?
- d) Quais disciplinas que leciona no curso de Ciências Contábeis?

2. Dados sobre as disciplinas

- a) Você trabalha com questões ambientais, (com a chamada “temática ambiental”) nas disciplinas sob sua responsabilidade? Desde quando?
- b) Por que você trabalha com questões ambientais nessas disciplinas? / Por que não trabalha com essas temáticas?

Observações:

- Se responder não à questão anterior, responda apenas as questões 3 e 4.
 - As perguntas abaixo só devem ser respondidas por aqueles que trabalham com a temática ambiental. Responder também as questões 3 e 4.
- c) Quais temas/assuntos são abordados quando você trabalha com essa temática?
 - d) Por que você escolheu esses temas/assuntos para serem trabalhados?
 - e) Como os alunos têm se manifestado (interesse/desinteresse) quando as questões relativas à temática ambiental são trabalhadas nesses cursos?
 - f) Quais autores/correntes são utilizados?
 - g) Quais recursos didático-pedagógicos você utiliza para trabalhar as questões relativas à temática ambiental?
 - h) Você costuma fazer avaliação da aprendizagem junto aos alunos quando você trabalha com questões ambientais nas disciplinas? Que instrumento de avaliação você utiliza?
3. Em sua opinião, as questões relativas à temática ambiental podem contribuir para quais disciplinas? Por quê?
4. Em sua opinião, a temática ambiental é importante na formação do profissional de Ciências Contábeis? Por quê?

APÊNDICE D – Questionário utilizado com os alunos

1. Dados sobre o respondente

a) Nome:

b) Idade:

c) Gênero:

d) Endereço:

e) Telefone:

f) Celular:

2. Descreva os assuntos que foram trabalhados sobre as questões ambientais, (com a chamada “temática ambiental”) nas disciplinas relacionadas abaixo:

- Contabilidade Atuarial I e II.
- Análise das Demonstrações contábeis
- Perícia Contábil
- Teoria Geral de Administração I e II
- Estatística
- Teorias da Administração
- Contabilidade Internacional
- Auditoria I

3. Em sua opinião, as questões relativas à temática ambiental podem contribuir para quais disciplinas? Por quê?

4. Em sua opinião, a temática ambiental é importante na formação do profissional de Ciências Contábeis? Por quê?

APÊNDICE E – Elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo dos Professores

2. Dados sobre as disciplinas

a) Você trabalha com questões ambientais, (com a chamada “temática ambiental”) nas disciplinas sob sua responsabilidade? Desde quando?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
P1 - Indiretamente, sim. Desde que iniciei no curso.	P1 - Indiretamente, sim.	Sim.	A
P2 - Na disciplina Análise das Demonstrações contábeis são abordadas definições sobre a contabilização e importância das contas do passivo ambiental, assim como na disciplina Perícia Contábil em são analisadas e avaliadas. As questões ambientais são abordadas de explicação sobre a natureza de contas do passivo (passivo ambientais) Sim, apresentando definições e conceitos das contas.	P2 - Sim, apresentando definições e conceitos das contas.	Sim.	A
P3 - Trabalho o conceito de Teoria de Sistemas que aborda o ambiente externo e suas interferências na empresa, o enfoque não é o ecológico mas aborda como os fatores ambientais agem e no conceito de adaptação da empresa a esses fatores.	P3 - Trabalho o conceito de Teoria de Sistemas que aborda o ambiente externo e suas interferências na empresa, o enfoque não é o ecológico mas aborda como fatores ambientais agem e no conceito de adaptação da empresa a esses fatores.	Sim.	A
P4 - Em alguns exercícios do conteúdo, iniciei no curso em 2013.	P4 - Em alguns exercícios do conteúdo, iniciei no curso em 2013.	Sim.	A

P5 - Não	P5 - Não	Não.	B
P6 - Não	P6 - Não	Não.	B
P7 - Não	P7 - Não	Não.	B
P8 - Não trabalho. Nunca imaginei que pudesse tratar do meio ambiente lecionando matemática.	P8 - Não trabalho.	Não.	B
P9 - Sim. Na disciplina Teorias da Administração as questões ambientais começam a ser discutidas na Escola Sistêmica da Administração no segundo semestre do curso.	P9 - Sim.	Sim.	A
P10 - Não	P10 - Não	Não.	B
P11 - Negativo	P11 - Negativo	Não.	B
P12 - A temática ambiental entra na disciplina de Contabilidade Internacional e Auditoria I, quando os assuntos Provisões passivas e Imobilizados são abordados em aula.	P12 - A temática ambiental entra na disciplina de Contabilidade Internacional e Auditoria I.	Sim.	A
P13 - Não trabalho com questões ambientais	P13 - Não trabalho com questões ambientais	Não.	B
P14 – Não respondeu	P14 – Não respondeu		
P15 - Sim, desde que ingressei no curso com a disciplina PHC, em 1992.	P15 – Sim, desde que ingressei no curso, em 1992.	P15 – Sim	A

Categorias

A – Sim, trabalho com as questões ambientais nas disciplinas sob minha responsabilidade

B – Não trabalho com as questões ambientais nas disciplinas sob minha responsabilidade

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

Categoria A – Sim, trabalho com as questões ambientais nas disciplinas sob minha responsabilidade:

Sim, desde que ingressei no curso com a disciplina PHC, em 1992. A temática ambiental entra na disciplina de Contabilidade Internacional e Auditoria I. Também entra apresentando definições e conceitos das contas. Trabalho ainda o conceito de Teoria de Sistemas que aborda o ambiente externo e suas interferências na empresa, o enfoque não é o ecológico mas aborda como fatores ambientais agem e no conceito de adaptação da empresa a esses fatores. Trabalho também em alguns exercícios do conteúdo.

B – Não trabalho com as questões ambientais nas disciplinas sob minha responsabilidade

Não trabalho com questões ambientais.

2. Dados sobre as disciplinas

b) Por que você trabalha com questões ambientais nessas disciplinas? / Por que não trabalha com essas temáticas?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
P1 - Porque a disciplina abrange Contabilidade de Seguros e evitar sinistros é preservar o meio ambiente e consequentemente o patrimônio da empresa, sobretudo quando diz respeito aos Seguros Elementares.	P1 - Porque a disciplina abrange Contabilidade de Seguros e evitar sinistros é preservar o meio ambiente.	Porque evitar sinistros é preservar o meio ambiente	A
P2 - As questões ambientais são comentadas como explicação da natureza das contas de passivos ambientais.	P2 - As questões ambientais são comentadas como explicação da natureza das contas de passivos ambientais.	Porque explica a natureza das contas de passivos ambientais.	A
P3 - As questões ambientais nesta disciplina fazem parte do programa do curso e do contexto da explicação da Teoria de Sistemas e da Teoria Contingencial, que a base do entendimento destes dois referenciais teóricos depende do conhecimento do	P3 - As questões ambientais nesta disciplina fazem parte do programa do curso e do contexto da explicação da Teoria de Sistemas e da Teoria Contingencial, que a base do entendimento destes dois referenciais teóricos depende do conhecimento do ambiente externo, mas não trato de questões exclusivamente ecológicas	Porque fazem parte do programa do curso.	A

ambiente externo, mas não trato de questões exclusivamente ecológicas que acredito seja o enfoque desta pesquisa.	que acredito seja o enfoque desta pesquisa.		
P4 - Porque é um dos eixos da Universidade	P4 - Porque é um dos eixos da Universidade	Porque é um dos eixos transversais da UniSantos	A
P5 - Não tenho um motivo específico para não trabalhar com o tema, talvez as matérias que ministro não guardam muita relação com o assunto.	P5 - Não tenho um motivo específico para não trabalhar com o tema, talvez as matérias que ministro não guardam muita relação com o assunto.	Não soube responder por que não trabalha com as temáticas.	C
P6 – Não respondeu	P6 – Não respondeu	Não respondeu	
P7 - Tendo em vista o conteúdo programático, a carga horária das disciplinas e respectivas especificidades, não foi pensado a inclusão da temática ambiental. Mas vale refletir a respeito para os próximos semestres.	P7 - Tendo em vista o conteúdo programático, a carga horária das disciplinas e respectivas especificidades, não foi pensado a inclusão da temática ambiental.	Porque a temática ambiental não foi incluída no plano de ensino.	B
P8 – Não respondeu.	P8 – Não respondeu.	Não respondeu	
P9 - A Teoria Sistemica da Administração introduz a natureza na cena das organizações. A empresa passa a ser vista como um organismo vivo, participante de um macro sistema cuja relação é de total interdependência.	P9 – A Teoria Sistemica da Administração introduz a natureza na cena das organizações. A empresa passa a ser vista como um organismo vivo, participante de um macro sistema cuja relação é de total interdependência.	Porque A Teoria Sistemica da Administração introduz a natureza na cena das organizações	A
P10 - Disciplinas técnicas ligadas diretamente a questão contábil/ planejamento	P10 - Disciplinas técnicas ligadas diretamente a questão contábil/ planejamento	Porque leciona disciplinas técnicas.	B
P11 - Não consta esta temática dentro da ementa programada para disciplinas que têm	P11 - Não consta esta temática dentro da ementa programada para disciplinas que têm um alto grau de	Porque não consta na ementa	B

um alto grau de conhecimento técnico base para formação e preparação para as demais disciplinas.	conhecimento técnico base para formação e preparação para as demais disciplinas.		
P12 - Pois está inserida no cotidiano das grandes companhias.	P12 - Pois está inserida no cotidiano das grandes companhias.	Porque está inserida no cotidiano das grandes companhias	D
P13 - Não trabalho por falta de elementos para quantificar tais assuntos.	P13 - Não trabalho por falta de elementos para quantificar tais assuntos.	Porque não há elementos para quantificar.	C
P14 – Trabalho com processo de gestão e a carga horária não permite se aprofundar na parte comportamental.	P14 –... A carga horária não permite se aprofundar na parte comportamental.	Porque há pouca carga horária	B
P15 - As questões ambientais são tratadas no conjunto da reflexão sobre a situação do homem contemporâneo, que é o objeto principal da disciplina PHC.	P15 - As questões ambientais são tratadas no conjunto da reflexão sobre a situação do homem contemporâneo, que é o objeto principal da disciplina PHC.	P15 - As questões ambientais são tratadas no conjunto da reflexão sobre a situação do homem contemporâneo, que é o objeto principal da disciplina PHC.	A

Categorias da pergunta:

A – Trabalho com questões ambientais porque fazem parte do currículo

B - Não trabalho com questões ambientais porque não fazem parte do currículo

C – Não sei dizer porque não trabalho com questões ambientais

D - Trabalho com questões ambientais porque estão inseridas no cotidiano das grandes companhias

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

A – Trabalho com questões ambientais porque fazem parte do currículo

Porque é um dos eixos da Universidade. As questões ambientais são comentadas como explicação da natureza das contas de passivos ambientais. Porque também abrange Contabilidade de Seguros e evitar

sinistros é preservar o meio ambiente. As questões ambientais nesta disciplina (Teoria Geral de Administração) fazem parte do programa do curso e do contexto da explicação da Teoria de Sistemas e da Teoria Contingencial, que a base do entendimento destes dois referenciais teóricos depende do conhecimento do ambiente externo, mas não trato de questões exclusivamente ecológicas que acredito seja o enfoque desta pesquisa. Já a Teoria Sistêmica da Administração introduz a natureza na cena das organizações, a empresa passa a ser vista como um organismo vivo, participante de um macro sistema cuja relação é de total interdependência. As questões ambientais são tratadas no conjunto da reflexão sobre a situação do homem contemporâneo, que é o objeto principal da disciplina PHC.

B - Não trabalho com questões ambientais porque não fazem parte do currículo

Não consta esta temática dentro da ementa programada para disciplinas que têm um alto grau de conhecimento técnico, base para formação e preparação para as demais disciplinas, além das disciplinas técnicas ligadas diretamente a questão contábil/ planejamento. Tendo em vista o conteúdo programático, a carga horária das disciplinas e respectivas especificidades, não foi pensado a inclusão da temática ambiental.

C – Não sei dizer porque não trabalho com questões ambientais

Não tenho um motivo específico para não trabalhar com o tema, talvez as matérias que ministro não guardam muita relação com o assunto. Não trabalho por falta de elementos para quantificar tais assuntos.

D - Trabalho com questões ambientais porque estão inseridas no cotidiano das grandes companhias

Pois está inserida no cotidiano das grandes companhias.

2. Dados sobre as disciplinas

c) Quais temas/assuntos são abordados quando você trabalha com essa temática?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
P1 - Seguro rural, Seguro de animais, Seguro de riscos de petróleo, Riscos de engenharia, Seguros de lucros cessantes, Seguros de Fiança Locatícia, Seguros de riscos aeronáuticos, etc.	P1 - Seguro rural, Seguro de animais, Seguro de riscos de petróleo, Riscos de engenharia, Seguros de lucros cessantes, Seguros de Fiança Locatícia, Seguros de riscos aeronáuticos, etc.	Seguros elementares.	A

P2 – Basicamente se resume as questões quanto à valoração dos passivos ambientais, no caso de multas e recursos. Contabilização de Provisão para passivos e Revisão de Créditos.	P2 – Basicamente se resume as questões quanto à valoração dos passivos ambientais, no caso de multas e recursos. Contabilização de Provisão para passivos e Revisão de Créditos.	Contabilização de passivos ambientais	E
P3 - A temática ambiental em TGA aborda os conceitos da Teoria de Sistemas e da Teoria Contingencial, nestas escolas o assunto ambiente externo passa a ser abordado como instrumento de análise em assuntos como planejamento estratégico, análise ambiental etc.	P3 - A temática ambiental em TGA aborda os conceitos da Teoria de Sistemas e da Teoria Contingencial, nestas escolas o assunto ambiente externo passa a ser abordado como instrumento de análise em assuntos como planejamento estratégico, análise ambiental etc.	Ambiente externo como instrumento de análise	B
P4 - A quantidade de papel desperdiçada em classe.	P4 - A quantidade de papel desperdiçada em classe.	A quantidade de papel desperdiçada em classe	C
P9 - Conceito de complexidade e de sistemas complexos. Sistemas complexos apresentam multiplicidade de elementos, com alto grau de dependência e diversidade. A complexidade do ambiente em que vivemos.	P9 - Conceito de complexidade e de sistemas complexos. Sistemas complexos apresentam multiplicidade de elementos, com alto grau de dependência e diversidade. A complexidade do ambiente em que vivemos.	Conceito de complexidade e de sistemas complexos	D
P12 - Recuperação de solo, questões judiciais sobre poluição ambiental e seus reflexos na Contabilidade.	P12 - Recuperação de solo, questões judiciais sobre poluição ambiental e seus reflexos na Contabilidade.	Reflexos dos eventos ambientais na Contabilidade	E
P15 - A questão ambiental surge na reflexão feita com os alunos sobre: 1) o contexto econômico-ecológico,	P15 – Reflexões sobre a contradição dialética e analética entre os processos da “Globalização Neoliberal” e do “Desenvolvimento	Reflexões sobre o contexto econômico-ecológico e cultural	F

especialmente sobre a contradição dialética e analética entre os processos da “Globalização Neoliberal” e do “Desenvolvimento Sustentável” (1º semestre); 2) o contexto cultural, especialmente sobre a contradição dialética e analética entre a “Crise Civilizacional Pós-moderna” e as iniciativas de “Valorização da Ética, da Ecologia e da Espiritualidade” (2º semestre).	Sustentável”; entre a “Crise Civilizacional Pós-moderna” e as iniciativas de “Valorização da Ética, da Ecologia e da Espiritualidade”.		
---	--	--	--

Categorias da pergunta:

A – Seguros elementares.

B – Ambiente externo como instrumento de análise

C – A quantidade de papel desperdiçada em classe

D – Conceito de complexidade e de sistemas complexos

E – Reflexos dos eventos ambientais na Contabilidade

F - Reflexões sobre o contexto econômico-ecológico e cultural

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

A – Seguros elementares.

Seguro rural, Seguro de animais, Seguro de riscos de petróleo, Riscos de engenharia, Seguros de lucros cessantes, Seguros de Fiança Locatícia, Seguros de riscos aeronáuticos, etc.

B – Ambiente externo como instrumento de análise

A temática ambiental em TGA aborda os conceitos da Teoria de Sistemas e da Teoria Contingencial, nestas escolas o assunto ambiente externo passa a ser abordado como instrumento de análise em assuntos como planejamento estratégico, análise ambiental etc.

C – A quantidade de papel desperdiçada em classe

A quantidade de papel desperdiçada em classe.

D – Conceito de complexidade e de sistemas complexos

Conceito de complexidade e de sistemas complexos. Sistemas complexos apresentam multiplicidade de elementos, com alto grau de dependência e diversidade. A complexidade do ambiente em que vivemos.

E – Reflexos dos eventos ambientais na Contabilidade

Recuperação de solo, questões judiciais sobre poluição ambiental e seus reflexos na Contabilidade. Questões quanto à valoração dos passivos ambientais, no caso de multas e recursos. Contabilização de Provisão para passivos e Revisão de Créditos.

F - Reflexões sobre o contexto econômico-ecológico e cultural

Reflexões sobre a contradição dialética e analética entre os processos da “Globalização Neoliberal” e do “Desenvolvimento Sustentável”; entre a “Crise Civilizacional Pós-moderna” e as iniciativas de “Valorização da Ética, da Ecologia e da Espiritualidade”.

2. Dados sobre as disciplinas

d) Por que você escolheu esses temas/assuntos para serem trabalhados?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
P1 – Não escolhi, faz parte dessa área que abordo seguros elementares são ocasionados pelos elementos da natureza: água, terra, fogo e ar.	P1 – Não escolhi, faz parte dessa área que abordo...,	Porque faz parte da área que leciono	A
P2 – Como temática integrante da Contabilidade, é amplamente apresentada nas Demonstrações contábeis de empresas nacionais.	P2 –... é amplamente apresentada nas Demonstrações contábeis de empresas nacionais	Porque faz parte das Demonstrações contábeis	D
P3 – Esses assuntos são necessários para a progressão do conhecimento teórico na formação do administrador, do contador e do	P3 – Esses assuntos são necessários para a progressão do conhecimento teórico na formação... do contador...	Porque faz parte da formação do contador	A

economista. São assuntos necessários para a compreensão da evolução da Teoria das Organizações e da Ciência Administrativa.			
P4 – Por ser visível o desperdício de papel.	P4 – Por ser visível o desperdício de papel.	Porque há desperdício de papel	B
P9 – Trata-se de exigência da disciplina.	P9 – Trata-se de exigência da disciplina.	Porque faz parte do conteúdo da disciplina	A
P12 – Pelo fato de estarem sendo discutidos no ambiente acadêmico e por fazer parte das estratégias empresariais.	P12 – Pelo fato de estarem sendo discutidos no ambiente acadêmico...	1ª ideia: porque esses assuntos estão sendo discutidos na academia	A
	P12 - ... por fazer parte das estratégias empresariais.	2ª ideia: porque esses assuntos fazem parte das estratégias das empresas	C
P15 - Pelas seguintes razões: 1) Decorrem da Ementa da disciplina e do Plano de Ensino 2) Não podem ser ignorados na reflexão acadêmica sobre a situação da sociedade contemporânea 3) São meus objetos de pesquisa há vários anos.	P15 - Decorrem da Ementa da disciplina e do Plano de Ensino... Não podem ser ignorados na reflexão acadêmica sobre a situação da sociedade contemporânea	Porque derivam da Ementa e do Plano de Ensino	A

Categorias da pergunta:

A – Porque faz parte do currículo

B – Porque há desperdício de papel

C – Para atender demanda do mercado

D - Porque faz parte das Demonstrações contábeis

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

A – Porque faz parte do currículo

Na verdade, não escolhi, trata-se de exigência da disciplina, faz parte da área que abordo. Decorrem da Ementa da disciplina e do Plano de Ensino. Esses assuntos são necessários para a progressão do conhecimento teórico na formação do Contador, além do fato de estarem sendo discutidos no ambiente acadêmico, uma vez que não podem ser ignorados na reflexão acadêmica sobre a situação da sociedade contemporânea.

B – Porque há desperdício de papel

Por ser visível o desperdício de papel.

C – Para atender demanda do mercado

Por fazer parte das estratégias empresariais.

D – Porque faz parte das Demonstrações contábeis

Porque é amplamente apresentada nas Demonstrações contábeis de empresas nacionais.

2. Dados sobre as disciplinas

e) Como os alunos têm se manifestado (interesse/desinteresse) quando as questões relativas à temática ambiental são trabalhadas nesses cursos?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
P1 - Manifestam interesse sim, igual ao expressado em relação aos outros aspectos da disciplina.	P1 - Manifestam interesse sim, igual ao expressado em relação aos outros aspectos da disciplina.	Os alunos manifestam interesse	A
P2 – Sempre como assunto recente e pouco abordado os alunos demonstram grande interesse por assuntos da temática ambiental.	P2 –... os alunos demonstram grande interesse por assuntos da temática ambiental.	Os alunos apresentam grande interesse	A
P3 - Os alunos demonstram muito interesse em assuntos ligados ao meio ambiente e as suas interações com a organização e com a preocupação atual da gestão com a sustentabilidade.	P3 - Os alunos demonstram muito interesse em assuntos ligados ao meio ambiente e as suas interações com a organização e com a preocupação atual da gestão com a sustentabilidade		A

P4 - Não percebem de imediato apenas quando o assunto é abordado	P4 - Não percebem de imediato, apenas quando o assunto é abordado	Os alunos percebem apenas quando o assunto é abordado	B
P9 - O tema é tratado enquanto teoria administrativa. Os estudantes mostram interesse pelo tema mas, pelo fato de estarem no início do curso, demonstram alguma dificuldade de alcançar a grandeza do mesmo.	P9 - ...Os estudantes mostram interesse pelo tema mas, pelo fato de estarem no início do curso, demonstram alguma dificuldade de alcançar a grandeza do mesmo.	Os alunos mostram interesse mas tem dificuldades	C
P12 - Apresentam grande interesse, inclusive com o despertar de tema para TCC.	P12 - Apresentam grande interesse, inclusive com o despertar de tema para TCC.	Os alunos apresentam grande interesse	A
P15 - Há um elevado interesse sobre essas questões, especialmente quando consigo evidenciar os nexos delas com os desafios que os alunos devem enfrentar simultaneamente nas suas condições de pessoas, cidadãos e profissionais. Quando isto ocorre a temática fica significativa, atraindo a atenção e o interesse dos alunos.	P15 - Há um elevado interesse sobre essas questões, especialmente quando consigo evidenciar os nexos delas com os desafios que os alunos devem enfrentar simultaneamente nas suas condições de pessoas, cidadãos e profissionais	Os alunos apresentam elevado interesse	A

Categorias da pergunta:

A – Os alunos manifestam interesse

B – Os alunos percebem apenas quando o assunto é abordado

C – Os alunos manifestam interesse mas têm dificuldades

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

A – Os alunos manifestam interesse

Os alunos demonstram grande interesse por assuntos da temática ambiental, especialmente quando consigo evidenciar os nexos delas com os desafios que devem enfrentar simultaneamente nas suas condições de pessoas, cidadãos e profissionais. Demonstram muito interesse em assuntos ligados ao meio ambiente e as suas interações com a organização e com a preocupação atual da gestão com a sustentabilidade, inclusive com o despertar de tema para TCC.

B – Os alunos percebem apenas quando o assunto é abordado

Não percebem de imediato, apenas quando o assunto é abordado

C – Os alunos manifestam interesse mas têm dificuldades

Os estudantes mostram interesse pelo tema mas, pelo fato de estarem no início do curso, demonstram alguma dificuldade de alcançar a grandeza do mesmo.

2. Dados sobre as disciplinas

f) Quais autores/correntes são utilizados?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
P1 - Autores relativos à disciplina constantes de nossa bibliografia. Básica: 1.SOUZA, Silney de. Seguros – atuária e auditoria. 1ª Edição São Paulo: Saraiva, 2007. 2. CHAN, Lilian, SILVA, Fabiana Lopes da, MARTINS, Gilberto de Andrade. Fundamentos da previdência complementar: da atuária à Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2009. 3. PARASKEVOPOULOS, Alexandre, MOURAD, NABIL Ahmad. IFRS: Introdução à Contabilidade internacional de	P1 - Autores relativos à disciplina constantes de nossa bibliografia. Básica: 1.SOUZA, Silney de. Seguros 2. CHAN, Lilian, SILVA, Fabiana Lopes da, MARTINS, Gilberto de Andrade. 3. PARASKEVOPOULOS, Alexandre, MOURAD, NABIL Ahmad. Complementar: 1.SÁ, Marina C.R. de. 2. SILVA, Affonso. 3. FIGUEIREDO, Sandra Maria Aguiar de. 4. CONDE, N.C.	Autores da bibliografia básica e complementar	A

seguros. São Paulo: Saraiva, 2009. Complementar: 1. SÁ, Marina C.R. de. A Previdência Privada como forma de acesso a melhor qualidade de vida: Possibilidades e Limites. 1ª Edição. Rio de Janeiro: FUNENSEG, 2003. 2. SILVA, Affonso. Contabilidade e análise econômico-financeira de seguradoras. São Paulo: Atlas, 1999. 3. FIGUEIREDO, Sandra Maria Aguiar de. Contabilidade de Seguros. São Paulo: Atlas, 1997. 4. CONDE, N.C. Atuária para não atuários. São Paulo: Abrapp, 2001. Revista Cadernos de Seguros. Rio de Janeiro, FUNENSEG - Fundação Escola Nacional de Seguros. MTE. Editora Manuais Técnicos de Seguros. Revista Plano Diretor de Seguros. São Paulo.			
P2 – Basicamente os autores que abordam os temas de Análise das Demonstrações contábeis, como: José Carlos Marion, Alexandre Assaf Neto, José Pereira da Silva.	P2 –... autores que abordam os temas de Análise das Demonstrações contábeis, como: José Carlos Marion, Alexandre Assaf Neto, José Pereira da Silva.	Autores que abordam os temas de Análise das Demonstrações contábeis	F
P3 - Utilizo autores e correntes da área de administração tais como: Bentarlaffy, Burns e Stalker, Fernando Motta, Maximiano etc.	P3 - Utilizo autores e correntes da área de administração tais como: Bentarlaffy, Burns e Stalker, Fernando Motta, Maximiano etc.	Utilizo autores e correntes da área de administração	B

P4 - Exercícios de cálculo apenas.	P4 - Exercícios de cálculo apenas.	Exercícios de cálculo apenas.	C
P9 - Garret Morgan.	P9 - Garret Morgan.	Garret Morgan.	D
P12 - Utilizo apenas a normatização contábil, pois é o contexto das disciplinas que ministro.	P12 - Utilizo apenas a normatização contábil, pois é o contexto das disciplinas que ministro.	Normatização contábil	E
P15 - 1) No 1º semestre (contexto econômico-ecológico), utilizo especialmente a distinção entre “sustentabilidade liberal”, “sustentabilidade autossuficiente” e “sustentabilidade democrática” (ver artigo: TRABALHO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: IMPLICAÇÕES PARA UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CRÍTICA de Neise Deluiz e Victor Novicki: http://www.senac.br/informativo/BTS/302/boltec302b.htm) 2) No 2º semestre (contexto cultural), utilizo especialmente os princípios da Carta da Terra e a distinção entre “ecologia ambiental”, “ecologia social”, “ecologia mental” e “ecologia integral” (ver livros: “Ethos mundial: um consenso entre os humanos” e “Grito da Terra, grito dos Pobres” ambos da editora Sextante e “Saber cuidar” da editora Vozes, os três livros de Leonardo Boff).	P15 - No 1º semestre utilizo especialmente a distinção entre “sustentabilidade liberal”, “sustentabilidade autossuficiente” e “sustentabilidade democrática” (ver artigo: TRABALHO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: IMPLICAÇÕES PARA UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CRÍTICA de Neise Deluiz e Victor Novicki No 2º semestre utilizo especialmente os princípios da Carta da Terra e a distinção entre “ecologia ambiental”, “ecologia social”, “ecologia mental” e “ecologia integral” (ver livros: “Ethos mundial: um consenso entre os humanos” e “Grito da Terra, grito dos Pobres” ambos da editora Sextante e “Saber cuidar” da editora Vozes, os três livros de Leonardo Boff).	No 1º semestre utilizo especialmente a distinção entre “sustentabilidade liberal”, “sustentabilidade autossuficiente” e “sustentabilidade democrática; no 2º semestre utilizo especialmente os princípios da Carta da Terra e a distinção entre “ecologia ambiental”, “ecologia social”, “ecologia mental” e “ecologia integral”	G

Categorias da pergunta:

- A – Autores da bibliografia básica e complementar
- B – Utilizo autores e correntes da área de administração
- C – Exercícios de cálculo apenas.
- D - Garret Morgan.
- E - Normatização contábil
- F - Autores que abordam os temas de Análise das Demonstrações contábeis
- G – Autores que abordam a sustentabilidade e a ecologia

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

- A – Autores da bibliografia básica e complementar

Autores relativos à disciplina constantes de nossa bibliografia básica e complementar: SOUZA, Silney de; CHAN, Lilian, SILVA, Fabiana Lopes da, MARTINS, Gilberto de Andrade; PARASKEVOPOULOS, Alexandre, MOURAD, NA-BIL Ahmad; SÁ, Marina C.R. de.; SILVA, Affonso.; FIGUEIREDO, Sandra Maria Aguiar de.; CONDE, N.C.

- B – Utilizo autores e correntes da área de administração

Utilizo autores e correntes da área de administração tais como: Bentaraffy, Burns e Stalker, Fernando Motta, Maximiano etc.

- C – Exercícios de cálculo apenas

Exercícios de cálculo apenas.

- D - Garret Morgan.

Garret Morgan.

- E - Normatização contábil

Utilizo apenas a normatização contábil, pois é o contexto das disciplinas que ministro.

- F - Autores que abordam os temas de Análise das Demonstrações contábeis

Utilizo os autores que abordam os temas de Análise das Demonstrações contábeis, como: José Carlos Marion, Alexandre Assaf Neto, José Pereira da Silva.

- G - Autores que abordam a sustentabilidade e a ecologia

No 1º semestre utilizo especialmente a distinção entre “sustentabilidade liberal”, “sustentabilidade autossuficiente” e “sustentabilidade democrática” (ver artigo: *TRABALHO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: IMPLICAÇÕES PARA UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CRÍTICA* de Neise Deluiz e Victor Novicki. No 2º semestre utilizo especialmente os princípios da Carta da Terra e a distinção entre “ecologia ambiental”, “ecologia social”, “ecologia mental” e “ecologia integral” (ver livros: “*Ethos mundial: um consenso entre os humanos*” e “*Grito da Terra, grito dos Pobres*” ambos da editora Sextante e “*Saber cuidar*” da editora Vozes, os três livros de Leonardo Boff).

2. Dados sobre as disciplinas

g) Quais recursos didático-pedagógicos você utiliza para trabalhar as questões relativas à temática ambiental?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
P1 - As aulas em classe são ministradas com o uso de lousa e apresentações em PowerPoint. Também ocorrem aulas no laboratório, visando pesquisas na internet.	P1 -... lousa e apresentações em PowerPoint...laboratório visando pesquisas na internet	Recursos pedagógicos e tecnológicos	A
P2 – Após os principais conceitos teóricos, são desenvolvidos exercícios de análise de relatórios contábeis, em especial de Balanços patrimoniais e Demonstrativos de Resultados.	P2 – Após os principais conceitos teóricos, são desenvolvidos exercícios de análise de relatórios contábeis, em especial de Balanços patrimoniais e Demonstrativos de Resultados.	Nenhum recurso didático-pedagógico	B
P3 - As aulas são expositivas, com apoio de apresentação de slides e retroprojeto, utilização da bibliografia apropriada da disciplina e leitura de textos sobre os temas.	P3 - ...slides e retroprojeto, ... bibliografia	Recursos pedagógicos	C
P4 - No meu caso a calculadora	P4 - No meu caso a calculadora	Recursos tecnológicos	D

P9 - Textos e filmes.	P9 - Textos e filmes	Recursos pedagógicos e tecnológicos	A
P12 - Nenhum recurso em específico	P12 - Nenhum recurso em específico	Nenhum recurso didático-pedagógico	B
P15 - Basicamente, aulas expositivas, debates sobre textos e estudos dirigidos sobre textos.	P15 - Basicamente, aulas expositivas, debates sobre textos e estudos dirigidos sobre textos.	Nenhum recurso didático-pedagógico	B

Categorias da pergunta:

A – Recursos pedagógicos e tecnológicos

B – Nenhum recurso didático-pedagógico

C – Recursos pedagógicos

D – Recursos tecnológicos

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

A – Recursos pedagógicos e tecnológicos

Lousa, apresentações em PowerPoint, laboratório visando pesquisas na internet, textos e filmes.

B – Nenhum recurso didático-pedagógico

Nenhum recurso em específico. Após os principais conceitos teóricos, são desenvolvidos exercícios de análise de relatórios contábeis, em especial de Balanços patrimoniais e Demonstrativos de Resultados. Basicamente, aulas expositivas, debates sobre textos e estudos dirigidos sobre textos.

C – Recursos pedagógicos

Slides e retroprojektor, bibliografia

D – Recursos tecnológicos

No meu caso a calculadora

2. Dados sobre as disciplinas

h) Você costuma fazer avaliação da aprendizagem junto aos alunos quando você trabalha com questões ambientais nas disciplinas? Que instrumento de avaliação você utiliza?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
P1 - Prova do professor, trabalhos apresentados e prova escrita marcada pela Instituição.	P1 – Prova..., trabalhos apresentados	Prova e trabalhos	A
P2 – As avaliações fazem parte do processo das disciplinas Análise das Demonstrações contábeis e Perícia Contábil.	P2 – As avaliações fazem parte do processo das disciplinas Análise das Demonstrações contábeis e Perícia Contábil.	Provas não específicas	C
P3 - Sim, a avaliação é por meio de provas, trabalhos em grupo e estudos de casos.	P3 - Sim, ...provas, trabalhos em grupo e estudos de caso	Prova, trabalhos em grupo e estudos de caso	A
P4 - Durante a correção da atividade	P4 - Durante a correção da atividade	Durante a correção da atividade	B
P9 - A avaliação não é específica sobre o tema ambiental. São realizadas provas com questões objetivas e questões abertas sobre a temática Teorias da Administração.	P9 - A avaliação não é específica sobre o tema ambiental. São realizadas provas com questões objetivas e questões abertas sobre a temática Teorias da Administração.	Provas não específicas	C
P12 - Os instrumentos de avaliação utilizados são: avaliação pessoal, apresentação de seminários e entrega de trabalhos.	P12 - Avaliação pessoal, apresentação de seminários e entrega de trabalhos.	Avaliação pessoal, apresentação de seminários e entrega de trabalhos.	A
P15 - Sim, avalio a compreensão dos alunos sobre os conceitos estudados, através de Provas compostas por questões fechadas e questões dissertativas.	P15 – Sim, através de Provas compostas por questões fechadas e questões dissertativas.	Prova	A

Categorias da pergunta:

A – Prova, trabalhos em grupo e estudos de caso

B – Durante a correção da atividade

C - Provas não específicas

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

A – Prova, trabalhos em grupo e estudos de caso

Sim, através de provas compostas por questões fechadas e questões dissertativas, trabalhos em grupo, estudos de caso, avaliação pessoal, apresentação de seminários.

B – Durante a correção da atividade

Durante a correção da atividade

C - Provas não específicas

A avaliação não é específica sobre o tema ambiental. São realizadas provas com questões objetivas e questões abertas sobre a temática Teorias da Administração. As avaliações fazem parte do processo das disciplinas Análise das Demonstrações contábeis e Perícia Contábil.

3. Na sua opinião, as questões relativas à temática ambiental podem contribuir para quais disciplinas? Por quê?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
P1 - Pode contribuir com várias disciplinas, pois num meio ambiente preservado vivemos e trabalhamos melhor podendo ter mais sucesso em nossos negócios o que renderá mais lucro.	P1 - Pode contribuir com várias disciplinas, pois num meio ambiente preservado vivemos e trabalhamos melhor podendo ter mais sucesso em nossos negócios o que renderá mais lucro	Pode contribuir para várias disciplinas, porque preservando o meio ambiente aumentamos o lucro	A
P2 - Contabilidade Avançada, Análise das Demonstrações contábeis, Perícia Contábil. Os alunos devem adquirir conhecimentos sobre a contabilização das questões ambientais, permitindo sua identificação e análise nas Demonstrações contábeis, assim como sua reavaliação nos exercícios práticos de Perícia Contábil.	P2 - Contabilidade Avançada, Análise das Demonstrações contábeis, Perícia Contábil. Os alunos devem adquirir conhecimentos sobre a contabilização das questões ambientais, permitindo sua identificação e análise nas Demonstrações contábeis, assim como sua reavaliação nos exercícios práticos de Perícia Contábil.	Contabilidade Avançada, Análise das Demonstrações contábeis, Perícia contábil, porque os alunos devem saber como as questões ambientais na Contabilidade	B
P3 - A temática ambiental está presente em várias disciplinas	A temática ambiental está presente em várias disciplinas... Estas	Pode contribuir para várias disciplinas,	B

tais como: Planejamento, Planejamento Estratégico, Gestão de Projetos, Orçamento, Tomada de Decisão, Análise Ambiental, Gestão Ambiental, Gestão de Suprimentos, Produção. Estas disciplinas se envolvem diretamente ou indiretamente com decisões ambientais e com a preocupação das interferências e correlação da empresa com o ambiente externo.	disciplinas se envolvem diretamente ou indiretamente com decisões ambientais.	porque as disciplinas estão envolvidas nas decisões ambientais	
P4 - Por todas as disciplinas	P4 - Por todas as disciplinas	Por todas as disciplinas	C
P5 - A princípio, não vejo muita contribuição, conseqüentemente, fica comprometida minha resposta.	P5 - Não vejo muita contribuição	Não vejo contribuição	D
P6 - Sim. Contribui para o conhecimento dos alunos.	P6 - Contribui para o conhecimento dos alunos.	Por todas as disciplinas porque contribui para o conhecimento dos alunos.	B
P7 - Na disciplina Direito Público e Privado, é possível pensar em temática ambiental, pois trata-se de tema transversal, e a disciplina é mais genérica.	P7 - Na disciplina Direito Público e Privado, é possível pensar em temática ambiental, pois trata-se de tema transversal.	Direito Público e Privado, porque trata-se de tema transversal	E
P8 - No nosso curso em PHC. Quando pensamos na grade curricular do curso de Contabilidade, queremos formar o contador, com bom conhecimento da área profissional, humanista, conectado com o espaço a sua volta.	P8 - PHC. Queremos formar o contador, com bom conhecimento da área profissional, humanista, conectado com o espaço a sua volta.	PHC, porque queremos formar o contador com bom conhecimento da área profissional, humanista	E

P9 - O tema impacta todas as disciplinas, uma vez que a abordagem é sobre a teoria sistêmica.	P9 - O tema impacta todas as disciplinas, uma vez que a abordagem é sobre a teoria sistêmica.	Por todas as disciplinas, porque a abordagem é sobre a teoria sistêmica.	F
P10 - Acho que de um modo geral a temática pode e deve ser inserida em todo o contexto das disciplinas. Dado a importância e a atualização da temática, a necessidade de inclusão se faz necessária para atender a demanda do mercado mas principalmente para um processo de conscientização.	P10 – 1. ^a ideia - A temática pode e deve ser inserida em todo o contexto das disciplinas para atender a demanda do mercado	1. ^a IC - Por todas as disciplinas, para atender a demanda do mercado	A
	P10 – 2. ^a ideia - principalmente para um processo de conscientização.	2. ^a IC - Principalmente para um processo de conscientização.	E
P11 - Em nossa universidade poderíamos inserir esta temática nas disciplinas de PHC 1 e 2, controladoria, Contabilidade gerencial, obviamente sem prejuízo do conteúdo técnico e específico de cada disciplina e até mesmo criando uma disciplina específica que trate das problemáticas relacionadas ao meio ambiente fazendo um link com a profissão e os aspectos econômicos que trazem ao mundo dos negócios, sem contar na responsabilidade social.	P11 - PHC 1 e 2, controladoria, Contabilidade gerencial, ...e até mesmo criando uma disciplina específica que trate das problemáticas relacionadas ao meio ambiente fazendo um link com a profissão e os aspectos econômicos que trazem ao mundo dos negócios	PHC 1 e 2, controladoria, Contabilidade gerencial, criando disciplina específica sobre a temática ambiental fazendo um link com a profissão e os aspectos econômicos que trazem ao mundo dos negócios	A
P12 - A Temática contábil pode ser inserida na disciplina de Contabilidade Gerencial, Contabilidade e Análise de Custos, Auditoria, Controladoria, pois são	P12- Na disciplina de Contabilidade Gerencial, Contabilidade e Análise de Custos, Auditoria, Controladoria, pois são disciplinas ligadas à gestão e mensuração de resultados que pode sofrer relevantes	Contabilidade Gerencial, Contabilidade e Análise de Custos, Auditoria, Controladoria porque são	B

disciplinas ligadas à gestão e mensuração de resultados que pode sofrer relevantes impactos em decorrência das questões ambientais.	impactos em decorrência das questões ambientais	disciplinas ligadas à gestão e mensuração de resultados	
P13 - Para as disciplinas de custos, desde que quantificadas, para mostrar às empresas a redução de custos que podem conseguir ao adotar políticas internas nas questões ambientais.	P13 - Para as disciplinas de custos para mostrar às empresas a redução de custos que podem conseguir ao adotar políticas internas nas questões ambientais.	Disciplinas de custos, porque podem para mostrar às empresas a redução de custos	A
P14 - Todas por entender que existimos num planeta que precisa ser reeducado com questões ambientais.	P14 - Todas por entender que existimos num planeta que precisa ser reeducado com questões ambientais.	Por todas as disciplinas para reeducação com questões ambientais	E
P15 - Acredito que, além daquelas disciplinas nas quais há um tratamento direto das questões ambientais como PHC e Ética, a problemática ambiental deveria ser “Transversal”, sendo problematizada, de uma forma ou de outra, num momento ou noutro, em todas as disciplinas do curso de Ciências Contábeis.	P15 - Acredito que, além daquelas disciplinas nas quais há um tratamento direto das questões ambientais como PHC e Ética, a problemática ambiental deveria ser “Transversal”, sendo problematizada, de uma forma ou de outra, num momento ou noutro, em todas as disciplinas do curso de Ciências Contábeis.	Por todas as disciplinas	C

Categorias da pergunta:

A – Várias disciplinas porque atendem o mercado

B – Por várias disciplinas porque os alunos devem saber como tratar as questões ambientais na Contabilidade

C – Por todas as disciplinas

D - Não vejo contribuição

E – Por todas as disciplinas porque contribuem para o processo de conscientização dos alunos

F - Por todas as disciplinas porque a abordagem é sobre a teoria sistêmica.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

A – Várias disciplinas porque atendem o mercado

A temática pode e deve ser inserida em todo o contexto das disciplinas para atender a demanda do mercado, pode contribuir com várias disciplinas que se envolvem diretamente ou indiretamente com decisões ambientais, por exemplo PHC 1 e 2, controladoria, Contabilidade gerencial e até mesmo criando uma disciplina específica que trate das problemáticas relacionadas ao meio ambiente fazendo um link com a profissão e os aspectos econômicos que trazem ao mundo dos negócios. Já para as disciplinas de custos para mostrar às empresas a redução de custos que podem conseguir ao adotar políticas internas nas questões ambientais. Enfim, num meio ambiente preservado vivemos e trabalhamos melhor podendo ter mais sucesso em nossos negócios o que renderá mais lucro.

B – Por várias disciplinas porque os alunos devem saber como tratar as questões ambientais na Contabilidade

Na disciplina de Contabilidade Gerencial, Contabilidade e Análise de Custos, Auditoria, Controladoria, pois são disciplinas ligadas à gestão e mensuração de resultados que pode sofrer relevantes impactos em decorrência das questões ambientais bem como em Contabilidade Avançada, Análise das Demonstrações contábeis, Perícia Contábil, pois os alunos devem adquirir conhecimentos sobre a contabilização das questões ambientais, permitindo sua identificação e análise nas Demonstrações contábeis, assim como sua reavaliação nos exercícios práticos de Perícia Contábil, dessa forma a temática ambiental está presente em várias disciplinas que se envolvem diretamente ou indiretamente com decisões ambientais.

C - Por todas as disciplinas

Acredito que, além daquelas disciplinas nas quais há um tratamento direto das questões ambientais como PHC e Ética, a problemática ambiental deveria ser “Transversal”, sendo problematizada, de uma forma ou de outra, num momento ou noutro, em todas as disciplinas do curso de Ciências Contábeis.

D - Não vejo contribuição

Não vejo contribuição

E – Por todas as disciplinas porque contribuem para o processo de conscientização dos alunos

Todas, principalmente para um processo de conscientização, por entender que existimos num planeta que precisa ser reeducado com questões ambientais. Por exemplo na disciplina Direito Público e Privado, é possível pensar em temática ambiental, pois trata-se de tema transversal assim como em PHC, visto que queremos formar o contador, com bom conhecimento da área profissional, humanista, conectado com o espaço a sua volta.

F - Por todas as disciplinas porque a abordagem é sobre a teoria sistêmica.

O tema impacta todas as disciplinas, uma vez que a abordagem é sobre a teoria sistêmica.

4. Na sua opinião, a temática ambiental é importante na formação do profissional de Ciências Contábeis? Por quê?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
P1 - Muito importante pelo citado acima. (Pode contribuir com várias disciplinas, pois num meio ambiente preservado vivemos e trabalhamos melhor podendo ter mais sucesso em nossos negócios o que renderá mais lucro.)	P1 - Muito importante, pois num meio ambiente preservado vivemos e trabalhamos melhor podendo ter mais sucesso em nossos negócios o que renderá mais lucro	Sim, muito importante, pois num meio ambiente preservado vivemos e trabalhamos melhor podendo ter mais sucesso em nossos negócios o que renderá mais lucro	A
P2 - Sim, a temática ambiental já se encontra a algum tempo integrado às atividades empresariais, carecendo, porém de um melhor tratamento e reconhecimento dos profissionais Contábeis.	P2 - Sim, a temática ambiental já se encontra a algum tempo integrado às atividades empresariais.	Sim é importante, porque já se encontra integrada às atividades empresariais.	A
P3 - A temática ambiental é muito importante para o profissional de Ciências	P3 - A temática ambiental é muito importante para o profissional de Ciências Contábeis...A preocupação	Sim, muito importante. Pois a temática ambiental está	B

Contábeis. Mas não apenas para este profissional, mas para todas as profissões. No caso do Contador a preocupação ambiental está ligada com as implicações das decisões sobre questões éticas nas relações com os stakeholders, na criação da consciência ambiental, nos compromissos de responsabilidade social e ambiental, nas questões atuais de custos ambientais, créditos de carbono, relatórios de responsabilidade social e ambiental, o passivo ambiental das empresas, o novo balanço ambiental e etc.	ambiental está ligada com as implicações das decisões sobre questões éticas nas relações com os stakeholders, na criação da consciência ambiental, nos compromissos de responsabilidade social e ambiental, nas questões atuais de custos ambientais, créditos de carbono, o passivo ambiental das empresas, o novo balanço ambiental e etc.	ligada às questões éticas, consciência ambiental, responsabilidade social, custos ambientais, créditos de carbono, passivos ambientais, etc.	
P4 - É importante para a formação de todos os profissionais em todas as áreas, porque formamos um cidadão e não dá para não pensar na temática ambiental.	P4 - É importante porque formamos um cidadão e não dá para não pensar na temática ambiental.	É importante porque formamos um cidadão e não dá para não pensar na temática ambiental.	B
P5 - Não. Poucos aspectos em relação a temática ambiental podem e devem ser abordados pelo profissional de Ciências Contábeis. A abordagem sempre vai depender do interesse que o profissional tem do assunto.	P5 - Não. Poucos aspectos em relação a temática ambiental podem e devem ser abordados pelo profissional de Ciências Contábeis	Não é importante, pois poucos aspectos em relação a temática ambiental podem e devem ser abordados pelo profissional	C
P6 - Sim. Com o conhecimento das limitações dos nossos recursos naturais, esse assunto é cada dia mais importante	P6 - Sim. Com o conhecimento das limitações dos nossos recursos naturais, esse assunto é cada dia mais importante	Sim, é importante para conhecer as limitações dos nossos recursos naturais	D

P7 - Entende-se que a temática ambiental é tema transversal, assim como direitos humanos, pois faz parte da formação para a cidadania, necessária em qualquer área, ou seja, antes de ser um profissional, advoga-se que temos que buscar a formação para a cidadania, a fim de que o profissional possa influir no meio social no qual está inserido.	P7 - Entende-se que a temática ambiental faz parte da formação para a cidadania, antes de ser um profissional, advoga-se que temos que buscar a formação para a cidadania, a fim de que o profissional possa influir no meio social no qual está inserido	Sim, é importante para formação da cidadania	B
P8 - É importante em todo em qualquer curso, uma vez que “a massa pensante e culta” tenha conhecimentos e competências para participar do debate em torno das questões ambientais, contribuindo de forma decisiva e significativa para que tenhamos um mundo melhor.	P8 - É importante, ... uma vez que “a massa pensante e culta” tenha conhecimentos e competências para participar do debate em torno das questões ambientais, contribuindo de forma decisiva e significativa para que tenhamos um mundo melhor.	Sim, é importante para contribuir de forma decisiva e significativa para que tenhamos um mundo melhor.	B
P9 - É importante para a formação de qualquer profissional. Saber enxergar a amplitude e o impacto das suas ações para além do seu micro ambiente de trabalho é fundamental para o seu futuro e para o futuro das próximas gerações. É possível entender o meio ambiente sob a perspectiva de um imenso livro caixa, onde os números apontam para um déficit espantoso, capaz de levar o planeta à falência caso não se	P9 - É importante.... Saber enxergar a amplitude e o impacto das suas ações para além do seu micro ambiente de trabalho, é fundamental para o seu futuro e para o futuro das próximas gerações.	Sim, é importante para o seu futuro e para o futuro das próximas gerações	B

consiga atingir o equilíbrio.			
P10 - Idem ao item anterior. (Acho que de um modo geral a temática pode e deve ser inserida em todo o contexto das disciplinas. Dado a importância e a atualização da temática, a necessidade de inclusão se faz necessária para atender a demanda do mercado mas principalmente para um processo de conscientização.)	P10 – 1.^a ideia - ...Necessária para atender a demanda do mercado P10 – 2.^a ideia - mas principalmente para um processo de conscientização.	1.^a IC - Sim, é importante para atender a demanda do mercado 2.^a IC – Sim, é importante principalmente para um processo de conscientização.	A B
P11 - Sem dúvida alguma esta temática é importante para profissionais de todas as áreas sobretudo nas áreas de negócios que intervêm permanentemente com o meio ambiente, seja por si só (empresa que atua) ou por relacionamentos com clientes e fornecedores, afinal a temática ambiental guarda uma relação estreita com aspectos econômicos e financeiros, além de sociais, políticos, culturais e éticos.	P11 – 1. ^a ideia - ...Essa temática é importante, ...afinal a temática ambiental guarda uma relação estreita com aspectos econômicos e financeiros, além de sociais, políticos, culturais e éticos.	Sim, é importante porque a temática ambiental guarda uma relação estreita com aspectos econômicos e financeiros, além de sociais, políticos, culturais e éticos.	A
P12 - Sim, considero importante em função da atualidade do tema.	P12 - Sim, considero importante em função da atualidade do tema	Sim, é importante em função da atualidade do tema	D
P13 - Não obrigatoriamente mas poderá contribuir para mostrar algo mais na questão gerencial das empresas.	P13 - Não obrigatoriamente mas poderá contribuir para mostrar algo mais na questão gerencial das empresas.	Não é importante mas poderá contribuir para mostrar algo mais na questão gerencial das empresas.	C

P14 - Se pensarmos em Ciências Contábeis como administrar recursos o ambiente precisa urgentemente de pessoas que possam fazer a gestão correta dos recursos naturais.	P14 - ... Precisa urgentemente de pessoas que possam fazer a gestão correta dos recursos naturais.	Sim, é importante para que possam fazer a gestão correta dos recursos naturais.	A
P15 - É fundamental, pois o profissional de nível superior de Contabilidade é antes de tudo (juntamente com administradores e economistas) um elaborador/ reprodutor da “Ciência das Relações Produtivas” e enquanto tal não pode negligenciar sua responsabilidade pelo presente e pelo futuro da humanidade. Além do que, a profissão não pode ser um “fragmento” da experiência humana, deve estar em sintonia com as múltiplas dimensões através das quais a pessoa se realiza, integrando-se consigo mesma, com os outros, com Deus e com o planeta. Trata-se, portanto, de formar um profissional holístico, humanista e especialmente por estar numa universidade católica, que saiba integrar a experiência cristã com a responsabilidade ambiental.	P15 – 1.ª IC - É fundamental, pois o profissional de nível superior de Contabilidade ...não pode negligenciar sua responsabilidade pelo presente e pelo futuro da humanidade. 2.ª IC - Trata-se ... de formar um profissional holístico, humanista... que saiba integrar a experiência cristã com a responsabilidade ambiental.	1.ª IC - Sim, porque não pode negligenciar sua responsabilidade pelo presente e pelo futuro da humanidade. 2.ª IC - Trata-se ... de formar um profissional holístico, humanista... que saiba integrar a experiência cristã com a responsabilidade ambiental.	B E

Categorias da pergunta:

A – Sim, porque atende o mercado

B – Sim, porque contribui para o processo de conscientização do Contador

C - Não é importante

D – Sim, devido a atualidade do tema

E – Sim, para formar um profissional holístico, humanista

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

A - Sim, porque atende o mercado

Sim, é importante para atender a demanda do mercado, precisa urgentemente de pessoas que possam fazer a gestão correta dos recursos naturais, uma vez que a temática ambiental já se encontra a algum tempo integrado às atividades empresariais, afinal a temática ambiental guarda uma relação estreita com aspectos econômicos e financeiros, além do que num meio ambiente preservado vivemos e trabalhamos melhor podendo ter mais sucesso em nossos negócios o que renderá mais lucro

B – Sim, porque contribui para o processo de conscientização do Contador

Principalmente para um processo de conscientização, porque formamos um cidadão e não dá para não pensar na temática ambiental. Entende-se que a temática ambiental faz parte da formação para a cidadania, antes de ser um profissional, advoga-se que temos que buscar a formação para a cidadania, a fim de que o profissional possa influir no meio social no qual está inserido, ou seja, é importante uma vez que tenha conhecimentos e competências para participar do debate em torno das questões ambientais, contribuindo de forma decisiva e significativa para que tenhamos um mundo melhor, além do que saber enxergar a amplitude e o impacto das suas ações para além do seu micro ambiente de trabalho é fundamental para o seu futuro e para o futuro das próximas gerações. Assim, o profissional de nível superior de Contabilidade não pode negligenciar sua responsabilidade pelo presente e pelo futuro da humanidade. A preocupação ambiental também está ligada com as implicações das decisões sobre questões éticas nas relações com os stakeholders, na criação da consciência ambiental, nos compromissos de responsabilidade social e ambiental, nas questões atuais de custos ambientais, créditos de carbono, o passivo ambiental das empresas, o novo balanço ambiental e etc.

C - Não é importante

Não. Poucos aspectos em relação a temática ambiental podem e devem ser abordados pelo profissional de Ciências Contábeis

D - Sim, devido a atualidade do tema

Sim. Com o conhecimento das limitações dos nossos recursos naturais, esse assunto é cada dia mais importante, assim considero importante em função da atualidade do tema

E – Sim, para formar um profissional holístico, humanista

Trata-se de formar um profissional holístico, humanista, que saiba integrar a experiência cristã com a responsabilidade ambiental.

APÊNDICE F – Elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo dos Alunos

2. Descreva os assuntos que foram trabalhados sobre as questões ambientais, (com a chamada “temática ambiental”) nas disciplinas relacionadas abaixo:

- Contabilidade Atuarial I e II.
- Análise das Demonstrações contábeis
- Perícia Contábil
- Teoria Geral de Administração I e II
- Estatística
- Teorias da Administração
- Contabilidade Internacional
- Auditoria I

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
A1 – - Contabilidade Atuarial I e II. Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Análise das Demonstrações contábeis Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Perícia Contábil Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Teoria Geral de Administração I e II Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Estatística Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Teorias da Administração Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Contabilidade Internacional Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Auditoria I	A1 – - Contabilidade Atuarial I e II. Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Análise das Demonstrações contábeis Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Perícia Contábil Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Teoria Geral de Administração I e II Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Estatística Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Teorias da Administração Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Contabilidade Internacional Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina - Auditoria I Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina	Não trabalhamos com os assuntos da temática ambiental nas disciplinas	A

Não trabalhamos esse assunto nesta disciplina			
A2 – - Contabilidade Atuarial I e II. N/A - Análise das Demonstrações contábeis N/A - Perícia Contábil N/A - Teoria Geral de Administração I e II N/A - Estatística N/A - Teorias da Administração N/A - Contabilidade Internacional N/A - Auditoria I N/A	A2 – - Contabilidade Atuarial I e II. N/A - Análise das Demonstrações contábeis N/A - Perícia Contábil N/A - Teoria Geral de Administração I e II N/A - Estatística N/A - Teorias da Administração N/A - Contabilidade Internacional N/A - Auditoria I N/A	N/A	A
A3 – - Contabilidade Atuarial I e II. Nenhuma - Análise das Demonstrações contábeis I e II. Nenhuma - Perícia Contábil I e II. Nenhuma - Teoria Geral de Administração I Nenhuma - Estatística Nenhuma - Teorias da Administração Nenhuma - Contabilidade Internacional Nenhuma - Auditoria I e II. Nenhuma	A3 – - Contabilidade Atuarial I e II. Nenhuma - Análise das Demonstrações contábeis I e II. Nenhuma - Perícia Contábil I e II. Nenhuma - Teoria Geral de Administração I Nenhuma - Estatística Nenhuma - Teorias da Administração Nenhuma - Contabilidade Internacional Nenhuma - Auditoria I e II. Nenhuma	Nenhuma	A
A4 –	A4 –		B

- Contabilidade Atuarial I e II. Indiretamente, mas é considerável que muitos riscos que envolve o seguro em si, tem a ver com impactos ambientais. E também com reações do meio ambiente natural. - Análise das Demonstrações contábeis: Indiretamente, pois ao analisar as demonstrações contábeis de empresas, há algumas que constam em suas demonstrações. E podem dependendo, há impactos nos índices econômico, financeiro e social. - Perícia Contábil: Indiretamente, pois diante das informações, a documentação é do todo, não só tipos e escolhas de amostragens. - Teoria Geral de Administração I e II: Indiretamente, não deixando de ter presente que as decisões a serem tomadas na gestão, envolvem também essas questões. Pois no geral as empresas tendem a crescer nessa consciência, responsabilidade e valores. - Estatística: - Teorias da Administração: Indiretamente, não deixando de ter presente que as decisões a serem tomadas na gestão, envolvem também essas	- Contabilidade Atuarial I e II. Indiretamente, mas é considerável que muitos riscos que envolvem o seguro em si, tem a ver com impactos ambientais. - Análise das Demonstrações contábeis: Indiretamente, pois ao analisar as demonstrações contábeis de empresas, há algumas que constam em suas demonstrações. - Perícia Contábil: Indiretamente, pois diante das informações, a documentação é do todo, não só tipos e escolhas de amostragens. - Teoria Geral de Administração I e II: Indiretamente, não deixando de ter presente que as decisões a serem tomadas na gestão, envolvem também essas questões. Pois no geral as empresas tendem a crescer nessa consciência, responsabilidade e valores. - Estatística: - Teorias da Administração: Indiretamente, não deixando de ter presente que as decisões a serem tomadas na gestão, envolvem também essas questões. Pois no geral as empresas tendem a crescer nessa consciência e responsabilidade. - Contabilidade Internacional: Indiretamente. Possivelmente em outros países os estudantes têm contato com essa temática. E a tendência futuramente, quem sabe é ter uma grade curricular única de Ciências Contábeis em nível de mundo?	Assuntos abordados indiretamente	
--	---	---	--

questões. Pois no geral as empresas tendem a crescer nessa consciência e responsabilidade. - Contabilidade Internacional: Indiretamente. Possivelmente em outros países os estudantes têm contato com essa temática. E a tendência futuramente, quem sabe é ter uma grade curricular única de Ciências Contábeis em nível de mundo? - Auditoria I: Indiretamente, se houver nas demonstrações das empresas essas informações, vão ler levadas em conta na auditoria, principalmente se tiver certa relevância.	- Auditoria I: Indiretamente, se houver nas demonstrações das empresas essas informações, vão ler levadas em conta na auditoria, principalmente se tiver certa relevância.		
A5 – - Contabilidade Atuarial I e II. Não que me recorde - Análise das Demonstrações contábeis Não que me recorde - Perícia Contábil Não que me recorde - Teoria Geral de Administração I e II Não que me recorde - Estatística Não que me recorde - Teorias da Administração Não que me recorde - Contabilidade Internacional Não que me recorde - Auditoria I Não que me recorde	A5 – - Contabilidade Atuarial I e II. Não que me recorde - Análise das Demonstrações contábeis Não que me recorde - Perícia Contábil Não que me recorde - Teoria Geral de Administração I e II Não que me recorde - Estatística Não que me recorde - Teorias da Administração Não que me recorde - Contabilidade Internacional Não que me recorde - Auditoria I Não que me recorde	Não que me recorde	A

A6 – - Contabilidade Atuarial I e II. - Nenhum - Análise das Demonstrações contábeis - Nenhum - Perícia Contábil - Nenhum - Teoria Geral de Administração I e II - Nenhum - Estatística - Nenhum - Teorias da Administração - Nenhum - Contabilidade Internacional - Nenhum - Auditoria I - Nenhum	A6 – - Contabilidade Atuarial I e II. - Nenhum - Análise das Demonstrações contábeis - Nenhum - Perícia Contábil - Nenhum - Teoria Geral de Administração I e II - Nenhum - Estatística - Nenhum - Teorias da Administração - Nenhum - Contabilidade Internacional - Nenhum - Auditoria I - Nenhum	Nenhum	A
A7 – - Contabilidade Atuarial I e II. - N/A - Análise das Demonstrações contábeis - N/A - Perícia Contábil - N/A - Teoria Geral de Administração I e II - N/A - Estatística - N/A - Teorias da Administração - N/A - Contabilidade Internacional - N/A - Auditoria I - N/A OBS: não vimos questões relativas à temática ambiental.	A7 – não vimos questões relativas à temática ambiental.	Não vimos questões relativas à temática ambiental	A

A8 – - Contabilidade Atuarial I e II. Não foi tratado. - Análise das Demonstrações contábeis Demonstrações sociais - Perícia Contábil Não foi tratado. - Teoria Geral de Administração I e II Marketing, apoio das empresas para uma maior preservação ambiental - Estatística Não tratado. - Teorias da Administração Não foi tratado. - Contabilidade Internacional Não foi tratado - Auditoria I Não tratado	A8 – - Contabilidade Atuarial I e II. Não foi tratado. - Análise das Demonstrações contábeis Demonstrações sociais - Perícia Contábil Não foi tratado. - Teoria Geral de Administração I e II Marketing, apoio das empresas para uma maior preservação ambiental - Estatística Não tratado. - Teorias da Administração Não foi tratado. - Contabilidade Internacional Não foi tratado - Auditoria I Não tratado	1.^a ideia: Não foram tratados assuntos da temática ambiental 2.^a ideia: foram trabalhados os assuntos: - Análise das Demonstrações contábeis Demonstrações sociais - Teoria Geral de Administração I e II Marketing, apoio das empresas para uma maior preservação ambiental	A C
A9 – - Contabilidade Atuarial I e II. Não houve abordagem sobre o tema. - Análise das Demonstrações contábeis Não houve abordagem sobre o tema. - Perícia Contábil Houve uma aula a qual foi elencada a falta de profissionais especializados em analisar os impactos ambientais e elaboração de laudo específico apontando tais impactos. Mencionou-se também que atualmente para processos de impactos ambientais, são utilizados dados da	A9 – A9 – - Contabilidade Atuarial I e II. Não houve abordagem sobre o tema. - Análise das Demonstrações contábeis Não houve abordagem sobre o tema. - Perícia Contábil Houve uma aula a qual foi elencada a falta de profissionais especializados em analisar os impactos ambientais e elaboração de laudo específico apontando tais impactos. Mencionou-se também que atualmente para processos de impactos ambientais, são utilizados dados da tabela da CETESB para aplicação de multa, mas	1.^a ideia: Não houve abordagem sobre a temática ambiental 2.^a ideia: foi trabalhado o assunto: - Perícia Contábil Houve uma aula a qual foi elencada a falta de profissionais especializados em analisar os impactos ambientais e elaboração de laudo específico apontando tais impactos. Mencionou-se	A C

tabela da CETESB para aplicação de multa, mas não há as especificações de como chegar a tal valor. - Teoria Geral de Administração I e II Não houve abordagem sobre o tema. - Estatística Não houve abordagem sobre o tema. - Teorias da Administração Não houve abordagem sobre o tema. - Contabilidade Internacional Não houve abordagem sobre o tema. - Auditoria I Não houve abordagem sobre o tema.	não há as especificações de como chegar a tal valor. - Teoria Geral de Administração I e II Não houve abordagem sobre o tema. - Estatística Não houve abordagem sobre o tema. - Teorias da Administração Não houve abordagem sobre o tema. - Contabilidade Internacional Não houve abordagem sobre o tema. - Auditoria I Não houve abordagem sobre o tema.	também que atualmente para processos de impactos ambientais, são utilizados dados da tabela da CETESB para aplicação de multa, mas não há as especificações de como chegar a tal valor.	
A10 – - Contabilidade Atuarial I e II. Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Análise das Demonstrações contábeis Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Perícia Contábil Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Teoria Geral de Administração I e II Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Estatística Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Teorias da Administração Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Contabilidade Internacional	A10 – - Contabilidade Atuarial I e II. Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Análise das Demonstrações contábeis Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Perícia Contábil Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Teoria Geral de Administração I e II Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Estatística Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Teorias da Administração Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Contabilidade Internacional Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Auditoria I	Não me recorde deste assunto nesta matéria	A

Não me recorde deste assunto nesta matéria. - Auditoria I Não me recorde deste assunto nesta matéria.	Não me recorde deste assunto nesta matéria.		
A11 – Nenhuma das disciplinas apresentou alguma temática relacionada às questões ambientais	A11 – Nenhuma das disciplinas apresentou alguma temática relacionada às questões ambientais	Nenhuma das disciplinas apresentou alguma temática relacionada às questões ambientais	A

Categorias da pergunta:

- A – Nenhuma das disciplinas trabalhou assuntos sobre as questões ambientais
 B – As disciplinas trabalharam indiretamente assuntos sobre as questões ambientais
 C – Algumas disciplinas trabalharam assuntos sobre as questões ambientais

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

- A – Nenhuma das disciplinas trabalhou assuntos sobre as questões ambientais

Nenhuma das disciplinas apresentou alguma temática relacionada às questões ambientais, assim não trabalhamos esse assunto nessas disciplinas, não que me recorde.

- B – As disciplinas trabalharam indiretamente assuntos sobre as questões ambientais

- *Contabilidade Atuarial I e II. Indiretamente, mas é considerável que muitos riscos que envolvem o seguro em si, tem a ver com impactos ambientais.*
 - *Análise das Demonstrações contábeis: Indiretamente, pois ao analisar as demonstrações contábeis de empresas, há algumas que constam em suas demonstrações.*
 - *Perícia Contábil: Indiretamente, pois diante das informações, a documentação é do todo, não só tipos e escolhas de amostragens.*
 - *Teoria Geral de Administração I e II, Teorias da Administração: Indiretamente, não deixando de ter presente que as decisões a serem tomadas na gestão, envolvem também essas questões. Pois no geral as empresas tendem a crescer nessa consciência, responsabilidade e valores.*
 - *Contabilidade Internacional: Indiretamente. Possivelmente em outros países os estudantes têm contato com essa temática. E a tendência futuramente, quem sabe é ter uma grade curricular única de Ciências Contábeis em nível de mundo?*
 - *Auditoria I: Indiretamente, se houver nas demonstrações das empresas essas informações, vão ler levadas em conta na auditoria, principalmente se tiver certa relevância.*

- C – Algumas disciplinas trabalharam assuntos sobre as questões ambientais

- *Análise das Demonstrações contábeis: Demonstrações sociais.*
- *Teoria Geral de Administração I e II: Marketing, apoio das empresas para uma maior preservação ambiental.*
- *Perícia Contábil: houve uma aula a qual foi elencada a falta de profissionais especializados em analisar os impactos ambientais e elaboração de laudo específico apontando tais impactos. Mencionou-se também que atualmente para processos de impactos ambientais, são utilizados dados da tabela da CETESB para aplicação de multa, mas não há as especificações de como chegar a tal valor.*

3. Em sua opinião, as questões relativas à temática ambiental podem contribuir para quais disciplinas? Por quê?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
A1 - Acredito que em todas as disciplinas do curso. Minha justificativa baseia-se nas condições do mundo em que vivemos de extrema globalização e pouco cuidado com os recursos naturais. Trabalhar essa consciência, por exemplo, para elaboração de um projeto de diminuição de custos seria uma forma de introduzir essa temática em diversas matérias ao longo curso, como um grande projeto interdisciplinar.	A1 - Acredito que em todas as disciplinas do curso. Minha justificativa baseia-se nas condições do mundo em que vivemos de extrema globalização e pouco cuidado com os recursos naturais. Trabalhar essa consciência.	Em todas as disciplinas para trabalhar na conscientização do cuidado com os recursos naturais	A
A2 - Sim. As questões ambientais estão cada vez mais em evidência atualmente, e muito se fala a respeito da preservação do meio ambiente e sustentabilidade. É muito importante que as questões ambientais façam parte das disciplinas para que o aluno esteja cada vez mais consciente sobre os	A2 - ...É muito importante que as questões ambientais façam parte das disciplinas para que o aluno esteja cada vez mais consciente sobre os problemas atuais, e que possam em sua área de atuação contribuir a favor do meio ambiente	Em todas as disciplinas para trabalhar na conscientização sobre os problemas atuais, e que possam em sua área de atuação contribuir a favor do meio ambiente.	A

problemas atuais, e que possam em sua área de atuação contribuir a favor do meio ambiente.			
A3 - A meu ver, nas disciplinas de Contabilidade e Análise de Custos, Análise das Demonstrações contábeis, Contabilidade de Instituições Financeiras, Problemas do Homem Contemporâneo. Contabilidade e Análise de Custos, para calcular o custo benefício de alguma empresa que é sustentável, por exemplo, que levanta a bandeira da sustentabilidade; Seguindo o mesmo raciocínio, levantar os demonstrativos de uma empresa que lida com a sustentabilidade e fazer os índices horizontais e verticais, para saber qual o impacto que essa temática ambiental causa nos demonstrativos da empresa; Contabilidade de Instituições Financeiras, não sei se caberia, mas para sabermos como a Instituição lida com essa temática ambiental; Problemas do Homem Contemporâneo, que levantou questões da atualidade, porém faltou levantar essa questão da sustentabilidade que está em evidência atualmente.	A3 - ...Nas disciplinas de Contabilidade e Análise de Custos, Análise das Demonstrações contábeis, Contabilidade de Instituições Financeiras, Problemas do Homem Contemporâneo. Contabilidade e Análise de Custos, para calcular o custo benefício de alguma empresa que é sustentável, ... levantar os demonstrativos de uma empresa que lida com a sustentabilidade e fazer os índices horizontais e verticais, para saber qual o impacto que essa temática ambiental causa nos demonstrativos da empresa, Contabilidade de Instituições Financeiras, não sei se caberia, mas para sabermos como a Instituição lida com essa temática ambiental; Problemas do Homem Contemporâneo, que levantou questões da atualidade, porém faltou levantar essa questão da sustentabilidade que está em evidência atualmente.	Contabilidade e Análise de Custos, Análise das Demonstrações contábeis, Contabilidade de Instituições Financeiras, Problemas do Homem Contemporâneo. Contabilidade e Análise de Custos para tratar da sustentabilidade	B
A4 - Contabilidade Gerencial,	A4 - Contabilidade Gerencial, Contabilidade de	Contabilidade Gerencial,	C

Contabilidade de Custos, Ética e todas essas disciplinas citadas na questão 2. É uma temática interdisciplinar. Ainda mais tendo presente que as informações Contábeis fazem parte do processo de decisão. Então terá um outro olhar os usuários das informações Contábeis, se nelas também estiverem inseridas essas questões. Pois não dá para ficar alheios à responsabilidade ética, social e ambiental, ainda mais na conjuntura atual.	Custos, Ética e todas essas disciplinas citadas na questão 2. É uma temática interdisciplinar. Ainda mais tendo presente que as informações Contábeis fazem parte do processo de decisão. Então terá um outro olhar os usuários das informações Contábeis, se nelas também estiverem inseridas essas questões. Pois não dá para ficar alheios à responsabilidade ética, social e ambiental, ainda mais na conjuntura atual.	Contabilidade de Custos, Ética e todas essas disciplinas citadas na questão 2 porque é uma temática interdisciplinar	
A5 - Acredito especialmente na área de Custos e Contabilidade Gerencial, uma vez que a alteração de determinado processo viabilizando um menor impacto no meio ambiente consequentemente impactará nos custos e despesas da empresa.	A5 - ... Na área de Custos e Contabilidade Gerencial, uma vez que a alteração de determinado processo viabilizando um menor impacto no meio ambiente consequentemente impactará nos custos e despesas da empresa.	Na área de Custos e Contabilidade Gerencial, uma vez que a alteração de determinado processo viabilizando um menor impacto no meio ambiente consequentemente impactará nos custos e despesas da empresa	B
A6 - Principalmente para a área de Custos e Sustentabilidade. Seria de suma importância para reduzir custos futuros da Companhia, além de contribuir com a sociedade.	A6 - Principalmente para a área de Custos e Sustentabilidade. Seria de suma importância para reduzir custos futuros da Companhia, além de contribuir com a sociedade	Área de Custos, para evitar custos futuros e contribuir com a sociedade.	B
A7 - Teoria da Administração – para entendimento do negócio e levantamento das necessidades.	A7 - Teoria da Administração – para entendimento do negócio e levantamento das necessidades.	Teoria da Administração, Contabilidade Internacional, Contabilidade Geral, para	D

Contabilidade Internacional – para atender as exigências do mercado internacional e consequências no negócio. Contabilidade Geral – para saber os impactos no negócio.	Contabilidade Internacional – para atender as exigências do mercado internacional e consequências no negócio. Contabilidade Geral – para saber os impactos no negócio	atender os negócios	
A8 - Administração, porque a empresa deve ser sempre administrada visando à preservação ambiental, para expor ao aluno o quanto é importante, pois se não há preservação ambiental não o futuro para a empresa, pois não haverá matéria prima para o funcionamento da mesma.	A8 - Administração, porque a empresa deve ser sempre administrada visando à preservação ambiental, para expor ao aluno o quanto é importante, pois se não há preservação ambiental não o futuro para a empresa, pois não haverá matéria prima para o funcionamento da mesma.	Administração, para preservar o meio ambiente	B
A9 - A questão de um planejamento empresarial voltado ao processo sustentável, que tem como foco a análise do processo como um todo, não apenas do ponto de vista do impacto da atividade empresarial no ambiente, mas como o consumo de tal produto e sua eficiência energética proporciona no mesmo ambiente.	A9 - A questão de um planejamento empresarial voltado ao processo sustentável, que tem como foco a análise do processo como um todo, não apenas do ponto de vista do impacto da atividade empresarial no ambiente, mas como o consumo de tal produto e sua eficiência energética proporciona no mesmo ambiente.	Planejamento empresarial voltado ao processo sustentável	B
A10 - Custos e para Contabilidade avançada, pois seria muito interessante conhecer sobre o assunto dentro destas matérias. Dentro das disciplinas que envolvem administração também é importante.	A10 - Custos e para Contabilidade avançada, ...dentro das disciplinas que envolvem administração.	Custos, Contabilidade avançada, disciplinas que envolvem administração.	E
A11 - Acredito que as disciplinas: Contabilidade Aplicada,	A11 - Acredito que as disciplinas: Contabilidade Aplicada, Direito Ambiental	Contabilidade Aplicada, Direito Ambiental,	E

Direito Ambiental ou outra denominação (deveria ser incluída no currículo essa disciplina) Contabilidade Gerencial, Elaboração de Projetos (que deveria ser dividida em 2 módulos).	ou outra denominação (deveria ser incluída no currículo essa disciplina) Contabilidade Gerencial, Elaboração de Projetos (que deveria ser dividida em 2 módulos).	Contabilidade Gerencial, Elaboração de Projetos	
---	---	---	--

Categorias da pergunta:

A – Em todas as disciplinas porque contribuem para o processo de conscientização dos alunos

B – Em algumas disciplinas para tratar da Sustentabilidade

C – Em algumas disciplinas porque é uma temática interdisciplinar

D- Em algumas disciplinas para atender os negócios

E - Contabilidade Aplicada e Avançada, Direito Ambiental, Contabilidade Gerencial, Elaboração de Projetos

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

A – Em todas as disciplinas porque contribuem para o processo de conscientização dos alunos

Acredito que em todas as disciplinas do curso. Minha justificativa baseia-se nas condições do mundo em que vivemos de extrema globalização e pouco cuidado com os recursos naturais. Trabalhar essa consciência. É muito importante que as questões ambientais façam parte das disciplinas para que o aluno esteja cada vez mais consciente sobre os problemas atuais, e que possam em sua área de atuação contribuir a favor do meio ambiente.

B – Em algumas disciplinas para tratar da sustentabilidade

Nas disciplinas de Contabilidade e Análise de Custos, Contabilidade Gerencial para calcular o custo benefício de alguma empresa que é sustentável, seria de suma importância para reduzir custos futuros da Companhia, além de contribuir com a sociedade. Análise das Demonstrações contábeis, para levantar os demonstrativos de uma empresa que lida com a sustentabilidade e fazer os índices horizontais e verticais, para saber qual o impacto que essa temática ambiental causa nos demonstrativos da empresa. Administração, porque a empresa deve ser sempre administrada visando a preservação ambiental, para expor ao aluno o quanto é importante, pois se não há preservação ambiental não o futuro para a empresa, pois não haverá matéria prima para o funcionamento da mesma. Planejamento Empresarial voltado ao processo sustentável, que tem como foco a análise do processo como um todo, não apenas do ponto de vista do impacto da atividade empresarial no ambiente, mas como o consumo de tal produto e sua eficiência energética proporciona no mesmo ambiente. Contabilidade de Instituições Financeiras, não sei se caberia, mas para sabermos como a Instituição lida

com essa temática ambiental e Problemas do Homem Contemporâneo, que levantou questões da atualidade, porém faltou levantar essa questão da sustentabilidade que está em evidência atualmente.

C – Em algumas disciplinas porque é uma temática interdisciplinar

Contabilidade Gerencial, Ética, Contabilidade Atuarial I e II, Perícia Contábil, Teoria Geral de Administração I e II, Estatística, Teorias da Administração, Contabilidade Internacional, Auditoria I porque é uma temática interdisciplinar. Ainda mais tendo presente que as informações Contábeis fazem parte do processo de decisão. Então terá um outro olhar os usuários das informações Contábeis, se nelas também estiverem inseridas essas questões. Pois não dá para ficar alheios à responsabilidade ética, social e ambiental, ainda mais na conjuntura atual.

D- Em algumas disciplinas para atender os negócios

Teoria da Administração para entendimento do negócio e levantamento das necessidades. Contabilidade Internacional para atender as exigências do mercado internacional e consequências no negócio e Contabilidade Geral para saber os impactos no negócio

E - Contabilidade Aplicada e Avançada, Direito Ambiental, Contabilidade Gerencial, Elaboração de Projetos

Contabilidade Aplicada e Avançada, Direito Ambiental, Contabilidade Gerencial, Elaboração de Projetos

4. Em sua opinião, a temática ambiental é importante na formação do profissional de Ciências Contábeis? Por quê?

Sujeito / resposta	Sujeito / Expressões-chave	Ideias centrais	Categoria
A1 - Sim, pois com o tempo podemos ter a mudança de pensamentos e busca por novas fontes de cuidados com o meio ambiente.	A1 - Sim, pois com o tempo podemos ter a mudança de pensamentos e busca por novas fontes de cuidados com o meio ambiente.	Sim, porque pode contribuir para o processo de conscientização do Contador	A
A2 - Sim. Hoje em dia muitas entidades se preocupam com as questões ambientais e muito se discute a respeito dos gastos e quanto a entidade e a população poderiam ser beneficiadas com projetos a favor do meio ambiente. O profissional de Ciências Contábeis	A2 – Sim, ... O profissional de Ciências Contábeis poderia auxiliar através de relatórios contábeis a identificar os custos e fornecer melhores informações para a entidade.	Sim, porque pode contribuir para divulgar informações das entidades	B

poderia auxiliar através de relatórios contábeis a identificar os custos e fornecer melhores informações para a entidade.			
A3 - Claro, não só para o profissional de Ciências Contábeis, mas para todos, pois a temática ambiental está em evidência, levantando todo o impacto que os seres humanos causam na natureza. Não somente por levantar a questão de conscientização, mas no caso do Curso de Ciências Contábeis, a temática ambiental cria oportunidades de trazer valor à empresa e também é mais um ponto a ser levantado como vantagem competitiva no mercado, as empresas que aderem essa “gestão ambiental” analisam toda a economia de custos e qual a proporção que impactará nos demonstrativos da empresa.	A3 - ...No caso do curso de Ciências Contábeis, a temática ambiental cria oportunidades de trazer valor a empresa e também é mais um ponto a ser levantado como vantagem competitiva no mercado, as empresas que aderem essa “gestão ambiental” analisam toda a economia de custos e qual a proporção que impactará nos demonstrativos da empresa.	Sim, porque pode contribuir para divulgar informações e criar valor para as empresas	B
A4 - Sim. Ainda mais tendo em evidência a atual fase da “globalização e de competitividade de mercados, é relevante para atuar profissionalmente. E entender o quanto as organizações influenciam e são influenciadas por essa temática. E tendo presente a internacionalização da	A4 - Sim. ...entender o quanto as organizações influenciam e são influenciadas por essa temática. E tendo presente a internacionalização da Contabilidade	Sim, porque podem avaliar o impacto da temática ambiental nas organizações	B

Contabilidade, levar em consideração que no geral os países estão se voltando para essa questão.			
A5 - Sim, trata-se de um assunto muito abordado atualmente pelas grandes empresas e o profissional da área contábil também precisa ser inserido nesse cenário.	A5 - Sim, trata-se de um assunto muito abordado atualmente pelas grandes empresas e o profissional da área contábil também precisa ser inserido nesse cenário.	Sim, para atender o mercado	B
A6 - Sim. A temática ambiental é importante em qualquer profissão, principalmente pelo fato do crescimento humano. Atualmente, para o contador implantar a análise ambiental dos números da Companhia é trazer maior transparência para a informação.	A6 - ... Atualmente, para o contador implantar a análise ambiental dos números da Companhia é trazer maior transparência para a informação	Sim, porque pode contribuir para divulgar informações	B
A7 - Acredito que sim. Por que é importante que o contador entenda as normas ambientais e riscos que possam afetar o resultado da empresa.	A7 - Acredito que sim. Por que é importante que o contador entenda as normas ambientais e riscos que possam afetar o resultado da empresa	Sim, para atender a demanda do mercado de trabalho	B
A8 - O profissional de Ciências Contábeis, como todos os outros, deve ter certeza que a preservação ambiental é fundamental para uma sociedade, que os dois devem conviver em harmonia, preservando sempre os outros seres vivos, como o meio ambiente, pois se o ambiente não estiver em equilíbrio, nenhuma outra atividade funcionará, seja economicamente ou civilmente.	A8 - O profissional de Ciências Contábeis, ...deve ter certeza que a preservação ambiental é fundamental para uma sociedade, que os dois devem conviver em harmonia, preservando sempre os outros seres vivos, como o meio ambiente, pois se o ambiente não estiver em equilíbrio, nenhuma outra atividade funcionará, seja economicamente ou civilmente.	Sim, para contribuir com a preservação do meio ambiente	A

A9 - Como citado anteriormente, deve haver profissionais com uma visão ampla de todo o processo, e o impacto que isto causa na vida das pessoas, seja pela produção, pelo consumo ou pela extração de recursos para viabilizar tal projeto. A questão contábil transborda, e aqui na questão etimológica da palavra ir além do óbvio, de apurar receitas, despesas e tributos puros e tão somente, como deve servir de instrumento de planejamento para apurar ganhos em qualidade, gestão e projeção da marca no mercado e isto evidentemente, passa pela questão ambiental e sustentável.	A9 - Como citado anteriormente, deve haver profissionais com uma visão ampla de todo o processo, e o impacto que isto causa na vida das pessoas, seja pela produção, pelo consumo ou pela extração de recursos para viabilizar tal projeto... deve servir de instrumento de planejamento para apurar ganhos em qualidade, gestão e projeção da marca no mercado e isto evidentemente, passa pela questão ambiental e sustentável.	Atender a demanda no mercado de trabalho	B
A10 - Sim. Cada dia mais, o meio ambiente tornou-se um assunto comentado no ambiente empresarial e estar inteirado sobre o assunto dentro da Contabilidade seria muito importante para a nossa profissão.	A10 - Sim. Cada dia mais, o meio ambiente tornou-se um assunto comentado no ambiente empresarial e estar inteirado sobre o assunto dentro da Contabilidade seria muito importante para a nossa profissão.	Sim, para atender a demanda do mercado de trabalho	B
A11 - Sim, em minha opinião é uma área de grande importância em todos os ramos de negócio, porém ainda é vista por muitas empresas como preciosismo ou custo desnecessário. Daí seria importante a conscientização sobre a relevância do tema, que é bem abrangente, engloba, por exemplo,	A11 - Sim, em minha opinião é uma área de grande importância em todos os ramos de negócio, ...seria importante a conscientização sobre a relevância do tema, que é bem abrangente, engloba, por exemplo, desde o descarte correto de materiais até a redução de custos, ambos os fatos que impactam no resultado das empresas.	Sim, para atender o mercado	B

desde o descarte correto de materiais até a redução de custos, ambos os fatos que impactam no resultado das empresas.			
---	--	--	--

Categorias da pergunta:

A – Sim, porque contribui para o processo de conscientização do Contador

B – Sim, para atender o mercado de trabalho

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das categorias:

A – Sim, porque contribui para o processo de conscientização do Contador

Sim, pois com o tempo podemos ter a mudança de pensamentos e busca por novas fontes de cuidados com o meio ambiente, assim o profissional de Ciências Contábeis deve ter certeza que a preservação ambiental é fundamental para uma sociedade, que os dois devem conviver em harmonia, preservando sempre os outros seres vivos, como o meio ambiente, pois se o ambiente não estiver em equilíbrio, nenhuma outra atividade funcionará, seja economicamente ou civilmente.

B – Sim, para atender o mercado de trabalho

Sim, em minha opinião é uma área de grande importância em todos os ramos de negócio, seria importante a conscientização sobre a relevância do tema, que é bem abrangente, engloba, por exemplo, desde o descarte correto de materiais até a redução de custos, ambos os fatos que impactam no resultado das empresas. Trata-se de um assunto muito abordado atualmente pelas grandes empresas e o profissional da área contábil também precisa ser inserido nesse cenário. Cada dia mais, o meio ambiente tornou-se um assunto comentado no ambiente empresarial e estar inteirado sobre o assunto dentro da Contabilidade seria muito importante para a nossa profissão. Então é importante que o contador entenda as normas ambientais e riscos que possam afetar o resultado da empresa, dessa forma o profissional de Ciências Contábeis poderia auxiliar através de relatórios contábeis a identificar os custos e fornecer melhores informações para a entidade, visto que a temática ambiental cria oportunidades de trazer valor à empresa e também é mais um ponto a ser levantado como vantagem competitiva no mercado, as empresas que aderem essa “gestão ambiental” analisa toda a economia de custos e qual a proporção que impactará nos demonstrativos da empresa e o impacto que isto causa na vida das pessoas, seja pela produção, pelo consumo ou pela extração de recursos para viabilizar tal projeto, deve servir de instrumento de planejamento para apurar ganhos em qualidade, gestão e projeção da marca no mercado e isto evidentemente, passa pela questão ambiental e sustentável. Enfim, entender o quanto as organizações influenciam e são influenciadas por essa temática e tendo presente a internacionalização da Contabilidade para o contador implantar a análise ambiental dos números da Companhia é trazer maior transparência para a informação.

ANEXO A – Ementa, objetivo, conteúdo programático e bibliografia da disciplina Responsabilidade Social proposta de Carneiro et al. (2009)

• Ementa

Responsabilidade Social; Responsabilidade Ambiental; Projetos Sociais; Marketing Social; Empreendedorismo Social; Noções de Contabilidade Social; Balanço Social; Modelos de Balanço Social; Legislação Aplicável.

• Objetivo

Compreender a responsabilidade social e ambiental nas organizações, destacando o Balanço Social como instrumento de gestão capaz de demonstrar o grau de comprometimento das organizações com projetos e ações sociais.

• Conteúdo Programático

Responsabilidade social

Evolução histórica

Conceito e importância

Distinção entre responsabilidade social e filantropia

Responsabilidade social nas empresas

Responsabilidade social nas organizações Contábeis

Responsabilidade social em organizações públicas

Gestão social

Responsabilidade ambiental

Conceitos

Gestão ambiental

Meio ambiente como oportunidade de negócios

Reconhecimento dos créditos de carbono

Projetos sociais

Conceitos

Investimentos sociais

Elaboração de projetos sociais¹⁰³

Marketing social

Conceitos

Importância

Diferença entre marketing social e institucional

Empreendedorismo social

Conceitos

Perfil do empreendedor social

Empreendedorismo social como diferencial competitivo

Noções de Contabilidade social

Conceitos básicos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Balanço Social

Evolução histórica

Conceitos

Importância

Indicadores sociais

Balanço Social como instrumento de gestão

Auditoria em Balanço Social

Modelos de Balanço Social

Modelos e características

Estrutura básica de Balanço Social

Legislação aplicável

Normas brasileiras (NBC-T)

Resoluções

Legislações municipais e estaduais

Normas internacionais¹⁰⁴

- **Sugestões bibliográficas**

DIAS, Reinaldo. **Marketing ambiental**: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. 2. tir. São Paulo: Atlas, 2007. 204 p. ISBN 978 85 224 4676 6.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. 168 p. ISBN 85 224-2621-8.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRA, Fátima de Souza (Org.). **Balanço Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. 176 p. ISBN 85 224-2918-9.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 446 p. ISBN 978 85 224 5514 0.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social**: uma abordagem da transferência e da responsabilidade pública das organizações. 1. ed., 5. tir. São Paulo: Atlas, 2001. 248 p. ISBN 85 224 2928 8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – ANEXO A

CARNEIRO, J. C. (Coord.) et al. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis**. 2. ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009.